

Vivian Patricia Peron Vieira

**O lugar da cultura na ação do comando brasileiro no Haiti
segundo os enquadramentos nos proferimentos oficiais e no
jornal *Folha de São Paulo***

Belo Horizonte

2010

Vivian Patricia Peron Vieira

**O lugar da cultura na ação do comando brasileiro no Haiti
segundo os enquadramentos nos proferimentos oficiais e no
jornal *Folha de São Paulo***

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof. Dra. Simone Maria Rocha

Belo Horizonte

2010

**Aos meus queridos Madeleine, Aécio e Vanessa,
com o amor que construímos juntos.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela paz e discernimento.

À querida Simone Maria Rocha por sua orientação decisiva para que esse trabalho se concretizasse, ensinando-me novos caminhos acadêmicos com tanta competência e dedicação exemplares. A delicadeza e a seriedade de Simone acompanharam cada etapa deste mestrado, refletindo não apenas nesta pesquisa, pois sempre as trarei comigo, com carinho e admiração.

Ao nosso grupo de pesquisa COMCULT, que com o trabalho conjunto de Simone, Vanessa, Fernanda, Carol, Mariana e Daniela construímos um ambiente de discussão, inquietações e leituras que contribuíram de forma muito importante para o caminhar desta dissertação. E compartilhamos muito além de teorias e autores, COSTURAMOS amizades.

Aos dedicados professores do Ppgcom, por trazerem novos olhares e inspirarem reflexões, em especial ao Prof. Bruno Leal, à Profa. Vera França e à Profa. Rousiley Maia.

À profa. Bete Sanches Rocha, do curso de Relações Internacionais da UNESP, por nos apresentar Bakhtin, a importância do diálogo e todo o poder da cultura e da linguagem.

A Daniela Matos e Sivaldo Pereira, pela forma tão atenciosa e generosa que contribuíram com importantes leituras, críticas e sugestões durante a construção e finalização desta dissertação.

Ao CNPQ, por auxiliar no financiamento desta pesquisa.

À turma do mestrado 2008, aos novos amigos belorizontinos e a toda boa mineiridade, que sempre me fez sentir bem-vinda. A Lucilene, Isabela, Bento, Alice, Aquilino, Daniela, Yasmine, Oswaldo, Ana, Diógenes, Rafael, Érica, Juliana e Silvia. A Iara Duque, Jefferson e Carminha, que me surpreenderam com bonitas atitudes. A Thomas Burtscher por ouvir as minhas idéias quando dissertar era uma possibilidade.

Aos queridos boludos – Fabrício Carrijo, Leandro Scavacini, Paula Facci, Luana Gouveia – por compartilharem de maneira tão especial essa jornada que começou bem antes, lá na “Escola de Franca”, com nossos ideais transformados em modos de vida. Vê-los praticar aquilo que construímos juntos me dá mais vontade de continuar. Eles são feitos de poesia e esperança: “Caminho por uma rua/ que passa em muitos países/ se não me vêem, eu vejo/ e saúdo velhos amigos” (Drummond)

A Sivaldo Pereira por trazer mais sol e clarear os meus dias escritos... “Felicidade se acha é em horinhas de descuido” (Guimarães Rosa).

À minha maravilhosa família – Vanessa, Aécio, Madeleine – que estiveram com todo amor sempre presentes, incondicionalmente... e isto me bastava.

Devo dizer, com toda a honestidade e franqueza, que o Haiti é um pouco daquilo que o Sócrates dizia: quanto mais sei, mais sei que não sei. O Haiti é tão complexo que, cada vez que nos aproximamos mais do quadro haitiano, vemos mais complexidades adicionais. Mas isso não deve ser um desestímulo, mas sim, ao contrário, um estímulo para atuarmos positivamente.

Celso Amorim, 02/12/2004

Não conheço nenhuma outra realidade que se aproxime tanto do caos absoluto como a haitiana. Porto Príncipe, a charmosa capital entre o mar e as montanhas, parecia uma cidade devastada quando o meu avião se preparava para aterrissar, em fevereiro de 2007.

A imensa maioria das casas em condições precaríssimas; a maioria das pessoas sem emprego, tentando vender alguma coisa nas ruas; a maior parte da cidade com esgoto a céu aberto e sem eletricidade; uma infinidade de crianças descalças e com algum tipo de doença; gangues com armas pesadas disputando espaço e influências; um calor arrasador.

Ainda não consigo acreditar que tamanha tragédia tenha acontecido sobre o que já era trágico na essência e nos detalhes.

Luis Nachbin, 14/01/2010, 2 dias após o terremoto

RESUMO

Esta dissertação investiga qual o lugar da cultura na atuação do comando brasileiro na Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH) frente ao campo político e ao campo midiático. A análise da assunção brasileira neste proeminente assunto de política externa é feita sob a abordagem dos Estudos Culturais. Desta forma, a centralidade da cultura na vida social trazida por este debate teórico permite ver o processo tido como eminentemente político à luz de sua dimensão cultural. Sob o entendimento da conveniência da cultura – em que a cultura é avaliada como um recurso a ser gerenciado, seja para desenvolvimento econômico, para a cidadania, para a amenização de conflitos políticos etc. – buscou-se compreender a cultura como um recurso acionado publicamente pelo Estado e pelos *media*, seja para estreitar estrategicamente os vínculos identitários entre o Brasil e o Haiti, seja para conformar uma atitude adequada e concernente aos ditames do cenário internacional e da própria ONU. Especificamente, o *corpus* de análise foi definido em dois eixos: um jornal impresso de grande circulação nacional, neste caso a *Folha de S. Paulo* (representando a visibilidade midiática do tema); e proferimentos oficiais de autoridades governamentais brasileiras, do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e do Ministro Celso Amorim, dispostos no *site* do Ministério das Relações Exteriores (representando a voz oficial do Estado brasileiro). Utilizou-se como desenho teórico-metodológico a análise de conteúdo conjugada com a dos enquadramentos, organizando-se o período recortado dos 4 anos e 2 meses da missão segundo três estágios operacionais. São eles: 1. Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização; 2. Preparo para a eleição democrática no país; 3. Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da missão – projetos infra-estruturais, desenvolvimento do país e ajudas frente aos desastres naturais. Assim, aventaram-se cinco categorias de análise que serviram para filtrar todo o material e identificar o lugar da cultura nos enquadramentos sobre a MINUSTAH. Consideraram-se inclusive as diferenciações trazidas em cada fase por influenciarem na análise final, dado o fortalecimento ou o enfraquecimento no decorrer dos estágios de uma dada categoria e não outra, trazendo o peso e o lugar da dimensão cultural no processo. As cinco categorias aventadas foram: Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária; cultura como recurso de legitimação no Brasil; cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global; cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária; cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana. Verifica-se que a cultura foi acionada como um recurso político central neste processo, predominando a “cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global”.

Palavras-chave: comunicação e cultura; relações internacionais; MINUSTAH; cultura como recurso.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Distribuição de categorias nos textos jornalísticos	165
Gráfico 2: Distribuição de categorias nos proferimentos políticos	167
Gráfico 3: Comparação dos discursos por categoria	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Textos/discursos separados a partir das três fases delineadas na missão	99
Tabela 2: Mapa de codificação das notícias do jornal Folha de S. Paulo	111
Tabela 3: Mapa de codificação dos documentos oficiais	111
Tabela 4: incidência de categorias nos textos jornalísticos	166
Tabela 5: incidência de categorias nos proferimentos	168
Tabela 6: textos jornalísticos e proferimentos segundo as categorias.....	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 MISSÕES DE PAZ DA ONU E O HAITI: UMA ATUAÇÃO BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO	20
1.1 Contexto contemporâneo: Centralidade da paz e mudança de paradigmas nas Relações Internacionais.....	20
1.2 A visível face da ONU: Missões de Paz.....	25
1.3 Novas expectativas para a reconstrução de um velho país: Missão de Paz da ONU no Haiti	28
1.4 Especificidades e implicações da liderança militar na MINUSTAH: Por que o Brasil?	33
1.4.1 Aspectos culturais na relação Brasil-Haiti e o discurso brasileiro para o cenário externo.....	42
1.5 Campo dos <i>media</i> e campo político no entendimento sobre a MINUSTAH	47
1.5.1 Os proferimentos oficiais dos gestores da missão	47
1.5.2 O discurso do jornal impresso como construto social da realidade.....	51
2 COMUNICAÇÃO, CENTRALIDADE DA CULTURA E SUA ATUAL CONVENIÊNCIA	56
2.1 Comunicação e cultura: Caminhos suturais	57
2.2 A trajetória da cultura: Dos Estudos Culturais à sua atual conveniência	61
2.3 Cultura e política: Uma articulação de meios e fins.....	73
2.4 Cultura e identidade.....	81
2.4.1 Transculturação, hibridismo, mestiçagem e criouldade: modos de olhar para a América Latina	88
2.4.2 Identidade, imaginário e outras construções	93
3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA INTEGRADA	102
3.1 Corpus de todo o material.....	102
3.2 Dois movimentos para uma análise teórico-metodológica.....	108
3.2.1 Primeira abordagem: o aporte da análise de conteúdo	108
3.2.2 Segunda abordagem: o prisma teórico do enquadramento.....	113
4 TEXTOS JORNALÍSTICOS E PROFERIMENTOS POLÍTICOS: POROSIDADES E OPACIDADES	119
4.1 Cultura como recurso na explicitação e aplicação das categorias	120
4.1.1 Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária.....	124
4.1.2 Cultura como recurso de legitimação no Brasil.....	136

4.1.3 Cultura como recurso para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global.....	143
4.1.4 Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária	150
4.1.5 Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana.....	155
4.2 Análise dos enquadramentos: Qual o lugar da cultura?	161
4.2.1 Primeiro estágio da MINUSTAH.....	171
4.2.2 Segundo estágio da MINUSTAH	173
4.2.3 Terceiro estágio da MINUSTAH	173
CONCLUSÃO: A cultura como um recurso da política	175
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS I – TEXTOS JORNALÍSTICOS	190
ANEXOS II – PROFERIMENTO	242

INTRODUÇÃO

Estudar o Brasil em suas relações internacionais contemporâneas nos convida a vê-lo ora como espectador, ora como ator, pois múltiplos contextos e situações atravessam o nosso país invocando-o para participações mais ativas ou mais figurantes. A despeito de todo o avanço conquistado em matéria de minimização da pobreza¹ em nosso território e em participações proativas em fóruns multilaterais, como a questão do desarmamento global, é por razões militares e estratégicas que se evidencia certa limitação de uma ação mais efetiva do país, ainda que seja esta circunscrita no contexto microrregional da América Latina. Como foi dito por Almeida (2008) se não há obstáculos para o Brasil em ascender na ordem econômica mundial devido ao sistema globalizado, o mesmo não ocorre com a ordem política, a qual exige “capacitação específica no plano estratégico e militar, o que ainda parece distante de ser atingido pelo Brasil” (p. 162). Consciente disso, o país concentra interesse em reverter esta condição de papel secundário na cena internacional, participando neste novo momento do século XXI de diversas arenas de cooperações internacionais, elaborando pronunciamentos a favor do desarmamento e combate à fome global, gestando proeminência em assuntos de defesa e segurança internacionais, dentre muitas outras ações nessa mesma direção.

No espaço ocupado pelo sistema político multilateral, no qual circunstâncias históricas e interesses específicos se justapõem a necessidades e poder, marcado por múltiplos atores além dos Estados, como organismos internacionais e movimentos sociais, a pedra de toque é a Organização das Nações Unidas (ONU). Desde a metade do século passado ela tem atuado em assuntos de autodeterminação e soberania do Estado – princípios fundamentais – além da resolução pacífica dos conflitos, defesa dos Direitos Humanos e cooperação em prol do desenvolvimento econômico, político e social. Apesar das suas limitações e contradições, a ONU é o único organismo que harmoniza, de certa maneira, este espaço tão heterogêneo do palco mundial (ALMEIDA, 2008).

¹ Os níveis de pobreza diminuíram substancialmente no Brasil nos últimos anos. Dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) demonstram que “A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004. Em 1992, a proporção de miseráveis era de 35,87%. Apesar da melhora, uma a cada quatro pessoas no país viviam com uma renda inferior a R\$ 115 por mês no ano passado.” (ver em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u102805.shtml>>). Essas mudanças ocorreram no bojo de uma série de políticas públicas federais como, por exemplo, o “Fome Zero” (ver em <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoas>>) e mais recentemente o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento (ver em <<http://www.brasil.gov.br/pac/>>).

O Brasil, enquanto um ator responsável e ativo neste espaço, condizente com o interesse de ser uma figura regional preponderante, bem como em satisfazer ainda mais os objetivos prementes e multilaterais da ONU, aceita a proposta da organização em desempenhar uma importante tarefa de segurança internacional e manutenção da paz regional. Assim, em junho de 2004 o país emerge como responsável pelo comando militar multilateral da Missão de Paz da ONU no Haiti, denominada pelas siglas em francês de MINUSTAH – *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*.

Esta atuação permanece até a presente data, desenvolvendo-se por três fases notadamente marcadas: Manutenção da segurança, transição política e reconstrução material e estrutural. A intervenção busca, num caráter mais geral, reconstruir o país tanto em suas estruturas institucionais políticas, quanto na própria infra-estrutura das cidades mais afetadas, seja por causa do colapso interno de ataques entre grupos armados rivais, seja pelas catástrofes naturais que assolaram o país nestes últimos anos, como os furacões, enchentes e, mais recentemente, o terremoto de janeiro de 2010. Nesse país do Caribe, considerado o mais pobre das Américas, as duas últimas décadas condenaram-no a um profundo enfraquecimento de seus alicerces, sejam estes de sustentação das instituições públicas – a começar pelo próprio sistema judicial – ou das infra-estruturas básicas como saneamento básico e rede de comunicações.

Conforme apresentado, a MINUSTAH é um evento predominantemente político, ancorado pelos ditames da Política Externa Brasileira (PEB), gestado por um general brasileiro e atravessado pela autorização da posição máxima do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, mas que obedece, sobretudo a predisposições onusianas. Tendo isso como base, nota-se que diferentes foram os enfoques trabalhados pelos *media* como um todo e pelos discursos de gestores políticos, em particular. Em especial observaram-se apelos, invocações e tons culturais em ambos. A exemplo do excerto abaixo recortado do discurso de chegada do presidente Lula ao Haiti para o amistoso de futebol entre a seleção brasileira e a haitiana: “Com emoção e alegria, chego ao Haiti para um dia histórico nas relações entre este país e o Brasil. É a primeira vez que um Presidente da República brasileiro vem ao Haiti, nação com a qual *compartilhamos raízes africanas comuns*”² (Grifo nosso).

A presença da natureza cultural num discurso como esse, no qual é invocado raízes africanas comuns, aproximando os dois países, pode ser justificada e

² Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture. Porto Príncipe, Haiti, 18 ago. 2004.

argumentada por diversos motivos, o que incita a investigar qual o lugar da cultura nesta missão de paz. Diante do fato de que a cultura é hoje considerada elemento central na fundamentação da vida social, conforme será apresentado e sustentado no decorrer da dissertação, investiga-se em que medida um evento, um processo político, comporta, articula e se relaciona com essa dimensão. Isto reivindica uma nova compreensão das relações entre política e cultura, remodelando a abordagem sobre a referida missão de paz e demonstrando a importância da esfera cultural num processo de intervenção político-militar como esse.

Assim, partindo do caráter singular do Brasil em participação tão ativa em missões de paz desse gênero, observa-se que as questões culturais emergem ora como protagonistas, ora como pano de fundo de tal atuação político-militar. Acerca disso, problematiza-se sobre o papel da dimensão cultural referente a MINUSTAH e como ele é apresentado no discurso do jornal *Folha de S. Paulo* e nos proferimentos oficiais governamentais brasileiros sobre a missão. Possibilitando, a partir disso, que sejam analisados diversos enquadramentos da cultura.

Nesta pesquisa estes enquadramentos são balizados pela contribuição teórica dos *Estudos Culturais*, considerando a compreensão de como a cultura permeia todas as arenas e relações de maneira intrínseca, presente em toda prática social e, portanto, inerente ao ato comunicativo. Segundo esta perspectiva, o cenário contemporâneo de formação e discussão das arenas que envolvem a dimensão da cultura com o campo político tem vivido uma ampliação considerável no que diz respeito aos temas que aí adquirem relevância. Vários autores – Hall (2008), Williams (1969), Yúdice (2004), Denning (2005), Canclini (1999), Martin-Barbero (2001) etc. – têm apontado para esse fenômeno de ampliação da dimensão da cultura para um novo e destacado lugar, direcionando inclusive suas reflexões para o que eles consideram ser uma relação constituinte, onde a cultura rearticula e é acionada por outros campos, como a política e a economia, e não se apresenta, conseqüentemente, como um fator exógeno a eles.

Entrelaçando-se com este debate e compondo o cerne dessa dissertação, parte-se especificamente do conceito trazido e desenvolvido por Yúdice (2004) a respeito da conveniência da cultura, a qual é avaliada como um recurso a ser gerenciado, seja para desenvolvimento econômico, para a cidadania, para a amenização de conflitos políticos etc. Ele observou que as agências nacionais e internacionais de fomento da cultura e da

arte não mais associavam a cultura à elite, mas como um bem comum a todos, atrelando-a ao desenvolvimento urbano e econômico.

Assim, um órgão tal como a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – por causa de seu potencial em conceder financiamentos é também responsável por criar o discurso sobre “para quê” a cultura deve servir e como ela deve ser incentivada e subsidiada. Porém, ao contrário de ser a cultura reduzida ao seu caráter instrumental, trata-se de um avanço sobre a sua simples representação simbólica. Pois, a cultura deve estar vinculada a todas as outras áreas e setores da vida social, da vida prática e ordinária (YÚDICE, 2008). Então ao dizer que a cultura não pode ser negligenciada em temas de desenvolvimento urbano e econômico significa entender que ela converte o discurso puramente retórico em algo efetivo e de ordem prática, provocando mudanças substanciais, ou seja, é trazida e invocada enquanto um recurso a ser gerenciado.

Yúdice (2008) acredita que a cultura é uma arena de dimensão universal quando se torna um valor para compreender a totalidade da sociedade em relação às suas diferenças, mas não em torno de um valor único. Assim, ele aborda que o aclamado discurso da diversidade cultural deve incluir no debate uma multiplicidade de experiências ao contrário de trazer apenas questões étnicas ou lutas de identidade, promovendo para isso os atores sociais e criando condições de inserção destes no desenvolvimento como um todo. Logo, a diversidade cultural deve ser pensada num contexto mais amplo que englobe desenvolvimento político e econômico, coadunando com a sua tese da cultura como um recurso. Notadamente, o autor não apresenta um conceito definido de cultura, e reconhecemos a própria dificuldade geral encontrada por outros autores ou estudos para a definição, delimitação e conceituação do termo. Considerando isto, o sentido de cultura para esta dissertação está diretamente atrelado à discussão que ocorre dentro dos Estudos Culturais e a qual é referenciada, sobretudo no capítulo 2. Pois, analisando-se os textos jornalísticos e os proferimentos sobre a MINUSTAH observa-se que o emprego da cultura ainda está fortemente ligado a determinadas concepções, as quais permeiam o imaginário do que é cultura, a exemplo de que ela estaria arraigada nos objetos, nos costumes, nas tradições e também nas relações simbólicas. E, partindo disso pretende-se investigar quanto e como ela é invocada, seja para justificar ou amenizar a ação da MINUSTAH.

Assim, vemos em Yúdice (2004) a abertura de um caminho para que possamos inferir que o próprio gerenciamento da cultura a ser analisado condensaria o entendimento que ele faz sobre ela. Isto é mais bem esclarecido quando o autor constrói seu argumento sobre cultura como recurso ao mesmo tempo em que aborda o neoliberalismo – com a desregulamentação do Estado e a retomada do controle por parte de outras instituições e atores – e a nova emergência da sociedade civil e de organizações não-governamentais (ONGs) no cenário global. Dentro disso, a cultura é vista como uma ferramenta estratégica para justificar políticas públicas em programas sociais, políticas afirmativas como forma de amenizar desigualdades, investimentos financeiros capazes de trazer resultados efetivos para uma pacificação regional etc. Por esse modo, a cultura não é vista isoladamente, condensando em sua prática outros interesses e instrumentos de ação.

Assim, apropriando-se desse debate sobre como a cultura passou a ser gerenciada na contemporaneidade, propõe-se construir a maneira como ela é acionada enquanto recurso de uma atuação política. Pois, se os discursos dos próprios gestores brasileiros da MINUSTAH conferem certo gerenciamento estratégico da cultura invocada, justamente quando ela aparece atravessada por interesses de ações políticas e econômicas, acaba por adequá-la como um recurso. De igual maneira, a reflexão sobre o lugar que a cultura ocupa nas matérias do jornal *Folha de S. Paulo* confirma que ela se dirige a outras dimensões, como das esferas política e social. Sendo possível perceber, inclusive, que os mesmos enquadramentos da cultura podem servir para a análise de ambos, o que indica a porosidade.

Lembra-se que não é um evento por total distante do cidadão brasileiro, o qual consegue ter acesso aos acontecimentos de atuação externa do nosso país através do que é tematizado nos *media*, já que em grande parte dos casos somente assim é possível. Por isso esse mesmo cidadão ao tomar conhecimento da MINUSTAH quer compreender a razão de o Brasil se prontificar a exercer tal função numa missão de paz, a qual agrega uma dispendiosa operação. E não só financeira por empreender recursos militares (incluindo a manutenção dos soldados), bem como também o dispêndio de atenção dos dirigentes públicos que já são tão necessários à administração de nosso próprio país, e que são responsáveis por causa disso, de outros interesses nacionais que tramitam paralelamente. Naturalmente, como endossa Oliveira (2007) “neste início do século XXI a política internacional tende a influenciar e a condicionar, cada vez mais, a

política doméstica e, portanto, influenciar diretamente no cotidiano dos cidadãos” (p. 276).

As palavras do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ilustram essa crescente necessidade de justificar e fazer compreender a atuação de política externa para o cidadão comum:

Até mesmo com relação ao Haiti, ouvimos isso, era um pouco a dúvida de vários setores da sociedade brasileira sobre se caberia realmente uma ação tão presente. A tendência das pessoas era um pouco como “mas por que o Brasil está se metendo nisso?” E eu fiquei até satisfeito de ouvir uma cobrança no sentido de que o Brasil deve se meter ainda mais. Então eu acho que isso, digamos, revela que há um amadurecimento também na sociedade brasileira, que tem a sua correlação na percepção da sociedade que o mundo tem em relação ao Brasil, de que nós temos que ter um envolvimento maior, nos temas não só regionais, mas globais.³

Esta representação que é feita sobre a MINUSTAH em território nacional é extremamente importante, pois para a gerência ou resolução de um conflito a característica do Estado interventor enquanto neutro e imparcial é decisiva tanto para conseguir ser delegado como agente responsável pela missão pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, quanto para ser efetivo na resolução prática deste conflito, junto à população local. Por conseguinte, a conquista do apoio popular é fundamental para qualquer intervenção desse tipo (AGUILAR, 2008). O trecho a seguir de uma matéria do jornal *Folha de S. Paulo* corrobora para criar esta imagem pacífica do Brasil: “Em discurso, Lula chamou o trabalho das Forças Armadas de ‘exemplar’ e disse que o Brasil está provando que é possível ter uma força de paz que não seja ‘truculenta’”⁴.

No novo contexto das relações internacionais a ONU “representa a diversidade cultural, a interdependência global e o papel cada vez mais dinâmico das organizações civis planetárias” (BRIGAGÃO, 2004, p. 33). Em função dessa dinâmica as missões de paz contemporâneas e resoluções de conflitos por ela regulados não mais primam pela imposição da paz, mas principalmente pela manutenção da mesma. Mais do que uma mudança meramente nominal, veio acompanhada por alterações estruturais no modo de conceber e desenvolver uma missão de paz, invocando a cultura nessa nova

³ Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos Alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 04 ago. 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/espanhol/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2927>. Acesso em: 28 mar. 2008.

⁴ SANDER, Leticia. Lula anuncia obras de infra-estrutura e diz que não quer "tutelar" o Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 maio 2008. Caderno Brasil.

configuração. Nesse sentido, aproxima-se do debate acerca da centralidade da cultura, pois questões da ordem simbólica e da construção de sentido passaram a fazer parte intrinsecamente de uma operação militar como esta. A cultura entrou em suspensão para adquirir um patamar regulador, e que por tal motivo atingiu uma importância fundamental para estas novas mediações. Segundo Cruz Jr (2008):

O fortalecimento dos estudos de paz é um fenômeno, portanto, que decorre de clara conciliação entre inovação teórica do campo [...] e um inequívoco movimento ético-político, em escala global, que passou a repudiar a guerra como forma de mudança social no plano internacional. O conceito teórico-filosófico da justificação passou a operar em sintonia com o ético-político da legitimação (p. 110).

Assim, se a premissa básica de uma operação de paz é a mínima utilização da força militar inversamente à maximização do diálogo para se intervir na zona de instabilidade, torna-se natural pensar-se na relação entre cultura e comunicação dentro de seu objeto de estudo.

Em certa medida e em consonância com a própria natureza do objeto, trata-se de uma pesquisa circunscrita pelo recém-chamado *Estudos e Pesquisa de Paz*, “uma disciplina que tenta ‘agarrar’ os significados do complexo jogo de interações, provisionando uma coerência ontológica para o corpo da área, por excelência, interdisciplinar e multidisciplinar, e internacional por vocação” (BRIGAGÃO, 2004, p. 13). A temática de estudos em conflitos internacionais, cultura e discurso abrange, por assim dizer, um leque multidisciplinar por natureza. Atravessa áreas como ciência política, ciências sociais, antropologia, comunicação e, naturalmente, relações internacionais.

Dentro desta globalidade oferecida pela temática, tanto a escolha do objeto – a Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH) –, bem como da área que o alicerçará – Comunicação Social: Processos e Práticas Sociais – são determinantes para direcionar o caminho percorrido pelo pesquisador e suas expectativas. Em especial, sedimenta-se tal campo de estudos por possibilitar o imbricamento da estratégia política e ordenamentos culturais nas suas repercussões nos *media*, adequando-se à teorização contemporânea da comunicação, no intuito de apreender essa relação, ora conflitante, ora recíproca, mas sempre “simbiótica”, presente entre política, comunicação e cultura.

Partindo-se da grande área da Comunicação, este objeto atravessa certas constrições caras à própria área, ao mesmo tempo em que lhe é permitido dialogar com outras disciplinas na medida em que tal locução é chamada durante o próprio

desenvolvimento da pesquisa. De todo modo, a linha mestre a conduzir esta pesquisa costura os estudos concernidos à comunicação e cultura.

No que se referem aos estudos de relações internacionais atualmente, a relevância da cultura na mediação de conflitos e intervenções, como as missões de paz, tem se apresentado um debate bastante pertinente. Ainda que a cultura fosse um fator presente desde as primeiras agregações sociais, ela foi relegada à apêndice na relação entre os Estados. Haja vista que existe, em estudos e teorias dessa área, um nítido primado do militar, do político e do econômico em comparação com certa invisibilidade dos aspectos culturais. Por isso a validade de pesquisas que tratem as questões culturais não de maneira negligenciada, mas determinantes em estabilizações políticas internacionais, a exemplo da MINUSTAH. Como afirma Sanches Rocha (2009):

Com a capacidade de construção e consolidação de idéias e conceitos, as formações culturais também guardam o poder de forjar identidades, conforme os interesses que estejam em jogo. É no mínimo instigante pensar nas razões que levaram a equação cultura/poder a ocupar um exíguo espaço na agenda da disciplina relações internacionais, se for considerado com clareza e sem mistificações o alcance de ações culturais das mais diversas formas ao longo da História.⁵

Isto corrobora para conferirmos à cultura e à sua natureza comunicacional um dos elementos centrais nesta abordagem investigativa. De maneira que a pesquisa percorre determinadas lacunas em áreas correlatas tangentes à comunicação e às relações internacionais, e que podem ser preenchidas, a partir do problema levantado e da metodologia proposta, justamente através dos proveitos desta interface.

Assim, a estrutura da pesquisa segue, além desta introdução, por mais quatro capítulos que serão descritos abaixo, no intuito de diminuir o hiato encontrado na análise de temas semelhantes sobre missões de paz que muitas vezes postergam uma análise discursiva e cultural para o primado do campo econômico e militar.

Em razão da força que o objeto tem para esta pesquisa ele recebe espaço logo no primeiro capítulo. Após apresentar o contexto maior onde está inserida a MINUSTAH, traça-se brevemente o nascimento da ONU e, por conseqüência, a conformação das operações de manutenção da paz sob a responsabilidade desse organismo internacional que, dentre outras importantes contribuições, remodelou as relações de força no sistema internacional. Pois, dado o novo panorama da cena entre os países e as relações estabelecidas com os novos atores internacionais que emergiam, acrescentando o final

⁵ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

da segunda Guerra Mundial, a situação de paz foi dada como central, realocando o lugar antes instável e previsto da guerra iminente. Ainda considerando esta ampliação do campo onde o objeto desta pesquisa se desenvolve, percebeu-se necessária uma interlocução com teóricos das Relações Internacionais e de Estudos de Segurança e Paz devido à permeabilidade e porosidade com que este objeto atravessa tais áreas de estudo. Para arrematar este capítulo, a própria MINUSTAH é descrita segundo os acontecimentos históricos e políticos e a relação com o comando brasileiro, colocando em relevo os principais fatores que suscitaram o problema central de identificar o lugar da cultura na MINUSTAH. Deste modo, prepara-se o terreno para a discussão teórica do capítulo subsequente.

O segundo capítulo é marcado por um adensamento teórico basilar para esta pesquisa, pois se discute a tese da centralidade da cultura segundo perspectiva dos Estudos Culturais acrescido da importante tese de Yúdice (2004) sobre a cultura como recurso. Procura-se ampliar a discussão para evidenciar o modo como as políticas culturais, de identidade e diversidade fazem parte do processo político o qual é pesquisado.

No terceiro capítulo o substrato da análise é mais bem desenvolvido. Na composição do material empírico apuram-se notícias do jornal *Folha de S. Paulo* relacionadas a MINUSTAH durante o período de maio de 2004 a julho de 2008, bem como com os discursos de políticos brasileiros disponibilizados pelo *site* oficial do Ministério das Relações Exteriores⁶ nesse mesmo período. Este *corpus* é refinado a partir da análise de conteúdo conjugada com a teoria do enquadramento, conformando uma articulação teórico-metodológica considerada adequada ao objeto e problema levantado. Além disso, delimitou-se a MINUSTAH em três fases: 1. Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização; 2. Preparo para a eleição democrática no país; 3. Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da missão – projetos infra-estruturais, desenvolvimento do país e ajudas frente aos desastres naturais. Sendo assim, as notícias e os proferimentos, a fim de serem comparados para o destaque do lugar da cultura, terão sobre os seus respectivos discursos igual tratamento de análise. O discurso do jornal prevê uma interação diferida e difusa – devido ao distanciamento temporal entre produção e recepção –, mas igualmente recíproca, conexa e porosa com a vida social (BRAGA, 2006). Por isso a articulação entre os discursos e o

⁶ Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/procura3.asp>. Acesso em 10 mar. 2009.

jornal compõe âmbitos distintos para a análise do acontecimento, permitindo que os enquadramentos feitos no jornal sejam problematizados quando na confrontação com o próprio discurso dos gestores da MINUSTAH.

Dito isto, completam-se as principais bases teóricas empregadas neste trabalho, fruto dos estudos que contemplam a posição fundamental da cultura na teoria social juntamente com a teoria do enquadramento, por permitirem estabelecer uma relação consistente para atender à demanda do nosso problema de pesquisa. Embora não seja o foco norteador, o dispositivo do veículo impresso será examinado com mais atenção já no primeiro capítulo, uma vez que este é tido aqui como o *locus* privilegiado para se olhar o acontecimento da MINUSTAH. Inclusive, foi a partir de sua representação nos *media* que se inferiu o problema da pesquisa.

Com o desenvolvimento da análise teórico-metodológica possibilitada pelo capítulo anterior, no capítulo quatro deu-se a criação de cinco categorias de análise que emergiram das próprias matérias e proferimentos: Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária; cultura como recurso de legitimação no Brasil; cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global; cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária; cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana. Com esta distinção é possível perceber qual categoria tem maior incidência, e por conseqüência, quais enquadramentos da cultura são identificados nos textos jornalísticos e nos discursos governamentais. Resguarda-se uma análise acurada para cada fase da MINUSTAH, divisão esta já elaborada no capítulo três. Busca-se, por fim, compreender as porosidades e as divergências encontradas na comparação entre os dois campos: político e midiático.

A condensação destes enquadramentos e o arremate dos resultados obtidos é concernente à conclusão final, o que possibilita diagnosticar o lugar que a cultura ocupa nos textos analisados sobre a missão de paz no Haiti, pontuando criticamente esta reflexão segundo os três estágios. Ao que se refere às relações que os *media* estabelecem com a vida social, a partir de seus modos próprios de apresentar temas e questões, podemos compreender em que medida a porosidade entre aquilo que o governo brasileiro quer dar a ver através de seus discursos e aquilo que os textos do jornal *Folha de S. Paulo* conferem visibilidade são articulados.

1 MISSÕES DE PAZ DA ONU E O HAITI: UMA ATUAÇÃO BRASILEIRA E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Apresenta-se neste capítulo o contexto internacional de atuação da ONU, considerando a regência dos paradigmas das relações internacionais e o desempenho específico das missões de paz. Após a preparação deste pano de fundo, a MINUSTAH é trazida e explicada a partir do seu vínculo brasileiro nos âmbitos governamental e militar, atrelando a sua construção enquanto acontecimento ao campo político e ao campo dos *media*. No caso desta dissertação, abarca-se a visibilidade durante quatro anos trazida sobre a MINUSTAH através dos proferimentos de políticos, de um lado, e do jornal *Folha de S. Paulo*, de outro, ambos analisados segundo os aspectos dos seus discursos.

Portanto, é abordando esta produção discursiva que este capítulo se encerra. Tendo como horizonte as especificidades de cada campo, apropria-se primeiramente de autores concernentes ao meio da comunicação para apresentar a importância dos *media* na construção social da realidade, marcando as características do jornal impresso, e, em seguida, concentra-se na importância do discurso dos representantes do Estado brasileiro, observando o modo como eles próprios, oficialmente, dão a ver o processo de intervenção.

1.1 Contexto contemporâneo: Centralidade da paz e mudança de paradigmas nas Relações Internacionais

Nós não podemos nos concentrar somente na negatividade da guerra, mas também na positividade da paz.

Martin Luther King

A Organização das Nações Unidas (ONU) corporifica a maior organização multilateral formal das relações internacionais atuais. Ela é composta por 192 Estados soberanos, todos em aquiescência sobre os direitos e deveres previstos no texto da Carta das Nações Unidas (2009). Escrita na criação da ONU⁷, a Carta – que juridicamente equivale a um tratado internacional – entrou em vigor através do tratado constitutivo no

⁷ A Carta foi assinada no dia 26 de junho de 1945 em São Francisco, nos Estados Unidos, ao final da Conferência das Nações Unidas.

dia 26 de outubro de 1945. Nesta data de promulgação o referido documento foi ratificado por 51 países, entre eles o Brasil. A partir deste momento legitimou-se uma força coletiva – não apenas militar, mas também simbólica –, expressão de um poder comum consensualmente compartilhado, em contraposição ao equilíbrio de forças unilaterais que outrora imperava na arena internacional.

Notadamente, com o estabelecimento da ONU no decorrer do século passado houve não somente uma clara reconfiguração da relação entre paz e guerra, bem como um novo entendimento a respeito de cada um desses dois clássicos conceitos antitéticos.

A tradição de um sistema interestatal antes da Liga das Nações⁸ era marcada por ausência de regras reguladoras da ação dos Estados, por isso mesmo anárquico, onde estes detinham soberania plena para agir de acordo com seus próprios interesses particulares, devido à grande ênfase na representação basicamente do Estado dentro dos mecanismos internacionais. Atualmente, na política internacional contemporânea há uma presença de representantes diversos no cenário, conferindo uma relação complementar e constitutiva entre Estado, mercado e sociedade civil⁹. Esta última emergiu na década de setenta, tematizando uma agenda transnacional de questões como meio ambiente, democracia, direitos humanos, terrorismo, direitos de minorias etc. (OLIVEIRA, 2007).

A ONU foi fundada primordialmente “[...] para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos”¹⁰. Em consonância com isto, sua atuação centra-se em questões de paz e segurança internacionais, resolução de conflitos e política de cooperação multilateral. Uma vez que a bandeira por ela levantada é a de buscar soluções pacíficas perante as controvérsias internacionais, as Missões de Paz sob o seu

⁸ A Liga das Nações, ou sociedade das nações, é considerada antecessora da ONU. Foi idealizada pelos vencedores da I Guerra Mundial, em Versalhes, no ano de 1919. Com o Tratado de Versalhes, entrou em vigor em 1920, na intenção de assegurar a paz entre os países. Porém, com a II Guerra Mundial, a Liga demonstrou pouco êxito em seu intuito, e, já praticamente extinta, logo cedeu lugar a ONU, dado que seu fim formal foi em 18 de abril de 1946.

⁹ Desde a chamada “redescoberta da sociedade civil”, a partir da década de 1970, a correlação de forças no cenário político – nacional e transnacional – foi reconfigurada. Isto se deve, em grande parte, à articulação de organizações cívicas convergindo interesses e direcionando a atuação no espaço público. Remodelando este espaço, numa relação de constante tensão e interdependência, estão a sociedade civil e o Estado. Importante, nesse caso, vincular que “a noção de ‘movimentos sociais’ tem uma dupla dimensão: ela é tanto uma forma de ação como um tipo de ator social.” (MENDONÇA, 2007, p. 2). Assim, num caráter reflexivo entre o agente e a ação, os movimentos sociais se constroem enquanto atores, ao mesmo tempo em que engajam por diversas lutas e transformações, sejam de ordem política, econômica ou cultural.

¹⁰ Sítio oficial das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em 15 mar. 2009.

regime cumprem este papel prático, ainda que elas não estejam explicitamente referenciadas na Carta das Nações Unidas (GARCIA, 2004; BRIGAGÃO, 2004).

Entende-se como única exceção para o uso da força por parte dos Estados, prevista na Carta da ONU (2009), no caso de legítima defesa individual ou coletiva e no emprego coletivo de força para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. O Conselho de Segurança (CS)¹¹ da ONU é competente para “determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” (GARCIA, 2004, p.70), dado que o uso da força é apenas pautado e cogitado quando revestido de caráter de sanção, isto é, quando houver infração do direito internacional ou quando estiver sob o argumento de instauração da paz numa determinada zona de conflito. Ambos são casos que devem ser bem analisados numa intensa deliberação¹² entre os membros do Conselho, porém, em certos casos, os países diretamente afetados são convidados também a participar da decisão do Conselho.

Nesse último caso de restabelecimento da paz, a Carta da ONU (2009) não a trata explicitamente, mas abre a prerrogativa para um espaço costumeiramente intitulado de “Capítulo VI e meio”, o qual abarca as chamadas operações de manutenção da paz, pois “se situaria entre a adoção de medidas direcionadas à solução pacífica de controvérsias (Capítulo VI) e a utilização de medidas coercitivas (Capítulo VII)” (GARCIA, 2004, p. 71). Sendo assim, o capítulo VI comporta as ações consentidas, enquanto o VII as ações impositivas, o que torna compreensível uma missão de paz se situar no entrelaçamento dos dois.

Conforme é visto, a imposição da paz é regulamentada na Carta das Nações Unidas, mormente no capítulo VII, prescrevendo o respeito aos Direitos Humanos, a proteção da população civil, o restabelecimento do governo da área ocupada pela sociedade autóctone e, por fim, que a ação das forças de ocupação seja estritamente nos termos do mandato de que foram investidas. Entretanto, a questão do uso da força por

¹¹ O Conselho de Segurança é formado por cinco membros permanentes: China, Rússia, Estados Unidos, Alemanha e França. Costuma-se dizer que cada membro do Conselho tem poder de veto, entretanto, o texto da Carta não fala diretamente em veto, mas em voto afirmativo de nove membros, incluindo os cinco membros permanentes. Subentende-se o veto no caso de um voto negativo por um de seus membros.

¹² A concepção de deliberação é cara a diversos autores da área de Comunicação e Política, como Habermas (1997), que a entende como uma discussão entre indivíduos iguais através de trocas argumentativas e uso das razões moralmente motivadas, numa busca cooperativa de solução para problemas políticos e da ordem da esfera pública. Entretanto, por não ser objetivo deste trabalho tratar deste tema, a palavra deliberação adquire um sentido mais amplo e menos conceitual, isto é, de discussão e debate.

parte das missões de paz é impossível de ser delimitada e regulada, uma vez que não se pode definir quando a força é potencialmente impositiva ou não, isto é, torna-se difícil prever quando é necessário o uso mais efetivo do poderio militar (GARCIA, 2004; PROENÇA JR, 2006).

É preciso entender este espaço criado dentro da ONU para a imposição da paz frente a conflitos ou instabilidades do globo, imposição esta caracterizada através de controle de meios militares multinacionais, partindo não apenas das críticas feitas no que tange a atuação e pouca efetividade da ONU, mas também considerando sua evolução enquanto um organismo vivo nas relações internacionais. Inserindo a ONU, desse modo, em um fenômeno reflexivo de um contexto histórico mais amplo. Decorre-se que na nova agenda internacional o poder é exercido, justificado e compartilhado entre não somente os Estados soberanos, mas incluindo também outras instituições. Assim, a partir dos anos 90 tanto a Assembléia Geral da ONU quanto o Conselho de Segurança passaram da simples retórica para uma atuação mais ativa na cena internacional, haja vista as pressões exercidas por diversos âmbitos, alguns mais institucionalizados do que outros, porém todos conscientes de sua própria legitimidade e direitos no novo cenário (CRUZ JR, 2004).

As críticas mais contundentes no que tange a ausência de legitimidade, a pouca eficiência e inoperância da ONU em grande parte não vislumbram como um todo o cenário em que ela atua, pois ainda que o multilateralismo seja a expressão do consentimento mútuo no cenário internacional, a ONU não é a única fonte de legitimação de processos de paz. Tão logo, a debilidade e impotência deste organismo são compartilhadas por todas aquelas – organizações e instituições formais ou não – que lutam contra a guerra e a violência. Na realidade, o grande avanço da ONU está em desautorizar o uso da força unilateral como opção legítima da política internacional. Se, por um lado “há consciência de que o sistema de solução de conflitos das Nações Unidas – que continua sendo uma construção político-diplomática e, portanto, ajurídica – deva adquirir maior eficácia” (SEITENFUS, 2009, p. 11), por outro lado a impotência da ONU é mais da ordem involuntária do que inoperante. Isto porque ela não é responsável única por todas as situações lamentáveis de guerras e mortes, uma vez que nem sempre dispõe de condições efetivas (tropas próprias) para intervir, e nem mesmo autonomia para decidir sobre qualquer tipo de intervenção (ALMEIDA, 2008; SEITENFUS, 2009).

Destoando da construção dos pilares da ONU está a emblemática invasão do Iraque em 2003, por parte dos Estados Unidos, sem o consentimento do CS das Nações Unidas. Nesta ocasião, sob alegação de defender os interesses nacionais, o então presidente vigente G. W. Bush infringiu as regras da política internacional, regras que os EUA compartilhavam, expondo por esta ação as suas pretensões claras de se orientar na cena internacional apenas por conveniência própria.

Em oposição ao desequilíbrio provocado por esta atitude unilateral, uma convergência entre China, Rússia, Alemanha e França foi inevitável, reequilibrando a relação que parecia ter-se tornado desigual por causa da intenção hegemônica por parte dos EUA (ALMEIDA, 2008; OLIVEIRA, 2007).

O diplomata e teórico das relações internacionais Roberto Almeida (2008) ressalta que a paz não pode ser plenamente assegurada, embora o uso ilegítimo da força seja cada vez menos encorajado e raro na cena contemporânea internacional. Partilhando de uma visão mais dura em relação ao que o cenário interestatal pode ainda configurar, a depender da relação de forças e interesses entre os Estados, e possivelmente sustentando esta atitude unilateral norte-americana, Almeida (2008) posiciona-se que

não quer dizer que o direito internacional – e suas manifestações institucionais, como a ONU e outras agências intergovernamentais – venha prevalecer sobre a vontade dos Estados-nacionais e, sobretudo, acima desses impérios: a ameaça do uso da força deve permanecer como a *ultima ratio* da política internacional durante um bom tempo ainda, enquanto, pelo menos, a lógica westfaliana continuar a prevalecer (p. 153).

Partilhando disto, pode-se apreender que as missões de paz se apóiam no emprego de força militar respaldada como necessidade última na resolução do conflito, dado que outros meios já não seriam mais efetivos. E, embora não possam negar que atuam como intervenções militares, tais missões procuram se firmar como solução pacífica e positiva das controvérsias internacionais, já que, desde o advento da Paz de Westfália¹³ em 1648 até o final da Guerra Fria em 1989 trabalhou-se com a definição de paz negativa ou restritiva, “identificada como a mera ausência de guerra” (CRUZ JR, p.88, 2004). E por isso é possível associar à idéia de paz, dentro dessa concepção,

¹³ O referido Tratado estabeleceu que nenhuma entidade, inclusive religiosa, poderia interferir em assuntos domésticos dos Estados, de modo que este exerceria sua soberania de forma irrestrita e incondicional (OLIVEIRA, 2007).

autores como Maquiavel e Clausewitz¹⁴, pois neste período a segurança pública só existia dentro da jurisdição e soberania de cada Estado. Já no cenário externo o espaço era disputado entre os Estados de forma anárquica, onde tudo valia sob o argumento da proteção nacional. O antípoda para a paz neste contexto não é a guerra, mas a anarquia, sendo, portanto, o combate ao anarquismo o objetivo primordial da atividade política.

Contrário a isso, passou-se então a associar, após a segunda Guerra Mundial, a questão da paz à autonomia e cooperação, mais do que mera questão de estabilidade, reconfigurando a guerra como ato ilícito. Pois, “até 1945 a guerra é justa ou injusta. Desde então ela é lícita ou ilícita. Há uma importante mudança de perspectiva. É consolidado o princípio de cooperação que se torna fundamento do multilateralismo das Nações Unidas” (SEITENFUS, 2009, p. 12).

Diante desse novo parâmetro criado a respeito do uso da força, os mecanismos multilaterais das missões de paz receberam outra envergadura no interior do debate das Nações Unidas. Envergadura esta que extravasa o uso da força militar para atravessar outras questões, como assuntos humanitários e de cooperação, incluindo o respeito às relações interculturais. Por tal contexto, as missões de paz engendram intensos, amplos e múltiplos debates e são, sem dúvida, a face mais visível da ONU para a opinião pública geral.

1.2 A visível face da ONU: Missões de paz

As missões de paz, em concordância com os ditames das Nações Unidas, agem em dadas regiões do globo cujos princípios básicos de orientação do cenário internacional estejam em desarmonia. Isto é, quando ocorre desrespeito aos Direitos Humanos sob a cobertura de um Estado ou, por exemplo, quando perpetrções militares são geridas por iniciativa de outro Estado (ou uma coalizão de Força multinacional) em regimes de Estados democraticamente já estabelecidos, pois nesse caso há um desrespeito à soberania nacional.

¹⁴ Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Carl Clausewitz (1780-1831) são autores clássicos da corrente realista nas relações internacionais. Eles prescrevem o uso da força pelo Estado seja em suas relações internas ou externas. São responsáveis pelas respectivas máximas, as quais ilustram um pouco do pensamento que os norteavam: “Os fins justificam os meios”, do livro “O príncipe”, publicado postumamente em 1532, e “A guerra é a continuação da política por outros meios” do livro “Da guerra”, também publicado postumamente em 1832.

As missões possuem condições de atuação intrínseca e extrínseca a ONU. A primeira condição abarca a legalidade interna a ONU, em relação à Carta das Nações Unidas e suas resoluções, ao passo que a segunda condição trata do respeito à soberania dos países que serão objeto do mandato das forças de paz. Dado que o princípio basilar do Direito Internacional calca-se na igualdade soberana entre Estados e considerando o princípio da territorialidade, compreende-se que “Como as forças de paz não se amparam em normas excludentes, apenas quando o Estado-alvo da missão de paz estiver disposto a ceder o seu território para a presença estrangeira é que isso poderá ser feito” (BORGES; GOMES, 2004, p. 311).

Segundo Borges e Gomes (2004) as operações de paz¹⁵ estão a serviço da ONU para imposição de suas prerrogativas constitutivas, correspondendo a “intervenções de terceiros, com organização e direção internacional, fazendo uso de forças multinacionais para restaurar ou manter a paz entre Estados ou no interior desses” (p. 304). Mais adiante os mesmos autores complementam que “missões de paz são todas as missões destinadas a promover, manter ou construir a paz, lançadas e aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) sob abrigo de dispositivos da Carta da ONU que não os contidos no Capítulo VII” (BORGES; GOMES, 2004, p. 307).

O termo correto adotado dentro das Nações Unidas, ainda que não seja explicitado na Carta, é o termo em inglês *peacekeeping operations* (PKO) – Operações de manutenção da Paz – as quais funcionam tal qual uma medida provisória, com fundamento no artigo 40 e seguindo os ditames do capítulo VI, além de considerar outros preceitos contidos no capítulo IX, uma vez que desempenham funções de cunho humanitário e social. Em razão dos ataques de 11 de setembro¹⁶ e seus desdobramentos houve uma alteração política das missões de paz de maneira a não serem vistas apenas como uma força de estabilização pontual, mas cada vez mais multidimensional e multidisciplinar, possibilitando que o apoio à paz crie uma solução sustentável. Pois

O mandato de uma missão tem que dar base à construção do monopólio da força por parte de quem venha a assumir a tarefa do governo. Mais ainda, um governo que tem resultados dos mecanismos

¹⁵ Alguns autores diferenciam a nomenclatura *operações de paz*, *missões de paz* e *forças de paz*. Entretanto, os teóricos aqui trabalhados fazem menção explícita de que na abordagem que desenvolvem são concebidas como sinônimos. Em consonância, esta é a mesma semântica adotada nesta pesquisa. (BORGES; GOMES, 2004).

¹⁶ Estudos de relações internacionais, principalmente os que tangenciam a temática de paz e segurança, não podem negligenciar a reconfiguração do cenário internacional em decorrência aos ataques terroristas nas torres gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 e a atitude subsequente do maior poderio militar da atualidade, os Estados Unidos, os quais desencadearam, dentre outros, a “luta contra o terror” e a invasão do Iraque.

e expectativas que conformam a agenda comum dos estados-membros da ONU (PROENÇA JR, 2006, p. 234).

Até o final dos anos 80 as missões cumpriam a função de cessar-fogo em áreas de conflito, promover tréguas e armistícios, patrulhar fronteiras e zonas de exclusão militar, auxiliar na assinatura de tratado de paz em definitivo, apoiar a retirada de tropas. Estas são as chamadas PKO de primeira geração. Enquanto as PKO de segunda geração são também responsáveis pela ajuda humanitária (comida, remédio, água etc), realocação de ex-combatentes, policiamento ostensivo e controle da ordem em áreas civis, realização e observação de eleições, assumindo em alguns casos efetivamente a autoridade governamental transitória. Nesta segunda geração, que vigora desde a década de 90, há também um conjunto de atores institucionais mais amplos vinculados nas missões de paz e que agem em colaboração com as responsabilidades previamente determinadas pela operação. No caso da MINUSTAH, por exemplo, há empreiteiras e construtoras associadas à construção civil recuperando a infra-estrutura do país, bem como a vigilância *in loco* de organismos internacionais a zelarem pelo respeito aos Direitos Humanos durante atuação das tropas militares no Haiti.

Ainda que um dos princípios fulcrais das referidas missões da ONU seja o consentimento dos países monitorados buscando o consenso das principais partes envolvidas, o prosseguimento da operação pode ocorrer a despeito de algum membro litigante secundário que se posicione contrariamente. Um dado interessante a ser considerado é que “metade das PKO foram convocadas por um terceiro país que intermediou um acordo para o fim das hostilidades, apenas um quarto foi convocado pelas partes diretamente interessadas, ao passo que o restante derivou de iniciativas do CSNU” (BORGES; GOMES, 2004, p. 312). Isto indica a pequena proporção no panorama geral das operações em que há nítida iniciativa da ONU, apontando que ela não é a única instância para resolver pacificamente as controvérsias internacionais.

Outra informação que também surpreende é o fato de ainda que seja o Conselho de Segurança o responsável a deliberar sobre as operações, a operacionalização em si é feita por aqueles que não participaram das decisões, isto é, a maioria é realizada por países em desenvolvimento (SEITENFUS, 2009). Avaliando-se caso a caso destes países isto pode ser interpretado de diversas maneiras, como interesses estratégicos, tentativa de demonstração militar aos demais atores efetivamente mais poderosos, solidariedade e cooperação com as missões etc.

No caso do Brasil, a dinâmica em participações de missões de paz começou tímida, porém marcou certa continuidade nas relações que se fortaleciam do Brasil com a ONU, indicando que a conduta da política externa ainda que pequena ou secundária, agia em consonância com os processos de paz que se iniciaram na segunda metade do século passado.

O país [Brasil] tem participado de operações de paz quando estas possibilitam: apoio à ONU como legítimo foro internacional para dirimir controvérsias globais, manutenção da estabilidade política regional (afirmando seu poder e prestígio relativos), ou suporte para os países que partilham de laços históricos e culturais conosco, notadamente os de língua portuguesa (BORGES; GOMES, 2004, p. 322).

A justificativa brasileira considerada pelos autores Borges & Gomes (2004), marcada por certas razões como estabilidade política e partilha de laços culturais e não outras, como poderia ser da ordem de interesses econômicos, mostra que a decisão em fazer parte de uma PKO não é centrada nos aspectos político-econômicos somente, embora tais aspectos comumente balizem a política externa brasileira. Então:

Consciente de sua obrigação frente aos dramas que penalizam a sociedade internacional, especialmente seus integrantes mais frágeis – os Estados desestruturados e a população civil – o Brasil estipulou como princípio constitucional – entre os princípios que regem a atuação brasileira no sistema internacional, segundo a Constituição Federal de 1988, estão « a defesa da paz, a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da Humanidade » (artigo 4º) – o que já havia adotado como prática de sua atuação externa: a efetiva contribuição para a solução pacífica dos conflitos internacionais (SEITENFUS, 2009, p.2).

Com este posicionamento, o nosso país demonstra interesse e responsabilidade para atuar a serviço de um ambiente internacional estável, pacífico e cooperativo.

1.3 Novas expectativas para a reconstrução de um velho país: Missão de Paz da ONU no Haiti

O Haiti que hoje vemos e o qual apoiamos sob o guarda-chuva da ONU – que é o único guarda-chuva que queremos usar. Como estaria sendo resolvida a questão do Haiti? Talvez por uma ex-potência colonial, por uma outra potência hemisférica. E graças aos esforços da humanidade, temos hoje as Nações Unidas, que nos fornecem um quadro adequado para agirmos não apenas para preservar a paz, mas também para construir o futuro, construir o desenvolvimento. As pessoas criticam a ONU – às vezes eu também critico –, todos criticamos, porque todos queremos mais, e queremos mais agilidade,

queremos que a ONU ajude a combater a fome de maneira mais eficaz, como o Presidente Lula pediu e como o apoiou o Secretário-Geral Kofi Annan. Todos queremos mais, mas pensemos, por um momento, em um mundo sem a ONU e teremos um panorama certamente muito mais sombrio que aquele em que vivemos. Até porque, como se disse várias vezes, é possível fazer a guerra sem a ONU – não é justo, mas é possível –, mas construir a paz sem a ONU não é possível.¹⁷

Nos anos de 2003 e 2004, o Haiti atravessou uma séria crise em função da desestruturação do governo de Aristide, o então presidente daquele país, envolvendo inclusive acusações de fraude em sua eleição, cujo colapso ocorreu com a renúncia do presidente haitiano, precipitada pela atuação da ONU¹⁸. Em seqüência foi conduzida pelos países do Cone Sul – Brasil, Argentina e Chile – uma iniciativa regional de ação multilateral regida pelas Nações Unidas. Configurada tal iniciativa na MINUSTAH em 28 de maio de 2004, esta representou a quinta Missão de Paz gestada no Haiti desde 1993, todas com o intuito de restabelecer a ordem institucional e democrática nesse país. Ela foi criada pela Resolução 1.542 do Conselho de Segurança, em substituição à força multinacional de emergência – firmada na Resolução 1.529/2004 do CS –, a qual havia sido organizada de forma premente em razão da vacância do poder no Haiti decorrente da partida, em 29 de fevereiro de 2004, do Presidente Jean-Bertrand Aristide (SEITENFUS, 2009).

Em realidade, o Haiti não tem tradição democrática. A colônia francesa no Caribe conquistou independência através da revolta de sua majoritária população negra em 1794¹⁹. Promulgou a primeira Constituição em 1816, feita pelo então presidente na época Alexandre Pétion. Porém, tantas eram as restrições para participação do voto que apenas 3% da população – basicamente elite e militares – é que monopolizavam a

¹⁷ Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do Seminário “As Nações Unidas: Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento em um Novo Cenário Internacional”, por ocasião do 61º aniversário das Nações Unidas. Brasília, 24 out. de 2006.

¹⁸ Há autores que consideram a renúncia de Aristide uma forte articulação política com a participação dos Estados Unidos e da França, acompanhada de um golpe de estado (CHOMSKY; FARMER; GOODMAN, 2004).

¹⁹ A emancipação política do Haiti é datada de 1804. Esta emancipação é *suis generis* na medida em que foi conquistada por uma revolta de escravos descendentes de africanos, cujo processo de libertação ocorreu em 1794, quando então pertenciam à metrópole francesa (desde 1630), já que foi abandonada pela sua primeira metrópole, a Espanha. É importante lembrar que no final do século XV, com o início da dominação espanhola na região começou também o processo de dizimação de toda a população indígena local, de modo que para atender à rentável monocultura da cana-de-açúcar empenhada pela metrópole foi necessária a ampla introdução dos escravos negros africanos. No final do século XVIII, 90% da população da colônia de *Saint Domingue* – assim denominada enquanto colônia francesa – era composta por negros (GRONDIN, 1985).

escolha dos dirigentes. Diante disso, o poder sempre foi concebido como centralizado em uma única figura personificada no interior da política do Haiti (SEITENFUS, 2009). E, embora tenha sido o segundo país independente das Américas, tardando apenas para os Estados Unidos, o povo ainda luta por construir o país de forma verdadeiramente livre.

Neste processo que vem desde a época colonial, marcado por interesses externos de ordem geoestratégica e econômica, além da própria luta interna pelo poder, acentua-se em 1986 a crise haitiana – acrescida pela corrupção, centralização de poder, repressão, desrespeito aos princípios básicos da democracia representativa e do Estado de Direito etc. Tal situação desestabilizava a organização interna do país de modo a parecer latente uma guerra civil, a qual uma vez desencadeada desestabilizaria toda a Bacia do Caribe. Em 1986, o ditador Jean-Claude Duvalier²⁰ foi deposto e embora o povo comemorasse as possibilidades de redemocratização do país, a instabilidade permanecia. Em 1990, eleições livres conduziram ao governo o padre Jean Bertrand Aristide, deposto no ano seguinte através de um golpe, com indícios de participação norte-americana. A partir da década de 1990, o governo de Washington e a ONU passaram a exercer fortes pressões sobre o governo militar haitiano, exigindo o respeito à democracia instaurada na mesma década. Os EUA, ainda que tivessem tentado um acordo pacífico, só conseguiram estabilizar parcialmente o Haiti através do comando de uma força militar multinacional sob o aval da ONU (CAMARA, 1998). No entanto, diante da permanente instabilidade política haitiana, novamente apresentavam-se pequenas as chances da normalidade democrática do país, com eleições livres e a alternância de presidentes segundo as normas constitucionais.

Entendendo o reflexo desse ambiente, a MINUSTAH, criada em maio de 2004, orientou a sua ação na manutenção da ordem e da segurança; no incentivo ao diálogo político para a reconciliação nacional; e na promoção do desenvolvimento econômico e social. Além disso, a questão cultural também é considerada e desenvolvida como um importante aspecto a ser trabalhado nesse âmbito, prescrita inclusive nos preceitos da forma de gerir uma Missão de Paz da ONU (HIRST, 2007; SEITENFUS, 2007).

Cabe ressaltar que a MINUSTAH está vinculada à “expansão das operações de paz com o fortalecimento do primado da paz inter-democrática na comunidade

²⁰ A deposição de Jean-Claude Duvalier foi estimulada pela opinião pública internacional e por movimentos populares internos, e pôs um fim à dinastia sangrenta de pai e filho, ocorrida entre os anos de 1957 e 1986 (MARTINS, 2006).

internacional” (HIRST, 2007, p. 3), pois, supõe-se que os regimes democráticos seriam menos propensos a deflagrarem guerra. Além de tais regimes disporem de meios políticos mais adequados para participarem desse tipo de operação. Nesse contexto político circunscreve as Forças Armadas Brasileiras.

Em geral, a evolução das missões de paz demonstra amadurecimento frente às críticas recebidas, e assim elas consideram cada vez mais evidente que “o processo de desenvolvimento precisa ter bases genuinamente endógenas, do contrário ele não seria capaz de gerar efeitos indutores extensivos para o resto da economia e para a sociedade como um todo” (ALMEIDA, 2008, p. 177). Em outras palavras, é preciso germinar no seio interno da política do país que recebe a missão a própria capacidade de desenvolvimento. A respeito disso passa a ser compreensível o delongar da atuação que foi estendido, no intuito de a MINUSTAH deixar o Haiti apenas quando este for capaz de gerir autonomamente, sem qualquer dependência externa de alguma atividade vital.

Assim, logo no início de 2004, os responsáveis da missão consideravam verdadeiras as críticas e controvérsias que analistas internacionais do âmbito político e acadêmico inferiam sobre as dificuldades da operação, uma vez que os desafios eram múltiplos. Pois, primeiramente, era preciso lidar com as condições políticas do Haiti, que o governo de transição da ONU pretendia, porém era pouco factível dada a situação crítica deste país. Segundo, havia pressão dos Estados Unidos para a implementação imediata de eleições democráticas no Haiti. Terceiro, era preciso lidar com a morosidade do apoio internacional, incluindo a própria estrutura da ONU. E, por fim, atender à opinião pública dos respectivos países engajados na missão, dentre eles, e com principal importância por ser o líder da missão, o Brasil.

Após sucessivos adiamentos, no dia 7 de fevereiro de 2006 ocorreu o primeiro turno das eleições haitianas. Foi considerada uma vitória “de todos aqueles que trabalharam com denodo para que o povo haitiano se auto-determinasse” (SEITENFUS, 2009, p. 9), já que as eleições são facultativas e contou com 63% do total dos inscritos, dobrando a média histórica. O Brasil teve papel ativo neste pleito e foi firme para manter a confiança depositada em sua gestão tanto por parte da comunidade internacional quanto do povo haitiano. E assim o governo provisório cedeu lugar à nova representação fruto da vontade dos eleitores. “Houve uma dupla reconquista da soberania: a do povo que manifestou sua vontade de maneira livre e ordeira e a do Estado que poderá auto-administrar-se” (SEITENFUS, 2009, p. 10).

Este momento após as eleições e mais recente da missão é apontado por Seitenfus (2009) como uma cooperação que possa “ir além das legítimas preocupações securitárias e comporte uma dimensão sócio-econômica, de reconstrução da infraestrutura e das instituições públicas” (p. 10). Vários desafios são, portanto, encontrados frente à situação do país mais pobre das Américas, e considerado o único país do continente a integrar a lista dos Países Menos Avançados (PMA), elaborada sob critérios da ONU.

Por isso, de maneira apropriada descreve Seitenfus (2009) que esta última fase deve ajudar a fechar as quatro janelas abertas pela crise:

- a questão da segurança interna: restauração das Forças Armadas haitianas, já que os militares haviam sido extintos e a demanda pública (8 milhões de pessoas) era servida por apenas 4000 policiais. Tematizar a questão dos Direitos Humanos, e promover uma ruptura com a herança da era Duvalier.

- a reconstrução da infraestrutura: Rede de comunicações, energia, saneamento básico e vias de transporte.

- a reconstrução do Estado: O Haiti representa o único exemplo atual de uma sociedade sem Estado, por causa do desgaste provocado pelos 20 anos anteriores de crise. Precisa, portanto, refazer o sistema judicial e o conjunto de suas instituições públicas. E, necessariamente, criar uma cultura política baseada em valores democráticos, solidificando a sociedade civil.

- reconhecimento dos princípios básicos da democracia: No Haiti a transição política sempre foi marcada pelo candidato no poder subjugar os demais, e a oposição questionar a legitimidade do candidato eleito, ou seja, não há respeito da alternância do poder. “Portanto torna-se indispensável a assinatura e o respeito à um pacto de garantias e liberdades democráticas, proposto e incentivado pelo Presidente da República eleito” (p. 11).

Desde o início da missão, em junho de 2004, o Brasil assumiu a liderança da operação multilateral. Claramente, assegura-se uma projeção internacional do Brasil em seu interesse em gerir a MINUSTAH, demonstrando ser capaz de administrar conflitos internacionais e atender a contextos humanitários. E assim estava em jogo para o Brasil “o acesso a uma nova fonte de prestígio político e institucional” (HIRST, 2007, p. 3). Por fortes razões, o Haiti não prometeu ser uma missão fácil, haja vista que a ONU, a

OEA e outras coalizões de voluntariosos já tentaram frustradamente resolver os problemas daquele país em momentos anteriores, mas não menos complexos.

Por isso, o Brasil enquanto ator principal nesta intervenção multilateral precisa ser capaz de sustentar a responsabilidade de no caso de ser bem-sucedido, poder concretizar-se como um ator proeminente no cenário regional, tornando a sua conduta externa influente em relação a todo o contexto sul-americano.

Grande responsabilidade pelo sucesso ou fracasso pertence ao Representante Especial do Secretário Geral da ONU, já que a MINUSTAH

É não só aprovada pelo Conselho de Segurança como constituída pelas Nações Unidas. É uma operação de estabilização – assim é o nome – das Nações Unidas; não é nem uma força criada à margem das Nações Unidas, nem uma força autorizada pelas Nações Unidas composta de maneira unilateral ou com mandato exercido por outros países. Então, ela é uma força das Nações Unidas.²¹

Entretanto, este representante da ONU não detém comando direto das forças de paz, por isso que o Brasil não apenas influencia no desenrolar da missão, como também partilha de considerável responsabilidade por ela (PROENÇA JR, 2006).

Ainda que a MINUSTAH não represente uma situação propriamente de guerra, pelo contrário, aproxima-se de uma missão de cooperação internacional, ela requer um posicionamento ideológico, subjazido por relações de poder, claramente incutido de acepções culturais, efetivado pelo Brasil ao comandar a força de paz. Tal fato exige uma explicação plausível para a sociedade sobre o comportamento brasileiro nesta arena internacional. Assim, como será visto no final deste capítulo, tanto as notícias de um lado, quanto os discursos e proferimentos oficiais, de outro, trabalham em conjunto na construção social de tal acontecimento, incluindo aí a visibilidade e a dimensão que a MINUSTAH alcança frente à sociedade brasileira.

1.4 Especificidades e implicações da liderança militar na MINUSTAH: Por que o Brasil?

Na segunda metade do século XX, especificamente entre 1961 e 1964, conforme “o crescimento do movimento neutralista e não-alinhado tenha contribuído para criar no país [Brasil] propostas de uma diplomacia alternativa, materializada na chamada

²¹ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

Política Externa Independente” (ALMEIDA, 2008, p. 162) já ficou patente a intensificação das participações brasileiras em missões de paz, principalmente entre os anos de 1957 e 1967, quando o país contribuiu de sobremaneira para seis missões das Nações Unidas.

Em Congo²² por exemplo, houve uma atitude marcadamente humanitária da participação do Brasil na missão de paz, com entrega de alimentos, suprimentos e medicamentos para a população civil. Durante o período militar ocorreu um hiato na participação, com retomada quando os civis voltaram a controlar o governo brasileiro (SEITENFUS, 2009).

Então, desde 1989 a 2004 foram 25 participações brasileiras em operações de paz, participações estas de caráter abrangente e multifacetado, com destaque às participações em Moçambique, Angola e Timor Leste. Seitenfus (2009), um estudioso das relações internacionais em especial no que se refere à evolução do Brasil em missões de paz, além de ter sido enviado especial do governo brasileiro ao Haiti, explica que em nossas participações em missões:

Adicionamos às operações militares clássicas de separação de combatentes e de controle securitário, outros ingredientes tais como o apoio à população civil, o diálogo político, medidas para aumentar o nível de confiança entre as partes envolvidas no conflito, a reconstrução da infraestrutura de comunicações e a distribuição de víveres e de medicamentos (p. 5).

É por isso que “após mais de 50 anos de presença nas operações de paz, houve a formação de uma “cultura brasileira em operações de paz”, um modo diferente de agir que dá uma identidade pessoal ao brasileiro quando investido da função de *peacekeeper*” (AGUILAR, 2008, p. 2). A política externa brasileira considera a participação em operações desse tipo como um meio pacífico para a solução de controvérsias, de maneira que a justificativa do “discurso brasileiro sobre PKOs é imbuído de altruísmo, o que não significa que o governo brasileiro não tenha interesses pragmáticos em suas participações nas missões onusianas” (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 216).

A cultura brasileira interfere substancialmente no jeito das tropas brasileiras fazerem a paz. Aguilar (2008) elenca inúmeros atributos característicos do povo brasileiro que são utilizados em prol da paz. Alguns deles são: Caráter negociador,

²² Missão das Nações Unidas no Congo (ONUC), ocorrida entre 1960 a 1964, com participação de 179 militares brasileiros.

facilidade de comunicação, não-segregação, espírito de solidariedade, confiança, bom humor e facilidade de entrosamento em ambiente multinacional.

Claramente, o Brasil tem consciência de que atuações do gênero da missão de paz aumentam o prestígio nacional, e facilitam maior projeção do país nos foros multilaterais. Se, por esse lado, as estratégias construídas pela política externa brasileira balizam o comportamento para servir tais missões, é de igual maneira indispensável considerar outros fatores internos ao Brasil no momento de decidir gastar recursos militares e políticos em empreitadas multilaterais de paz, principalmente no que tange a busca pelo apoio da própria opinião pública interna. Já que como

Componente importante do cálculo da participação nacional em missões de paz, é indispensável que se destaque a **política interna**. [...] cada contingente que se pretende enviar deve ser aprovado pelo Congresso Nacional. Essa aprovação, para ser obtida, necessita de justificativas que sejam aceitáveis não só em termos estratégicos e de política exterior, mas também sob o prisma nacional, e para aceitação da população, que é eleitora de deputados e senadores e deseja entender porque os recursos do governo são despendidos com missões no exterior e não com questões locais. Dado o maior engajamento da mídia, então, a partir de 1994, no acompanhamento das participações brasileiras, a dimensão da política interna ganha ainda mais importância (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 216, 217).

A assunção do Brasil na missão de paz no Haiti representa uma nova posição da política externa brasileira, antes neutra no que tangenciava a interferência em assuntos internos de outros Estados. O discurso brasileiro era conhecido por não admitir missões de paz segundo as prerrogativas do capítulo VII, isto é, de ação impositiva. A MINUSTAH, em contrapartida, faz uso da força em sua operação.

Claramente, o convite²³ pela ONU feito ao país foi uma forma de coroar os esforços, dinamismos e maturidade conquistados pela política externa brasileira durante as anteriores participações em missões de paz e também devido ao seu centrado posicionamento em foros multilaterais. Nesse novo contexto, o país assentiu às decisões do CS e resolveu auxiliar a integração do Haiti na comunidade dos Estados democráticos da América. Apesar deste altruísmo regional da decisão brasileira, há nítida preocupação também com a opinião pública ao se posicionar sobre quais missões participar, dado que a PEB faz parte do programa de governo e, assim, política interna e externa estão indubitavelmente imbricadas. É nas palavras do próprio Ministro Celso

²³ Este convite foi sustentado pelo consentimento explícito dos Estados Unidos, França e Chile (SOUZA, ZACCARON, 2006).

Amorim que se firma a conduta na MINUSTAH sob a ressalva de se tratarem condições novas e especiais numa missão de paz:

O caso do Haiti é ilustrativo. Entre as considerações que levaram o governo brasileiro a decidir assumir o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), está a convicção de que se trata de uma operação de paz diferente. Em nosso entendimento, a ação da ONU no Haiti deve assentar-se em um tripé: a estabilização do país; a promoção do diálogo entre as diversas facções políticas e a capacitação institucional, social e econômica. Não haverá paz duradoura no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada.²⁴

Em realidade, qualquer decisão de política pública, até a internacional, prevê a consulta de diversos atores subnacionais, grupos de interesse, *lobby* etc., assim, “é afastada a possibilidade de a política doméstica não influenciar a política internacional porque uma torna-se extensão da outra” (OLIVEIRA, 2007, p. 286). Nesse panorama, a cooperação torna-se a regra de um jogo para ganhos mútuos, onde os conflitos são resolvidos através do diálogo e da negociação. Nesse sentido, a cooperação – ou mesmo possível divergência ou conflito – ocorre não apenas numa relação interestatal, mas numa interação entre esfera doméstica e internacional, demonstrando a influência desta última em assuntos domésticos e dos Estados (OLIVEIRA, 2007).

Kant (1989), por sua vez, ao fundar a teoria da paz perpétua democrática na política internacional, ainda no século XVIII, contrariava a teoria realista das relações internacionais, teoria esta que, conforme explica Oliveira (2007) “questões de política internacional, por não estarem associadas diretamente ao cotidiano doméstico, são exclusivamente prerrogativas do Estado e da sua burocracia especializada, devendo então estar totalmente dissociadas dos interesses dos cidadãos, da opinião pública e bem distante da prática democrática” (p. 285). Em contrapartida a isto, Kant (1789) estabeleceu uma relação causal entre política interna e internacional, demonstrando a importância em matéria de apreciação pública sobre acontecimentos internacionais pela comunidade como um todo. Isto evidencia que os acontecimentos na cena externa resvalam interesses não apenas do Estado, mas de todos aqueles que se sentem direta ou indiretamente implicados por suas atitudes e seus resultados, incluindo aí os cidadãos comuns.

²⁴ “A ONU aos 60”, Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores. Brasília, 03 out. 2005.

Tendo em mente esta perspectiva, há um debate dentro da sociedade brasileira se tal engajamento compensa a relação custo-benefício – uma vez que o investimento brasileiro nessa operação é de aproximadamente 150 milhões de reais – e se condiz com os interesses nacionais. A MINUSTAH tornou-se alvo de algumas críticas que alegam que este valor poderia ter sido revertido em benefícios para a população brasileira, como em prol da campanha do combate à fome, por exemplo, e não direcionado a uma ação internacional de resultado incerto. Porém, como ressaltam alguns analistas, parte do investimento será reembolsada pela ONU (60 a 90 milhões), há treinamento das tropas num contexto que não teriam oportunidade nacional, além de o Brasil se reafirmar como potência regional e exercer papel de referência e influência na América Latina (SOUZA; ZACCARON, 2006).

Os próprios autores Souza e Zaccaron (2006) utilizam como referência a *Folha de S. Paulo* para retratar a maneira como a solidariedade do Brasil com a MINUSTAH justifica a busca de prestígio e credibilidade do Brasil nas relações internacionais:

Em entrevista à *Folha de São Paulo*, publicada no dia 18 de agosto de 2004, ao ser indagado sobre como esses gastos com o Haiti vão ser revertidos aos brasileiros, o Ministro da Defesa, José Viegas, respondeu: “Há coisas que não se pode quantificar. Melhor imagem do país pode não significar US\$ 1.000 nem US\$ 1 milhão. Mas o país ser visto como construtivo é bom ou ruim? Aumenta respeito, interesse e confiabilidade”. Ou ainda, o ex-ministro Celso Lafer, dizendo que essa missão no Haiti “é também uma operação de marketing político” (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 226).

Importante observar que grande parte dos ministros ou outros gestores que discursam nos *media* sobre a ação no Haiti não menciona os elementos prioritários marcadamente econômico e político da missão, deixando transparecer uma relação de interesse mais solidária do Brasil na operação de paz (PROENÇA JR, 2006).

Analisando as missões anteriores nas quais o Brasil foi ativo, observa-se que 96% eram em países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), evidenciando que “Esta concentração de atividades é um indicativo da preferência do governo brasileiro em participar de missões em países com que haja afinidades histórico-culturais, políticas e econômicas” (SOUZA; ZACCARON, p. 217).

No caso específico da MINUSTAH, Seitenfus (2009) desnuda alguns laços que unem o Brasil com o Haiti, e que podem, por sua vez, terem colaborado para o engajamento brasileiro, tais como “o terrível tráfico de escravos que assolou as duas sociedades durante séculos; similitudes das estruturas de produção econômica durante o

período colonial; muitas crenças e valores compartilhados nas artes, na religião, no desporto e na cultura” (p. 8).

Tais laços culturais, econômicos e políticos podem ser compreendidos dentro de argumentos principalmente no que tange ao envolvimento em dadas missões e não em outras, considerando a justificativa para um público crítico formado tanto pelo povo brasileiro, quanto pela comunidade internacional. Este público questiona a participação e o dispêndio financeiro do Brasil, por isso o discurso brasileiro afirmativo sobre a missão também prevê contemplar a busca por prestígio nacional para aumentar sua credencial de “se manifestar em temas como direitos humanos, desarmamento e segurança internacional, mesmo não tendo poder militar que o torne figura preponderante, em termos globais, em nenhum dos temas mencionados” (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 218). Este é um exemplo de como o poder brando, conforme será abarcado adiante, pode ser articulado para se atingir outros interesses.

O reconhecimento do engajamento do Brasil por parte do presidente haitiano eleito, René Préval, foi demonstrado ao escolher o nosso território como o segundo país a ser visitado (o primeiro foi a República Dominicana) após sua assunção no governo em 2006. Trata-se de um gesto simbólico e revelador. Isto reforça também a construção do caráter solidário na relação entre os dois países. Pois,

Para tentar romper o ciclo marcado pela indiferença e/ou pela ineficácia das soluções sugeridas frente aos conflitos que afligem os países em desenvolvimento é indispensável um repensar sobre os próprios mecanismos de solução e mediação de conflitos. Em outras palavras, para dotá-los de um nível de capacidade de intervenção nos conflitos que os afetam é necessário que eles demonstrem capacidade de elaboração de uma nova matriz ideológica e operacional capaz de fornecer uma alternativa ao atual sistema de solução de litígios. A mediação brasileira no Haiti é o exercício de uma diplomacia solidária e insere-se nesta perspectiva (SEITENFUS, 2009, p. 12).

A diplomacia solidária pode ser descrita como um mecanismo de intervenção em conflitos internos ou internacionais que, sob os auspícios do CS, não revelam ganhos reais para os países interventores, de modo que apenas a formação de um sistema multilateral, consciente e assumindo uma autoridade moral e política maior são estimulantes para a realização da mesma.

Segundo a teoria realista das relações internacionais, um Estado decide pela intervenção em outro Estado seguindo dois critérios: interesses objetivos ou pressionado por uma opinião pública. No primeiro caso, os interesses podem ser estratégicos,

militares, financeiros, políticos, diplomáticos ou de prestígio. No segundo caso, há uma comoção da opinião pública geral para mobilizar o Estado-sujeito a resolver o problema de um outro Estado, em especial quando este problema envolve danos à sociedade civil. (SOUZA, ZACCARON, 2006). Porém, Seitenfus (2009) revela que a ação do Estado-sujeito interventor no caso do Haiti não seguiu nenhum desses dois critérios.

O chanceler brasileiro, embaixador Celso Amorim, fornece uma valiosa e original contribuição à teoria da diplomacia solidária ao declarar que o Brasil está “profundamente comprometido no Haiti, política e emocionalmente, e isso no longo prazo”. Ao fazê-lo indica que os parâmetros sobre os quais o Brasil tomou a decisão de intervir devem ser compreendidos à luz de critérios outros que os decorrentes da fria razão (ou interesse) de Estado (SEITENFUS, 2009, p. 13).

No caso da MINUSTAH, muitos Estados latino-americanos estão compondo a missão, inclusive o chefe diplomático da missão é chileno, Juan Gabriel Valdez, ao passo que não há nenhuma potência militar participante, a não ser a China com 125 policiais (SEITENFUS, 2009). Isto aponta, por um lado, uma nova forma de mediação, criada a partir de um instrumento coletivo desinteressado, ao menos diretamente, na missão, aproximando-se da diplomacia solidária. Por outro lado, há aliado à imagem de grandes potências certo desgaste em relação à sua participação em operações de paz, pois muitos representantes de Estados – no Haiti, por exemplo, tem-se a França e os Estados Unidos – já atuaram em negociações anteriores e remetem a um passado de intervenções e interesses particulares escamoteados de boas intenções (AGUILAR, 2008).

Na condição de que inerentemente a ação da MINUSTAH carrega estratégias militares, de modo que são tropas armadas que intervém no país, ainda que sob a forte “bandeira branca”, dado tratem-se das tropas de paz da ONU, a outra estratégia política adicionada à ação aproxima-se daquilo que o teórico Joseph Nye (2002) denomina de poder brando ou *soft power*. Seria este aquele poder mais sutil e complexo das relações internacionais, em oposição ao poder duro, *hard power*, o qual está presente nos planos militar e econômico. Esta dicotomia entre *hard power* e *soft power* não suscita dúvidas no entendimento de qual lugar que a cultura e o papel simbólico ocupam neste emaranhado jogo de poder. Em outras palavras, é claro que é justamente na maneira em que elas partilham do poder brando, ou suave, ainda que se utilizem de meios do próprio *hard power*. Pois o intuito é o de “atrair aliados de ideologias semelhantes, sem o uso de ameaças. O poder brando, quando bem utilizado, reduz os

custos da liderança, por criar afinidades entre as nações, baseadas na imagem que lhes é transmitida pela nação que deseja ser líder” (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 220). Sanches Rocha (2009) traz uma leitura interessante sobre o *soft power*, dividindo em duas acepções principais. A primeira, mais próxima da definição clássica de poder entre os politólogos, coloca o poder brando a serviço do *hard power*, como ferramenta para auxiliar no poder de coação. A segunda, mais próxima do entendimento de Nye (2002) é vista “como sendo um efetivo e independente poder informal, por assim dizer, que reside nos meios de comunicação social, nos organismos não governamentais, nos movimentos sociais, entre tantos outros exemplos”²⁵ (SANCHES ROCHA, 2009).

Sem entrar propriamente no mérito de o Brasil fazer uso do poder brando nesta cena regional, mostra-se clara a intenção do país em rearranjar a relação Brasil-Haiti através de certas referências culturais, tal qual o emblemático caso do “jogo da paz” ocorrido entre os dois países, caracterizado por um amistoso ocorrido no próprio Haiti. Além disso, o próprio comportamento dos soldados encarregados pela missão são diferenciados dos demais contingentes estrangeiros, firmando um contato mais próximo e solidário junto à população haitiana. Eles doam camisas da seleção brasileira e também itens da ração alimentar pessoal para a população, tais como caramelo e cacau em pó. Com condutas como essa, torna-se evidente que o importante

É ganhar a confiança dos haitianos, é mostrar que o pessoal da ONU não constitui força de repressão inimiga, é cativar a população. Esses objetivos somente podem ser alcançados através de uma atuação mais ampla, de assistência humanitária e de ações cívico-sociais, como o jogo de futebol Brasil-Haiti promovido pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol), que tinha por objetivo chamar a atenção da comunidade internacional para as necessidades do país mais pobre do ocidente e ganhar a simpatia dos haitianos. (SOUZA; ZACCARON, 2006, p. 225).

Um ponto relevante para ser tangenciado é de a intenção política do Brasil estar também atrelada ao interesse em assentar numa cadeira permanente do CS, onde Índia e Japão já figuram como candidatos potenciais, caso isso ocorra. Tal reforma da ONU – ampliação do CS – é uma das pautas da política externa brasileira de maneira que não é um desejo recente, dado que desde a formação original da estrutura das Nações Unidas o Brasil é candidato a ingressar neste seletivo grupo de cinco países. Entretanto, apesar do “alegado desejo dos países membros e dos candidatos em promover uma ‘democratização’ das estruturas de poder internacional não passa de uma hipótese pouco

²⁵ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

credível para quem acompanha a realidade das relações internacionais. Os cinco permanentes atuais não desejam a reforma e não pretendem diluir o seu poder com novos candidatos” (ALMEIDA, 2008, p. 158).

Assim, Almeida (2008) antevê que se já “Durante algum tempo, se considerou que sua [Brasil] participação em missões de paz da ONU, a exemplo da Minustah, no Haiti, poderia representar uma espécie de bilhete de ingresso no CSNU, o que não é obviamente o caso” (p. 188), pode-se pensar em outros interesses subjacentes nesta intenção de comandar a missão. No contexto da América Latina onde ainda prevalecem desafios de evolução democrática e desenvolvimento de integração econômica, a atuação brasileira parece fortemente estar vinculada àquilo que o ex-presidente brasileiro José Sarney pronunciou na Assembléia Geral de 1989 ao delinear a pretensão do “país assumir maiores responsabilidades com a cooperação e a manutenção da paz no âmbito internacional, sem que tal postulação significasse a exigência de concessão do direito de veto no CSNU” (ALMEIDA, 2008, p. 169).

Todos estes fatores implicados demonstram que entender o papel do Brasil na MINUSTAH requer uma disposição para olhar na direção de outras dimensões que a cerca. Num primeiro momento a MINUSTAH trata-se de um acontecimento eminentemente político, porém, propõe-se olhá-lo através de seu viés cultural e discursivo, justamente por causa da importância do papel da visibilidade pública ancorado à cultura. Esta deixa então de ser um apêndice e emerge com um papel mais central nas relações sejam elas políticas, sociais ou econômicas. Esta posição é sustentada por diversos autores, conforme foi apresentado na introdução, e é cada vez mais partilhada por teóricos da comunicação, corroborando para o seu fôlego explicativo, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Por isso, deve-se levar em conta que se

A cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais previsíveis – da mudança histórica do novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma ‘política cultural’ (HALL, 2008).

Assim, se a pesquisa aqui desenvolvida trata sobre o aspecto cultural da MINUSTAH, é por causa também da confluência de que a cultura representa um dos pilares da ONU nas intervenções de paz. E uma vez que os discursos tematizam neste sentido, entende-se que os *media* têm função primordial sobre isto ao tornar visível tal

acontecimento, e por enquadrar inclusive a própria dimensão cultural em seu discurso sobre a Missão no Haiti, citando fragmentos do próprio discurso oficial brasileiro para compor a notícia.

1.4.1 Aspectos culturais na relação Brasil-Haiti e o discurso oficial brasileiro para o cenário externo

Se por um lado os laços culturais que permeiam os dois países – Brasil e Haiti – devem ser olhados com cautela quando se trata da análise dos proferimentos de políticos brasileiros, pois se observa que estes tentam mais que nivelar traços heterogêneos, possivelmente criar uma realidade de compartilhamento de valores culturais e identitários, por outro lado isto pode forjar o aparecimento de uma raiz cultural comum. Ainda que esta exista, não se deve ignorar até que ponto esta característica pode ser utilizada na reconstrução do Haiti ou como ela tem sido aportada para contemplar os interesses brasileiros na consolidação de sua política externa. Sanches Rocha (2009) salienta a importância da dimensão cultural em matérias das relações internacionais ao dizer que:

Fatores culturais comuns podem ser facilitadores, evidentemente, nas trocas comerciais e políticas. Não há dúvida quanto a isso e as tentativas integracionistas, como o Mercosul e a União Européia, dão claras demonstrações nesse sentido, apesar das dificuldades que também enfrentam e das gigantescas diferenças culturais que ambos demonstram em sua constituição.

Através da conduta de sua política externa o Brasil tem intenção de utilizar a própria imagem pacífica, baseada em seu histórico das relações internacionais, bastante firme e coerente, fiel ao multilateralismo, atitude transparente e aberta ao diálogo ante a comunidade internacional. Estes ditames o inserem na estratégica posição de potencial mediador de relações interestatais, em especial podendo ser trabalhada a fim de influenciar e interferir nos outros países latino-americanos. Como relata Fonseca Jr. (1997), para o atual ministro brasileiro das Relações Exteriores Celso Amorim, devido a sua importância política e tamanho, o Brasil já tem uma grande responsabilidade nas Américas.

Assim, o Brasil objetivava promover a coerência entre discurso e prática na ação definida pela Política Externa Brasileira (PEB) em sua ingerência no Haiti, já que o nosso país lidera a bandeira do desenvolvimento socioeconômico dos países pobres, e

promove a campanha mundial do presidente Lula na criação de um mecanismo internacional de financiamento no combate à miséria mundial. Portanto, o sucesso na MINUSTAH confirmaria a exequibilidade das predisposições brasileiras para o cenário internacional, em destaque na América Latina, o que promoveria a imagem externa do Brasil, dando-lhe maior respaldo e credibilidade, beneficiando assim sua posição perante outros organismos internacionais – a exemplo da OEA e da ONU, adquirindo então um multilateralismo mais consistente.

A transmissão dos valores democráticos e prioridades sociais internos ao Brasil para o plano externo consiste numa das vertentes da PEB, segundo é reiterado em diversos discursos de Celso Amorim. O país que quer ser representante da democracia, do pluralismo e da dignidade social deve possuir responsabilidade no cenário externo em função pautada nestas mesmas características, que devem ser compartilhadas com outros países caso isto se faça necessário. E deve ser capaz de demonstrar que a disciplina autoritária precisa ser substituída pela exaltação de um sentimento democrático, a fim de reverter o desequilíbrio social de um Haiti assolado pela miséria e violência.

Uma vez que desenvolvimento, democracia e Direitos Humanos correspondem à tríade da agenda internacional, um comportamento brasileiro desempenhado neste sentido corresponderia às expectativas de outros atores, explícitas principalmente nas organizações internacionais, promovendo conseqüentemente o *status* brasileiro no panorama externo ao conferir-lhe maior respaldo e credibilidade por parte dos grandes atores.

Nesse contexto, o Brasil argumenta que o alcance da representatividade no Conselho de Segurança da ONU será a democratização das relações internacionais, conferindo ao Conselho maior legitimidade e eficácia, no intuito de não agravar o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos no processo decisório das Nações Unidas. Na argumentação do próprio ministro das Relações Exteriores justifica-se que:

O Brasil, cuja candidatura a membro permanente foi seriamente considerada em 1945 – com o apoio do presidente Roosevelt – tem defendido a necessidade de um Conselho de Segurança renovado, que reflita a emergência de países em desenvolvimento como atores globais. Nossa percepção é de que, tal como hoje composto, o Conselho é incapaz de articular uma visão equilibrada e inclusiva da

ordem internacional que reflita de forma satisfatória as percepções do mundo em desenvolvimento.²⁶

Dentro da capacidade de ser um ator global efetivo, o Brasil ao demonstrar a importância de um diálogo com o nosso país na obtenção de avanços no âmbito político-militar haitiano é um exemplo da força que tal atitude ganha no cenário externo. Tal qual é evidenciado no trecho abaixo do jornal *Folha de S. Paulo*, que demonstra o papel do Brasil na efetivação do processo eleitoral no país:

O governo brasileiro defende maior empenho da comunidade internacional para que a solução dos conflitos no Haiti passe por ajuda econômica e projetos de desenvolvimento social, e não apenas a presença militar de capacetes azuis. 'É uma situação de desafio para os próprios haitianos, e não podemos fazer pelo Haiti o que eles não puderam fazer por eles próprios. O que podemos fazer é viabilizar o que eles quiserem fazer e, nesse caso, encontrar uma solução pelo diálogo, respeitando as leis e terminando adequadamente a contagem dos votos', disse Amorim [Ministro das Relações Exteriores do Brasil].²⁷

Concentrando-se em atingir as prerrogativas defendidas nesta pesquisa, torna-se válido contemplar todo este processo sob a ótica de como a cultura perpassa certos interesses dados como meramente políticos ou estratégicos. A almejada cadeira permanente no Conselho de Segurança, por exemplo, ao invés de ser razão fundamental para o bom desempenho militar na MINUSTAH, resultaria de uma decorrência natural da atuação polivalente brasileira, marcada por uma cultura de nosso país em tratar conflitos através de diálogo e cooperação, preocupando-se com a nossa região e respeitando a soberania estatal.

Não se trata de dar vazão a sentimentos ufanistas do Brasil, já que as dificuldades e desequilíbrios internos são graves e é preciso melhorar a articulação e implementação do projeto nacional. Entretanto, a presença internacional ativa do país quanto à comunhão e propagação de valorização da paz, da cultura democrática, da justiça social, capazes de traduzir uma política pública orientando as necessidades do país através das possibilidades de ganhos em atuações externas pode agregar uma excelente justificativa frente a conduta no plano externo (LAFER, 2001).

²⁶ "A ONU aos 60", Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores. Brasília, 03 out. 2005.

²⁷ DIANNI, Cláudia. Brasil pede que conselho da ONU avalie Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2006. Caderno Mundo.

Principalmente no caso específico em relação a países também subdesenvolvidos, mas com necessidades prementes de ajuda, como o Haiti, o qual, mesmo num grau diferente, tem a realidade próxima da nossa. Isto é, trata-se de um país, tal como o Brasil, também ex-escravista, sofrido com a instabilidade política e com a ausência de democracia, aspirante por desenvolvimento econômico, afetado com a influência norte-americana e com a dependência econômica externa. Enfim, com este discurso o Brasil enfatiza que por ter relativamente conseguido avançar em alguns desses aspectos tem a obrigação de empregar sua experiência na solução da tensão e crise presentes no país cujas raízes dos problemas são similares aos que já enfrentamos. E é também por tal motivo que o Haiti é entendido como um “país irmão”²⁸.

Na perspectiva da América Latina, este mesmo tipo de discurso brasileiro tenta demonstrar que o sucesso no Haiti direcionará o fortalecimento regional para um desenvolvimento e crescimento de forma integrada. Afirmando ainda ser possível através do diálogo de experiências compartilhadas, tendo em vista a comunhão cultural, contornar uma grave situação política, econômica ou social, no intuito de promover a inserção internacional da região numa globalização não mais assimétrica, mas preferencialmente benéfica e pacífica. Nas palavras do Lula há inclusive uma contribuição brasileira para novos paradigmas nas relações internacionais:

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional. Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta. Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.²⁹

Inclusive, esta importância global da solidariedade e da paz encontrada nos discursos dos representantes do Brasil, ancorada por uma cobrança de cooperação entre os atores no cenário internacional, move-nos a refletir esta questão mais ampla de

²⁸ Trata-se de um termo recorrentemente usado no discurso do presidente Lula ao se referir ao Haiti, tal qual é visto neste excerto: “A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo. Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um *país irmão*” (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 31 maio 2004. Grifo nosso).

²⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU. Nova York, EUA, 21 set. 2004.

centralidade da paz nos estudos de defesa e segurança como não mera coincidência com a centralidade da cultura desenvolvida pelos teóricos de Estudos Culturais e outros que pautaram a relação entre cultura e sociedade numa mesma época de inflexão do conceito cultura. Isto é, ambos emergiram na segunda metade do século XX, compartilhando do mesmo contexto político e social. Pois, se a guerra e o uso da força renderam lugar a uma diplomacia solidária de diálogo e disseminação da paz, grande interferência nesta arena é a cultura, agindo a partir de sua nova posição mais destacada. Este pode ser entendido então como o ponto de entrelaçamento de um afinamento das teorias das relações internacionais com o cenário que emergiu após a chamada “virada cultural”, no qual se redimensionou a relação da cultura na vida social. Discussão esta que será arrematada adiante, no capítulo seguinte, de forma apropriada.

Antes de conduzir ao próximo capítulo é preciso distinguir esta construção discursiva oficial daquela realizada pelos meios de comunicação, especificamente o jornal impresso. Isto porque, os discursos brasileiros apresentados nesta primeira abordagem são predominantemente respaldados por fontes oficiais do governo, como o Celso Amorim, Celso Lafer, o presidente Lula ou mesmo o pesquisador contratado pelo Brasil para auxiliar na intervenção, Ricardo Seitenfus. Estes discursos foram acionados para mostrar, em linhas gerais, a conduta de política externa brasileira aliando às atitudes presentes e descritas nos referentes discursos. Esta é a maneira como o acontecimento é concebido pelos dirigentes políticos, e é, portanto, a forma oficial dada a ver pelos mesmos. Entretanto, o alcance da visibilidade pública não é atingido tão somente por tais discursos, os quais podem ficar inclusive restritos ao circuito interno das relações políticas, ou os *media* especializados ou institucionais, tal qual é o caso dos proferimentos encontrados disponíveis no *site* do Ministério das Relações Exteriores³⁰. Desse modo, os *media* detêm um papel de importância ímpar na circulação e amplitude do acontecimento MINUSTAH, incluindo outras vozes além das fontes oficiais. É por isso que o lugar preferencial para localizar toda a problemática e implicações do comando militar brasileiro sobre a missão é demarcado em dois campos: O político e o midiático, partilhando do entendimento de Foucault (2008) que os discursos são o mesmo que acontecimentos discursivos e, assim, mais produzem do que refletem os seus próprios objetos de referência.

³⁰ Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/procura3.asp>. Acesso em 10 mar. 2009.

1.5 Campo dos *media* e campo político no entendimento sobre a MINUSTAH

Partindo da relevância e importância do estudo do campo discursivo para esta pesquisa na relação de produzir sentido sobre a MINUSTAH restringiu-se, de um lado, aos discursos construídos no campo dos *media*, e de outro, aos discursos construídos no campo político. Esta diferenciação entre os dois campos discursivos leva em consideração as restrições, especificidades e delineamentos compatíveis a cada campo. Como mencionado no final do item anterior, os discursos mais constroem do que refletem o objeto de referência, de maneira que a MINUSTAH sob a análise dos proferimentos de políticos é definida de uma dada maneira, enquanto o jornal impresso *Folha de S. Paulo* é de maneira distinta. Importante perceber que mais do que considerar a MINUSTAH como um fato externo aos dois discursos, ambos são capazes de constituí-la enquanto tal. Pois, como define Charaudeau (2006a), estudar os discursos é estudar os “atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado” (p. 37).

1.5.1 Os proferimentos oficiais dos gestores da missão

O discurso dos gestores políticos tem importância basilar sobre os fatos nele presentes, quais seja a Missão de Paz da ONU no Haiti. Pois, como dito anteriormente, é através destes que o discurso oficial brasileiro é construído. E como diz Foucault (2008) todo discurso institui prática, condensa em si uma ação. Também por isso o mesmo teórico adverte que é no discurso que a política exerce um dos seus mais temíveis poderes, considerando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10). A instância política situa-se entre o conceito e prática de política, isto é, sob um enfoque idealizante com criação de valores, de um lado, e um enfoque pragmático, de outro, que se sustenta pela relação de influência com o outro (CHARAUDEAU, 2006a).

Nos proferimentos políticos estão evidenciadas as relações de poder, as marcas ideológicas, as relações históricas, a construção de legitimidade, as marcas de

autoridade e de credibilidade (CHARAUDEAU, 2006a). Fazendo uso das palavras de Fiorin (2004)

Com a concepção dialógica da linguagem, a análise histórica de um texto deixa de ser a descrição da época em que o texto foi produzido e passa a ser uma fina e sutil análise semântica, que leva em conta confrontos sêmicos, deslizamentos de sentido, apagamentos de significados, interincompreensões etc. Em síntese, a história não é algo exterior ao discurso, mas é interior a ele, pois o sentido é histórico (p. 65).

Para Bakhtin (1992), trabalhar com os fatos sociais é prioritariamente analisar os discursos que os permeiam, entendendo como foram construídos e retransmitidos; a linguagem, portanto é tratada como fato social. Nessa direção, a pesquisa tem como ponto de partida o diálogo enquanto interação e construção de sentido, uma vez que “A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação” (BAKHTIN, 1992, p.121).

No caso do discurso político, Charaudeau (2006a) indica que alguns autores conferem tanta importância ao discurso, pois justamente é ele que motiva a ação política e confere sentido a ela. É a situação de comunicação que torna o discurso político e não simplesmente o seu conteúdo, de modo que o discurso é constitutivo do político, e não o contrário. Para o mesmo autor, as significações do discurso político são dadas por esta situação de comunicação e pelos próprios atores. Inclusive é preciso acrescentar às falas das pessoas, as instâncias institucionais que elas são filiadas. Isto é, Lula e Celso Amorim são personalidades psicológicas e sociais, mas representantes do Brasil na gestão da MINUSTAH. Em seus discursos especificamente para o nosso caso, eles justificam as ações e decisões para melhor defender a legitimidade, assim como tentam conchamar um apoio dos cidadãos, construindo estratégias dentro do discurso para isso.

Bakhtin (1992) argumenta que “qualquer que seja a enunciação [...] é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida” (BAKHTIN, 1992, p.113). Isto implica que os discursos sobre a MINUSTAH estão, em última instância, em interlocução com o cidadão brasileiro, na medida em que dialogam a partir de um espaço simbólico comum – a identidade nacional –, buscando coesão e construção de um sentido que seja compartilhado principalmente por aqueles que são representados pelo Estado: a população brasileira. Logo, a invocação da cultura nacional em proferimentos destes gestores sobre a MINUSTAH revela uma construção coerente entre o novo que se pretende justificar – a intervenção político-militar onusiana – e aquilo que é compartilhado pelo povo enquanto uma cultura comum, que invoca a paz e a

solidariedade imiscuída na nossa cultura, em meio ao contraponto de tantas adversidades internas ao nosso país. Outra interlocução também identificada são as próprias tropas militares brasileiras, o povo haitiano, os políticos que aprovam as leis concernentes aos interesses dos dirigentes da MINUSTAH e a comunidade internacional como um todo, dentre ela, as Nações Unidas.

Confirmando-se assim que “a própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais” (BAKHTIN, 1992, p. 113). Pois a palavra é a ponte entre o “eu e o outro” (*idem*), os quais podem estar simbolizados coletivamente, considerando o meio social em que se determinam e atualizam a enunciação, uma vez que as palavras só significam nos respectivos contextos de uma dada interação social. Desde que considerando que “a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (Foucault, 2008, p. 70)

A comunicação considera necessariamente a existência do “interlocutor” junto ao locutor e, mais do que uma expressão unilateral do locutor, ela se estende à comunicação verbal como um todo, e não apenas à face a face. Logo, o “discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas [...]” (BAKHTIN, 1992, p. 123). Faz-se esta referência ao discurso escrito, principalmente porque é exatamente este que antecede um proferimento. É comum os proferimentos serem anteriormente preparados para depois ser apresentado ao público.

Os discursos oficiais legitimam de certa forma aquilo que é dito, pois são respaldados pela sua fonte institucional, a qual no caso desta dissertação é oriunda do poder executivo do Estado brasileiro responsável pela missão, personificados pelo presidente Lula e pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Na medida em que os jornais também constroem quadros de sentido a partir de suas notícias, os discursos oficiais possibilitariam evidenciar, por comparação, a maneira como o jornal enquadra a temática da cultura, de modo a reportar – ou não – àquilo trazido pelos referidos proferimentos oficiais. A considerar que

É pelo prisma bakhtiniano que percebemos os discursos não como espaço de entendimento, mas de confronto de interesses. Discursos são a parte mais visível – e talvez a mais decisiva – de um jogo incessante de relações de poder do qual participa toda a sociedade, seja na esfera privada como da pública (ARAÚJO, 1995, p. 176).

Dito isto, torna-se clara a importância da relação dos proferimentos dos políticos com os *media* no entendimento de como a visibilidade pública pode dar a ver questões de âmbitos culturais, a considerar o enquadramento que marca tanto a matéria jornalística quanto os discursos do presidente Lula e do Celso Amorim.

Segundo Charaudeau (2006a) o discurso político estabelece uma relação com a ação, o poder e a verdade. Se a ação política está inserida numa organização social visando o bem comum

A palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2006a, p. 21).

Os proferimentos políticos podem não ser dirigidos para os *media*, porém eles têm em mente que ao final, eles podem se tornar material para o discurso midiático. Nesse sentido os *media* assumem, pela amplitude e visibilidade, uma maneira determinante na união da instância política com a instância cidadã (CHARAUDEAU, 2006a).

Independente de qual conteúdo encontrado no jornal, ou da porosidade com os proferimentos oficiais, é trazido em alguns de seus textos a citação de nossos dirigentes políticos para construir o seu próprio discurso. Se é do interesse do jornal trazer a fonte legítima e oficial que fala sobre a MINUSTAH, existe também o interesse do próprio político: “Os políticos sempre tiveram necessidade de visibilidade (devem ter acesso à cena pública), de imagem (devem seduzir) e de legibilidade de seu projeto político (devem ser compreendidos)” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 287).

Uma matéria jornalística composta por um discurso direto, utilizando as aspas, por exemplo, é capaz de produzir um efeito de sentido de verdade. Como indica Fiorin (2004) “É como se ouvisse a pessoa falar com suas próprias palavras e, portanto, com a mesma carga de subjetividade” (p. 51). É necessário atentar-se para a força do argumento que se cria, pois há o compromisso com a veracidade e não com a verdade, já que é preciso parecer verdade aquilo que se crê como tal (CHARAUDEAU, 2006a). As aspas também distanciam palavras ou expressões daquele discurso que faz uso delas,

de maneira que o discurso não assume como suas. As aspas podem também ter caráter aproximativo naquilo que se pretende dizer.

Por outro lado, há o discurso indireto – de conteúdo ou de expressão. Aquele que analisa o conteúdo é carregado de um efeito de objetividade analítica. Assim, eliminam-se expressões de natureza emocional focando na objetividade, sendo bastante usado na construção de textos filosóficos, científicos ou políticos, na função de “criticar, rejeitar ou acolher as posições expressas pelos outros” (p. 51). Já o discurso indireto, que analisa a expressão, preocupa-se com o modo de dizer, mais do que o conteúdo, revelando peculiaridades e a própria posição do narrador em razão do que este que fala. Para tanto, o enunciador pode fazer uso das glosas, que são comentários e explicações, na tentativa de distinguir as interpretações.

Os *media* podem se apropriar de uma dada frase, descontextualizá-la e inseri-la na sua produção jornalística, e os políticos reconhecem a interferência desse artifício jornalístico (CHARAUDEAU, 2006a). Há casos dentre os textos analisados em que o enviado especial da *Folha de S. Paulo* viajou a convite do Exército brasileiro, e o jornal distingue quando isso ocorre, qualificando explicitamente junto ao autor da matéria. Viabilizar e financiar viagens como essa, por exemplo, é uma forma de o país incentivar formalmente a difusão sobre a missão, tornando público aspectos que julga relevante ou importante para ser propagado.

1.5.2 O discurso do jornal impresso como construto social da realidade

Os *media* são acionados enquanto *locus* privilegiado para se olhar as relações construídas entre a cultura e a MINUSTAH, uma vez que os *media* ampliam horizontes de entendimentos, repercutem na sociedade em função de sua visibilidade, permitem o conhecimento de realidades distantes etc. Segundo diversos autores – Johnson-Cartee (2005), Thompson (1998), Braga (2006), Silverstone (1994), Verón (2001) etc. – grande parte do conhecimento é construída pelos *media*, sendo estes os responsáveis por tornarem reais experiências que na prática poderiam não se concretizar, como, por exemplo, saber da existência do prefeito ou do presidente, sem nunca ter se encontrado com eles; ou ainda, o conhecimento de culturas e terras distantes nunca visitadas, sem colocar em dúvida a existência destas. Os meios de comunicação permitem que se

entronizem realidades no conjunto de experiências de um sujeito, construindo e ordenando a realidade, incorporando, portanto, um papel de prática social.

Hirst (2007) observa que, dentre outros fatores, a MINUSTAH “se destaca no âmbito da ação latino-americana por sua abrangência e visibilidade” (HIRST, 2007, p. 7), as quais, indubitavelmente, são corroboradas e viabilizadas pelos meios de comunicação. Por ser um processo político, ressalta-se a influência que os *media* exercem sobre a opinião dos cidadãos e são também por isso alvo das estratégias de comunicação dos políticos, em razão da potente repercussão midiática em transmitir os seus discursos e atos políticos (CHARAUDEAU, 2006b).

Como a preocupação principal desta dissertação não envolve apenas identificar o lugar da cultura nos discursos governamentais, mas também naqueles expostos ao debate público através dos *media*, toma-se como objeto de pesquisa um jornal impresso de grande circulação no Brasil e consolidado dentro de certa credibilidade junto aos leitores e ao cidadão brasileiro, o jornal *Folha de S. Paulo*³¹.

É adequado ao se enveredar para a abordagem do jornalismo impresso respeitar os seus modos operatórios próprios e levar em consideração que ele constrói uma narrativa do real de maneira bastante forte – ao escolher determinados temas, selecionar discursos, enquadrar.

Nesse horizonte, entendem-se as notícias, em seu conjunto, enquanto narrativas da realidade – as quais constituem um elemento importante para analisar o processo jornalístico e o fenômeno social – ao mesmo tempo em que interagem com a sociedade através dos valores sociais, e por tal motivo, e, em grande parte, são instituidoras do real (ALBUQUERQUE, 2000). O texto jornalístico é de caráter reflexivo com a vida social e o mundo político, recebendo pressões externas dos acontecimentos (guerras, catástrofes naturais) e da agenda política (decisões e tratados). Ainda assim, há uma seleção da realidade por parte da instância midiática, pois depois de terem selecionado os fatos devem hierarquizá-los e descrevê-los, ocorrendo uma construção parcial da realidade (TRAQUINA, 2004; CHARAUDEAU, 2006a). As narrativas então surgem dada a necessidade de explicação do acontecimento, ainda que muitas vezes desprovida de perspectiva histórica, mas que pareça evidente. Por isso, não se pode negligenciar o fato de que a produção da notícia respeita uma série de constrições caras à rotina

³¹ A escolha pelo jornal *Folha de S. Paulo* será mais bem justificada no capítulo três, referente ao conteúdo metodológico do item **3.1 Corpus de todo o material**.

jornalística de um determinado veículo midiático, que envolve as intenções e procedimentos daquele que informa – composta de diferentes atores como jornalistas locais, enviados especiais analistas, chefes de redação etc. (CHARAUDEAU, 2006a).

Em oposição à teoria do espelho³², conduz-se esse entendimento do jornal como uma narrativa de construção social da realidade, imiscuído, claro, a outras diversas formas contemporâneas de construção, em função das experiências compartilhadas de mundo que sua narrativa conforma (COSTA; MOTTA; SILVA, 2004). Haja vista que “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (CHARAUDEAU, 2006, p. 95).

Ao aproximar-se, destarte, das teorias construcionistas, que consideram a narrativa do jornal uma construção social, não significa dizer que esta distorça a realidade. Logo, considerar tal paradigma não subtrai das notícias a capacidade de informar, nem mesmo a própria capacidade de representação da realidade que elas conformam, mas as trata por sua vez como uma narrativa do real, a única ressalva é de não confundir com o que seria uma cópia fidedigna do real (TRAQUINA, 2004). Isto permite arrematar melhor a construção da notícia feita pelo jornal com a teoria do enquadramento, uma vez que os *media* constroem os universos de discurso do espaço público. Além disso, a midiatização contemporânea alcançou um lugar específico de mediação social, na medida em que faz partilhar um sistema de valores e desempenha um papel de cimento identitário (CHARAUDEAU, 2006a; CHARAUDEAU, 2006b).

Considera-se, também o papel informativo do jornal, despretenso de uma objetividade pura e, ressoando, pois, no aspecto narrativo da notícia, que considera a subjetividade. Isto não invalida a credibilidade da instância, pois ela usa de outros artifícios tais como a investigação crítica de acontecimentos políticos, na tentativa de mostrar a verdadeira realidade denunciando aquilo que é escamoteado. E assim “As notícias produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa não apenas trazem à audiência informação, mais que isso, atualizam a realidade social” (COSTA; MOTTA, SILVA, 2004). De forma que

³² É assim chamada por afirmar que a mídia refletiria a realidade, de maneira objetiva e imparcial – já que os jornalistas seriam neutros. Esta teoria surgiu nos Estados Unidos, tendo dois momentos históricos: No século XIX com o jornalismo de informação; e em meados do século XX, quando o jornalismo estava arraigado ao conceito de objetividade (fatos *versus* opiniões) (TRAQUINA, 2004).

Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – o que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial (CHARAUDEAU, 2006a, p. 62).

Aponta-se neste sentido a necessidade de se entender as narrativas, uma vez que o discurso “abarca os acontecimentos do mundo, mas estes só ganham sentido por meio de uma estruturação que lhes é conferida pelo ato de linguagem através de uma tematização” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 95). Neste caso, parte-se de um apanhado abrangente de várias notícias – a seqüência dos quatro anos de matérias relativas a MINUSTAH – para apreender melhor a narrativa construída pelo jornal. É claro que para os *media* (não confundido com os casos dos regimes militares, ou os meios de comunicação militantes, como panfletos e jornais partidários) está num jogo de cooptação de leitores e de credibilidade junto a eles, e justamente por isso cria uma narrativa instigante ao mesmo tempo em que muitas vezes critica e revela aspectos obscuros do poder político, principalmente demonstrando que não tem influência direta da instância política, e assim posiciona seu lugar de fala na construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2006a).

É comum o jornal partir de excertos políticos para a construção de sua matéria. Inclusive em muito dos momentos nos quais se observa a vinculação da cultura no jornal *Folha de S. Paulo* encontram-se citações diretas dos discursos de agentes do Estado versando sobre a MINUSTAH. Por outro lado, embora os *media* apresentem fontes oficiais, procura se distanciar do poder político diversificando as fontes e realizando pesquisas próprias de investigação por uma questão de credibilidade, como se observa na *Folha* ao enviar alguns correspondentes internacionais para acompanhar os acontecimentos diretamente no Haiti. Isto tenta mostrar que estão desvinculados da influência do poder estatal, principalmente quando criticam ou revelam experiências políticas ilegais (CHARAUDEAU, 2006a).

Existe certa responsabilidade dos *media* por serem estes uma instância relativamente determinante na produção de um fato social, principalmente quando eles intervêm no campo do discurso político. Charaudeau (2006a) critica a maneira de seleção e construção das informações políticas pelos *media* por acreditar que eles

trabalham no tempo do efêmero, e por isso possuem um tempo diferente do político e do jurídico:

As mídias são uma máquina sem memória que tende a construir uma consciência cidadã também sem memória. Assim, a opinião pública construída pelas mídias escapa ao político, pois apenas raramente ele corresponde ao que deveria ser o alvo do discurso político: uma consciência política (p. 295).

E assim, a responsabilidade dos *media* interfere na chamada consciência cidadã, pois este é o lugar onde a maioria da população busca se interar dos fatos sociais e políticos.

Em função disso buscou-se trazer para a análise os próprios proferimentos dos representantes do Estado que gerenciam a missão a fim de identificar também como estes discursos se referem ao papel desempenhado pela dimensão cultural possibilitando ver na análise final desta dissertação se há porosidade ou cruzamento de enquadramento entre ambos.

2 COMUNICAÇÃO, CENTRALIDADE DA CULTURA E SUA ATUAL CONVENIÊNCIA

A ênfase do capítulo anterior foi no modo como o objeto desta pesquisa interage no cenário mais amplo, trazendo a evolução histórica da missão, a inserção do Brasil no cenário regional latino-americano, e a relação entre interesses brasileiros e discursos oficiais, acrescentando, por fim, a cobertura jornalística referente ao processo político de ingerência da MINUSTAH. Dialogou-se, portanto, com teorias, conceitos e abordagens que a própria força do objeto invoca, dada a sua natureza de ser um acontecimento com repercussões nacionais e internacionais, de dimensões políticas, econômicas e culturais.

Este capítulo sustenta, por seu modo, a evolução do problema central da pesquisa ao sedimentar o terreno teórico dos Estudos Culturais, juntamente com as determinantes contribuições de George Yúdice (2004) sobre a conveniência da cultura. Se a questão que instiga a desenvolver esta pesquisa emergiu naquele primeiro momento capitular, de conceituação da MINUSTAH no cenário, é neste capítulo que é possível configurar a problemática, por fornecer os instrumentos necessários de análise através dos caminhos sobre o entendimento do lugar central da cultura na vida social.

Assim, divide-se este capítulo em dois momentos de discussão. O primeiro momento, mais breve, demonstra o entendimento da cultura na área comunicacional, apontando a relação constitutiva entre elas. Já o momento subsequente traz o desenvolvimento da cultura como recurso e da relação mais afinada que esta estabelece com a política e com a identidade, em função de vários interesses e questões, como a importância de ver que raízes culturais são invocadas pelo Brasil para buscar estreitamento direto com o seu desempenho político no Haiti, tanto que há uma ênfase de o Brasil ter uma conduta diferenciada na missão de paz, entendida como especial principalmente por suas ações cívico-sociais integradas que envolvem um concerto entre militares, ONGs, missionários e arranjo político institucional. Discute-se por esta razão vinculações mais estreitas do recurso político em torno da identidade cultural, identidade nacional e as marcas da identidade da América Latina, permeados pelo conceito de imaginário coletivo já que influencia na conceituação do modo de agir brasileiro e da importância e responsabilidade regional no comando da missão.

Pontuam-se as inflexões que o conceito da cultura sofreu, desde seu entendimento moderno até o uso como recurso, para se adequar ao modo como é apreendido para o caso específico desta dissertação, sem a pretensão de apresentar detalhadamente este processo. Desse modo, partiremos das discussões desenvolvidas dentro dos Estudos Culturais sobre o conceito de cultura e em seguida abordaremos o entendimento da cultura como um recurso, e, mais adiante, a cultura como um recurso político.

2.1 Comunicação e cultura: Caminhos suturais

Os Estudos Culturais sustentam a problemática desta pesquisa na medida em que foi com a instauração de seu campo teórico que passou a ser possível estabelecer novas relações entre cultura e sociedade, e, principalmente, como estas relações recaíam sobre os meios de comunicação de forma reflexiva, isto é, numa dupla afetação onde um interfere no outro, um constitui o outro. Por se tratar de um campo naturalmente de interface, utilizar esta abordagem permite também acionar teorias da cultura, da política, da sociologia, pois, como sumarizou Canclini (1999) “Aquele que realiza estudos culturais fala a partir de intersecções” (p. 27).

Diante do novo movimento da cultura em se tornar fundamental na abordagem contemporânea, ela atende, em consequência, uma dimensão comunicacional, ou seja, deixa de ser representada apenas por artefatos materiais e concepções abstratas destituídas de materialidade e temporalidade, para significar também um modo de vida, arraigada, produzida e reafirmada nas relações sociais. Nessa perspectiva, a cultura pode ser entendida como o conjunto de práticas sociais que instituem significados. Para Stuart Hall (2008), isso não significa dizer que “tudo é cultura”, mas que toda prática social depende e tem relação com o significado. Conseqüentemente, a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, ou seja, “toda prática social tem uma dimensão cultural”³³ (HALL, 2008). Pois “a comunicação, pensada na sua interação com a cultura, é o movimento da vida social, o que significa dizer que as práticas comunicativas são constituidoras da vida social” (PERULOZZO, 2006, p. 178).

Logo, em razão do caráter simbólico que a cultura desempenha em conjunto com a linguagem, conferindo sentido e nomeando as práticas culturais, ela firma-se como

³³ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

objeto comunicacional na medida em que constitui o vínculo interacional entre o *eu* e o *outro*, já que esta relação só existe quando compartilha significados, e, portanto, está sob o domínio da língua (BRAGA, 2006; FRANÇA, 2002a; PERULOUZZO, 2006; WILLIAMS, 1969). França (2002a, p.27) sintetiza o processo comunicativo como “algo vivo, dinâmico, instituidor – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da cultura”.

A cultura é vista então como uma construção em processo, ao contrário de uma conclusão estática do termo, de maneira a ser entendida como uma produção comum de significado. E ainda, mais do que significar o artefato em si mesmo, ela passa a ser uma resultante do processo atravessado pelas novas significações modernas que sofreu, adquirindo inclusive o conceito de “todo um modo de ser”, no qual a cultura é realizada por todos na vida ordinária, sem hierarquizar ou homogeneizar, pois caso contrário, seria a imposição de uma cultura dominante, reconhecimento de uma cultura elitizada, ou aniquilamento das diferenças (WILLIAMS, 1969).

É neste momento que a cultura equipara-se ao mesmo patamar do mundo das Artes, Literatura e Música (ESCOSTEGUY, 2001) adentrando ao terreno da comunicação, dado que ela permeia todo processo comunicativo, costurando as relações sociais (WILLIAMS, 1969; BRAGA, 2001). Tal qual o debate trazido por Martín-Barbero (2001) onde se supera a oposição de cultura dada entre os antropólogos e os sociólogos, no qual para os primeiros a cultura é tudo, “tanto o machado quanto o mito” (p. 13), e para os sociólogos que vêem a cultura somente em práticas e produtos relacionados às Artes e Letras. Já que ele acredita que “a cultura escapa toda compartimentalização, irrigando a vida social por inteiro” (p. 14).

Ao se localizar neste terreno, a cultura é então tratada dentro das interações múltiplas, sendo uma delas, os *media*. Os *media* concebem diversas interlocuções com a teoria social, assim tal objeto de estudo conforma instrumentos adequados para o desenvolvimento de uma pesquisa transdisciplinar³⁴ – aquilo que se ocupa de várias disciplinas em conjunto. Isto potencializa e enriquece o estudo, “deixando que o conceito de comunicação ganhe variáveis que se atualizam em objetos disciplinares e

³⁴ Segundo Braga (2001), o objeto comunicacional é mais complexo do que simplesmente um objeto interdisciplinar, pois o importante é “observar o funcionamento do que há de comunicação no campo mesmo das diversas disciplinas humanas e sociais – e ver como essa diversidade pode ser percebida como *atravessada* por uma mesma ordem de reflexões que as faz interessantes de um outro ponto de vista: enquanto objetos comunicacionais” (p. 40).

transdisciplinares, em ressonância com a indagação do problema complexo” (DUARTE, 2007, p. 13).

É natural que “os estudos culturais ficam, então, obrigados a fundamentar-se em métodos e princípios de outros campos para descrever e dar conta dos processos e instituições e, ainda, condições sociais e políticas particulares” (ESCOTESGUY, 2001, p. 122), e por isso extravasa a simples metateoria para atingir um projeto propriamente político, de ação.

Sobre o alargamento deste terreno, avalia Escosteguy (2001) que “todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história” (p. 26), enfatizando o caráter constitutivo da cultura em esferas de política, poder e dominação. Complementa-se este raciocínio com a consideração da interferência direta com que as instituições mediáticas atuam sobre a cultura. Pois, conforme a própria autora define:

A investigação da cultura mediática, incluindo tanto os meios, os produtos e as práticas culturais – ou seja, refere-se tanto à natureza e à forma dos produtos simbólicos quanto ao circuito de produção, distribuição e consumo – está inserida numa concepção mais abrangente de sociedade vista como o terreno contraditório de dominação e resistência onde a cultura tanto se engaja na reprodução das relações sociais quanto na abertura de possíveis espaços para a mudança (p. 17).

Por tal razão, a concepção mais recente de cultura de que ela estaria em suas conformações simbólicas e práticas sociais vêm a ser o modo como intercepta o paradigma relacional³⁵, respaldado no campo teórico da comunicação, uma vez que a comunicação nesse paradigma não ocorre como transmissão direta de sentidos, mas como troca de experiências. Logo, isto vai ao encontro também da definição já evocada de cultura, que se faz sob o domínio da língua, no terreno da linguagem. Neste ponto é possível abrir a interlocução com Castells (1999) a respeito de língua, identidade nacional e cultura, discussão que será adensada no tópico mais adiante. Pois “sob uma perspectiva histórica, a língua estabelece o elo de ligação [sic] entre a esfera pública e a privada, e entre o passado e o presente, independentemente do efetivo reconhecimento de uma comunidade cultural pelas instituições do Estado” (p. 70). Isto significa dizer que a língua enquanto expressão direta da cultura representa uma resistência real contra

³⁵ Chamado de esquema constitutivo ou praxiológico, este esquema conceitual parte do fato de que “a comunicação é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o que nenhuma ação, nenhuma interação é possível” (QUERÉ, 1991, p.7), portanto, explica uma forma de perceber a ação e interação no discurso.

os aparatos de poder dominante. Corporifica-se ela num último bastião de uma história compartilhada, de modo que apesar da interferência da ideologia da modernização e do poder dos *media* global é capaz de ser construída por bases comuns, pelo povo. Isto indica que:

O gesto de cultura (fala, dança, criação, comportamento), em situação de auto-explicação, já não é apenas movimento de participação e de identificação do indivíduo na sociedade. É também expressão consciente desse identificar-se – é comunicação (aos iguais e aos diferentes) da opção feita. Corresponde a uma seleção entre diversos jogos e atuação consciente sobre suas regras, via interação social (BRAGA, 2001, p. 47).

O domínio da linguagem ao ser relacionado ao entendimento de cultura como o “conjunto de processos de produção, circulação e consumo das significações na vida social” (CANCLINI, 2003, p. 78) implica numa construção que, simbioticamente, é do domínio comunicacional. Pois, pensar na construção do lugar da cultura num processo discursivo atravessado por relações de poder, de interesse e de grande interferência política rescinde, sobretudo, em sua face que interage com a vida social. E este lugar só é demarcado a partir da construção discursiva, do embate de sentidos e do compartilhamento da concepção de cultura como um campo a ser preenchido na dinâmica interacional.

Atenta-se por isso ao imbricamento da cultura em esferas da economia e da política, no modo em que elas se articulam e “se constituem mutuamente” (HALL, 2008). Esse encadeamento recíproco entre as arenas confere a premissa para esta pesquisa, pois se o papel da cultura já mantém, por si, relação direta com a política, abre-se um caminho para pensar de que forma esta relação é pautada. E, principalmente, quais os mecanismos são acionados nesta vinculação. É preciso, portanto, “o esforço por desentranhar a cada dia mais complexa trama de mediações que a relação comunicação/cultura/política articula” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 13).

Mediações são mais do que pontes nesta articulação, uma vez que interferem diretamente nas próprias relações, regulando o processo da construção de sentido. São elas as responsáveis por intensificar e dar coesão a estas relações, de maneira constitutiva, isto é, não cabe somente uma leitura fixa e limitada ao texto cultural, mas estendida às relações que a circunscreve, já que “a comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos, mas de re-conhecimento” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 28), e para

haver o reconhecimento é pressuposto que se acione elementos que a comunicação em si cria, através da mediação e da cultura.

Próximo dessa discussão tem-se o entendimento de “fronteiras da cultura” de Bhabha (1998). Ele explica que os também chamados de “entre-lugares” não são simplesmente consequência de um passado ou resultante de um presente, mas é a criação de um novo lugar, um novo tempo, o da tradução cultural, renovando o passado e inovando o presente, e por isso a aproximação disto como uma forma de mediação. Assim, para este autor: “A complementaridade da linguagem como comunicação deve ser compreendida como algo que emerge de um estado constante de contestação e fluxo causado pelos sistemas diferenciais de significação social e cultural” (p. 313), e que só podem existir a partir da tradução cultural.

Com os olhos voltados para isto, retoma-se a questão da reflexividade das trocas sociais, pois “Quando comunicamos, dizemos alguma coisa; e dizemos também algo sobre o que dissemos” (FRANÇA, 2003, p. 9). Esta relação complementar e por vezes, paradoxal, já que se pode refutar aquilo que é dito, engendra o caráter complexo e global da linguagem, numa relação que extravasa o próprio ato comunicativo e relega ao papel da cultura uma relação intrínseca ao próprio ato. E desta maneira tem-se as interações sociais interconectando-se num sistema ainda mais amplo – a cultura – característica que garante a globalidade da comunicação (WINKIN, 2001).

2.2 A trajetória da cultura: Dos Estudos Culturais à sua atual conveniência

A ascensão da cultura para o centro da vida política, econômica e intelectual a partir de transformações ocorridas desde o início do século XX, foi descrita por diversos autores – Michael Denning (2005), Stuart Hall (2008), Raymond Williams (1969) etc. – como o ponto de inflexão teórico dado pela “virada cultural” da Nova Esquerda³⁶, na segunda metade do século XX (DENNING, 2005). Esta guinada representou para o debate um novo conceito de cultura, onde, segundo Williams (1969), a cultura readquiriu um ar comum, partilhada por todos na vida ordinária, e não apenas restrita à elite, e vista dentro de uma concepção sócio-histórica (MATTELART; NEVEU, 2004).

³⁶ No período após a Segunda Guerra Mundial convergiram diferentes intelectuais que se preocuparam em estudar as novas transformações que marcavam o emergente contexto mundial - reprodução (Bourdieu), hegemonia (Hall), ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (Althusser), disciplina (Foucault), formação do sujeito e imperialismo cultural (Dorfman e Mattelart). Eles foram os responsáveis, ainda que sob perspectivas distintas, pela “virada cultural”. (ROCHA, 2008).

E, mais do que isso, a cultura também reordenou a sua relação com as esferas da política e da economia, pois uma vez considerada como central, ela rearticula todas as demais polarizações, conferindo um novo lugar para antigas discussões firmadas nas ciências econômicas, políticas ou sociais³⁷. Como explica Hall (2008), o contexto da “virada cultural” deve ser visto não como:

uma ruptura total, mas como uma reconfiguração de elementos [...] em particular o foco na linguagem e na cultura como área substantiva, e não simplesmente como aquela que servia de elemento de integração para o restante do sistema social.³⁸

Na definição antes ditada pelo conceito moderno de cultura há uma clara distinção e hierarquização da cultura, na qual a erudita prevaleceria em qualidade e reconhecimento sobre tudo aquilo que era entendido como popular, das massas. Por isso o considerável avanço ao pensar numa cultura produzida e compartilhada pelo povo, por todos. Este foi o novo pensar discutido pelos teóricos da “virada”.

O sentido de cultura comum trazido por Williams (1969) aproxima-se da cultura popular de Hall (2003) à luz do que este diz sobre as “relações absolutamente essenciais do poder cultural – de dominação e subordinação – que é um aspecto intrínseco das relações culturais”³⁹. E assim, a luta política é aplicada ao lugar onde a cultura virou o substrato, ou seja, a instância fundamental para que a luta seja travada, reverberando, inclusive, nas lutas de identidade e pelo reconhecimento⁴⁰. E isto só é possível ocorrer na medida em que a cultura popular é trazida para um contexto mais amplo, de relações culturais e compartilhamentos comuns, mesmo com a presença hierarquizada do poder cultural, e que seria um obstáculo difícil de ser transposto se partisse da concepção

³⁷ Embora tratemos especificamente de autores dos “Estudos Culturais”, outros debates também foram travados de diferentes lugares teóricos, pois partilharam das discussões da “virada cultural” na medida em que pautaram, em momento concomitante, elementos que revisavam a relação entre cultura e sociedade. Isto demonstra a ampla discussão alçada por tal movimento e seus aspectos globais, de anseio transnacional, não mais retido simplesmente a um contexto nacional. Vertentes dos Estudos Culturais sejam norte-americanas, britânicas ou latino-americanas podem divergir em variados pontos, mas todas “configuram um pensamento político-cultural que se indaga sobre o lugar que ocupam as atividades relacionadas aos *media* na compreensão do campo cultural contemporâneo” (ESCOSTEGUY, p. 121, 2001).

³⁸ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Relativamente recente, o conceito de reconhecimento foi construído a partir do valor moderno de igualdade entre os indivíduos (FRASER, 1987; TAYLOR, 1994). Há diversas teorias e debates sobre o reconhecimento, dentre os quais se têm aqueles desenvolvidos por Taylor (1994) e Fraser (1987). Sem adentrar nas especificidades teóricas de cada autor, pode-se dizer que em uma concepção mais ampla elas prescrevem que a construção da identidade, seja coletiva ou individual, é intersubjetiva e relacional com os padrões culturais, com as estruturas políticas e com as instituições sociais, de maneira que além dos aspectos culturais de justiça, há também os aspectos econômicos a serem conquistados através de lutas sociais, entendidas como lutas pelo reconhecimento.

moderna de cultura. Claramente, em casos como o da luta pelo reconhecimento a cultura está marcada por uma concepção instrumental, como salienta Martín-Barbero (2001), o qual justifica a vantagem de tal instrumentalização justamente por ser uma primeira forma de valorização possível da cultura, traduzida nestas lutas e práticas. Por isso é preciso reconhecer que este primeiro passo de instrumentalização corresponde a um avanço para o papel da cultura na vida social, dado que a instrumentalização está relacionada à “percepção da cultura como espaço não só de manipulação, mas de conflito, e a possibilidade então de transformar em meios de liberação as diferentes expressões ou práticas culturais” (p. 46). É preciso acrescentar também que o caráter instrumental é apenas uma das facetas da cultura, as quais são reveladas por autores como Martín-Barbero (2001) e Bhabha (1998) em discussões menos instrumentais da cultura.

Para Martín-Barbero (2001) as práticas populares e a mestiçagem – entendida como uma reordenação cultural em que passado e presente são vistos dentro de relações interculturais locais, regionais e globais – são formas de preservação da identidade cultural ao mesmo tempo em que são adaptadas a necessidades modernas, e ele assim alega que a cultura popular seria capaz de modificar as formas de expressão da cultura de massa, isto é, influenciar na própria maneira de manifestação da cultura de massa (ESCOSTEGUY, 2001). A cultura de massa seria mais uniforme que a cultura popular, pois esta pode ser expressa em vários âmbitos micros ou mesmo macro, mas não é tão homogêneo quanto o é a cultura de massa. Bhabha (1998) também apresenta seu entendimento sobre a importância da cultura criar uma textualidade simbólica e ser capaz de promover mudanças no compartilhamento social de sentidos ao dizer que:

Há mesmo uma convicção crescente de que a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não-canônicas – transforma nossas estratégias críticas. Ela nos força a encarar o conceito de cultura exteriormente aos *objets d'art* ou para além da canonização da “idéia” de estética, a lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social (p. 240).

Williams (1969) já apontava, em suas discussões a respeito da comunicação de massa, a disritmia entre a técnica da cultura e os usos que se faz dela, estabelecendo que a cultura estivesse mais nas conformações simbólicas do que restrita em sua própria produção ou mercadoria. Seria, pois, obsoleto pensar no sentido inerente relativo ao produto ou mercadoria, já que o sentido é dado e conferido pelo sujeito e não

proveniente dos materiais, produções, objetos ou expressões em si. Dentre as transformações advindas com a virada cultural no final dos anos 40, 50 tem-se que o sentido extravasa a expressão ou objeto. Renovando a própria concepção de cultura enquanto comunicacional, onde a construção de sentidos ocorre na interação social (BENHABIB, 1996; BRAGA, 2001; FRANÇA, 2002a).

Pizarro (2004) pontua os atuais estudos de cultura dentro daquilo que considera a cultura além de um adorno ou de um setor da atividade social, aplicando-a “como um elemento estrutural da organização da sociedade, o nexos que lhe confere coesão e que necessita estar no centro das políticas públicas” (p. 35).

Trazer a cultura para o centro de políticas públicas pode não ser uma tarefa evidente e nem mesmo fácil. Como avalia Martín-Barbero (2001)

Se falar de *cultura política* significa levar em conta as formas de intervenção das linguagens e culturas na constituição dos atores e do sistema político, pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação do poder (p. 15).

A dificuldade está justamente na aproximação da atividade bastante pragmática da política com os aparatos simbólicos que constituem o universo da cultura. Os autores dos Estudos Culturais, por sua vez, demonstram que essa relação não apenas existe, mas reconhecem que é cada vez mais difícil distinguir na política até que ponto a dimensão simbólica direciona a sua ação, e vice-versa quando se pensa na cultura. Assim, nas palavras de Hall (2008) “a ‘cultura’ não é uma opção *soft*”⁴¹, já que apresentaria caráter constitutivo e fundamental na vida social, por isso a regulação da cultura, isto é, o governo pela e através da cultura torna-se tão importante. Uma vez que é a própria cultura capaz de regular as demais práticas sociais, conseqüentemente, quem por sua vez a regula, é detentor do poder simbólico, trazendo à tona a relação entre cultura e poder. Regular a cultura para o Hall (2008) é a maneira como o Estado, mercado ou forças políticas e sociais cerceiam esta dimensão sendo capazes de definir práticas, regulamentando e regulando através da política cultural, dado que esta atividade consiste em regular os meios de comunicação, o sistema educacional, as formas de conduta sexual e comportamental, os procedimentos administrativos e legislativos etc.

Ao mesmo tempo em que a cultura, assim como a sua transformação, pode ser determinada pelo Estado, pelo mercado, ou por outras forças políticas e sociais, pode

⁴¹ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

haver também uma determinação recíproca entre a cultura e essas demais instâncias. Sendo o Estado ou o mercado a regular a cultura, o ponto importante a observar é que são modos diferentes de regulação e se ocorre uma desregulamentação, em breve ela é retomada por outro agente regulador.

Quanto mais importante — mais “central” — se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam. Seja o que for que tenha a capacidade de influenciar a configuração geral da cultura, de controlar ou determinar o modo como funcionam as instituições culturais ou de regular as práticas culturais, isso exerce um tipo de poder explícito sobre a vida cultural (HALL, 2008).⁴²

A cultura é então vista como o amálgama central das políticas públicas, estruturante da organização e coesão social, bem como determinante para o sucesso econômico (ABDALA, 2004; HALL, 2008).

Isto abre caminho para introduzir o desenho apresentado por George Yúdice (2004), o qual demonstra em sua obra *A conveniência da cultura* um lugar inaugural para se pensar a cultura no novo contexto global. Esse contexto é marcado por mudanças advindas com a política econômica do neoliberalismo, de repercussões macro a inferirem sobre as contingências locais, mudanças refletidas, sobretudo pela condição do Estado mínimo, por diminuir a interferência do governo em questões de ordem econômica e legitimar de certa forma a sociedade civil - emersão de organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais - para atuar em espaços que antes eram delegados ao governo.

Ao mesmo tempo esse é o contexto que cimentou a liberalização do comércio, estimulou a privatização, acirrou a desigualdade econômica etc. Esta situação prevista dentro da corrente neoliberal cria, por sua vez, novos espaços de manobra pública através de uma reorganização dos atores da sociedade civil, na qual para estes a cultura tornou-se um importante recurso de promoção da mudança social e, conseqüentemente, de desestabilização do *status quo* (ROCHA, 2009; YÚDICE, 2004).

Nesta conjuntura marcada pela globalização acelerada, de desregulamentação e de retomada da regulamentação, a cultura cada vez mais se expandiu para as esferas política e econômica, uma vez que se tornou um meio para se atingir o progresso social e o desenvolvimento econômico (HALL, 2008; YÚDICE, 2004). Isto porque o “movimento em direção às ‘forças libertadoras do livre mercado’ e a estratégia de ‘privatização’ tornou-se [sic] a força motora de estratégias econômicas e culturais tanto

⁴² Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

nacionais quanto internacionais”⁴³ (HALL, 2008). Logo, a relação da cultura com as forças do mercado e com as relações de poder ficou ainda mais explícita.

Estudos recentes, conforme já mencionado, têm apontado o imponderável lugar da cultura em processos que antes eram considerados fundamentalmente de outra natureza. Um exemplo que vai ao encontro desta reconfiguração é observado quando:

Em recente encontro internacional de especialistas em política cultural, uma funcionária da UNESCO lamentou o fato de que a cultura é invocada para resolver problemas que anteriormente eram da competência das áreas econômica e política. No entanto, ela prosseguia, o único meio de convencer os líderes governamentais e empresariais de que vale a pena apoiar a atividade cultural é argumentando que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico (YÚDICE, 2004, p. 13).

Segundo Yúdice (2004), a emergência de um novo contexto histórico pós-Guerra Fria suscitou a possibilidade de pensar a cultura em função de sua utilidade, isto é, ela é legítima na medida em que serve para alguma finalidade, enquanto recurso. Entretanto, não se trata da cultura reduzida a um recurso material ou simplesmente instrumental, mas dotada de um papel intrínseco tanto à política quanto à economia, e que não pode ser negligenciada, pelo contrário, é considerada em seu elemento estratégico. Embora Yúdice (2004) pareça incorrer neste erro de redução da cultura que ele próprio critica, pode-se inferir que só não é uma total instrumentalização da cultura pelo motivo de haver uma determinação mútua, lembrando o que diz Hall (2008) sobre a relação da cultura com os demais domínios das forças econômicas ou políticas. Se há uma relação mútua, envolve paridade entre os domínios, e ainda que um domínio possa parecer mais determinado pelo outro, não corresponde a uma sujeição de instrumentalização completa.

É diferente da crítica que envolve a cultura e a comunicação de massa de que haveria uma completa instrumentalização quando a cultura fosse transformada em mercadoria, alienando pessoas e auxiliando na manutenção da dominação. Na verdade George Yúdice (2004) quer indicar a passagem de uma atividade cultural que não poderia ser estimada, ainda que já fosse reconhecida, para outra que reteria um dado valor comercial ou que se tornasse capaz de provocar considerável mudança no curso social. Nos últimos vinte anos, a importância do chamado capital do conhecimento, fortaleceu a cultura como recurso (ROCHA, 2009; YÚDICE, 2009), já que:

⁴³ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

Ao mesmo tempo, surgiram novas tecnologias de informação e comunicação, nas quais o capital mais importante não é só o financeiro e econômico, mas também o capital do conhecimento: as idéias, a informação. É a desmaterialização dos recursos. O capital de investimento numa empresa não é dinheiro necessariamente ou infraestrutura. São idéias. É conhecimento, informação (YÚDICE, 2009).⁴⁴

A valorização do conhecimento está intimamente ligada com a nova dimensão da cultura e o seu gerenciamento na medida em que mostra o seu imbricamento em áreas como da economia e da política. Estas duas últimas, inclusive, também mantêm clássicas controvérsias em suas determinações mútuas. Portanto, não significaria que neste momento começa a haver uma total submissão à cultura, já que tanto o campo político quanto o econômico manteriam suas respectivas importâncias e especificidades no todo, porém, tais áreas devem admitir como peso providencial o viés cultural, assim como os dois já se reconheciam reciprocamente. O papel cultural conquista então a sua proporção nas relações de forças com os outros campos:

Os mesmos administradores de recursos globais ‘descobriram a cultura’, e referiram-se, *pele menos verbalmente*, às noções de manutenção cultural e investimento cultural. [...] Nem sempre é fácil fazer com que ambos os aspectos – sociopolíticos e econômicos – de gerenciamento cultural cheguem a um acordo sem problemas ou contradições (YÚDICE, 2004, p. 14, grifo nosso).

Este mesmo posicionamento de “descoberta da cultura”, ainda que simplesmente restrito à menção verbal da cultura, pode ser visto nos mais variados discursos, inclusive naqueles referentes às intervenções internacionais gerenciadas pela ONU. Nesses casos a evidência cultural é uma maneira de amenizar toda a carga militar envolvida e de humanizar a atuação. É capaz de promover o encontro de culturas bastante distintas ou de revelar aspectos de uma dada região que ficaram camuflados pela violência, tragédia e pobreza. Tudo isto condiciona à cultura um papel transformador na intervenção militar, contribuindo de maneira efetiva para a aceitação e o entendimento amplos de dada intervenção como se verifica na MINUSTAH.

Se para os Estudos Culturais apenas as expressões ou as práticas culturais em si poderiam conduzir à mudança, Yúdice (2004) ressalta que tal assertiva não é suficiente, indicando que se deve acrescentar o fator “para quê”, isto é, para qual finalidade tais expressões culturais são aplicadas, engajadas ou apropriadas, e desta maneira poder-se-ia visualizar a transformação, seja ela em qual ordem for. Tal qual é visto no exemplo

⁴⁴ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

trazido pelo autor envolvendo o *Festival Cultural Anual* na Colômbia, no qual músicos vindos de diferentes partes do país, inclusive oriundos de regiões controladas por guerrilhas e paramilitares, criavam um ambiente de contato e troca. Isto contribuía para um processo de pacificação, conformando um ambiente seguro e confiável para investimentos financeiros. A transformação nesse caso é a de que através do ambiente de músicas compartilhadas é construído um ambiente mais propício para o bom desempenho financeiro e comercial, apesar de todo o contexto regional de conflito guerrilheiro da Colômbia.

Argumenta o mesmo autor que menos do que pensar no conteúdo, o que se deve fazer agora é refletir sobre o seu gerenciamento, o seu papel na condição de recurso, deslocando esse terreno da ação que a cultura pode promover justamente para a forma em que ela é aplicada. Canclini (1999), um importante interlocutor de Yúdice (2004) na América Latina, corrobora isto ao descrever que:

O aumento de exposições artísticas e traduções literárias nos últimos anos, desenvolvido sob critérios de *marketing* e buscando a difusão de massa [...] também deve ser analisado como parte da industrialização da cultura para captar *uma* das dimensões fundamentais de seu significado. Algo semelhante acontece com a utilização do patrimônio histórico no turismo e a circulação de músicas étnicas ou nacionais, que contribuem para reproduzir e renovar os imaginários das Américas do Norte e do Sul (p. 20).

É por tal motivo que o conjunto dos conteúdos folclóricos locais, a cultura popular, e até mesmo a dita “arte culta” ou erudita é apropriado como recurso, ganhando mais força ou enfraquecendo junto às instituições que centralizam o gerenciamento da cultura. Pois gerenciar a cultura é uma forma de filtrá-la, definindo aquilo que é cultura do que não é segundo os padrões e concepções de tais instituições. Diante da dificuldade ainda encontrada junto a estas na ampliação do entendimento de cultura, Canclini (1999) considera:

Difícil que os Estados intervenham nestas áreas estratégicas se a maioria dos ministérios e conselhos de cultura continuam acreditando que a cultura e a identidade se limitam às belas-artes, e um pouco às culturas indígenas e rurais, a artesanatos e músicas tradicionais (p. 189).

É por isso que a discussão do conceito de cultura deve permear as tomadas de ações políticas, uma vez que estas detêm controles estratégicos na vida pública imprescindíveis para a transformação social.

Uma discussão próxima é realizada também por Hall (2008) a respeito do “governo pela cultura”, apresentado anteriormente neste mesmo capítulo, ao demonstrar que se torna tão importante regular a cultura quando se considera que ela própria regula as demais esferas. Assim, o governar pela cultura é a forma de se empenhar em “influir, moldar, governar e regular — mesmo que indiretamente”, mas não se trata também de “coerção, influência indevida, propaganda grosseira, informação distorcida ou mesmo por motivos dúbios”⁴⁵ (HALL, 2008).

É por isso também que Bhabha (1998) se atenta para avaliar a importância do emprego da política no processo de produção cultural – a qual abrange um modo de controlar o modo de fazer e de disseminar as práticas culturais –, pois esta “estende o domínio da ‘política’ em uma direção que não será inteiramente dominada pelas forças do controle econômico ou social” (p. 44), atravessando, para tanto, as práticas culturais. Nessa linha, o teórico revela a interferência de condutas políticas, no caso com marcas ocidentais, na constituição do cultural e na sua propagação para outras regiões do globo:

Um grande festival de cinema no Ocidente [...] nunca deixa de revelar a influência desproporcional do Ocidente como fórum cultural, em todos os três sentidos da palavra: como lugar de exibição e discussão pública, como lugar de julgamento e como lugar de mercado. Um filme indiano sobre as agruras dos sem-teto de Bombaim ganha o Festival de Newcastle, o que então abre possibilidades de ampla distribuição na Índia (BHABHA, 1998, p. 45).

Este exemplo no qual o filme indiano foi afetado em seu país por uma crítica ocidental mostra como o gerenciamento da cultura obedece também a questões econômicas e políticas dentro do jogo das relações internacionais e de poder, expondo a determinação que um festival no ocidente tem para o restante do panorama cultural mundial.

Retornando para a discussão da tese de Yúdice (2004) percebe-se que ela dá um passo à frente do conceito trazido pela “virada cultural” – bem definida por Denning (2005) como quando a cultura saiu do pano de fundo para ser a protagonista – e norteia uma nova forma de analisar o papel cultural. Inovando sobre a premissa da centralidade da cultura, o autor nos atenta sobre como ela é gerenciada tanto para assuntos de desenvolvimento, economia, cidadania etc., resvalando a sua utilidade dentro de um novo contexto global mais amplo.

⁴⁵ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

Esse novo contexto age sobre o gerenciamento cultural reutilizando certos padrões canônicos de uma cultura metropolitana e dominante, ainda que dentro de necessidades nacionais ou mesmo transnacionais, estabelecendo por sua vez uma interdependência assimétrica, característica nodal desta época de globalização (CANCLINI, 1999; 2003). Se em meio à globalização acelerada a cultura cada vez mais se expande para as esferas políticas e econômicas (YÚDICE, 2004), não corresponde por sua vez à garantia de homogeneidade e equilíbrio dentro do novo espaço ocupado por ela. Pode-se, pelo contrário, acentuar diferenças crônicas como, por exemplo, “as controvérsias sobre a autonomia dos povos indígenas [zapatismo em Chiapas] mostrem aspectos não-resolvidos das relações entre independência cultural ou política e a participação em processos nacionais e globais” (CANCLINI, 1999, p. 25), alijando, portanto, os povos indígenas de participação política mais efetiva. Pois, como Hall (2003) evidencia “deve-se tentar construir uma diversidade de novas esferas públicas nas quais todos os particulares serão transformados ao serem obrigados a negociar dentro de um horizonte mais amplo” (p. 87). E isto sim garantiria a inclusão e igualdade de um gerenciamento da cultura que não apenas a utilizasse para manter uma situação política de *status quo*, mas, pelo contrário, que proporcionasse um novo contexto de inserção de questões culturais em esferas econômicas e políticas de forma equânime e menos hierarquizada.

Dentro desse ponto de acionamento da cultura por outros campos sociais, onde há certas áreas e temas em que a cultura é regulada pelo Estado, e outras que é regulada pelo mercado, pode haver uma dupla determinação entre cultura e política, mercado e forças sociais, como lança em debate Hall (2008). Porém, quando se afina até chegar na cultura como uma determinação da política na intervenção militar há uma certa determinação da política na cultura, regulando-a de algum modo, não que a mesma não interfira, pois não é necessariamente uma questão de fraca determinação. No caso da MINUSTAH a cultura interfere porque a ação política não é colocada de forma dura pelo Brasil. Poderia ocorrer de ser uma política externa competente, representante das condutas adequadas no cenário internacional, mas sem que houvesse um apelo cultural no discurso, como ocorre em muitos acontecimentos dessa mesma magnitude e ocasionado por diversos países. Mas no caso do comando brasileiro no Haiti é diferente, justificada em sua maior parte pela conduta cultural brasileira, que também interfere no modo de fazer política.

Somente compreendendo esta perspectiva e problemática de interdependência assimétrica que vigora no cenário macro e micro que é possível trazer o conceito de cultura à luz do que Yúdice (2004) entende como conveniência. Nas palavras dele:

O conteúdo da cultura foi perdendo importância com a crescente conveniência da diferença como garantia de legitimidade. Pode-se dizer que as compreensões anteriores – os cânones de excelência artística; os padrões simbólicos que dão coerência e conferem valor humano a um grupo de pessoas ou sociedade, ou a cultura como disciplina – cedem lugar à conveniência da cultura (YÚDICE, 2004, p. 454).

Pois considerando que foi extinta a distinção entre alta cultura, cultura de massa e a própria concepção antropológica a que a cultura esteve apoiada por muito tempo, engloba-se todas elas quando se analisa no contexto contemporâneo o papel dos museus, do turismo, do patrimônio cultural e das indústrias da cultura de massa. A relação passou a ser entre os bens – materiais ou simbólicos que circundam a cultura – e aqueles que detêm os instrumentos capazes de gerenciar, seja em escala local ou global, os recursos da cultura. Incluem-se aí os setores não-governamentais, as grandes corporações transnacionais, as instituições governamentais, os poderosos veículos de comunicação e os próprios atores da sociedade civil que ganharam destaque a partir do contexto neoliberal. São todos esses níveis, alguns mais e outros menos, que regulam e ditam a forma que a cultura deve ter.

Grandes fundações internacionais – Banco de Desenvolvimento Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial – tratam a cultura como um tipo de investimento. Elas balizam-se pelos ganhos que o desenvolvimento cultural é capaz de trazer, valores tais como confiança e cooperação, já que estes, por seu turno, potencialmente resultam numa impulsão da economia como um todo (YÚDICE, 2004). Há dificuldades encontradas pelo fato de nesse modelo a cultura cunhar-se em indicadores econômicos e dados quantitativos, requisitos comuns de avaliação requeridos pelos bancos de desenvolvimento. Porém, baseando-se, por exemplo, no critério de justiça social, é preciso considerar também a maneira como a comunidade será beneficiada, já que é um critério que não se restringe ao simples desenvolvimento do capital financeiro, mas a uma questão, embora objetiva e clara, pouco quantificável. Isto pode conduzir a determinadas simplificações que neutralizam importantes questões que envolvem a cultura e seus resultados.

Pensar na cultura como um recurso revela também o modo como ela ao ser apropriada é redimensionada. Bhabha (1998) inclusive indica que ela não é fixa primordialmente ou fechada numa unidade, pois até mesmo os signos, os significados e os símbolos da cultura podem ser lidos, traduzidos ou re-historicizados de diferentes maneiras, considerando as condições discursivas da enunciação. É desse modo que o gerenciamento cria uma enunciação para a cultura, conferindo-lhe um sentido que a imbui de utilidade.

Se a teoria de Yúdice (2004) regulamenta a maneira de se gestar a cultura dentro de interesses estratégicos nacionais ou transnacionais, Canclini (1999) operacionaliza isso com sua discussão a respeito dos Estados latino-americanos. Ele reivindica que estes assumam o interesse público e regulem a cultura em função dos interesses de desenvolvimento econômico e social “numa promoção pública da cultura latino-americana” (p. 195). Canclini (2003) mostra inclusive como “muitos componentes étnicos entram no patrimônio de outros grupos, através de práticas lúdicas e rituais, mas também mediante políticas culturais, passando a formar parte do seu horizonte” (p. 108). Isto esclarece pontualmente como um determinado processo étnico e/ou cultural é modelado e forjado para que possa ser gerenciado politicamente, adentrando-se na discussão da conveniência da cultura e demonstrando como ela é apropriada para estabelecer conexões que sirvam de alguma maneira para um determinado fim. Nesse sentido estreita-se ainda mais com a discussão de Yúdice (2004) e com o objeto de estudo sobre o fato de a cultura não ser auxiliar, mas essencial aos processos de globalização e das relações internacionais contemporâneas. Ao incluir a interferência dos meios de comunicação (CANCLINI, 1999), pode-se analisar também a porosidade dentro dos *media* com o que é construído oficialmente pelo discurso brasileiro, o que revela em conjunto traços sobre a possível interferência da cultura do Brasil na MINUSTAH.

A fim de contemplar isto, parte-se de um princípio derivado do caminho aberto por Yúdice (2004) de que a cultura pode ser tratada enquanto um recurso político, aplicando em nosso caso para a MINUSTAH. Quando se trabalha a cultura dentro de questões discursivas, políticas ou sociais, é preciso também olhar para estas questões e suas mediações, considerando a contribuição de Martín-Barbero (2001) para o termo, e não se restringir somente à cultura que está sendo invocada. Pois, como sugere o autor,

a mediação é uma instância dentro dos Estudos Culturais onde condensa a relação constitutiva entre cultura e política.

2.3 Cultura e política: Uma articulação de meios e fins

Em estudos de política é relativamente comum a cultura responder a um papel pouco privilegiado. Nesta direção revela Sanches Rocha (2009) que “embora se esteja falando de um elemento que é parte integrante da política, a cultura sempre foi tratada – não de modo ingênuo, mas proposital – como um acréscimo, um adendo, pelas principais teorias das relações internacionais”⁴⁶.

Entretanto, dentro da perspectiva dos Estudos Culturais aqui abordada baliza-se pela “forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo”⁴⁷ (HALL, 2008). Pois o grande avanço dado por Williams (1969) não se restringe somente à crítica da maneira de como a cultura era estabelecida enquanto um domínio distinto acima da sociedade como um todo, separado dos trabalhadores e dos assuntos políticos, já que a contribuição deste autor está justamente em perceber o colapso desta distinção da cultura, entendendo-a de forma imbricada em relação aos outros domínios como indivíduos e política. Atado a isso, uma “cultura comum”, segundo termos reunidos pelo próprio teórico, estaria mais adequada dentro de uma comunidade de experiência do que propriamente como cânones a serem absorvidos, produzidos em outra esfera e que estariam, portanto, numa posição em paralelo com a vida social.

Para o melhor entendimento da cultura como parte da prática política, e vice-versa, é mais coerente ter em mente um diálogo dentro do que Williams (1969) traz como cultura e o conceito da cultura como conveniência de Yúdice (2004). Esta busca dentro do diálogo entre os dois autores nos impulsiona a perpassar o novo modo de ver as práticas estatais e o modelo democrático de governo, já que somente estaria garantida uma cultura a ser produzida em outros domínios se houvesse em curso um processo democrático natural e efetivo, pois, do contrário, a hierarquização entre os domínios e as suas respectivas produções culturais fatalmente ocorreria. Afirmam Lloyd e Thomas (1998) que:

⁴⁶ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

⁴⁷ *Ibidem*.

Enquanto a função do Estado é mediar conflitos entre grupos de interesse, a função da cultura é interpelar indivíduos em direção a disposição para reflexão desinteressada que torna a mediação do Estado possível. Cultura produz a base consensual para o Estado formar a democracia representativa ao provocar a disposição formal ou representativa em todo indivíduo à parte da particularidade concreta de cada pessoa (p. 14, tradução nossa).

Em posição complementar a dos autores acima, Martín-Barbero (2001) trata da mediação cultural como a razão para que a política não seja apenas uma imposição do Estado, de maneira que ao partilhar da cultura popular a política passe a ser além de efetiva, construída em conjunto com a vida social. Deve-se considerar então, segundo o autor, a pluralidade étnica e cultural nas políticas públicas e não simplesmente “a concepção de democracia baseada na aplicação do estatuto do cidadão a cada indivíduo e a visão homogênea e centralizadora da Nação” (p. 276).

Num contexto nacional, não é surpreendente que os interesses de uma dada cultura partilhada por uma elite política dominante tentem escamotear a problemática cultural – incluindo todos os problemas de uma sociedade multifacetada culturalmente – , tentando deslegitimar a força social, mesmo as de caráter representativo conforme dito acima. Porém se “a cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o papel social” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000 p. 25), confere o fato de que outros atores, além do Estado, são também capazes de desestabilizar os significados culturais dominantes, rearticulando política e cultura. Assim, o Estado deve reconhecer aspirações e interesses internos da população, para que possa agir em nome dela num cenário mais amplo, como o contexto de política externa.

Em realidade, conforme os próprios autores Lloyd e Thomas (1998) defendem é que a teorização da cultura como um papel mais central abarca várias possibilidades de estruturas representacionais que são encontradas tão somente dentro de arranjos previstos no contexto do Estado moderno, e dentre essas estruturas encontram-se as advindas e conformadas dentro da própria força social. Isto foi potencializado no Brasil principalmente na década de 80 com o surgimento de novos atores da sociedade civil, já que estes colocaram em xeque a cultura política tradicional (ESCOTESGUY, 2001). O Estado diminuiu o seu espaço do fazer político nesse momento em que a força social cresceu e ampliou a atuação. Mas não foi somente uma transferência de regulamentação. Foi também, e principalmente, uma mudança qualitativa, em que o

Estado passou a ter uma preocupação maior com questões de cultura e política social, inclusive porque estes eram também pautados e reivindicados pela sociedade civil.

Por isso esta relação entre política e cultura está tão arraigada ao conceito contemporâneo de Estado, no qual se usa o terreno da cultura para estabelecer as ações práticas da política. Isto fica bastante claro ao examinar o Estado brasileiro, que no final da década de 80 após superar o período de ditadura militar e promover uma redemocratização no país alçou um papel mais ativo e alerta na participação, tornando-se inclusive mais cauteloso em suas adesões políticas, buscando sempre um respaldo sócio-econômico para apoiar suas decisões e justificar comportamentos. Chauí (1995) ao elencar as principais modalidades da relação do Estado com a cultura no Brasil comenta que na época do Estado autoritário este “se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade” (p. 11). Obviamente, ao contrário desse período anterior, o novo contexto democrático passou a implicar em sérias medidas de transparência com a população e coerente com o plano de um novo Estado, no qual o debate no espaço público tornou-se parte essencial do agir político, concedendo inclusive legitimidade ao Estado. Tem-se como exemplo de novas medidas adotadas no final dos anos 80 os orçamentos participativos, as audiências públicas e os comitês consultivos, ainda que estes sejam casos pontuais e restritos a dadas regiões do país, mas já se trata de um importante avanço (VITALE, 2004; WAMPLER; AVRITZER, 2004).

A abordagem cultural neste momento emergiu como um forte argumento de pauta política, pois nos sistemas democráticos contemporâneos considerar a diversidade cultural implica em atender ao requisito da pluralidade, ao respeito a minorias e à criação de espaços de debates públicos mais legítimos.

Um exemplo bastante emblemático está na tematização do direito indígena. Antes da Constituição de 1988 o contato do Estado com comunidades indígenas era regulado por uma atitude de inseri-las num contexto socioeconômico nacional. De maneira que as terras onde os índios viviam poderiam lhes ser concedidas pelo Estado, na medida em que atendesse aos interesses da nação como um todo, ao contrário de lhes ser um direito garantido. Porém,

A Constituição Federal Brasileira de 1988 reconhece aos índios os direitos de manter suas culturas, tradições e organizações sociais, a posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas – mas a propriedade e a competência da demarcação cabem à União -, e a possibilidade de iniciar processos judiciais com o auxílio do

Ministério Público, sem a intermediação da FUNAI. As conquistas da Constituição são consideradas bases legais apropriadas para as reivindicações indígenas mais fundamentais (SIMONI, 2009).⁴⁸

Isso demonstra que o Estado passou a respeitar a cultura e organização política dos povos indígenas, de modo a lhes garantir não apenas terras, mas também o direito de reivindicação das necessidades por eles mesmos definidas, e não pelo Estado, como até então ocorria.

A cultura passou a fazer parte do discurso político tanto pela importância que agregou nas próprias ações políticas no decorrer do tempo, quanto pela função de legitimar democraticamente a ação. Ignorar as implicações de uma cultura local, por exemplo, no caso de mudança no curso de um rio em função da instalação de uma hidrelétrica⁴⁹ representa declinar o projeto político ao fracasso. Pois, não se sustentam publicamente argumentos somente que impliquem em desenvolvimento econômico e social, e que desconsiderem, por sua vez, os impactos culturais que poderiam gerar entre os ribeirinhos afetados, dado que tal atitude iria contra todo o discurso da cultura democrática a que estava ancorado este novo momento.

É trazido por Yúdice (2004) um evento interessante ocorrido nos Estados Unidos sobre como o contexto cultural influencia na maneira como é recebida pela população uma nova obra pública. Ele comenta que a notícia a respeito da instalação de câmeras na cidade de Peekskill resultou numa reação inesperada por parte da população. Ao contrário de ser vista positivamente como uma melhoria para a cidade por ser um instrumento para resguardar a segurança coletiva, a população enxergou aquilo como uma forma de controlar a circulação dos residentes negros, encarando o desenvolvimento urbano de infraestrutura em termos raciais. Por isso, o conteúdo de uma política pública não pode negligenciar o meio social e suas particularidades e compartilhamentos culturais.

E ainda, o espaço da cultura em meio à política foi não apenas conquistado – por lutas sociais, em pontos específicos, e pelo movimento democrático do contexto político, de maneira mais ampla –, mas assegurado sob princípios normativos. Pode-se

⁴⁸ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

⁴⁹ A notícia a seguir ilustra o caso da hidrelétrica do Rio Xingu, que só pôde ser construída com a garantia de que a obra respeitaria o meio ambiente e a cultura local: “O Ministério de Minas e Energia divulgou nesta quarta-feira resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) que determina que apenas a hidrelétrica de Belo Monte será construída no rio Xingu, no Pará [...]. A resolução pede ainda que a Eletrobrás conclua os estudos de viabilidade de Belo Monte e faça estudos antropológicos em relação às comunidades indígenas, devendo ainda ser [sic] ‘ouvidas as comunidades afetadas’” (GOVERNO DETERMINA, 2008).

inclusive dizer que o discurso sobre respeito cultural que antes era chamado de “politicamente correto” – optativo e condicionado aos interesses próprios de quem agia –, passou a ser aquele “politicamente legal” – legalmente obrigatório e independente de posicionamentos puramente estratégicos ou econômicos.

É possível entender então como a nova concepção de cultura, a qual avança de um sentido passivo ao receber uma adicional idéia de ação a partir de sua conveniência, foi capaz de intervir no curso da história e dos fatos. Pois, se “a cultura é uma região de sérias disputas e conflitos acerca do sentido” (ESCOTESGUY, 2001, p. 122) está, justamente por causa disso, intimamente ligada ao poder.

Considerando todo o contexto da “virada cultural” já tracejado, diversos autores anunciaram a teia complexa que se formou entre cultura, política e economia. Para Escosteguy (2001) tratava-se de uma relação interdependente; para Hall (2008) é uma constituição mútua, Martins (2002), por seu turno, afirma que

é inegável que a referência cultural desempenha um papel determinante nos processos pessoais, grupais, comunitário, sociais, nacionais e internacionais de (des)entendimento e negociação. A aproximação culturalista de origem antropológica tem por objetivo apenas referenciar este dado, tornado incontornável também no aspecto político, interna e externamente aos estados-nação instalados no cenário mundial (MARTINS, 2002, p. 61).

Ainda que a dissertação avance além do que este autor define enquanto cultura, e muitas vezes discorde dessa posição tão determinante dela, partilha-se com ele a idéia de que a cultura engloba o Estado e o mercado, ou seja, a política e a economia, e não se apresenta, portanto como um elemento estranho a eles, mas constituinte nesta relação. Sem tentar rotular o que consiste este novo encadeamento entre os domínios, claramente é visto que se perde (em comparação com a definição moderna de cultura) uma nítida hierarquização entre os âmbitos, ao mesmo tempo em que permite à cultura assumir um lugar de projeção, de destaque, que passa a ser vista e considerada em espaços nos quais outrora fora ignorada. Pois “ao romper com o discurso homogeneizante e modernista da cultura, a cultura enquanto híbrido se torna uma arena antagonística de diversas formas de conflitos e agências culturais” (SOUZA, 2004, p. 126).

Conforme exposto no item anterior, a respeito de Yúdice (2004) em sua tese da “cultura como recurso”, é também proposto um novo modo de pensar o imbricamento entre as relações políticas, econômicas e culturais no cenário global. Rocha (2009) esclarece que “para Yúdice a cultura tornou-se um recurso conveniente aos diversos

campos e situações da sociedade global e tem sido convocada para resolver questões que antes eram dos domínios econômico e social.” (p. 1). Acrescentando-se também aí o domínio político, já que investir em cultura fortalece a base da sociedade civil, a qual por sua vez serve de terreno e luta para o desenvolvimento político e econômico. (ROCHA, 2009; YÚDICE, 2004). Dado que:

A cultura, tal como se encontra hoje nos ministérios culturais, nas instituições intergovernamentais, como a Unesco e o Banco Mundial, é justamente isso: *a cultura como recurso para fortalecer o tecido social*. Em muitos lugares pobres, fornece oportunidades de emprego e a produção cultural é organizada para a sustentabilidade, não apenas cultural, mas da sociedade em geral. Os funcionários que se especializam em política cultural estão buscando uma nova maneira de expandir o setor, com políticas muito mais abrangentes que antes. *Hoje não se pode pensar em cultura sem pensar em economia e em bem-estar social. E isso não está somente nas mãos do governo, também ocorre nas articulações entre instituições do governo e organizações da sociedade civil* (YÚDICE, 2009, grifo nosso).⁵⁰

Pode-se afirmar que dentro do espaço público a cultura se instala entre o individual e o Estado, conformando o cidadão segundo certos preceitos e sentidos compartilhados (LLOYD; THOMAS, 1998), em função de que “o papel político da sociedade civil não está diretamente relacionado com o controle ou conquista do poder mas com gerar influência no debate que se dá na esfera pública cultural” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 203).

Para não recair numa separação nítida entre cultura e política, e delegar para esta última isoladamente a ordem prática de ação, é adequado rever aquilo que Cevalco (2003) exprime que

A função social da política e da cultura são distintas. A cultura é a instância da construção de significados e da veiculação de valores, tudo isso impregnado de valores políticos, mas a política é a instância da deliberação, do que deve ser feito para assegurar um determinado estado de coisas: se não o consegue por consenso o faz por coerção. É na política e não na cultura que a sociedade deve buscar respostas para a pergunta fundamental: ‘Que fazer?’ (p. 97).

Pois, coadunando com o que vem sendo apresentado no decorrer desta dissertação, é preciso impingir sobre a política a ordem cultural em seu aspecto ativo, isto é, influente e também tendo seu peso providencial na ordenação política.

Por outro lado, frente à centralização da cultura na perspectiva adotada é importante não incorrer, equivocadamente, numa supervalorização da cultura em

⁵⁰ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

detrimento de outros domínios de poder, como a própria política. Em realidade, dentro desta perspectiva teórica a cultura é vista mais como uma questão de método do que definição peremptória de qualquer análise. Isto significa que pautar a cultura como central significa apenas direcionar o olhar para a dimensão cultural do processo e entender de que maneira ela assume o seu lugar, considerando todo o contexto histórico e dos próprios avanços teóricos sobre isso. Deve-se realizar também o exercício inverso, ou seja, mais do que pensar a cultura embrenhada na política, considerar o avanço desta em arenas antes consideradas como não-políticas (ESCOTESGUY, 2001).

Pois uma vez que a dimensão cultural é vista como um espaço de luta política e de poder, os campos político e cultural se entrelaçam mais do que se sobrepõem. Por esse ângulo os Estudos Culturais não se limitam a um projeto teórico, de constituição e consolidação de um campo de estudos, mas também político, por desenvolver projetos de política cultural, conferindo um caráter mais ativo e menos analítico (ESCOSTEGUY, 2001). Permite também que os processos de transformação política e social não sejam retidos somente à política formal e estatal, mas que possam ser oriundos de camadas mais internas à sociedade, isto é, de indivíduos isolados ou agrupados em organizações. Assim, as próprias pessoas e movimentos sociais são dotados de mecanismos de transformação (CEVASCO, 2003).

Canclini (1999) expõe ser comum encontrar estudos sobre política cultural, no qual estão presos a definições fechadas de identidade nacional ou demasiadamente atreladas a um território específico. Considerando que para ele a identidade não se define enquanto um bloco compacto homogêneo, de maneira que o culto e o popular se desenvolvem mutuamente, sem distinção, tal qual o regional e o global, numa narração contínua, nunca essencializada, a política cultural não pode se restringir ao Estado ou à identidade nacional rígida (CANCLINI, 1999; ESCOSTEGUY, 2001).

Nessa tangência de política descentralizada, com o Estado pouco delimitado em suas fronteiras físicas ou simbólicas, e a identidade nacional, ainda que problemática em definição e bastante porosa face ao processo de globalização, permite que seja traçada uma aproximação sobre como se deu a política cultural no cenário sócio-cultural contemporâneo. A respeito dela tem-se que:

Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder

não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. Com a expressão “política cultural” nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna de fato político. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 17).

Para Canclini (1999) a cultura está muito atrelada às relações de produção e consumo, já que ela mais do que interferir simplesmente nas razões econômicas, age diretamente no exercício da cidadania e da construção da identidade. Refletindo então sobre o campo político, ele prevê uma revisão do papel da cidadania cultural, dado que esta não se limitaria às fragmentações étnicas ou regionais. Yúdice (2004) também discute cidadania cultural, considerando o respeito aos direitos políticos e a tarefa de aplicar o universal ao relativismo cultural (abarcando a discussão do multiculturalismo), especificamente nos casos de política de identidade. Por isso Canclini (2003) vê que processos como a integração cultural e a globalização requerem novas políticas culturais que possam abarcar essa dinâmica (ESCOSTEGUY, 2001).

Reverendo isto à luz de como a relação entre política e cultura dentro do Estado pode ditar o ordenamento no cenário internacional, e, especificamente em missões de paz da ONU, é interessante observar se o país responsável pela missão respeita uma determinada cultura ou realidade local na qual intervém, criando políticas culturais no país ajudado que realmente auxiliem na manutenção da paz como um todo, e não sejam simplesmente medidas paliativas ou esvaziadas de ação junto ao desenvolvimento econômico. Pois isto inclusive rescinde sobre o julgamento local de a missão ser legítima ou não. Haja vista que:

em várias situações as populações locais acabam se encontrando sob o fogo cruzado de um sem número de entidades governamentais e não-governamentais que supostamente estão ali para fazer com que elas tenham desenvolvimento nos seus próprios termos. Os locais frequentemente não estão preparados para entender a fusão de interesses nacionais e transnacionais dos mais diversos matizes políticos (RIBEIRO, 2000, p. 23).

De maneira que cabe a uma atitude do gestor, ou gestores, da missão e dos meios competentes com largo alcance junto à população local esclarecerem a política de intervenção adotada numa dada região, considerando a realidade cultural que esta compartilha. Pois, como dito acima nos exemplos de políticas públicas que não reconheceram, ou negligenciaram, o compartilhamento de sentido de uma dada região, o mais provável é incorrer em medidas que não se realizam. Isto é, são medidas que

invertem a intenção original, criando problemas posteriores, ao invés de resolver aquilo a que determinada política pública, cultural ou não, foi proposta.

No caso da ação brasileira no Haiti observam-se medidas que buscam reconhecer de algum modo a realidade cultural local. A criação do Centro Cultural Brasil-Haiti, por exemplo, cumpre a função além de aproximar as atividades e práticas culturais de ambos, também desenvolver debates para questões que atritam o Haiti em razão da intervenção brasileira. Isto significa evidenciar nesses debates melhorias trazidas pela MINUSTAH na ordem de infra-estrutura e saneamento básico, bem como ao auxílio na reorganização das estruturas políticas do país, que estavam deterioradas antes da chegada das tropas onusianas.

2.4 Cultura e identidade

Primeiramente, é importante não confundir e nem considerar o conceito identidade como sinônimo de cultura, apesar de ser a primeira um elemento constitutivo da segunda, e embora também alguns autores trabalhem como se fossem o mesmo, a exemplo de Charles Taylor⁵¹ (1994). Nessa direção constitutiva, Castells (1999) define a identidade como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (p. 22).

Canclini (2003) inclusive indica que a cultura ao tornar-se objeto de estudo consistente nas ciências sociais durante a segunda metade do século XX distingue-se dos discursos sobre identidade, já que “uma parte do que chamamos cultura é explicada como comportamentos – dos produtores, dos intermediários e dos consumidores – que se desenvolvem com certa regularidade” (p. 78). E estes discursos sobre identidade são narrativas em conflito e não se configuram rigorosamente enquanto objeto de estudo, determinadas apenas dentro de processos e construções históricas. Dado que

As pesquisas sobre identidades não fornecem um conjunto de traços que possam ser apontados como a essência de uma etnia ou de uma nação, e sim uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos numa

⁵¹ Para Taylor (1994) a cultura é a narrativização do “eu”, do sujeito. Por isso, ela é sinônimo de identidade, o que torna a linguagem o substrato essencialmente importante para o seu estudo de políticas de reconhecimento. Uma crítica dos Estudos Culturais ao Multiculturalismo – vertente a qual Taylor é referência fundadora –, é justamente em relação a esta narrativização, questionando a essencialização da identidade para o sujeito estar pronto no momento da luta política pelo reconhecimento.

narração que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência (CANCLINI, 2003, p. 78).

Há conceituações de culturas regionais, nacionais, híbridas, transnacionais, globais assim como existem identidades diaspóricas, nacionais, étnicas etc. Essa coexistência de diversas culturas e identidades gera barreiras, embates, reconhecimentos e desconhecimentos, negações e assimilações. Não significa, portanto, que uma identidade se sobrepõe a outra, ou são excludentes, mas também não quer dizer que convivem pacificamente sem lutas ou instabilidades. Este terreno da cultura e identidade é bastante estudado, mas por vezes, ignorado, principalmente no que se refere às suas problematizações e extrapolações. Diante disto, nos atrelamos a discutir de forma mais atenciosa principalmente a identidade e a cultura nacionais, apresentando outras também pertinentes, mormente por desestabilizarem a questão nacional.

A cultura, seja no plano nacional ou internacional, é capaz de nortear a formação identitária, instrumentalizada como meio de mobilização econômico-político cultural, e desta maneira aproxima-se da definição da cultura como um recurso (MARTINS, 2002; YÚDICE, 2004).

Retorna-se ao que Williams (1969) desenvolve sobre a percepção materialista da cultura, vinculado aos seus estudos sobre o nacional-popular da Inglaterra, em resposta ao hiato deixado pelo papel da cultura dentro da luta por uma sociedade igualitária do materialismo histórico marxista. Neste as posições de poder estão fixadas nos detentores do meio de produção e que refletiriam na cultura. Enquanto no materialismo cultural estas posições não são estanques ou tão nítidas, pois a cultura estaria diluída entre todos, resultando numa cultura comum e num poder menos centralizado. Martín-Barbero (2001) analisa como sendo as produções, isto é, olhar para o que é produzido, a chave de entrada para compreender a relação entre cultura e sociedade, onde o produto é a mediação numa possível relação entre sujeito e produção. Destarte, a luta política usa como objeto a cultura, entendendo-a como dotada de capacidade de transformação social e política (CEVASCO, 2003).

É preciso inserir a esta discussão a superação do marxismo clássico a respeito da relação entre base e superestrutura, onde não mais a identidade, ou a cultura – marcas da superestrutura – seriam mero reflexo da base – relações econômicas e os seus meios de produção –, mas justamente o lugar onde o sentido é produzido. E por razão disso, é também onde ele pode ser transformado (ESCOSTEGUY, 2001).

Haja vista este novo entendimento marxista, de contribuições gramscianas, fruto da superação da relação considerada ultrapassada entre economia e cultura, na qual esta fica subjugada à primeira, e onde os conceitos de cultura e ideologia se equiparariam (MARTÍN-BARBERO, 2001), pode-se avançar para a questão da centralidade da cultura.

A centralidade da cultura evidenciou a natureza discursiva da produção de identidade, descaracterizando-a de algo essencializado ou dado como natural, inerente e intrínseco, uma vez que são os próprios discursos sociais que a constitui, na medida em que o sujeito social é posicionado pelo e no discurso. É uma relação entre sujeito e dimensão discursiva, estruturas e instituições, contrariando a idéia de identidade como algo rígido ou naturalizado. Justamente por isso Hall sente-se mais confortável em assinalar o termo identidade “sob rasura”, para que o qual possa ser entendido sob um novo aspecto em relação ao que já vem sendo discutido. Por isso ele retifica que o termo *processos de identificação* é mais adequado para a conceituação feita. (HALL, 2000; HALL, 2008).

A identidade é produzida socialmente através de diversos discursos e representações quase nunca harmoniosos, bem como pela interação social. As representações precisam de investimento do próprio sujeito ou grupo para que sejam validadas, de modo que ocorre a luta simbólica de resistências e negociações diante das formas em que são representados, chamadas políticas da representação. O sujeito é posicionado pelo discurso, porém, cabe à agência do sujeito investir ou não neste, explica Hall (2008). Há, portanto, uma apropriação social do discurso (FOUCAULT, 2008). Segundo Foucault (2008) o discurso pode ser uma troca, uma leitura e uma escritura, que colocam em jogo os signos, por isso afirma ser preciso “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (p. 51). Transpondo isto para a construção do discurso sobre identidade e considerando evidente a atualização constante do discurso, confere também uma não fixidez da identidade, pois essa construção de discurso e identidade é um movimento contínuo e sempre atualizável, passivo e ativo em relação aos agentes e contextos externos.

Por isso que o reconhecimento teórico do “espaço-cisão da enunciação” (p. 69) de Bhabha (1998) coloca em suspensão o significado identitário, principalmente em função dos contatos híbridos, pois

é capaz de abrir o caminho à conceitualização de uma cultura internacional, baseada não no exotismo do multiculturalismo ou na diversidade de culturas, mas na inscrição e articulação do hibridismo da cultura. Para esse fim deveríamos lembrar que é o “inter” – o fio cortante da tradução e da negociação, o entre-lugar – que carrega o fardo do significado da cultura (p. 69).

É importante chamar a atenção neste ponto sobre a dimensão transnacional e tradutória da cultura definidas por Bhabha (1998), pois complexifica a questão do que significa cultura ou o que é significado por cultura, situando um lugar híbrido sobre o valor da cultura. Uma vez que se tem os deslocamentos espaciais – materiais e simbólicos –, incluindo as migrações e os alcances globais dos *media*, retiram-se as referências imediatas das particularidades de cada cultura no momento em que esse transnacional complexifica as características de tradução da cultura, revelando os aspectos “da construção da cultura e da invenção da tradição” (p. 241). Tradução esta que significa o contato com outra cultura sem se render por completo a ela, mas traduzindo-a de maneira que não se tem mais a mesma cultura que existia antes do contato, mas uma outra.

Quando se parte da tradução cultural concebida por Bhabha (1998) é o mesmo que considerar toda a cultura como uma formação híbrida, embora ele foque especificamente nos deslocamentos pós-coloniais, envolvendo a escravidão e as migrações entre colônias e metrópoles, evidenciando que este processo transnacional carrega marcas dos deslocamentos de origens ao mesmo tempo em que sofre tradução. E assim ele ressignifica o conceito de cultura, isto é, os símbolos culturais tradicionais, sob a releitura da diferença cultural dentro de um duplo processo transnacional e tradutório. “Para Bhabha, a vantagem desse movimento tradutório de símbolos culturais em signos é que traz à tona o fato de que as culturas são construções e as tradições são inventadas” (SOUZA, 2004, p. 126), entendendo que os símbolos são estáticos e os signos mais dinâmicos.

Uma forma de compreender essa “invenção” da qual se refere Bhabha (1998) é rever a cultura dentro de um sentimento de identidade nacional. Ela é capaz de dar o alicerce buscado em meio às inconstâncias hodiernas, pois “É uma cultura única e partilhada que nos permite saber ‘quem somos’ no mundo contemporâneo. Ao redescobrir essa cultura, ‘redescobrimo-nos’ a nós próprios [...]” (SMITH, 1991, p. 31). Claramente, essa cultura é posta em estaque para que seja concebida como sólida e

resistente, pois referentes tais qual língua, objetos e costumes são compartilhados, e embora:

Historicamente mutáveis, foram embalsamados pelo folclore em um estágio ‘tradicional’ de seu desenvolvimento, e foram declarados essências da cultura nacional. Ainda hoje são exibidos nos museus, transmitidos nas escolas e *pelos meios de comunicação de massa*, fixados dogmaticamente através dos *discursos religiosos e políticos*, e defendidos, quando cambaleiam, pelo *autoritarismo militar* (CANCLINI, 1999, p. 145, grifo nosso).

Por isso, um discurso considerado bastante forte e agregador, inclusive por transparecer essa imagem coesa e de certa forma naturalizada é o discurso nacional, estreitando e conformando as relações entre um Estado forte com uma cultura unificada. Esse discurso funda uma coletividade entre os sujeitos dentro das fronteiras de um mesmo país sob um sistema sociocultural estável.

Um mundo em que o nacionalismo – a ligação entre o Estado e uma cultura ‘nacionalmente’ definida – é disseminado e normativo é muito diferente de um mundo em que ele é relativamente raro, sem entusiasmo, não sistematizado e atípico. Há uma enorme diferença, entre, de um lado, um mundo de padrões complexos, entremeados, mas não perfeitamente superpostos de *poder e cultura* e, de outro, um mundo que consiste em unidades políticas claras, sistemática e orgulhosamente diferenciadas entre si pela ‘cultura’, todas lutando, com bastante sucesso, por impor internamente a homogeneidade cultural. Essas unidades que ligam a soberania à cultura são conhecidas como Estados nacionais (GELLNER, 2000, p.107, grifo nosso).

Smith (1991) evidencia que a função política da identidade nacional é legitimar os direitos e deveres consolidando a ordem social e a solidariedade no interior das fronteiras de um Estado. Assim, dentro desta perspectiva, indivíduos membros de uma mesma nação compartilham tradições, símbolos e valores, complementando que:

Independentemente do que possa ser aquilo que entendemos por identidade *nacional* implica uma consciência de comunidade política, por mais tênue que seja. Uma comunidade política, por sua vez, subentende pelo menos algumas instituições comuns e um único código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade. Sugere também um espaço social claro, um território bastante bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem (SMITH, 1991, p. 22).

O nacionalismo é visto, portanto, como uma ideologia⁵² que origina a nação, por trazer idéias fortes narrativizadas, criando uma cultura pública comum em que todos se sintam pertencentes. Por ser um discurso como tal, em função de sua amplitude de ação e poder, é necessário, como expôs Foucault (2008), questionar a “soberania do significante” nele difundido.

É, por tal razão, que buscamos compreender o discurso nacional dentro da relação entre identidade e cultura nesta pesquisa, considerando a importância da posição brasileira no cenário internacional e a relação intercultural Brasil-Haiti.

Canclini (1999) problematiza a aparente tranquilidade homogênea da identidade nacional ao dizer que “a cultura nacional não se extingue, mas se converte em fórmula para designar a continuidade de uma memória histórica estável, que se reconstrói em interação com referentes culturais transnacionais” (p. 60). É aquilo que Bhabha (1998) aponta como um profundo processo de redefinição do conceito de cultura nacional homogênea, que envolvia o tradicional comparativismo cultural e que não é mais adequado frente aos processos transnacionais de hibridização.

Assim, as identidades nacionais vêm sendo cada vez mais reafirmadas e questionadas em tempos hodiernos. E embora se pretenda totalizante, ela nunca o pode ser por natureza, pois um discurso de identidade – nacional ou não – nunca contempla inteiramente as necessidades do sujeito, já que este é interpelado por múltiplos discursos de forma concomitante. Pois:

Além de um grande bombardeio de informações, o encolhimento do mundo propicia um aumento de alteridades reais ou virtuais com as quais se interage. Isso ocorre não apenas simbolicamente pelo dramático aumento do fluxo de informações, mas também pelo encontro com outros radicalmente diferentes [...] (RIBEIRO, 2000, p. 28).

Este novo contexto contemporâneo provoca avanços e recuos das identidades nacionais, por vezes em extremos xenófobas, numa reafirmação constate da diferença, em outros momentos híbridas e multiculturais, com focos de resistência e também de tradução cultural. Ao entender melhor os processos de enunciação das diferenças culturais, Bhabha (1998) percebe que a enunciação desafia a noção de identidade

⁵² Para Althusser (1974) a ideologia funciona como um cimento de unidade social, dotada de certa materialidade já que pode ser identificada nas práticas sociais. Os aparelhos ideológicos de Estado (o funcionamento de igreja, escola, meios de comunicação) são efeitos da ideologia dominante. Por isso a ideologia envolve a relação do sujeito com o mundo, isto é, uma relação imaginária de como conviver em suas relações sociais e de produção. Charaudeau (2006a) define a ideologia como “um modo de articulação entre significação e poder”.

histórica da cultura enquanto unificadora de um passado autêntico e vivo na tradição nacional de um povo, deslocando o conceito de nação ocidental narrativizada, conceito caro ao Benedict Anderson (1989). Pois, para Bhabha (1998):

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e sistemas culturais são construídos nesse espaço contraditório e ambivalente da enunciação que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade e “pureza” inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de recorrermos a instâncias históricas empíricas que demonstram seu hibridismo (BHABHA, 1998, p. 67).

Para ele, a nação por ocupar o lugar deixado pelas comunidades desenraizadas, é muito mais temporal do que histórica, apontando, para isso, as estratégias complexas de identificação cultural presentes, sobretudo, nas narrativas. Pois, a problemática está no fato de que se a nação é uma construção contingente de símbolos e signos, como explicar a historicidade da idéia de nação? Dado que ao tematizá-la como narração, fragmentos são reunidos para dar existência a uma cultura nacional coerente. A nação, segundo Anderson (1989), é uma comunidade política imaginada e implicitamente limitada e soberana. Contrariamente, Bhabha (1998) aponta para conexões cada vez mais estabelecidas internacionalmente, complementado que “as culturas ‘nacionais’ estão produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas” (p. 25) e não mais significa a soberania da cultural nacional concebida pelo Estado.

As fronteiras de uma nação mais do que acolher problemas com a alteridade em relação a outras nações, evidencia a heterogeneidade em seu próprio interior através dos “discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural” (BHABHA, 1998, p. 210). Inclusive, é através do movimento unificador em torno do signo nacional, que as diferenças internas podem emergir com mais força, na medida em que fica claro a que elas se opõem ou contestam. Reconhece-se o poder e a influência da cultura nacional, ainda que questionada, e assim, a comunidade nacional e os discursos de minoria são concebidos mutuamente. E onde o primeiro prega homogeneidade, o segundo fala através dos espaços intermediários dentro do que seria uma predominância homogênea. Tão logo, diante dos antagonismos sociais que resulta, a diferença cultural deve ser negociada ao invés de negada, já que pode gerar identidades abertas à tradução cultural.

Fantini (2004) mostra que “Stuart Hall propõe o conceito de ‘tradução’ enquanto instrumento para melhor compreensão de identidades móveis” (p. 174). A tradução significa que as pessoas exiladas ainda que mantenham vínculos com a cultura de

origem, negociam simbolicamente com as culturas que se agregaram. Isto é importante no entendimento da desconstrução dos conceitos de pátria e sujeito nacional, indo contra as representações simbólicas e hegemônicas de certas políticas nacionais ocidentais sobre pertencimento, identidade cultural e unidade nacional (FANTINI, 2004).

2.4.1 Transculturização, hibridismo, mestiçagem e criouldade: modos de olhar para a América Latina

Considerando o amplo debate que envolve os termos transculturização, hibridismo, mestiçagem e criouldade é importante situá-los enquanto conceitos complementares e que se somam, mais do que conflitam, já que diversas são as apropriações teóricas para tais categorizações. Em nosso caso, é importante trazer certas definições para satisfazer o debate da construção de identidade nacional e também regional, considerando a América Latina. Pois em diversos momentos do discurso pesquisado nesta dissertação este é o laço cultural compartilhado invocado para engendrar um vínculo identitário na missão de paz.

Em relação aos Estudos Culturais latino-americanos, o conceito de hibridismo está relacionado genealogicamente às noções históricas de transculturização e heterogeneidade. Transculturização foi cunhada pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz, nas décadas de 30 e 40, como conceito chave na criação de uma ideologia de integração social, incluindo as trocas culturais e econômicas resultantes do período colonial, que concebesse, portanto, as bases para a construção do Estado nacional populista pós-1929. (MOREIRAS, 2001; AGUIAR; VASCONCELOS, 2004).

O reconhecimento da transculturização como processo inerente à cultura pode ter desdobramentos positivos no campo político e acadêmico [...] a transculturização pode virar transculturalismo, ou seja, processo, projeto e política, acadêmica e/ou pública, favorecendo o reconhecimento das diferenças, mas sob a ótica da integração, da convivência, da tolerância e portanto da possibilidade de troca (AGUIAR; VASCONCELOS, 2004).

Interessante pensar que se transculturização foi utilizada para ser a base da construção do estado nacional nas décadas de 30 e 40, ela já recontextualizou, dentro do processo de troca e trânsito de conteúdos culturais, as novas relações que se estabeleciam com as migrações e a heterogeneidade demarcadas no interior de uma

fronteira nacional, temas que são complexificados ao serem associados à configuração de um Estado nacional forte e unificado.

Diante do processo tradutório e transnacional pelo qual passa a cultura, Bhabha (1998) aborda o hibridismo a partir da perspectiva da linguagem e da identidade. Isto quer dizer que ao propor a teorização que leve em conta um discurso híbrido e libertário Bhabha se afasta do pluralismo e do sincretismo dado que

O pluralismo postula, muitas vezes, a existência simultânea e pacífica de vários grupos, culturas, línguas etc. na qual cada um se insere num conceito de homogeneidade; cada um se vê como autêntico, presença plena, independente dos outros, existindo num espaço vazio e homogêneo – situação que geralmente acaba beneficiando apenas o mais forte entre eles. O sincretismo, por sua vez, postula a superação da diferença pela qual os contrários se unem num terceiro termo, transformando, paradoxalmente, a heterogeneidade em homogeneidade (SOUZA, 2004, p. 131).

Com o trabalho do antropólogo argentino sediado no México, Néstor Garcia Canclini, a noção de hibridismo como pensamento social latino-americano é desenvolvida no final da década de 1980. Na sua busca por compreender a cultura urbana, Canclini faz uma relação entre consumo de bens simbólicos e a hibridação cultural, considerando os impactos da globalização e das políticas econômicas neoliberais e trans-estatais. Foi na apropriação dos bens simbólicos junto com as tradições populares que ele chamou de “culturas híbridas”. (FANTINI, 2004; MOREIRAS, 2001).

As formações híbridas estão presentes em todos os extratos sociais da América Latina numa inter-relação da cultura indígena, colonial e a elite moderna. Segundo o hibridismo cancliniano o conceito sofre a partir daí uma transformação, recaindo num programa político coordenado por elites intelectuais (MOREIRAS, 2001), pois

as práticas culturais passam a ocupar um lugar proeminente no que diz respeito ao desenvolvimento político, já que, quando se fecham ou enrijecem as vias político-sociais, elas constituem vias de expressão simbólica com ação e atuação efetivas. A eficácia dos processos de hibridismo reside principalmente na sua capacidade de representar o que as interações sociais têm de oblíquo e simulado, autorizando, portanto, repensar os vínculos entre cultura e poder, os quais, sem dúvida, não são verticais (FANTINI, 2004, p. 170).

Por isso um dos grandes problemas do hibridismo é permanecer como uma força política em grande parte ainda presente no interior da política hegemônica. Moreiras (2001) inclusive afirma que tal qual a transculturação, a qual foi responsável

ideologicamente pelo processo de integração cultural em sociedades nacional-populistas, o hibridismo também apresenta o seu papel ideológico na reterritorialização capitalista e no processo de naturalização de exclusão do subalterno, criando, nesse caso, uma política identitária. Ele diz que “o subalternismo encontra seu campo de incidência no estudo de formações culturais ou experienciais que são excluídas de qualquer relação hegemônica em qualquer dado momento de sua história” (MOREIRAS, 2001, p. 332). Porém, a relação hegemônica só existe através da presença das subalternidades, já que é sobre estas que a política hegemônica pode se constituir, e ainda que tente anulá-las, não poderá aboli-las por completo, pois seria o mesmo que se auto-anular.

O hibridismo parte do fato de que a ressignificação da cultura constrói valores nos interstícios das próprias culturas, pois todas as culturas são de fronteira, numa ressignificação que constitui todos e ao mesmo tempo não pertence a nenhuma cultura específica (FANTINI, 2004; SOUZA, 2004). Tão logo, o hibridismo

é então sinônimo de qualquer posição no jogo (dialético) de identidade e diferença que determina a localidade no mundo contemporâneo: todas as localidades são híbridas, uma vez que todas as localidades são interseção de determinados particularismos e aquilo que os nega (MOREIRAS, 2001, p. 348).

Outro termo que é muito criticado, por vezes confundido, e por outras vezes assemelhado ao hibridismo é a mestiçagem. Haydée Coelho (2001) ao tratar da mestiçagem no contexto da historiografia brasileira revisita diversos autores para abordar o assunto. A autora destaca inicialmente o teórico Karl Von Martius sobre a formação da nacionalidade brasileira sob o tripé das três raças: branca, indígena e negra. Baseando-se neste fundamento para demonstrar a importante transição do enfoque da raça para o da cultura, Coelho (2001) destaca o livro de Gilberto Freyre “Casa grande e senzala” e a questão de “democracia racial” no Brasil. A crítica de Bernd (2004) à Gilberto Freyre vai na direção de que a mestiçagem apenas escamoteia o processo de homogeneização, já que

o conceito de mestiçagem pode servir de camuflagem à manutenção de uma identidade calcada na homogeneidade, preocupada em integrar os grupos marginalizados, mas sempre de acordo com as concepções dominantes da nação. A pós-modernidade, ao trazer à tona o conceito de híbrido, enfatiza acima de tudo o respeito à alteridade e a valorização do diverso (p. 100).

Ciente de que o termo mestiçagem é muito preterido pelos críticos contemporâneos, os quais preferem “transculturização” ou mesmo o mais recente “hibridação”, Coelho (2001) avança na sua conceituação dentro da nova seara de debate, na qual diversos autores contemplam a questão da mestiçagem na construção da cultura e identidade brasileiras, como é o caso de Darcy Ribeiro (1995) no livro “O povo brasileiro” e demonstra a importância de se entender o processo da mestiçagem.

Ainda que os mesmos críticos acusem o termo mestiçagem de retrógrado e incapaz de abarcar a pluralidade identitária atual, a autora expõe o problema de se ignorar a categoria mestiçagem, pois “Olhar fora sem olhar o dentro suscita problemas de várias ordens, desde uma construção teórica que desconhece sua própria história cultural até a manutenção discursiva crítica na margem, na fronteira, no meio do caminho, no “entre lugar”, ou na “terceira margem” do terceiro ou décimo mundo” (p. 65). Assim, Coelho (2001) defende o quanto o termo mestiço é muito caro ao entendimento da América Latina e representa um primeiro passo para compreender a formação cultural, para depois poder ser aplicada uma abordagem mais ampla, que implique no uso de categorias como transcultural ou híbrido.

Para Abdala Jr (2004) tanto o hibridismo cultural quanto a mestiçagem rompem com as concepções fixas, seja da cultura ou da identidade. Por consequência, ajuda a desenvolver uma identidade coletiva que tende a adotar aspectos supranacionais, onde o Estado continua a ser legítimo por garantir o bem-estar social, mas mantém as suas fronteiras como espaços de contato e não de separação com as outras culturas. Na realidade, ao invés de tais conceitos – hibridismo e mestiçagem – nivelarem as diferenças e abafarem os conflitos, como poderia propor as noções brasileiras predominantes no século XIX tais quais a mestiçagem sincrética, a cordialidade e a democracia racial, estes dois conceitos abordam, por sua vez, a aproximação de traços culturais, mas sem ignorar as tensões que isto acarreta. Assim, é preciso pensar por híbrido como uma ressimbolização em que se preserva a memória das culturas originais, desde que passe também pelo processo de tradução, onde se cria uma outra cultura (ABDALA JR, 2004).

Bernd (2004) parte do sentido de Canclini para mestiçagem, de que estaria principalmente associado à mistura de raças, por isso ele não compartilha o mesmo fundo conceitual de Coelho (2001), a qual faz a superação desta relação racial para alcançar a questão cultural. Bernd (2004) entende então que o deslocamento do tópico

de raça para o da cultura só vem a ocorrer dentro do conceito de transculturação, afastando-se da mestiçagem. E para ele a criouldade é uma excelente forma de pensar este deslocamento, tratando das margens, fronteiras, tudo aquilo que tange a hibridação.

A cultura crioula é uma cultura sincrética, de um processo de adaptação de europeus, africanos e asiáticos no Novo Mundo, isto é, América. Para Bernd (2004), por ser impossível os caribenhos se reconhecerem numa raiz única, “a criouliização torna-se a única maneira de abordar a questão identitária” (p. 103). O Haiti, por sua vez, se localiza no Caribe e possui de forma bastante forte este processo de criouliização, marcado por fortes influências francesas e africanas. Assim, estes processos, tal como a mestiçagem, embora Bernd (2004) discorde desta, mostram a história cultural comum que pode ser compartilhada na América Latina, referenciando elementos que compartilhamos.

Esta breve referência aos termos procurou assinalar algumas aproximações e divergências para imprimir principalmente a complementaridade que eles estabelecem, mais que os distanciamentos. Por isso, atentou-se para a forte relação entre transculturação, hibridação, mestiçagem e criouliização e que resulta na cultura das Américas, pois estas ao compartilharem

Os vestígios (*traces*), os restos e os fragmentos das culturas de tradição oral (indígenas e africanas), bem como as manifestações das produções culturais subalternas, minimizadas no interior do sistema dominante, ressoam na articulação cultural de diferentes países (BERND, 2004, p. 109).

Essa discussão é importante para entendermos que para além da história oficial, de criação de países e fronteiras isoladoras, há na América Latina um mundo compartilhado de construção de sentidos e de origens que precisam ser retomados para o entendimento desta relação que tem sido aproximada pelos discursos políticos sobre o Brasil e o Haiti. Há fundamentos nestes discursos por causa de certas origens que nos são semelhantes, como a escravidão e a colonização européia, por exemplo. E assim a questão cultural ganha proeminência nos processos políticos, pois também é conformadora destes, e existe para além destes, ou ainda, tanto podem ignorar como podem fazer uso dela como um recurso estratégico de vinculação.

2.4.2 Identidade, imaginário e outras construções

A identidade haitiana é apresentada ao cidadão brasileiro de maneira mediada, construída no discurso, seja pelos veículos de comunicação, seja pela voz dos próprios políticos do nosso país, seja na imbricação entre os dois, e seja ainda com a literatura e através de debates acadêmicos. No caso inverso, os haitianos estão em contato direto com soldados brasileiros que lhes ensinam o português e distribuem voluntariamente parte da ração alimentar que recebem para seu próprio sustento, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente a estas atitudes solidárias, são eles que carregam armas e dirigem tanques de guerra. O haitiano assiste também a jogos de futebol do Brasil pela televisão. É neste embate de um lado e do outro que se forja a relação identitária Brasil-Haiti.

No caso da MINUSTAH apreendida pelos brasileiros observa-se que a representação midiática e também aquela presente nos proferimentos agem no mesmo sentido, potencializando-se em seu apelo no caso destes últimos. Pois elas posicionam e justificam a própria atuação das tropas brasileiras, demonstrando a importância, ou os problemas, de o Brasil intervir no Haiti. Na fala do presidente Lula, por exemplo, observa-se a ênfase dada à cooperação internacional e aos laços culturais, conforme veremos no capítulo cinco, onde há explicitação das categorias de análise.

Por meio de discursos como esse se apresenta não apenas a maneira como o governo brasileiro enxerga a missão, mas também como que ele quer compartilhar e dar a ver no espaço público, dirigindo-se aos cidadãos em última instância.

Compreender a construção de identidades – identidade nacional, identidade étnica, identidade cultural – nesta dissertação possibilita compreender as articulações da MINUSTAH enquanto força mantenedora de paz (*peace keeping*), e não impositora (*peace making*). Já que neste novo padrão internacional formalizado pelas missões de paz da ONU o segundo já não teria mais espaço de manobra, enquanto o primeiro ainda carece de um amadurecimento principalmente relacionado à cooperação intercultural e de desenvolvimento socioeconômico local que deve ser estabelecida e respeitada.

Diante do fenômeno da globalização as fronteiras estão sendo paulatinamente demolidas e a identidade nacional enfraquecida e fortalecida, ao mesmo tempo. Pois, ao receberem uma delimitação tênue, as identidades nacionais ficam ora mais fluidas, ora recrudescidas e estigmatizadas, estas últimas na tentativa de se ancorarem em algum

porto mais seguro. Pois, se há mecanismos internos e divergências a um grupo que interferem na constituição de um “nós” identitário, há mecanismos também desencadeados pela identificação e diferenciação em relação ao outro, ao externo; se há fatores espontâneos, há também de indução ou construção intencional (GUIMARÃES et al, 2002).

Por um lado, estas relações entre culturas proporcionadas pelo fenômeno da grande circulação global instaram uma total insegurança e fluidez nas identidades nacionais. Por outro lado, as integrações globais e regionais permitiram um conhecimento mais seguro do outro, e nessa busca por uma convivência das diferenças reordena a produção cultural numa relação em concorrência e intercâmbio com as demais (CANCLINI, 2003; HALL, 2000). Assim, não apenas a identidade é requestionada – e seus instrumentos analíticos –, como também a cultura assume um novo terreno de produção e prática.

Se antes “as culturas nacionais pareciam sistemas razoáveis para preservar, dentro da homogeneidade industrial, certas diferenças e certo enraizamento territorial, que mais ou menos coincidiam com os espaços de produção e circulação de bens” (CANCLINI, 1999, p. 40), a partir da ampla gama de interesses angariados por diversos setores da sociedade civil, e também conjugando os interesses de outras organizações industriais, a situação mudou. As identidades passaram a ser reconstruídas sob um novo papel do Estado-Nação, o qual para continuar legítimo transferiu parte de seu poder político para instâncias locais e regionais, permitindo o aparecimento de múltiplas identidades, que antes eram apagadas sob o discurso nacional (CASTELLS, 1999). Pois, como desnuda Escosteguy (2001)

É nesse novo contexto de crise do âmbito da Nação, da identidade e de paradigmas, em especial aqueles fundamentados em “grandes narrativas”, que emerge uma nova valorização do cultural. [...] De toda forma, é dentro desse espectro que se inicia a configuração de um olhar que vê a comunicação *na* cultura e se associa aos estudos culturais (p. 47).

Perceber para esta investigação, ainda que de forma pouca adensada e mais ensaística, aspectos que permeiam a identidade e o imaginário do Brasil e do Haiti em meio a esse contexto de transformações globais e locais, auxiliam a compreensão de como certos laços culturais podem ser evocados para justificar a participação ativa do Brasil, discussão esta que servirá de apoio para a análise do último capítulo. Guimarães et al (2002) diz que “Um povo se constitui enquanto tal ao construir uma imagem de si

mesmo; quando se vê enquanto corpo coletivo, elege símbolos de reconhecimento e identificação, partilha valores e traços de comportamento” (p. 10). E é nesse mote que se encaixa a busca por evidenciar certos valores e traços que são atribuídos como comuns ou semelhantes segundo os discursos, seja do jornal *Folha de S. Paulo* ou dos políticos, estudados aqui.

Há diferentes modos de acionar valores que pertençam aos imaginários de tradição e cultura de um povo. E assim o recurso ao passado e à história do povo brasileiro e haitiano, buscando uma vinculação, delinea uma aproximação que, ao mesmo tempo considera os dois estados soberanos, carregados por suas próprias culturas e história, e também demarca uma relação identitária comum. Esta relação é capaz de compor os argumentos que justificam o interesse, a responsabilidade e a legitimidade do Brasil em ascender neste papel interventor. Ao mesmo tempo cria, constrói, uma relação que pode não obter respaldo. Afinal, esses vínculos identitários existiam antes da MINUSTAH ou foram construídos principalmente para tal? Ou só emergiu mediante este acontecimento extraordinário?

Corroborando isto tem-se o entendimento de Martín-Barbero (2001) de que a identidade é uma mediação forte para se entender a dinâmica social como um todo em que ela está inserida. Assim ela pode facilitar, por exemplo, o próprio processo de intervenção, ao ajudar na conquista da legitimidade junto aos haitianos e junto aos brasileiros. Portanto, é de suma importância entender:

O poder que as construções imaginárias exercem sobre a identidade, a própria e a dos outros, para recortar e manipular os processos sociais. Do mesmo modo, surgem os obstáculos para fundar, nessas concepções identitárias, políticas mais ou menos realistas de interação (CANCLINI, 2003, p. 94).

O imaginário social permeia e está intimamente atrelado a um sistema de representações simbólicas, que fazem parte, por sua vez, da constituição da identidade, inclusive a nacional. Por isso se diz que “uma nação não é somente uma entidade política; é produtora de significados que conformam uma idéia de nação representada nas diferentes manifestações culturais” (GUIMARÃES et al, 2002, p. 10).

É pela reiterada invocação discursiva de brasileiros e haitianos como “povos irmãos” que se instiga pensar na relação identitária entre Brasil e Haiti, sob o pano de fundo da MINUSTAH. Logo, conforme o caso da construção física de um centro

cultural Brasil-Haiti⁵³ deixa evidente, o encontro intercultural Brasil-Haiti tal qual é construído no discurso prevê certo entendimento dessa relação como de mestiçagem, no caso do Martín-Barbero, ou de hibridismo, próprio do Stuart Hall, já que ambos entendem de maneira próxima a construção da identidade de forma negociada, e não de uma simples assimilação cultural ou uma mistura de culturas que concorrem entre si (ESCOSTEGUY, 2001).

Pizarro (2004) está entre os autores que já anunciam a proximidade histórica entre os dois países ao listar do ponto de vista geográfico que “Trata-se de um espaço cultural com vestígios africanos cuja origem, como sabemos, encontra-se no chamado comércio triangular, a escravidão, e, [...] na economia de *plantation*” (p. 29).

No Haiti a escravidão misturou etnias distintas e foi capaz de desarticular e de “triturar” a população deslocada da África, que perdeu a identidade étnica num processo de “desconstrução”/reconstrução cultural em conjunto com a seqüências de colonização que sofreu, culminando com a determinante colonização francesa (JAMES, 2000). Em virtude da dispersão étnica e da marginalização social que todo este processo gerou, o resultado foi tão crônico e devastador que se perpetua até hoje. Neste quadro é pertinente a abordagem de Benedict Anderson (1989) quanto ao sentimento de pertencer à determinada identidade nacional ao mesmo tempo em que abrange as dimensões culturais do fenômeno. O Haiti é bastante rico para este apontamento haja vista o sentimento nacional que estava presente na independência feita pelos negros e a situação decorrente de desintegração social e cultural logo após a emancipação, e que ainda prevalece. Esta perda da coesão entre os indivíduos é de valor significativo para o entendimento dos problemas políticos e econômicos subseqüentes.

Para melhor compreender isto basta observar as línguas que prevalecem no Haiti. A cultura da antiga metrópole se mantém atualmente para uma pequena elite que ainda fala o francês, enquanto a língua *créole*⁵⁴, ou o crioulo haitiano, já no período colonial difundiu-se para a grande massa. Esta língua possui bases no francês apresentando ínfima constituição por parte do vocábulo africano assim como do idioma nativo da ilha. Na prática, subjugar o *créole* significa subjugar as massas populares, pois ao ser uma

⁵³ A criação do Centro Cultural Brasil-Haiti em Porto Príncipe, por exemplo, cumpre a função além de aproximar as atividades e práticas culturais de ambos, também desenvolver debates para questões que atiram o Haiti em razão da intervenção brasileira. Isto significa esclarecer sobre melhorias trazidas pela MINUSTAH na ordem de infra-estrutura e saneamento básico, bem como ao auxílio na reorganização das estruturas políticas do país, que estavam deterioradas antes da chegada das tropas onusianas.

⁵⁴ O *créole* foi reconhecido como língua oficial, juntando-se ao francês, somente em 1961.

língua dos negros é vista pela elite mulata como o “vulgar dialeto de uma população sem cultura” (GRONDRIN, 1985, p. 73). Na realidade, como expressão e transmissão cultural, esta língua representa o caráter de unidade e identidade do povo bem como a unidade religiosa é evidente no culto do vodou⁵⁵, o qual é um dos poucos aspectos remanescentes da cultura africana e que gera bastante discussão, sendo em muitos casos mal-interpretado e associado à bruxaria, com a possibilidade deste preconceito ter ocorrido justamente por causa de seu poder de coesão cultural e social que promovia. A principal religião é o catolicismo, e, como sinais de resistência cultural podem ser vistos os católicos que se definem também adeptos ao vodou, pois uma religião não exclui a outra para os haitianos.

Canclini (2003) ao analisar os aspectos socioculturais brasileiros afirma que o Brasil está impregnado de uma cultura africana transclassista e transétnica, assim como uma tradição afrocaribenha transita na sociedade, sem esquecer o sincretismo com o europeu. Tudo isto dita o tom de uma identidade naturalmente híbrida, o que certamente torna mais fácil e possível a aproximação cultural com o Haiti, um país de composição multiétnica, predominantemente de africanos e europeus (ex-colonizadores franceses e espanhóis).

Propõe-se colocar em suspensão, sem avançar no debate já que isto trata de uma discussão paralela ao que se pretende esta pesquisa, sobre se realmente existe uma identidade nacional num país em que o próprio Estado ainda está em processo de configuração, embora toda a população responda de algum modo por essa identidade, como é o caso do Haiti. O relatório *Misión* (2006, p.7) responde parcialmente isto ao afirmar que o “Haití manifiesta hoy, como lo ha hecho históricamente, la capacidad de la resistencia social y cultural, la fuerza de su identidad, su dignidad de pueblo y su esperanza de poder revertir la situación actual”.

No que tange aos aspectos socioculturais verifica-se que o Brasil é singular na sua possibilidade de atuação no país caribenho. Isto porque a história e literatura brasileiras compuseram o nosso país de uma pluralidade cultural e multiplicidade étnica, cuja formação parte romanticamente de processos de miscigenação e mestiçagem –

⁵⁵ Voduísmo é a religião oficial no Haiti, sendo similar a outras religiões da diáspora africana nas Américas, como o Camdomblé e a Umbanda brasileiros. É geralmente relacionado ao boneco vodou, ao zumbi (“morto-vivo”) e à magia-negra, entretanto, são mais mitos que propriamente a religião, esta é bem mais forte e mais abrangente representada através do sincretismo entre o africano, o indígena, e os antepassados europeus, e não apenas com o catolicismo romano. (LAENNEC, 1993).

conforme abordado na seção anterior – entre o índio, o escravo negro e o europeu. Incluindo personagens referenciais e heróicos tais como Jeca Tatu, Macunaíma e Peri (GUIMARÃES et al, 2002). Ainda que as questões raciais no Brasil sejam um tema latente e sensível, com grandes contradições⁵⁶, esta base ajuda a construir uma identidade multifacetada por excelência, e bastante definida a partir da visão do outro, do estrangeiro, o qual se torna referência para nossa própria constituição. Na leitura de Souza (2004) sobre Bhabha:

Em termos de representação do colonizado, qualquer imagem – seja ela feita pelo colonizado ou pelo colonizador – é híbrida, isto é, conterà traços de outros discursos à sua volta num jogo de diferenças e referências que impossibilita a avaliação pura e simples de uma representação como sendo mais autêntica ou mais complexa do que outra (p. 117).

Com a divulgação da MINUSTAH pelos veículos de comunicação brasileiros o imaginário pode ter sofrido modificação, porém, ao mesmo tempo, reforça outras características também de compartilhamento do imaginário, além ser construído no próprio discurso midiático. Isto porque os *media* são portadores de imaginários sociais que exercem certa influência sobre as opiniões da comunidade onde está inserida. Por isso se os discursos invocam imaginários, os *media* são capazes de sustentá-los ou até de criar outros, incluindo transformações na ordem do imaginário que afetem as condições de reprodução cultural das sociedades (CHARAUDEAU, 2006a).

Acionar, pois, o imaginário significa alcançar um conjunto de referências que nem sempre correspondem a aspectos fidedignos, porém ajudam a construir um entendimento, uma significação, conferem sentido a uma realidade por vezes nebulosa. Ao contrário de ser algo em oposição à realidade, como se fosse fictício ou fabuloso, o imaginário é, nas palavras de Charaudeau (2006a), “efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (p. 203).

As relações estabelecidas dentre os indivíduos de um mesmo grupo são capazes de construir um universo de valor, um imaginário comum que se pretende como

⁵⁶ O preconceito racial brasileiro existe e é bastante forte. Gilberto Freyre (1992) expõe sobre o *mito racial pacífico*, mas não se pode confundir com o imaginário que é criado do Brasil. Inclusive há vertentes como a de Octavio Ianni (2004) que problematiza essa questão da “democracia racial”, desmascarando-a como um “preconceito racial constitutivo da sociabilidade na sociedade brasileira” oriundo da história escravagista.

verdadeiro. Assim ocorre uma dupla interação: do homem com o mundo e entre os próprios homens (CHARAUDEAU, 2006a).

Trazendo isto para o objeto da pesquisa observa-se que o discurso, seja jornalístico ou político, busca na cultura brasileira características que possam ser vinculadas com uma raiz haitiana, na tentativa de referenciar uma história e cultura comuns, mesmo que estas não estejam tão solidificadas na chamada identidade nacional brasileira. Lembrando que esta é multifacetada por natureza, conforme corrobora nossa literatura e história. O imaginário trazido pelo discurso nacional tem fins identitários construindo uma cultura nacional, porém é na alteridade, no reconhecimento de outras culturas, que se potencializa a tomada de consciência de nossa cultura. O imaginário da pluralidade de raças, mestiçagem no Brasil, é identificável por uma abordagem antropológica e histórica, constituindo uma memória coletiva nesses termos, que pode ser invocada e referenciada.

Sem desconsiderar então todas as desigualdades econômicas e sociais que marcam o Brasil, este apresenta uma sociedade nacional mais disposta à hibridação, inclusive

Os antropólogos ressaltam as múltiplas interpenetrações que existem entre os contingentes migratórios que formaram esse país. *Não raro, os líderes políticos e culturais falam de seus ancestrais africanos ou indígenas, e vêem as filiações étnicas como algo voluntarista, que pode ser mesclado* (CANCLINI, 2003, p. 108, grifo nosso).

Em termos de construção discursiva política, a diversidade brasileira é bastante referenciada e serve como palco para o projeto de uma identidade nacional plural que, para exemplo e espanto do mesmo olhar estrangeiro que ajudou a defini-la, se diz também “pacífica”, uma autodenominação presente nos discursos brasileiros, e que não deve ser entendida aqui como neutra, mas recebida com bastante cautela. Inclusive, como Chauí (1995) afirma

O grande mito que sustenta a imaginação social brasileira é o da não-violência. Nossa auto-imagem é a de um povo ordeiro e pacífico, alegre e cordial, mestiço e incapaz de discriminações étnicas, religiosas ou sociais, acolhedor para os estrangeiros, generoso para com os carentes, orgulhoso das diferenças regionais e destinado a um grande futuro (p. 3).

Esse caráter pode ser determinante ao comandar a estabilização política e social de um país que, como o Haiti, além de ter alarmantes índices de desenvolvimento econômico e social, carece de um sentimento nacional coeso, principalmente no que se

refere ao domínio de uma consciência política forte, que os define enquanto cidadãos, o que favorece para sua incapacidade de concretizar a democracia em função destas defasagens presentes.

Assim confirma a asserção de Roberto Abdenur (1997) em que “a riqueza e a diversidade de nossa formação étnica e cultural são fatores que ampliam as oportunidades de interlocução internacional” (p. 35). O Brasil busca então explorar esta potencialidade da diversidade cultural, do dinamismo histórico e do peso econômico regional ao conduzir a força de paz no Haiti, a qual não deve ser equivocadamente traduzida como uma força de ocupação, cautela esta já precavida por nossos dirigentes, já que ainda seria contrária ao próprio ditame que rege uma missão de paz da ONU. E assim ser traduzida como uma missão de reconstrução plena do país.

O exacerbado prestígio que o país do futebol tem perante os haitianos, que idolatram tal esporte, confere uma relação intensa de admiração com o Brasil e que é relevante para o fato de este ter sido indicado a coordenar a operação. Houve o famoso “jogo da paz” ocorrido em agosto de 2004, no qual a seleção brasileira entrou em campo com a seleção haitiana, fazendo uso da evidente atração que desperta o futebol brasileiro naquele país, o que ilustra a argumentação anterior. Foi um jogo amistoso, em que as duas seleções entraram em campo para celebrar a nova relação – também amistosa – que se iniciava num outro campo, o político. Através desse episódio o Brasil conseguiu certo êxito político com a MINUSTAH, apoderando-se desta afinidade esportivo-cultural, ao conseguir maior respaldo da população haitiana quanto ao comando da missão. Esta identificação do povo haitiano com a seleção verde-amarela está além do futebol e atinge aos integrantes da seleção, a qual é formada em sua maioria por jogadores negros e de origem social modesta, que servem de inspiração para a ascensão social pela qual luta e sonha cada haitiano (SILVA, 2004).

Revelar aspectos de como analisar uma intervenção dentro da relação identitária engloba o aspecto multidimensional da missão de paz, isto é, atua além do político e militar, abarcando questões sociais e culturais. Ampliar esta questão identitária com o apoio da tese de Yúdice (2004) nos faz perceber claramente como as relações identitárias funcionam enquanto recursos importantes e úteis para que determinadas ações sejam compartilhadas como naturais, razoáveis e necessárias. As identidades são conformadoras de um discurso de pertencimento que compartilha posições e olhares sobre o mundo, e que podem ser construídos por interesses por vezes ocultos e bastante

estratégicos. Nesses termos a questão da identidade cultural representa um fator de poder. Pode ser delimitada ou construída pelo Estado, mas também pode ser utilizada como forma de organização política, como movimento social; isto demonstra como a identidade pode refletir na política e trazer resultados significativos, alterando o rumo dos acontecimentos (MARTINS, 2002). É a identidade que sutura e sedimenta o compartilhamento cultural comum de sentido, com a potencialidade de estabilizar conflitos e amenizar certas ações.

3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA INTEGRADA

Neste capítulo será apresentado o escrutínio de todo o material pesquisado, atentando-se para as etapas que filtraram tanto as matérias do jornal *Folha de S. Paulo* quanto os proferimentos dos representantes do Estado. Assim, após o recorte do *corpus*, são trazidos os dois movimentos teórico-metodológicos: Análise de conteúdo conjugada com a teoria dos enquadramentos. Esta discussão, além de refinar adequadamente o objeto de estudo, fornece o subsídio necessário para ser possível distinguir as categorias analíticas que consideram a cultura como recurso político do comando do Brasil na MINUSTAH. Esta análise será feita no capítulo subsequente, onde serão apresentadas as explicitações das categorias e a partir das quais será possível identificar os enquadramentos predominantes no que tange a invocação cultural no discurso.

3.1 *Corpus* de todo o material

Considera-se o acontecimento da Missão de Paz da ONU no Haiti (MINUSTAH) como recorte epistemológico para abarcar as dimensões do objeto discutido. A missão foi estabelecida no final de maio de 2004 e perdura até o presente momento. Entretanto, o período a ser analisado data-se entre os dias 1 de maio de 2004, a fim de acompanhar os primeiros movimentos dos *media* e dos gestores relacionados, até o dia 01 de julho de 2008, por captar o desenvolvimento da missão até o seu estágio mais avançado. Compatibiliza-se ao todo uma análise de quatro anos e dois meses, podendo ser dividida nos seguintes estágios:

1º) 01 maio 2004 a 11 set. 2005: Chegada dos capacetes azuis da ONU. A situação no Haiti não era propriamente de uma guerra civil, mas atravessava um descontrole institucional que gerava ondas de extrema violência. Este é o momento da chegada das tropas militares multinacionais no Haiti, comandadas pelo Brasil a fim de garantir estabilidade – principalmente no que tange a segurança pública – para a transição política. Buscou-se a rendição das armas dos grupos armados e a reintegração social dos mesmos. Em síntese, as tropas foram então responsáveis por manter a ordem e segurança locais logo após a falência e desestruturação do governo de Aristide – governante haitiano que renunciou (SOUZA; ZACCARON, 2006);

2º) 12 set. 2005 a 12 maio 2006: Garantia do processo de eleição democrática no Haiti, incentivado sob o argumento de que o regime democrático é menos propenso à guerra e por isso garante a paz na comunidade nacional e internacional. Possibilitou-se assim programar a infra-estrutura e a segurança necessárias para operacionalizar o exercício da democracia. Este processo culminou com as eleições presidenciais e a vitória de Préval (HIRST, 2007; SEITENFUS, 2009);

3º) 13 maio 2006 a 01 jul. 2008: Situação pós-eleição. A MINUSTAH se incumbiu de assegurar condições de governabilidade ao novo governo haitiano. Reduzindo assim a intervenção militar direta no país ao mesmo tempo em que garante a estabilidade para que o processo democrático se firme a longo prazo, articulando, em consequência, com a cooperação internacional. Essa cooperação envolve políticas públicas, atuação de alguns organismos internacionais e a remessa de financiamento que viabilize a concretização desta etapa no Haiti.

Tais estágios estão propriamente articulados aos três pilares apresentados pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil:

O sucesso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti se baseia em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social (AMORIM, 12/01/2005).

Porém, como ressalva do próprio ministro, não são três passos distintos ou cronologicamente demarcados, por isso deve ter uma aplicação simultânea se o Brasil quiser garantir a reconstrução, de fato, do Haiti. É claro que, para fins de análise foram divididos os três estágios, já que em cada um há preponderância de um dos pilares, entretanto, isto não significa que os outros âmbitos sejam esquecidos, dado que “o que necessitamos é de um acordo entre todos, que una a comunidade internacional e as forças políticas haitianas em um compromisso de longo prazo” (*idem*). Tanto que o próprio material revela a presença concomitante dos três no decorrer da atuação brasileira.

Parte do *corpus* a ser analisado é retirada do jornal impresso *Folha de S. Paulo*, totalizando 161 textos jornalísticos, incluindo matérias, entrevistas, artigos e editoriais, incluindo-se ainda nesta etapa as notas e as cartas do leitor. A outra parte advém dos discursos políticos brasileiros e somam 14 discursos, pronunciados especificamente pelo presidente Lula e pelo ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

A escolha pelo jornal não foi aleatória, pois este dispositivo quando comparado nos *media* como um todo (como a internet, a televisão e o rádio) é o que apresenta o acontecimento com maior complexidade, devido ao espaço ampliado de discussão e abordagem e à característica da própria construção da notícia e do dispositivo midiático, que veicula a informação alicerçada por certa crítica imbricada ao discurso jornalístico. Claramente não se hierarquiza a importância deste dentre os outros meios, cada qual com suas particularidades, inclusive a internet é um veículo bastante complexificador também do acontecimento, além de sua própria atualização virtual constante.

A escolha pela mídia impressa se dá por duas razões fundamentais: Primeiro, historicamente o jornal impresso tem sido espaço importante de construção da opinião pública e de mediação do discurso governamental para o público. Segundo, seu formato escrito tende a dar maior profundidade interpretativa e analítica das coberturas jornalísticas e isso o torna mais adequado para averiguar como os discursos estão sendo mediados para opinião pública. Deste modo tratamos especificamente da mídia impressa e não do conjunto dos *media* (que incluiria outros, como televisão, rádio etc.).

Feita esta primeira delimitação geral da escolha pelo jornal impresso especifica-se qual veículo será analisado, uma vez que existem dezenas de veículos de jornal impresso de grande circulação no país. Optou-se pelo jornal *Folha de S. Paulo* devido às seguintes características: (a) é o jornal diário em formato tradicional (vendido em banca) de maior circulação por edição⁵⁷; (b) tem hoje abrangência nacional e superou o *status* de mídia regional, portanto, faz coberturas integrais da esfera nacional do debate público, correspondendo ao de maior visibilidade no Brasil; (c) apresenta matérias e textos de política internacional sem resumir-se apenas em notícias compiladas com agências internacionais, pois é capacitado a realizar coberturas externas com próprios jornalistas enviados para cobrirem certos acontecimentos *in loco*, incluindo o Haiti; (d) em sua trajetória este jornal alcançou um grau de respeitabilidade entre os leitores principalmente de classe média, um extrato com forte influência na opinião pública principalmente por conter profissionais liberais, especialistas, professores, técnicos etc.

⁵⁷ Segundo dados do IVC (Audited Newspapers Circulation) a Folha circulou em 2004 uma média de 307,7 mil exemplares por edição; em 2005 foram 307,9 mil/por edição e em 2006 circulou em média 309,4 por edição (contra 257,5 em 2004; 275 mil em 2005 e 276,4 mil em 2006 do segundo colocado, o Globo (GRUPO DE MÍDIA SAO PAULO, 2007, p. 346).

Em relação aos textos jornalísticos veiculados pelo jornal *Folha de S. Paulo* partiu-se de um espectro de 161 que tematizavam a MINUSTAH, durante os quatro anos e dois meses. Diversos foram os cadernos que as contemplaram, tais como *Mundo, Cotidiano, Brasil, Editorial e Opinião*. Dado que a fonte de coleta do material foi em função do jornal impresso disponível *on line*, acesso somente mediante assinatura, possibilitou-se refinar a pesquisa do período através da palavra-chave “MINUSTAH”. Interessante que, se para filtrar os proferimentos foi necessário utilizar a palavra-chave “Haiti”, no caso do jornal esta palavra foi considerada ampla, pois na primeira tentativa resultou-se em mais de 10.000 textos jornalísticos. Já a palavra MINUSTAH trouxe maior precisão à busca detalhada e refinou, conforme dito, apenas 161, incluindo-se as notas e as frases. Naquela amplitude das 10.000 matérias a grande maioria comentava aspectos outros do Haiti e não propriamente a missão, o que não interessava à pesquisa. É importante justificar que, por serem textos do jornal impresso, mas coletados mediante pesquisa *on line*, não há a presença da página do caderno, pois nesta disponibilização virtual o jornal *Folha de S. Paulo* não identifica a partir das páginas, apenas elenca os textos segundo o título e o nome do caderno em que está localizado, omitindo a página.

Lidos um a um dentre os 161 textos, descartou-se numa primeira instância as pequenas notas e as frases, que superdimensionavam o volume do material buscado e nada acrescentavam, por não terem problematização ou apresentação de outras falas dentro de seu texto, tornando-as puramente descritivas. Com esse descarte, resultou-se em apenas 146 textos jornalísticos. A partir destes reduziu-se para somente aqueles que convocaram de alguma maneira a dimensão da cultura, ou seja, 48 textos. Esses textos foram destacados de diferentes cadernos:

- *mundo*: 34
- *brasil*: 7
- *opinião*: 6
- *mais*: 1

Os proferimentos, por seu turno, foram escolhidos para participarem do *corpus* na medida em que eles representam um outro âmbito importante para se olhar o problema proposto. Carregados, naturalmente, de aspectos formais e públicos, por causa de seu vínculo institucional e governamental, permitem ampliar o objeto – abrangendo a porosidade entre os *media* e a vida social – e abarcar melhor o problema da pesquisa.

Acrescenta-se a isso, o fato de que os proferimentos são oriundos dos próprios gestores da missão de paz, o que confere grande credibilidade e legitimidade, pois eles estariam autorizados a falar sobre o acontecimento que participam e atuam diretamente, ajudando inclusive a configurar e a construir o que é a própria MINUSTAH.

Os pronunciamentos dos gestores da missão foram selecionados através do *site* do Ministério das Relações Exteriores⁵⁸ (MRE). Trata-se de um *site* oficial do governo, que corresponde a uma vitrine da visibilidade pública sobre os acontecimentos da política externa e internacional brasileira. É um repositório de arquivos e documentos oficiais, servindo como um meio de comunicação oficial e público daqueles que gerenciam o Estado. O filtro utilizado para selecionar os discursos políticos foi em relação àqueles que tratavam especificamente da MINUSTAH, pois, ainda que outros pronunciamentos fizessem referência à missão, evocavam-na de forma secundária e, por tal motivo não enriqueceriam o material que já a tematizava em primeiro plano, embora corroborassem quantitativamente com os enquadramentos sobre cultura que foram localizados nos discursos ditos preferenciais. Como exceção a este filtro aos que tratam especificamente do Haiti, tem-se os proferimentos pautados em Conferências Gerais da ONU, por causa da relevância nos quais os mesmos versam sobre a atuação no Haiti perante o cenário internacional, lembrando que a ONU é o órgão que regula, em última instância, a referida missão coordenada militarmente pelo Brasil.

Além do *site* do MRE verificou-se a existência de um livro editado pelo próprio Itamaraty – *Resenha de política exterior do Brasil* –, onde semestralmente são compilados os discursos, proferimentos, entrevistas e artigos publicados a respeito da política externa brasileira. Este livro condensa o mesmo material disponível *on line* no *site* do MRE, porém, pela facilidade de consulta através do *site*, preteriu-se o livro de Resenha de PEB, por se apresentar neste momento como uma fonte redundante.

Assim, considerando um horizonte de 141 proferimentos que citavam o Haiti e a MINUSTAH, recortou-se apenas 14 discursos, cujos temas principais trazidos estava a MINUSTAH, e não apenas tangenciando-a, como se verificou em grande parte destes 141 proferimentos. Dentre os gestores políticos considerados estão o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (65 proferimentos/7 considerados), o ministro das relações exteriores Celso Luiz Nunes Amorim (69 proferimentos /6 considerados), e outros (7 proferimentos/0 considerados), a exemplo do Senador Eduardo Suplicy.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/procura3.asp>. Acesso em 10 mar. 2009.

Por razões claras e já apresentadas, a missão deve ser o objeto do pronunciamento, o que não impede, porém, que sejam convocados outros pronunciamentos úteis para a análise, conforme já foi inclusive utilizado como exemplos no decorrer desta pesquisa. Tal qual observamos no *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante discussão sobre temas de interesse global (2008)*:

No Haiti, nossa participação na MINUSTAH evidencia a importância que concedemos à *solidariedade regional*. Os avanços democráticos e sociais indicam que estamos exercendo influência positiva na recuperação da estabilidade do país. É fundamental que a comunidade internacional mobilize recursos para seguir apoiando a recuperação e o desenvolvimento do Haiti (Grifo nosso).

Neste excerto é evidente a vinculação regional, isto é, países latino-americanos devem se doar para resolver problemas concernentes ao hemisfério, dentro da chamada “solidariedade regional”, onde se concilia afinidades e diferenças em prol do apoio a países com grave crise econômica e social, tal como o caso do Haiti. Apenas para citar como exemplo uma matéria que venha a ser referenciada, ainda que não usada dentro da avaliação do *corpus*.

Os textos jornalísticos do jornal *Folha de S. Paulo* e os discursos políticos, antes de passarem pelo filtro de identificação daqueles que de alguma maneira reportam a cultura, foram separados a partir das três fases delineadas na missão, delimitadas do seguinte modo:

Tabela 1: Textos/discursos separados a partir das três fases delineadas na missão

	FASE I 01/05/2004 a 11/09/2005	FASE II 12/09/2005 a 12/05/2006	FASE III 13/05/2006 a 01/07/2008
TEXTOS JORNALÍSTICOS	59/52 (sem as notas)	56/51(sem as notas)	46/43(sem as notas)
DISCURSOS POLÍTICOS	12/12	1/1	1/1

3.2 Dois movimentos para uma análise teórico-metodológica

O material apresentado para se tornar potencial objeto de análise precisa ser organizado conforme aquilo se intenta com esta pesquisa, isto é, identificar qual o papel desempenhado pela dimensão cultural no discurso do texto jornalístico e dos proferimentos políticos sobre a MINUSTAH. Por esta razão, neste item são apresentadas as características gerais da teoria dos enquadramentos e da análise de conteúdo, e seus preceitos teóricos, montando um movimento conjugado de análise teórico-metodológica, uma vez que este movimento cria categorias analíticas viáveis de serem aplicadas no *corpus*, e que mais adiante permitirão identificar os enquadramentos do texto jornalístico e dos discursos políticos, tornando-os passíveis de comparação.

3.2.1 Primeira abordagem: o aporte da análise de conteúdo

A técnica da análise de conteúdo ampara a pesquisa na medida em que operacionaliza o enquadramento de elementos no interior do *corpus* separando-os em categorias, as quais depois receberão adequada análise não apenas quantitativa, mas, sobretudo qualitativa, bastante usual no caso de análise de textos. Além disso, este método é carregado por certa objetividade, por requerer uma clara idéia do problema da pesquisa e definições precisas dos termos transformados em categorias, além de ter validade justamente por utilizar os mesmos instrumentos de categorias sobre todo o material pesquisado, evitando assim uma equivocada análise guiada por diferentes parâmetros. É somente por isso que mais adiante será possível comparar o enquadramento dos proferimentos políticos com o dos textos jornalísticos, atentando-se para a porosidade entre eles.

É preciso salientar que a análise de conteúdo é utilizada aqui somente para se refinar todo o material levantado, já sob a lente do problema que norteia a pesquisa. Portanto, configura-se um mapeamento conforme define Ringoot (2006) de que “o objetivo da análise de conteúdo é colocar em evidência os assuntos e os temas mais importantes difundidos nas mensagens mediáticas”⁵⁹. Diante do volume de elementos extraídos pelo mapeamento, debruça-se para identificar os significados e consistências

⁵⁹ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

centrais nele presentes (PATTON, 2002). Para tanto, o respaldo tanto da teoria dos enquadramentos quanto dos Estudos Culturais serão buscados.

Embora o mapeamento facilite a análise final, o conteúdo não deve ser isolado, isto é, não podemos contabilizar as categorias e desconsiderar, no caso do jornal, o caderno de onde elas apareceram, ou, no caso dos discursos, qual o mote de um dado proferimento, onde foi realizado e qual era, naquela ocasião, os principais interlocutores. Atitudes nessa linha incorreriam no risco de ignorar a estrutura narrativa, já que esta

[...] se refere ao formato de uma história, no sentido de que ela possui um começo identificável onde a situação da peça muda, um meio onde as diferentes forças desempenham seus papéis, e um fim onde temas importantes são articulados (ROSE, 2002, p. 355).

Decerto, “as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto.” (MOTTA, 2005, p.15). Isto denota a narrativa como uma construção social, pois envolve a produção e a recepção em interação mútua e notadamente reflexiva. A partir desta relação, bastante porosa, o acontecimento é construído. Condição esta que já é atendida ao se ter o cuidado de analisar a narrativa da notícia do jornal *Folha de S. Paulo*. Entendendo esta narrativa como pano de fundo onde se realizam os proferimentos políticos.

A ressalva de Rose (2002) sobre o problema relacionado à análise de conteúdo no que tange a contagem de palavras, já que “sentidos não podem ser contados” (p. 358), é válida para nosso estudo. As categorias analíticas servirão como categorias de sentido sobre como a cultura é invocada num dado texto. Uma vez que não cabe a nós contar o número de palavras em que a cultura é citada, mas os diferentes sentidos em que ela é “auto-explicitada” se fossemos classificar em mais de uma categoria um único texto jornalístico correria o risco de inflacioná-lo. Isto ganha validade quando damos importância à narrativa do jornal e à qualidade semântica dos proferimentos.

Há uma discussão clara sobre cultura que baliza esta pesquisa, entretanto, nesse momento de categorizar cabe silenciar parcialmente sobre isso para deixar emergir como ela é dita e trazida pelos discursos do jornal e dos proferimentos, para não se tornar tendencioso. Não há ingenuidade, por outro lado, em esperar que o conceito da cultura como recurso esteja explícito, desenvolvendo um esforço em identificar como a

cultura é trazida enquanto recurso da MINUSTAH por diversas razões, lançando luz das teorias sobre os textos analisados.

Por se tratar de uma codificação semântica de elementos a serem analisados posteriormente, estes elementos são por nós traduzidos do texto, já que no caso desta pesquisa são textos produzidos para outra finalidade, especificamente, jornais e proferimentos públicos. Por não serem, portanto, textos produzidos exclusivamente para esta pesquisa, tem-se o cuidado de trabalhar com o “mapa” que faremos emergir a partir da análise de conteúdo, pois este sim é feito para atender aos anseios do problema de pesquisa.

Em articulação com a teoria do enquadramento, o embasamento teórico sobre a centralidade da cultura permitirá interpretar o conteúdo identificado no *corpus*, dado que

A operação de ‘interpretação’ permite sintetizar e organizar os elementos ‘inventados’ de acordo com quadros teóricos mais articulados e mais complexos e, portanto, mais adequados para satisfazer as numerosas perguntas plantadas no começo da investigação (CASETTI; CHIO, 1999, p. 247).

Os operadores descritivos são construídos antes da análise de conteúdo. Isto porque, eles possibilitam a criação de um novo “texto”, uma nova estrutura, cujo problema de pesquisa é refletido. Assim, a estrutura do texto é compreendida na análise de conteúdo; já o posicionamento de que parte tal texto é percebido através da interpretação do mesmo, considerando as linhas teóricas de fundo (BAUER, 2002). Pois, “Se a linguagem é, porém, um sistema, então os signos pertencentes a um contexto, quando presentes em um outro contexto completamente diferente, irão ainda carregar consigo algum peso do sentido original” (ROSE, 2002, p. 348). Isto vale para o mapa, que não deixa de referenciar o lugar de onde for retirado.

Deste modo, essa primeira abordagem da análise consiste em decupar o material já especificado, isto é, textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo* e os discursos de políticos brasileiros sobre a missão, dividindo-os em três operadores descritivos: a. Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e a estabilização; b. Preparo para a eleição democrática no país; c. Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da Missão – projetos infra-estruturais e ajudas frente aos desastres naturais. Estes correspondem aos três estágios nos quais a missão do comando brasileiro no Haiti pode ser dividida, conforme descrito no capítulo II, onde é apresentada a empiria.

Em seguida, o procedimento envolve escrutinar este levantamento indicando tanto a quantidade de notícias que se referem à dimensão cultural, quanto a quantidade específica desta em cada um dos estágios da missão. Abaixo se apresentam os mapas iniciais de codificação da análise de conteúdo:

Tabela 2: Mapa de codificação das notícias do jornal *Folha de S. Paulo*

Estágios de desenvolvimento da MINUSTAH	PRIMEIRO: Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização	SEGUNDO: Preparo para a eleição democrática no país	TERCEIRO: Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da Missão – projetos infra-estruturais e ajudas frente aos desastres naturais
Textos veiculados em cada estágio	N= 52	N= 51	N= 43
Textos que convocam a dimensão da cultura no processo em relação ao estágio	(n= 20) 41,7%	(n=16) 33,3%	(n= 12) 25%

Tabela 3: Mapa de codificação dos documentos oficiais

Estágios de desenvolvimento da MINUSTAH	PRIMEIRO: Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização	SEGUNDO: Preparo para a eleição democrática no país	TERCEIRO: Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da Missão – projetos infra-estruturais e ajudas frente aos desastres naturais
Documentos produzidos em cada estágio	(n= 12)	(n=1)	(n= 1)
Documentos que convocam a dimensão da cultura no processo em relação ao estágio	(n=12) 100 %	(n=1) 100 %	(n=1) 100 %

Observamos tanto nas notícias, quanto nos discursos, a proliferação de palavras a exemplo de “povos irmãos”, “solidariedade hemisférica”, “reconstrução democrática”, “missão de estabilização da paz”, “laços culturais entre Brasil-Haiti”, configurando a cooperação internacional do Brasil em moldes pacifistas e politicamente atenciosos aos anseios da comunidade internacional. Claramente confere-se nos dois mapas que a dimensão cultural é abordada nos três estágios, porém, no primeiro estágio nota-se que ela é bastante invocada possivelmente para amenizar o processo militar de uso da força, além de ter sido cautelosa para não impactar o cidadão brasileiro. Ao mesmo tempo em que no terceiro, dada a natureza deste estágio, o papel da cultura será firmado principalmente no ordenamento prático da missão, através de cooperação de infraestrutura e educacional, reiterando dentro de um espaço cultural os aspectos positivos da doação brasileira para este processo. Não se pode ignorar a tendência apresentada nos três estágios da cultura ser apresentada e dimensionada dentro do discurso.

E no intuito de abarcar todo o processo, a análise de conteúdo será fundamental para subsidiar a investigação uma vez que ajudará na organização desse material a partir das categorias analíticas aventadas.

É através desse método que é possível verificar a predominância de frases, palavras, invocações, referências explícitas e também as implícitas sobre a cultura, pelo fato de que todos os proferimentos e discursos do período demarcado foram lidos atentiosamente e analisados sob um olhar investigativo de como a cultura está atuando como recurso da missão, dado que este é o leme teórico da pesquisa. Assim, nesse momento de decupagem do material as categorias analíticas emergem, o que possibilita *a posteriori* um mapeamento da incidência das categorias dentro de um contexto mais amplo. Estreitando o método, será possível também verificar como cada fase da missão reage a esse respeito segundo o papel de cada elemento da categoria enquadrada. (PATTON, 2002).

Assim, num segundo momento da análise, destinada ao capítulo quarto, o quadro a ser montado apresentará detalhes sobre a incidência de certa categoria e não outra para um dado estágio, ou mesmo a coincidência de uma categoria ou mais num dado estágio. Isto é assim realizado dado que a mesma categoria pode ser enquadrada em outras matérias ou em certos proferimentos políticos, por exemplo. Isto é verificado na medida em que todo o material que invoca a dimensão cultural é examinado e submetido aos critérios de análise aqui empregados.

Para não superdimensionar o material, cada texto do jornal ou proferimento foi classificado conforme uma categoria apenas, embora na leitura detalhada possa ter aparecido mais de uma categoria para cada um dos textos, inclusive todas como foi o caso de dois discursos políticos e uma matéria. Porém, para essas ocorrências o critério adotado para restringir em uma única categoria foi segundo a predominância de uma categoria sobre as outras naquele texto. Em alguns casos fica clara a intenção e para quem aquele discurso é dirigido, já que há marcas lingüísticas evidentes, tais como a invocação dos nomes, entidades e grupos dos interlocutores, colocando em relevo uma dada categoria e obscurecendo as outras que eventualmente apareceram. Nos textos jornalísticos embora não existam marcas explícitas do público para o qual são dirigidos, há outras marcas que facilitam captar o intuito daquele discurso e, conseqüentemente, identificar a categoria, podendo-se inferir a melhor categoria a ser classificada a partir

da prevalência de uma sobre as demais através do sentido mais geral trazido no conteúdo destes textos.

É importante esclarecer que as intenções dos discursos identificadas aqui não são aquelas centradas em aspectos pessoais e dentro de uma análise subjetiva, baseada na intuição, na preferência ou qualquer outro atributo, mas sim resultado de uma análise e interpretação criteriosa feita à luz dos marcos teóricos que orientam essa pesquisa. Há, portanto, um contexto, um quadro teórico que orienta na leitura e seleção do material, situado fora dos textos dos proferimentos e jornalísticos.

3.2.2 *Segunda abordagem: o prisma teórico do enquadramento*

Os acontecimentos, sejam eles construídos e referenciados por políticos ou pelos *media*, sofrem adequações nas suas construções de modo que aqueles que o recebem através de uma mediação discursiva têm contato com uma parcela da realidade, aquela permeada segundo as constrictões, interesses e relevâncias que intrinsecamente envolve a mediação. De maneira mais geral, a isso é chamado de enquadramento.

Toda representação social é construída através de um processo de seleção e esquematização, de modo que, neste sentido, é um reducionismo. Por outro lado, entretanto 'é impossível atingir um real social anterior à simbolização' (RICOUER, 1977), isto é, a realidade não pode ser tomada em si mesma para ser conhecida, devendo necessariamente passar pelas idéias, referências culturais, representações sociais. Assim sendo, qualquer conhecimento do 'ser' é uma interpretação, e 'o mundo é de tantas maneiras quanto ele possa ser [...] descrito, visto, retratado, etc., e 'não existe uma coisa tal como o modo ou a maneira como o mundo é (GOLDMANN, 1967)' (RICOUER, 1977; GOLDMANN, 1967 *apud* BARROS, 1994, p. 127).

No caso das matérias jornalísticas, as rotinas e os princípios reguladores do jornal, a interferência do jornalista ou convidado que a escreve, são exemplos de constrictões caras ao meio e dispositivo utilizados. Igualmente ocorre com os proferimentos, havendo também uma série de fatores que definem a construção do mesmo. Interesses e objetivos para o que deve ser dado a ver na atuação do Brasil são determinantes, por exemplo, quando se revela um determinado aspecto do comando brasileiro na Missão de Paz no Haiti, como o cultural, e não a questão política ou econômica, dado que

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 9).

Para este autor a instituição, seja ela material ou simbólica, política, econômica ou cultural, se autodenominaria a única responsável por dar o poder ao discurso. Tão logo, uma diferenciação cautelar será dada de acordo com as especificidades de cada meio no próximo capítulo, momento este da análise mais aprofundada das categorias dos enquadramentos.

Antes disso, a fim de tornar fecunda e sustentar a abordagem do problema, o segundo momento do tratamento metodológico percorre os estudos de enquadramentos, na medida em que, conforme acionou a análise de conteúdo, categorias específicas de enquadramentos serão criadas para abranger o olhar sobre o objeto, refinando-o. Alguns teóricos pertinentes a serem adotados para o percurso investigativo são: Goffman (2004), Porto (2004), Entman (1993), Reese (2003), Scheufele (2007), Simon e Xenos (2000), entre outros.

Inicia-se esta seção com o prisma do enquadramento de forma mais geral, sem adentrar à sua relação com os *media*, para atender à análise dos enquadramentos de alguns dos proferimentos políticos, quais sejam aqueles que foram feitos para uma platéia presente. Trabalha-se com os marcos interpretativos definidos por Goffman (2004), o qual é tido com um precursor⁶⁰ do termo *frame*, ou quadro, ao designar enquadramento enquanto quadros de referência geral para organizar e orientar o sentido dos acontecimentos (GOFFMAN, 1974). Embora Goffman (1974) utilize as interações sociais em situações de co-presença para elaborar o conceito de quadros interpretativos, o que se aproximaria da abordagem aqui proposta para analisar alguns dos proferimentos de políticos, pode-se transpor também os estudos dele para um enquadramento feito pelos *media*, como já vem sendo feito desde Gitlin (1980), autor responsável por abrir caminho na relação do enquadramento dos *media* com os movimentos sociais (PORTO, 2004).

Os quadros de sentido citados “abarcam um conjunto de sentidos socialmente compartilhados, organizam nossos processos de interpretação e orientam nossas ações, pois permitem aos sujeitos enquadrar as situações sociais e configurar modos coerentes

⁶⁰Originalmente, o termo *frame* foi empregado por Gregory Bateson, em seus estudos de comportamentos de lontras (Goffman, 1974).

de agir nesses contextos” (SILVA, 2008, p.31). Baseado nisso, enquadramento funciona então como a ação de estimular um dado padrão de interpretação e não outro, por isso Goffman (1974), segundo ponderação de Porto (2004), “define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nesses eventos” (p. 78).

A comunicação, enquanto este processo de construção social, é bastante estudada por Goffman (1999), inclusive isto é aplicável em sua análise de quadros de sentido, já que estes quadros são princípios organizativos que auxiliam na estruturação dos elementos de uma dada situação – em interação –, isto é, confere inteligibilidade a um dado acontecimento. É preciso uma base de compartilhamento para que a construção de um sentido seja efetiva. Segundo Johnson-Cartee (2005) “frequentemente o construcionismo social foca na linguagem usada em uma dada cultura, a linguagem da cultura determina uma ampla extensão que pode ser conhecida e realizada por uma sociedade”⁶¹ (p. 3, tradução nossa).

Se Goffman diferencia a interação nos *media* tanto pelo distanciamento temporal entre produção e recepção, quanto pela linguagem configurada por meios técnicos, assim o faz para situar uma nova forma do espaço interacional midiático, que é *sui generis*. Logo, ao nos apoderarmos para o referente objeto o conceito de quadros como um conjunto de dispositivos interpretativos, converge este trabalho para o fato de que o quadro é capaz de moldar a interpretação, isto é, estabelecer um determinado significado em detrimento de tantos outros (GOFFMAN, 1974; 1999).

A este esquema mental negociado entre os atores dá-se o nome de *framing* – enquadramento –, onde o signo pode ser deslocado em função do contexto em que é aplicado. Dito isto, o aporte cultural para o qual se tensiona olhar aqui toma ainda mais fôlego explicativo, pois este aporte também funciona como compartilhamento dos “quadros possíveis” a serem apropriados pelos sujeitos para compor o contexto de sentido que o jornal deseja focar. Nota-se que o *framing* remete à relação dimensional do significado, no qual os quadros possíveis são permeados pela cultura (GOFFMAN, 1974).

Claramente observa-se uma negociação de sentidos, numa intersecção com o desdobramento do tema a partir de Hall (2003b), o qual afirma que as pessoas negociam os significados dos textos e das enunciações, expressos no processo de codificar e

⁶¹ “Often social constructionism focuses on the language used in a given culture, for the culture’s language determines to a large extent what can be known and what can be achieved by a society”

decodificar, os quais estão situados em momentos distintos. Além disso, as pessoas acionam códigos diferentes. Assim, a linguagem implicaria em regras e relações sociais que necessariamente perpassam os quadros de sentido para se traduzirem em práticas sociais.

Mais do que a negociação de sentidos entre os profissionais dos *media* e os agentes sociais, os enquadramentos também negociam sentido com os agentes políticos, e, principalmente com o público que apreende a notícia e o seu respectivo enquadramento. Importante considerar que tal público pode dialogar não apenas com um enquadramento, mas com múltiplos enquadramentos, devido à gama de possibilidades de entendimento dos quais ele se depara (MAIA, 2007).

No que tange os processos de enquadramentos – a essa altura entendidos como “marcos referenciais significativos” (MAIA, 2007, p.11) – percebe-se o papel de influência dos *media* no processo de construção social, ao tematizarem questões que são elencadas aos cidadãos como de grande importância para a esfera pública, não apenas legitimando a discussão trazida em pauta, mas também delineando certa forma de compreendê-la. E embora não se possa considerar como fonte única e primeira as notícias sobre política oferecidas pelos *media*, é praticamente impossível que as pessoas ignorem a forma do discurso midiático enquadrar uma dada questão pública, de modo que este discurso é capaz de determinar o conhecimento de política compartilhado pelos cidadãos (JOHNSON-CARTEE, 2005).

De acordo com Reese (2003) “*framing* tem sido particularmente usado para o entendimento do papel dos *media* na vida política” (p.7, tradução nossa). Para Porto (2004), um estudioso brasileiro do assunto: “Enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações” (p. 78). É o processo de selecionar e salientar aspectos da realidade em “esquemas interpretativos” (ENTMAN, 1993; REESE, 2003; PORTO, 2004).

Framing estrutura simbolicamente o mundo social, num compartilhamento de nível cognitivo e cultural, focando as relações sociais. Assim, “Os enquadramentos são quadros interpretativos que fornecem “pistas” para os leitores produzirem interpretações específicas dos eventos e assuntos políticos. Por se tratar de construções sociais, nem sempre os jornalistas e o público se dão conta de tal ordenamento implícito presente nos textos jornalísticos” (MAIA, 2004, p.91).

Nesta relação entre notícias e proferimentos oficiais possibilitadas pela perspectiva do enquadramento sobre os dois, é possível compreender melhor características próprias do fazer jornalístico, a exemplo de como este seleciona os temas, como organiza e estrutura o conteúdo.

Entendendo que “o jornalismo é o produto de vários discursos que o elaboram e o estruturam. A tensão entre ordem e desordem do discurso, a priori paradoxal, é o que explica o conceito de dispersão”⁶² (RINGOOT, 2006). Esta dispersão compreende também a porosidade que existe entre o jornal e a vida social, a qual particularmente atinge inclusive os discursos políticos aqui recortados, e que estariam implícitas, transbordando o ato enunciativo. O mais interessante ao olhar para os enquadramentos é que o discurso é capaz de criar situações que pareçam o mais normal e natural possíveis, de modo que a construção social é invisível. Assim, a criação de mecanismos culturais nos discursos, como a linguagem, os símbolos, mitos e imaginários, são dados como se fossem reais. Além disso, é muito difícil para as pessoas verificarem de maneira independente a veracidade daquilo que é trazido pelos *media* (JOHNSON-CARTEE, 2005).

Um compartilhamento de um mesmo horizonte de sentidos possíveis é necessário e fundamental para que sejam realizados os quadros de experiência. Pois “O saber das determinações contextuais de sentido não diz portanto apenas respeito às manifestações atuais do sentido, mas também às manifestações possíveis e virtuais” (RODRIGUES, 1994, p. 117). É a partir de condições pressupostas de sentido que podemos inferir certas categorias e não outras. Dado que são elas que possibilitarão o entendimento do lugar da cultura no discurso sobre a missão, ponto a que esta pesquisa está destinada a investigar.

Grande importância destinada aos discursos é que eles conferem sentido aos acontecimentos justamente por acionarem certos quadros interpretativos. A missão poderia ser vista como uma atitude intervencionista, de caráter puramente militar e quiçá movida sob o interesse de outros Estados. Desse modo, distanciar-se-ia de uma atitude pacífica, cooperativa e solidária, razões inclusive pelas quais o discurso brasileiro vem reiteradamente justificado. Por isso o discurso tem peso decisivo sobre o norteamento do acontecimento, pois “Quando os quadros de experiência comum que delimitam o sentido dos comportamentos falham ou se tornam indecidíveis, é ao

⁶² Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

discurso que compete vir assegurar a sua constituição, ajustamento e restabelecimento” (RODRIGUES, 1994, p. 118).

Logo, pensar o acontecimento político em questão a partir de balizadores discursivos, cujas marcas salientadas são da ordem cultural, interpela um contexto mais amplo, entendido como quadros de sentido e experiência. Estes são, não apenas invocados, como construídos no próprio discurso. E criam, por sua vez, uma interpretação orquestrada, de um mesmo acontecimento, entre os profissionais dos *media* e os próprios gestores brasileiros da MINUSTAH. Interpretação esta que se torna visível ao domínio público, alcançando a população. Como diz Johnson-Cartee (2005) “se os participantes estiverem discutindo sobre uma crise internacional, é mais provável que eles irão acreditar nos enquadramentos dos *media* e na sabedoria popular do que em suas conhecidas experiências, já que não possuem experiência pessoal sobre este assunto”⁶³ (tradução nossa, p. 29).

Por isso é preciso olhar nesta dissertação para o enquadramento mais amplo de todo o material pesquisado, envolvendo os quatro anos e dois meses da missão, segundo os dois âmbitos: Político e midiático. Esta escolha deve ser feita uma vez que o enquadramento tem vários níveis a partir do conglomerado de textos para os quais se olha. É possível encontrar o enquadramento de cada texto em si, de uma matéria ou proferimento, por exemplo; enquadramento do conjunto de apenas os textos jornalísticos de um lado, e dos proferimentos, de outro; enquadramento por fases da missão no material todo e também, de um e de outro campo analisado separadamente segundo cada fase. Entretanto, é somente com a análise de todo o material a partir das cinco categorias aventadas que nos é permitido identificar o lugar da cultura na MINUSTAH.

⁶³ “if participants were discussing na international crisis, it was far more likely that they would rely on media frames and popular wisdom than on their experiential knowledge, for they had no personal experience with the issues at hand”.

4 TEXTOS JORNALÍSTICOS E PROFERIMENTOS POLÍTICOS: POROSIDADES E OPACIDADES

No decorrer da dissertação foram apresentadas e discutidas diversas maneiras nas quais o domínio cultural atravessa um processo político, precisamente tendo em vista o objeto desta pesquisa – a MINUSTAH. A análise prossegue neste capítulo, guiada por este embasamento, cujo norte foi feito no capítulo anterior, no qual matérias e proferimentos receberam aplicação teórico-metodológica a partir de uma análise de conteúdo conjugada com a teoria do enquadramento.

Destacou-se assim a interferência dos enquadramentos dos *media* para a vida social e a aproximação disto com a tese da centralidade da cultura, em função do fato de haver “consciência de que os meios de comunicação de massa – os jornais, as televisões, os rádios – são uma instituição política, com o poder de selecionar, enfatizar e excluir temas de acordo com interesses particulares” (CEVASCO, 2003, p. 96). Porém há os interesses públicos também, que são demandados pela população, ou que são tematizados pelos dirigentes políticos, interesses que podem ser permeáveis aos meios de comunicação dentro de um discurso midiático concordante ou não com tais interesses. Neste trabalho de aproximação entre os textos jornalísticos e os proferimentos políticos a moldura buscada nos enquadramentos possíveis é a cultura, observando que esta teria o poder não apenas de impingir sobre outras esferas, como também remodelar a própria prática ordinária (HALL, 2008).

Este procedimento teve o intuito de condensar todo o material que, dentro do *corpus* estabelecido, servisse para atender à investigação. Isto é, foram refinados apenas aqueles que invocavam a dimensão da cultura em seu discurso. Com esse material em suspensão foi possível inferir as categorias que permitem detectar o lugar da cultura na específica missão de paz. E retomando a conceituação teórica de Yúdice (2004), o lugar da cultura a ser localizado está na maneira como ela, enquanto invocada nos discursos e nos textos jornalísticos apresenta-se como um recurso político da MINUSTAH. Nesta direção esse capítulo faz o entrelaçamento do material empírico com as proposições teóricas discutidas no capítulo terceiro.

A parte que se segue apresenta as cinco categorias que foram apreendidas da análise de todo o material, explicitando-as. Este momento oscila entre o caráter descritivo e o analítico, pois se buscou apresentar o material para proporcionar uma

análise fidedigna e ampla. Para organizar melhor esta análise, separaram-se as cinco categorias ordenando-as em itens para em cada uma delas decupar o mapa descritivo, sempre se atentando à distinção do material jornalístico do proferimento. Em seguida, buscou-se apreender em linhas gerais o enquadramento dado à cultura em ambos, apontando as porosidades entre os campos político e midiático.

4.1 Cultura como recurso na explicitação e aplicação das categorias

As categorias foram refinadas de acordo com a percepção de como a cultura é nomeada e performada no texto, em outras palavras, concebidas na medida em que a cultura apresenta diferentes usos, descrições e relações estabelecidas, todas atreladas, no caso, aos diversos interesses envolvidos na atuação brasileira diante do comando da MINUSTAH. Por isso, a categoria é textual. Porém, a análise balizada por tais categorias extravasa no entendimento de cultura para além daquilo que é retido no texto. É preciso, pois, considerar o contexto social mais amplo, conforme o debate teórico sustentou no decorrer dos capítulos.

O trabalho de examinar o lugar da cultura na MINUSTAH ancorado nas categorias que emergem do *corpus* considera a pontuação de Proença Jr (2006) de que

Qual seja a *rationalle* que preside as atividades brasileiras em termos de paz e segurança internacional é um tema de relevância e constante oportunidade. A fragilidade do que se pode obter pela simples análise do que se apresenta na mídia exige um tratamento mais aprofundado. A imperenidade do que se pode inferir a partir dos discursos e pronunciamentos, a seu turno, demanda um enquadramento mais conceitual, em que os elementos de uma moldura teórica possam iluminar, ou até preencher, os claros de raciocínios deixados implícitos ou vagos (p. 231).

Pois o autor ao evidenciar as possíveis lacunas e falhas encontradas numa análise do desempenho brasileiro dentro da política internacional, e que seja feita somente a partir dos discursos dos *media* e dos pronunciamentos políticos, diretamente nos alerta sobre as limitações que isto cerceia. Como ele mesmo disse, é preciso buscar o apoio de uma “moldura teórica”. Está claro que a moldura que percorre e engendra esta pesquisa é a tese da centralidade da cultura e o arcabouço teórico dos Estudos Culturais. Assim, a vacância revelada pelo teórico supracitado é ocupada pela análise aqui proposta, sem a intenção de esgotar o estudo, haja vista as próprias limitações de tal abordagem.

Por conseguinte, nesta etapa serão apresentadas as categorias inferidas, bem como a maneira de se compreender cada uma delas para que possa ser compartilhado o mesmo fundo interpretativo utilizado. Exemplos das categorias são expressos através de recortes do material não apenas para ilustrar descritivamente, mas principalmente por demonstrarem a construção do lugar da cultura como recurso naquele discurso, que, seguindo a tese de Yúdice (2004), o próprio fenômeno ao ser analisado permite que seja inferida a maneira como a cultura é empregada e utilizada. Por fim, apresenta-se uma tabela que mapeia quantitativamente o aparecimento das diversas categorias. Visualizando a tabela é possível compreender em que medida, e sob o alicerce de quais categorias, o evento político teve acionada a cultura na construção de seu discurso. Ponderam-se as distinções e especificidades caras aos discursos do jornal, de um lado, e dos gestores políticos, de outro, de modo a ser possível observar confluências, porosidades, contradições e até mesmo tendências entre os dois, resguardando, também, o momento de cada estágio da Missão.

Assim, foram cinco as categorias que emergiram da leitura e interpretação mais detalhada das 48 matérias e dos 14 proferimentos:

- 1) Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária;
- 2) Cultura como recurso de legitimação no Brasil;
- 3) Cultura como recurso para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global;
- 4) Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária;
- 5) Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana.

Todas elas convergem para o entendimento da cultura como um recurso político da MINUSTAH, mas cada uma aborda especificidades junto ao público e/ou interlocutor para o qual é dirigido, bem como qual o aspecto da cultura que é invocado apropriadamente naquele contexto, considerando intenções, interesses e construções. Não se poderia desconsiderar esta etapa do processo de distinção em categorias e avançar no tratamento direto da cultura como um recurso político como um todo, pois este atalho ignoraria aspectos importantes que são revelados na leitura guiada em cada categoria. Aspectos estes da cultura que são bastante caros a esta pesquisa e para entender esta importância é preciso apresentar a categoria e as peculiares que engloba, incluindo o próprio público a que são direcionadas.

A primeira categoria invoca a relação Brasil-Haiti, referindo-se a laços culturais, trajetórias históricas, raízes étnicas comuns e realidades sócio-econômicas próximas ou de entendimento entre os dois países. A segunda trata especificamente da maneira como a cultura é trazida no discurso para legitimar ao povo brasileiro a atuação e dispêndio do esforço material e financeiro do Brasil no Haiti. A terceira, por sua vez, apresenta a maneira de o Brasil se portar frente a responsabilidades requisitadas pelo cenário internacional, transpassando em última instância os interesses e ditames da ONU, demonstrando capacidades e atitudes da política externa brasileira perante o normativo internacional. A quarta, embora próxima desta categoria anterior, diferencia-se pela questão de a cultura ser usada como recurso de uma diplomacia de caráter solidário, desprovido de interesse, inclusive independente do próprio interesse no interior do organismo das Nações Unidas, e se justifica em razão de uma atuação não violenta e voltada para a construção da paz, não necessariamente sob a regulação da ONU ou qualquer outro acordo entre estados, que é o que marca a terceira categoria. Por fim, a última categoria expressa a cultura segundo a captação de apoio e legitimidade perante a população local, isto é, o Brasil conquistando a confiança haitiana e reforçando a credibilidade da intervenção brasileira dentro do país através de medidas de desenvolvimento locais, a exemplo de construção de escolas e outras obras de positiva repercussão social, bem como frisando aspectos culturais nossos, como o futebol, para angariar uma imagem positiva no país receptor da missão.

A linha que separa uma categoria da outra é, por vezes, muito tênue, já que é possível ver imbricações entre elas. Até mesmo a presença de várias delas em apenas um proferimento ou texto jornalístico, por exemplo, denuncia a sua característica fluida. Como se observa no artigo publicado no ano passado, de autoria de Ricardo Seitenfus, o qual se manifesta contrário diante da cogitação da retirada das tropas brasileiras reiterando diversos apelos culturais, nos quais podemos notar algumas das categorias de análise supracitadas. Pois, considerando se o Brasil deveria permanecer ou não no Haiti, o que incomodava naquele momento era pensar:

Qual seria a justificativa - a não ser o decantado egoísmo nacional - apta a explicar o abandono de *um povo cujas raízes são compartilhadas por ponderável parcela de nossa população*? Como explicar às opiniões públicas nacional, internacional e haitiana que o Brasil, respeitado, amado e venerado pelo povo mártir da antiga pérola das Antilhas, dê-lhes as costas num momento de tal gravidade? O que seria da diplomacia cooperativa e solidária brasileira? Qual seria o futuro do enfoque Sul-Sul, dos projetos do Ibas e da respeitabilidade cada vez maior da palavra brasileira no concerto das nações? A

resposta é uma só: após a surpresa, a decepção e, a seguir, o menosprezo com que seria avaliado o conjunto da nossa atuação internacional. *Além dos desastres, o abandono do Haiti traria uma constatação: nossa incapacidade de resolver problemas regionais* (Grifo nosso).⁶⁴

Neste fragmento, que mostra nitidamente a preocupação com a imagem brasileira frente ao que representaria publicamente o mau desempenho na MINUSTAH, é afirmado que o Haiti é “um povo cujas raízes são compartilhadas por ponderável parcela de nossa população”, explicitando aí a categoria da “cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária”. Quando se lê “que o Brasil, respeitado, amado e venerado pelo povo mártir da antiga pérola das Antilhas” torna-se nítida a categoria de “cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana”. Já o trecho da “diplomacia cooperativa e solidária brasileira” reforça a categoria da “cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária”. Ao contrário destas categorias identificadas, este artigo foi classificado como adequado à categoria da “cultura como recurso de legitimação no Brasil” porque se observou que Seitenfus elencou estas categorias para conferir sentido legítimo do Brasil não só para participar, mas permanecer no comando da MINUSTAH, justificando sob diversos apelos para a população brasileira em geral.

Entretanto, discursos como este, tão rico em categorias, não invalida este esforço em identificá-las de acordo com a mais adequada dentro da avaliação do texto todo, já que é através deste empenho que podemos inferir o papel predominante da cultura nos discursos analisados. O critério adotado em casos como esse para classificar conforme as categorias, já que em vários exemplos houve ocorrência de mais de uma categoria de maneira bem equilibrada, com casos mais complexos em que apareceram as cinco, foi a intencionalidade e o intuito do discurso. Neste raciocínio, parte-se de que todo discurso tem um propósito, e é sobre ele que nos guiamos. Pois seria incoerente superdimensionar e fragmentar o material, já que é sobre o todo que nos debruçamos.

Uma vez que são bastante sutis as especificidades que distinguem cada categoria, bem como a classificação delas no material, a seguir será mais bem exposta cada uma das cinco compostas pela análise do material presente nos itens.

⁶⁴ SEITENFUS, Ricardo. É hora de o Brasil encerrar a missão no Haiti? NÃO. O Haiti não é aqui. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2008. Seção Opinião.

4.1.1 Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária

Para suporte teórico a essa categoria será de apoio basilar a discussão trazida no tópico “Cultura e identidade” presente no capítulo terceiro, dado que esta categoria explica a vinculação identitária entre o Brasil e o Haiti considerando as aproximações e entendimentos comuns entre os dois sob aspectos culturais e identitários de formação e construção. Esta categoria abarca estrategicamente esta relação cultural tanto na construção do Centro Cultural Brasil-Haiti, quanto na vinculação identitária criada pelo “jogo da paz” de futebol ocorrido com a seleção brasileira no Haiti, bem como no reconhecimento da importância da cultura local haitiana no processo de gestar a missão ou no diferencial por serem tropas brasileiras, acionando semelhanças ainda que superficiais ou simplesmente comparativas com a nossa cultura.

Tem-se, por exemplo, a comparação do hibridismo religioso prevalecente no Haiti – vodu e catolicismo – com o sincretismo da religião afro-brasileira conhecida como candomblé. Esses são modos de acionar em conjunto com o simbólico, o imaginário, as tradições e a cultura compartilhados entre Brasil e Haiti. Canclini (2003) já desnuda essa característica afrobrasileira através do que ele chama de identidade africana transclassista e transétnica e que compartilha de uma herança afrocaribenha. Estas raízes africanas comuns são retratadas no artigo seguinte escrito por Boris Fausto a *Folha*:

O Haiti tem um lugar na nossa realidade e na nossa imaginação, por várias razões. Entre elas, a controvertida presença das tropas brasileiras na ilha, sob a bandeira da ONU, e a atração de seus rituais de origem africana, que guardam parentesco com os nossos. Além disso, podemos sempre nos consolar das mazelas nacionais abandonando a ambigüidade proposta numa canção de Caetano e Gil, para afirmar, com boas razões: “O Haiti não é aqui”. Entretanto o Haiti foi o primeiro país do continente americano a proclamar sua independência pela via de uma longa insurreição de negros e mulatos (1804), que deixou profundas marcas entre dominantes e dominados.⁶⁵

Se o “Haiti não é aqui”, por que possuímos características tão fortes desse país e ainda insistimos em aproximar os dois segundo aspectos históricos e culturais? A resposta está neste mesmo trecho que aproxima certos traços culturais, revelando uma tendência para positivar o fato das semelhanças serem somente de ordem simbólica, o que situa numa posição de alívio o fato de o Brasil não padecer dos mesmos males que

⁶⁵ FAUSTO, Boris. A ilha sem fantasia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 2008. Caderno Mais.

o país haitiano tanto sofre. Há de se lembrar que o Haiti, encravado no Caribe, poderia ter tido um destino semelhante à vizinha República Dominicana, com a qual divide a ilha chamada Hispaniola, pois o país já foi também tão rico de belezas naturais. Porém, devastações e catástrofes naturais, poluição desmedida, assim como o completo abandono do governo haitiano dentro de uma seqüência de ditaduras transformaram aquilo que, num passado remoto agregaria enorme potencial turístico, em um aglomerado de casas sem qualquer infraestrutura, com intensa violência urbana que justifica o monitoramento permanente das tropas azuis da ONU.

É interessante salientar que este excerto começa com o lugar que o Haiti tem em “nossa realidade e imaginação”. Realidade porque o Brasil é o comandante das tropas que se instalaram lá no país desde 2004; imaginação porque há um conjunto de idéias que são acionadas quando se pensa no Haiti e numa missão de paz. Esta relação entre realidade e imaginação é o que compõe o imaginário compartilhado, seja pelo discurso da *Folha de S. Paulo*, seja pelos proferimentos políticos.

Manter este imaginário ambíguo é justamente aquilo que sustenta a vinculação estratégica desta categoria, afinal, não é interessante nivelar ou eliminar as diferenças que situam o Brasil como um país diferente e melhor, no quesito desenvolvimento econômico e social, uma vez que ele é o responsável pelo comando da missão e deve, por isso mesmo, trazer novos horizontes para a realidade haitiana. É a experiência do Brasil como um modelo de desenvolvimento na América Latina, e ainda com origens e compartilhamentos culturais comuns entre os dois países, que faz do Brasil o país capaz de atuar positivamente e de forma diferente dos outros que já estiveram no Haiti. Como afirmado no proferimento, o segundo motivo além da convocação e legitimidade da ONU está expresso nas palavras de Celso Amorim:

Também nos animou o natural sentimento de solidariedade regional, e afinidades de natureza cultural e étnica que justificam um maior envolvimento de países da América Latina e do Caribe no Haiti. [...] Por isso também defendemos a presença da ONU no Haiti, e defendemos que essa presença se caracterizasse por um forte componente latino-americano e caribenho. [...] Nossa cooperação com o Haiti não se deu sem alguma resistência interna. Afinal, o Brasil é também um país com enormes carências sociais. Com grandes dificuldades, inclusive na área de segurança. Mas essa é uma lição que aprendi com os próprios brasileiros de origem mais humilde. Não é preciso ser rico para ser solidário. [...] A presença da Minustah no Haiti continuará sendo necessária. O próprio Presidente Préval afirmou desejar que as tropas da ONU permaneçam no País. Mas o Presidente Préval também deixou claro que os termos do mandato da

Minustah devem ser reformulados, tendo em mente a nova situação. Nas palavras do presidente, “bulldozers e betoneiras devem ocupar o lugar dos carros de combate”. [...] Creio que este é um exemplo daquilo que nós dissemos em muitas ocasiões, inclusive nos momentos mais difíceis dessa operação, que *é preciso latino-americanizar o Haiti*. Naturalmente quando digo latino-americanizar isso inclui o Caribe. O Haiti não pode, não deve e não é mais visto como o filho enjeitado da América Latina e do Caribe. [...] O Haiti pode contar com o Brasil. O Presidente Lula assegurou pessoalmente ao Presidente Préval, em sua recente visita ao Brasil, na condição, então, de Presidente eleito, que o compromisso do Brasil com o Haiti é duradouro. Estaremos ao lado do Haiti enquanto for o desejo do seu governo, do seu povo⁶⁶ (Grifo nosso).

O presidente Préval quando ainda estava em campanha, confirmou este apoio às tropas brasileiras em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* dizendo: “Acredito muito na cooperação Sul-Sul. Acredito que países como o Brasil e a Venezuela são muito mais próximos como modelos de desenvolvimento e podem compreender melhor um país como o Haiti”⁶⁷. Nessa fala tem-se o que Charaudeau (2006a) explica como o imaginário enquanto construção de significado de uma realidade. Isto é, aquilo que o Brasil representa enquanto um modelo latino-americano de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reafirma valores culturais de compartilhamento, funciona como uma concretização de que o Brasil pode ser capaz de transformar a história de um povo e de um país como o Haiti. São aspectos simbólicos a conferirem significação real ao processo da MINUSTAH.

Charaudeau (2006a) traz uma versão de imaginário chamado sócio-discursivo e que ajuda a ilustrar bem esta vinculação identitária trazida nessa categoria. Segundo o autor esse tipo de imaginário além da sustentação racional discursiva é também materializado nos comportamentos diversos da vida ordinária, nas atividades coletivas, na produção de objetos manufaturados, na construção de objetos que funcionam como símbolos etc.

Isto é mais bem esclarecido mediante os exemplos que são transparecidos no material. Tem-se a aproximação de ritos religiosos que são da prática cotidiana, como o candomblé brasileiro e o vodúismo haitiano; as celebrações entre Brasil e Haiti exaltadas em atividades de comunhão pela paixão do futebol; a vinculação da arte naïf durante exposição promovida para aproximar a produção artística e cultural entre os dois países

⁶⁶ Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti. Palácio Itamaraty, Brasília, 23 maio 2006.

⁶⁷ MAISONNAVE, Fabiano. Favorito defende que missão fique no Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 fev. 2006. Caderno mundo.

é um bom exemplo trazido pelas palavras de Celso Amorim em explicação sobre a importância que tem no Brasil a criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial:

Foi por isso que o Presidente Lula pediu perdão aos africanos, aos descendentes daqueles que foram escravos e que ajudaram de maneira dramática por vezes, de maneira muito importante, a construir este país. A mesma coisa eu diria sobre nossa relação com o Haiti. Recomendaria muito aos que estão aqui, se tiverem a ocasião, de irem ver uma exposição de pintura que está no Centro Cultural Banco do Brasil, que tenho certeza enriquecerá a alma de todos. Trata-se de uma exposição sobre pintura naïf do Brasil e do Haiti. E é muito difícil distinguir o que é do Brasil e o que é do Haiti nessas pinturas. Essas aproximações que têm como instrumento a política externa nos ajudam a nos redescobrir a nós próprios, a nos orgulharmos da contribuição africana, da contribuição indígena, como também da contribuição de árabes, de judeus, de todas as religiões que formam este nosso país tão rico, tão diversificado, mas um país onde há muito por fazer para chegarmos à sociedade sempre diversificada e harmoniosa que desejamos.⁶⁸

Assim, este proferimento invoca a pintura naïf do Brasil e do Haiti como similitudes difíceis de distinguir, além de mostrar como a cultura brasileira é rica, diversificada e compactua pela busca de uma verdadeira democracia racial diante da criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial. Ou seja, apresenta uma íntima relação calcada em questões raciais e culturais e de expressões artísticas entre os dois países, ao mesmo tempo em que o Brasil cultivava grande respeito e promove políticas afirmativas para com a cultura afrobrasileira.

A dimensão simbólica que abrange a construção de uma relação intercultural com a inauguração no final de fevereiro de 2008 do Centro de Estudos Brasileiros no Haiti é também conformadora de um imaginário coletivo, que passa a ser compartilhado entre haitianos e brasileiros. Segundo a notícia do jornal *on line*, já que o jornal impresso que é alvo desta dissertação não noticiou este evento, toma-se como exemplo este outro veículo simplesmente para explicar que neste Centro

Serão oferecidas aulas de português, culinária e cultura brasileira, além da exibição de filmes e mostra de artistas, fotógrafos e escultores. No próximo semestre, haverá também aulas de relações internacionais, informa o diretor do centro, o diplomata Antonio Jorge Ramalho.⁶⁹

⁶⁸ Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura do Painel Internacional “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”, Brasília, 29 jun. 2005.

⁶⁹ STOCHEIRO, Tahiane. Após pacificação, Itamaraty promove arte brasileira no Haiti. *Folha de S. Paulo on line*, São Paulo, 26 fev. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fohla/mundo/ult94u376238.shtml>>. Acesso em 05 jul. 2008.

E assim este Centro é a concretização daquelas primeiras declarações políticas no início da atuação do Brasil no Haiti, quando se intentava firmar o caráter cultural da ajuda brasileira em meio à intensa atuação militar. Dado que o início da missão foi marcado pelo momento onde a atividade propriamente militar foi mais necessária, e assim nesta nova fase que abarca a existência deste centro há comportamentos que amenizam e justificam aquele momento mais duro de intervenção, construindo fisicamente e simbolicamente um novo vínculo.

Outro vínculo que é diversas vezes reiterado é a paixão comum pelo futebol. Esta conexão é também acionada ainda que signifique simplesmente a única relação realmente existente entre os dois países, como em algumas críticas do discurso jornalístico isto emerge. Num desses casos vê-se uma matéria contendo fortes denúncias de abuso dos Direitos Humanos por parte das tropas brasileiras, e por isso o mesmo gosto compartilhado pelo futebol é trazido como contrasenso que não justifica o comando do Brasil na MINUSTAH:

"Não importa quem esteja no comando. Os brasileiros são adorados pela população haitiana por conta do futebol. Quem lidera as tropas vai aplicar a política da ONU que é ditada pelos EUA. Está tudo errado desde o início", afirmou Lionel Jean-Batiste, vereador em Illinois. Na denúncia, o Brasil é considerado culpado pela ação direta de seus soldados em mortes de civis e também por omissão frente à ação violenta da Polícia Nacional Haitiana.⁷⁰

Quando o jornal, em outro momento, indica que a bandeira brasileira era sacudida por mãos haitianas é mais do que a paixão pelo futebol que está ali representado. É a paixão pelo futebol e pelos craques brasileiros, onde o importante símbolo nacional do Brasil é, naquele momento, orgulho para os haitianos: "Antes do jogo, que teve atraso de quase 20 minutos, os atletas do Haiti se esforçavam para tirar fotos com os pentacampeões. Na precária arquibancada do estádio Sylvio Cator, muitos haitianos ostentavam bandeiras brasileiras"⁷¹. Em outra matéria, o jornal divulga a alegria dos haitianos com a conquista do hexacampeonato mundial de futebol pelo Brasil, salientando um haitiano que usava pulseira verde e amarela e que torcia como se fosse seu próprio país a conquistar o título, o qual ainda se relembra do jogo que a seleção brasileira havia disputado no Haiti como "maravilhoso". Este mesmo haitiano,

⁷⁰ DANTAS, Iuri. ONGs acusam Brasil de violações no Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2005. Caderno Mundo.

⁷¹ Brasil ignora pedido e goleia por 6 a 0. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2004. Caderno Brasil.

que era um ex-militar, “saúda os brasileiros: ‘Bom Baguy, Brasil’. Traduzindo: brasileiro, boa gente, frase comum ouvida pelas tropas nacionais.”⁷²

Essa mesma relação cordial, amigável e de identificação entre os brasileiros e os haitianos é percebida na entrevista de um famoso *rapper* chamado Jean – um haitiano que vive nos Estados Unidos. Segue um trecho da entrevista:

Folha - Você acha que a aproximação do Brasil com Haiti por causa da origem africana, do futebol e do Carnaval influencia na participação do país aqui?

Jean - O Brasil tem um lugar especial no coração do Haiti. Quando houve a partida de futebol entre o Brasil e o Haiti, foi uma demonstração de como os haitianos idolatram os jogadores brasileiros. Mas isso não é no sentido militar. O Brasil sensibilizou o Haiti, colocou a mão sobre o povo haitiano e disse: "Queremos vê-los melhor". Quando vocês fizeram aquele jogo, vocês sensibilizaram o Haiti.⁷³

O *rapper* também alerta sobre a necessidade de que alguém diga o que a MINUSTAH está fazendo no país, ou seja, é preciso uma explicação de legitimidade perante o povo haitiano, conforme a categoria de número 2 irá desenvolver. Jean foi votar nas eleições, embora more nos EUA, e parabenizou o comando militar pelas eleições terem se realizado, por conta da ampla presença e participação dos haitianos como um resultado positivo, embora tenha criticado a organização, que segundo ele "foi um saco".

No discurso de saudação na chegada ao Haiti para o emblemático amistoso de futebol intitulado de “jogo da paz” em agosto de 2004, proferido pelo presidente Lula, expõe-se uma propensão brasileira em querer acirrar laços culturais com o povo local, entendendo que a afinidade do interesse pelo futebol representa uma janela para que um compartilhamento comum possa vir a se intensificar:

Com emoção e alegria, chego ao Haiti para um dia histórico nas relações entre este país e o Brasil. É a primeira vez que um Presidente da República brasileiro vem ao Haiti, nação com a qual compartilhamos raízes africanas comuns. [...] Venho, enfim, participar de um encontro pela paz entre haitianos e brasileiros. O jogo entre a Seleção do Brasil e do Haiti permite que celebremos juntos a nossa paixão pelo futebol. Esperamos que este jogo possa se transformar em símbolo de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades.⁷⁴

⁷² MICHAEL, Andrea. Seis estrelas, seis estrelas", celebram haitianos após o jogo do Brasil na Copa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2006. Caderno Mundo.

⁷³ Votação foi "revolucionária", diz rapper. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 fev. 2006. Caderno Mundo.

⁷⁴ Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture. Porto Príncipe - Haiti, 18 ago. 2004.

Esta predisposição em intensificar os “contatos entre nossas sociedades” também valida oficialmente as trocas culturais resultantes do contato entre nações e povos, de modo que especificamente entre o Brasil e o Haiti há uma abertura para aproximar imaginários, assim como um reconhecimento maior de um pelo outro que tal troca provoca e favorece, segundo, claro, aquilo que os discursos apresentam. Por isso, neste excerto há uma evidência explícita da relação identitária-cultural relacionada ao interesse pelo futebol de ambos os países, ainda que seja esta relação forjada e pouco sólida. Aguilar (2008, p.8) chama a atenção sobre a influência do apelo cultural para a efetividade da Missão e para ampliar a visibilidade do Brasil:

Como os haitianos veneram nosso futebol, a realização do evento atuou como facilitador da aproximação das tropas brasileira com a população civil do País e, por conseguinte, de todos os componentes da ONU. Um evento dessa natureza serve ainda para chamar a atenção para o conflito e os esforços internacionais, podendo, inclusive, facilitar a obtenção de recursos para desenvolvimento de projetos de construção da paz.

É através de exemplos como esse que, distinta das outras experiências de ocupação externa perpetradas no Haiti, entendemos como a MINUSTAH lança uma imagem mais benigna, menos impositora, pois, apesar de ser de fato uma força de ocupação, ela se modela e se explicita a partir do uso moderado dessa força, questionando a repressão da violência no país através da utilização da força como meio de pacificação. Segundo Hirst (2007)

A MINUSTAH compreende uma dimensão simbólica e histórica na qual se reúnem elementos de memória coletiva latino-americana, referências ideológicas comuns e antecedentes políticos e diplomáticos. A peculiaridade desta sobreposição contribuiu enormemente para a construção do discurso oficial dos países sul-americanos, no qual se buscou somar um sentido identitário regional às motivações políticas e humanitárias normalmente presentes na participação em operações de paz (p. 9).

Tal acréscimo de “um sentido identitário regional” aos discursos oficiais, por exemplo, possibilita compreender a maneira em que ocorre a passagem de justificativas meramente políticas para então justificativas e aportes culturais nesta intervenção comandada pelo Brasil. Pois as tropas brasileiras não podem se esquivar e serem indiferentes às diferenças culturais, é preciso estabelecer relações com o lugar e as pessoas, como bem demonstra o jornal numa matéria onde a experiência e o conhecimento de um médico brasileiro, o único a participar das missões militares

anteriores no país, são importantes quando agregadas às tarefas da missão: “A experiência de Giroto é útil aos brasileiros, pois ações cívico-sociais e missões humanitárias devem fazer parte do repertório de atuação da força de paz”⁷⁵.

É interessante observar que são agentes da diplomacia, em casos de missões de paz, também os militares e policiais participantes da operação, de maneira que eles também reportam e dialogam como representantes do país em cena (AGUILAR, 2008). Por isso pode ser visto no discurso político que se incute valores e reafirma conceitos tanto de nosso país, quanto do Haiti, a fim de que sejam dirigidos ou retransmitidos àqueles que poderão ser porta-vozes nesta representação diplomática.

Isto diz respeito aos imaginários sócio-discursivos desenvolvidos por Charaudeau (2006a), que circulam no espaço da interdiscursividade e podem se sobrepor e construir arquétipos coletivos inconscientes. Esses arquétipos podem dizer, por exemplo, da maneira como o brasileiro comum se comporta ou mesmo do comportamento das tropas militares, que, como visto, são tidas como agentes da diplomacia. É como se verifica no discurso do presidente Lula, onde ele incute valores de proximidade cultural e solidariedade, na ocasião da cerimônia que antecedeu o embarque da primeira tropa de militares para o Haiti:

Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um país irmão. O Haiti é o terceiro país com a maior população negra nas Américas. O Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando.⁷⁶

Esta fala do presidente é um potente exemplo da sua permeabilidade de valores e questões culturais ao discurso dos *media*, pois este fator é bastante reproduzido nos textos jornalísticos quando se aborda a MINUSTAH. Considerando a questão da visibilidade pública, Martín-Barbero está imerso no debate sobre como os meios de comunicação e a indústria cultural participam da mediação do projeto de construir um sentimento identitário (ESCOSTEGUY, 2001). No caso da identidade nacional, que faz parte de um projeto político, tanto é atravessada como comprimida pelos meios, por marcar “a crise do político como dimensão fundamental da vida social” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 158), e assim, outras dimensões são tidas como interferências

⁷⁵ BONALUME NETO, Ricardo. Pobreza haitiana impressiona brasileiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 maio 2004. Caderno Mundo.

⁷⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti. Brasília, 31 maio 2004.

na vida social, incluindo os meios de comunicação. Inclusive, o autor questiona a validade de categorias como nação e Estado enquanto sintomas das experiências culturais contemporâneas.

Se há este questionamento é porque existe certo esmaecimento dessas categorias, porém, ao mesmo tempo provoca nos proferimentos uma necessidade de que estes continuem a sustentar bastante o conceito de nação, inclusive demarcando o forte papel de uma nação brasileira no comando da missão, como um esforço extra em resposta ao esmaecimento. Isto significa que não se aborda a fluidez da nação, pelo contrário, exacerba justamente a cultura brasileira em sua relação com o Haiti, aproximando-as, desde que demarcado bem o terreno de estado-nação de cada um nesta vinculação:

O Brasil tem um apego muito grande ao sistema multilateral e isso completa, digamos, a razão das motivações. Esse é um caso que se verifica no nosso Continente, com um país que tem uma composição étnica muito parecida com a nossa e é o terceiro em população negra do Continente, com raízes culturais semelhantes à nossa, como se vê na pintura, se ouve na música e também no amor ao futebol, para mencionar outro aspecto que ali esteve presente. Então, seria muito importante que o Brasil, em um caso como esse, demonstrasse a sua disposição de participar. E é o que nós temos feito.⁷⁷

Porém, seguindo a linha dos Estudos Culturais, a identidade latino-americana, que é reiteradamente reforçada nesta categoria, trata-se de uma mistura, uma mestiçagem, onde “as culturas rurais, urbanas, raciais, locais, regionais, nacionais e transnacional interagem” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 160). E embora as fronteiras que demarcam uma cultura nacional estejam cada vez menos visíveis, além da efetividade estar proporcionalmente menor das políticas públicas em impor uma coesão identitária, Martín-Barbero ainda considera importante pensar a identidade nacional dentro do contexto de uma mediação histórica, num diálogo entre gerações e de resistência à investida global. Como diz Charaudeau (2006a) referenciar o passado nos discursos de retorno às tradições é uma forma de fincar relação com a coletividade e com a história. E assim é percebível nos discursos, mais dos gestores políticos do que do jornal, que se invoca o fato de participar ativamente da missão componentes latino-americanos e caribenhos, indicando que pela relação identitária comungada na região é uma grande conquista os próprios países gerirem a força de paz, estendida, portanto, a uma conquista regional.

⁷⁷ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

Nesse sentido também se verifica uma aproximação regional por oposição, isto é, salientam-se características positivas latino-americanas na missão em oposito ao mau desempenho das violentas tropas jordanianas, já que somente as tropas compostas por latino-americanos, devido à sua origem e história, seriam capazes de administrar melhor a região e estarem em contato com a população haitiana. Segundo a matéria do jornal:

Relatório divulgado ontem pelo International Crisis Group, ONG que estuda a prevenção de conflitos, apontou a retirada do contingente jordaniano de Cité Soleil e sua substituição por tropas de origem latino-americana como uma "contribuição significativa para a melhora das relações entre a população local e as autoridades". "Diferenças de língua, cultura e abordagem têm tornado difícil para os jordanianos lidar com as complexidades urbanas, particularmente quando eles têm sido alvo de ataques de franco-atiradores e de outros", diz a ONG.⁷⁸

Em meio à fragilidade de se definir a identidade, pode ser criada uma relação entre Brasil e Haiti de forma que privilegie o reconhecimento de certas similitudes da realidade haitiana com a brasileira, ainda que por comparação superficial e pouco enraizada, pois são facilitadoras dessa comunhão, assim podemos ver abaixo no fragmento retirado da *Folha de São Paulo*:

Depois de dois dias de visita ao Haiti, o ministro da Defesa, Waldir Pires, chegou à conclusão de que as ruas daquele país têm muito das periferias brasileiras. "Eu esperava uma coisa pior. Se eu for para a periferia de uma cidade brasileira, qual é a diferença? Não tem. Pelo contrário, eu até vi o pessoal mais ou menos arrumadinho, com uma certa vontade de estar limpos e apresentáveis, as mulheres penteadas. São vaidosos."⁷⁹

Tal comparação com a periferia brasileira de forma estética e pouco adensada pode ser um dos problemas decorrentes de uma aproximação identitária-cultural enfraquecida, que pouco adensamento traz em função da própria liquidez e erosão das identidades nacionais, afinal, a aproximação entre os habitantes de favela de um e de outro país poderia ter outro enfoque que não fosse a questão da vaidade pessoal, mas neste caso seria complexificar esta relação. Em Hall é vista a tensão quando se procura entender a formação nacional vinculada a uma identidade unificada caminhando lado a lado do processo de globalização a todo vapor. Se por um lado há diluição do Estado-Nação – não apenas enquanto instituição política, mas também enquanto idéia simbólica de

⁷⁸ VILA-NOVA, Carolina. Brasil se prepara para assumir área mais violenta do Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2006. Caderno Mundo.

⁷⁹ MICHAEL, Andréa. Haiti não é pior que periferia no Brasil, diz Pires. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2006. Caderno Mundo.

comunidade imaginada –, por outro lado ocorre um fortalecimento das relações transnacionais bem como das identidades locais, um remodelando o outro. Uma identidade híbrida reconhece, portanto, o passado, sem ignorar experiências históricas, mas circula no presente em meio a novos discursos compartilhados. Isto é resultado das observações do autor a respeito do homem que migra e traz consigo as experiências diaspóricas (ESCOSTEGUY, 2001).

Avalia-se que na invocação desta categoria ocorre certo embate, de um lado, a respeito da discussão trazida pelos Estudos Culturais latino-americanos de erosão tanto do conceito de nação quanto de uma identidade nacional, e, de outro lado, o entendimento de nação que instala o discurso no qual “exprime um laço cultural e político, que une numa só comunidade política todos aqueles que partilham uma mesma terra de origem e cultura histórica” (SMITH, 1991, p. 29).

Pois, se de algum modo tenta-se invocar uma identidade mais rígida, delimitando bem uma cultura e outra, por outro lado há permeabilidade para que seja construída uma identidade brasileira que dialogue culturalmente com o país caribenho. Torna-se mais fácil esse entendimento com a definição de “entre-lugares” trazida por Bhabha (1998). Estes são momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais, por assim dizer, nas relações entre as práticas culturais e os acontecimentos discursivos, nas fronteiras e entre aquilo que é rígido e permeável, simultaneamente, ou seja, na vinculação proposta nesta categoria.

Canclini traz justamente o ponto comum de Hall e Bhabha ao entender a negociação de sentidos entre uma cultura global e uma identidade mais particular, local, pensando através do hibridismo, onde “Esse novo regime cultural vive através da diferença” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 148), mas que não se trata de reduzir a uma assimilação cultural. É, por exemplo, o simbolismo presente no ato de Lula plantar uma árvore de pau-brasil, expressando a metáfora de criar raízes e firmar vínculos com a terra haitiana.⁸⁰

O próprio Bhabha (1998) faz uma ressalva que também nos cabe, isto é, distingue diferença cultural da noção de diversidade cultural:

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo da enunciação da cultura como “conhecível”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação social (p. 63).

⁸⁰ Lula planta pau-brasil em visita a soldados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2004. Caderno Brasil.

Assim, nessa relação de alteridade das características culturais entre Brasil e Haiti, cada qual estabelece um processo de significação cultural que os diferenciam e os legitimam, separando-os, num primeiro momento, em campos de força distintos. Mas é a diversidade cultural que traz o intercâmbio, no reconhecimento de costumes culturais pré-dados e estabelecendo uma relação de respeito e reconhecimento mútuos. A problemática está no fato de que a diversidade cultural trabalha radicalmente com a “separação de culturas totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única” (BHABHA, 1998, p. 63).

A respeito dos debates críticos contemporâneos que tematizam a cultura, se para Bhabha (1998) o importante é perceber que existem apropriações equivocadas a respeito de valores, significados e signos presentes nas fronteiras culturais; focar na diversidade cultural, e não na diferença cultural, é como se esquivar do problema, já que a diversidade descreveria apenas o efeito e não a estrutura deste, rejeitando então a questão do limite da cultura como um problema de enunciação da diferença cultural.

No hibridismo há um deslocamento entre o enunciado e a enunciação, demonstrando uma visão sociodiscursiva da linguagem para Bhabha (1998): “Enquanto a *enunciação* se refere ao contexto sócio-histórico e ideológico dentro do qual um determinado locutor ou usuário da linguagem está sempre localizado, o *enunciado* se refere à fala ou ao texto produzidos por esse locutor nesse contexto” (p. 118). Por isso, valoriza-se nesta categoria tanto um, como outro, pois assim se torna perceptível entender do que tratam a diversidade e as diferenças culturais nos discursos analisados.

Nenhuma cultura é unitária – tida como homogênea –, ou dualista – tal como numa relação simplificada de alteridade de um Eu com o Outro – por isso, processos de enunciação de uma dada cultura devem ser observados com cuidado, pois este processo pode, por exemplo, fazer uso de efeitos homogeneizadores de símbolos e ícones culturais apenas como estratégia de remissão a um passado que pode não ser fidedigno à memória histórica, principalmente quando se analisa os enunciados (BHABHA, 1998). Por isso é muito comum observarmos que no campo discursivo político os “imaginários são freqüentemente instrumentalizados com fins de persuasão” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 208), já que eles funcionam como amálgama para selar uma união, um compartilhamento de valores, ou ainda um reconhecimento de sua legitimidade e credibilidade cultural que podem influenciar diretamente o processo para o qual é

instrumentalizado. No caso em específico, o imaginário acionado vinculando os dois países aproxima o Brasil do Haiti, naturalizando a intervenção, que poderia ter um impacto mais negativo e duro para uma força de paz, o que não ocorre.

4.1.2 Cultura como recurso de legitimação no Brasil

Na análise do material como um todo se nota que é bastante evidenciada a importância de um comportamento político interno destinado a explicar, argumentar e justificar a força de estabilização comandada pelo Brasil, conforme é apresentado inclusive no capítulo 2 dessa dissertação. Esta demanda reivindicada propiciou o ambiente para que proliferassem os discursos que legitimavam a MINUSTAH dentro do Brasil, e assim foi necessário criar uma categoria que abarcasse isso, o que originou a “cultura como recurso de legitimação no Brasil”. Tendo como base esta categoria, encontra-se nos discursos de forma reiterada esta preocupação com a visibilidade que a MINUSTAH tem no cenário brasileiro, fazendo uma conexão de política externa com política interna. No jornal *Folha de S. Paulo* há certa inversão desta relação, como se houvesse uma dada subjugação de valores e interesses internos em prol de uma desenvoltura exemplar no cenário internacional. Isto é trazido em várias falas, como na de Celso Lafer – ex-ministro das Relações Exteriores nos governos de Fernando Henrique e de Fernando Collor –, ou simplesmente na construção de notícias que evidenciam aspectos negativos ou interesses puramente da política externa do governo, sem tangenciar qualquer relevância e acréscimo nacionais.

É interessante observar a presença de uma nítida interlocução entre Celso Lafer e Celso Amorim em momentos distintos dentro do discurso do jornal. De um lado tem-se a fala de Lafer criticando o fato da política externa do governo Lula concentrar-se em dar satisfação ideológica interna, insinuando que esta preocupação de *marketing* político tem pouco peso nos foros internacionais, afinal, em nome da solidariedade o Brasil gasta muito de seus poucos recursos:

[Lafer] criticou ontem o jogo da seleção brasileira de futebol no Haiti. "É a expressão da política externa como política espetáculo, que é a dimensão do estilo da atual administração", disse. No caso do Haiti, há, de um lado, o elemento de solidariedade e, de outro, o uso de nossos recursos, já tão limitados, em ações internacionais. [...] A política externa deste governo tem sido direcionada a dar satisfação ideológica interna. É também uma operação de marketing político. [...] Nós somos um país de escala continental e de recursos limitados. Temos crescido no cenário internacional pela confiabilidade, não pela

agressividade. Além do interesse específico em exportar e importar mais, o Brasil também tem interesse geral no funcionamento do multilateralismo. O que é preciso saber é se essa ação no Haiti vai ou não ajudar essa nossa presença nos foros internacionais.⁸¹

De outro lado, há exposição da fala de Amorim afirmando que a busca pela paz tem um preço e que a omissão no Haiti significa também uma perda de influência nos assuntos internacionais:

o chanceler Celso Amorim voltou a defender a participação brasileira na missão da ONU: "A paz tem um preço. A paz não é de graça e, se você se omite na defesa da paz, vai pagar um preço também, nem que seja perdendo influência nos assuntos internacionais. Às vezes sinto no Brasil um sentimento de isolacionismo. Mas ninguém existe fora do mundo", disse, em entrevista.⁸²

Em realidade, o que ocorre é que se antes os Estados agiam em sua política externa de forma independente, como se assuntos de participação em uma missão de paz não fossem pertinentes à grande maioria da população, as novas configurações das relações internacionais não prevêm mais esse tipo de conduta deliberada, quanto menos de forma não-justificada na própria política interna. Há, portanto, uma preocupação e uma clara imbricação da esfera doméstica na internacional e vice-versa (OLIVEIRA, 2007; SOUZA, ZACCARON, 2006). No proferimento do presidente Lula para as tropas brasileiras estão presente aspectos que dizem respeito ao cidadão brasileiro, por convocarem a solidariedade e a compaixão diante de um povo irmão:

Estamos solidários à nação haitiana em sua luta pela reconciliação e reconstrução nacional. Queremos que o Haiti volte a ser a nação que inspirou gerações e produziu heróis. Queremos que o Haiti volte a levantar-se em defesa de seu destino. Quando anunciamos a decisão de mandar tropas para este país, com o apoio do Congresso Nacional, reconhecemos que o Brasil não poderia ficar alheio ao sofrimento e à dor de um povo irmão. Um povo cuja suprema bravura deu início à emancipação colonial e pôs fim à escravidão. Um povo com o qual compartilhamos raízes africanas comuns. [...] Não podemos nos omitir. A Brigada Brasil e a contribuição de cada um de vocês refletem o nosso engajamento. [...] Queremos que os haitianos sintam que podem contar com a amizade e a solidariedade do povo brasileiro e de meu governo.⁸³

⁸¹ Para Lafer, política de Lula é a do espetáculo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 2004. Caderno Brasil.

⁸² MAISONNAVE, Fabiano. Haitiano espancado passa bem; ONU considera o caso superado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 out. 2004. Caderno Mundo.

⁸³ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti. Porto Príncipe, Haiti, 18 ago. 2004.

Vêm-se ecos de um discurso dramatizado, sensibilizado com a realidade haitiana, um país rico em mazelas, relegado ao próprio abandono, que já não tem esperanças. Mas que nas palavras de Lula há um reiterado, e emocionado, foco na transformação deste país destituído através da atuação das tropas militares brasileiras. Estas sim, apesar de todas as outras tentativas remotas de reconstrução daquele país, serão capazes de mudar substancialmente o Haiti. Porque o Brasil está calcado em novas diretrizes de desenvolvimento econômico e social, porque os brasileiros são afáveis, saberão tratar com respeito, dignidade, compreenderão a realidade e serão mais “humanos” com a população local etc. Nas palavras de Amorim dirigidas ao senado mostra porque o Brasil é capaz de provocar uma regeneração do tecido político e um real desenvolvimento econômico no Haiti, diferente de outros países que lá já intervieram, pois isto se deve em grande razão:

Pela nossa própria índole; em parte, porque não temos nenhum passado colonial ou um passado de outras ações no Haiti, que, digamos, cria uma hipoteca ou uma visão antagônica da população do Haiti. Em parte também porque não temos nenhum “partí pris” por nenhuma das correntes políticas no Haiti e toda a nossa visão é baseada no desejo de que todas essas correntes participem do processo. [...] Em suma, como foi dito aqui por mim, pelo Ministro Viegas e pelo Presidente Lula, essa presença brasileira no Haiti tem uma natureza diferente das presenças que anteriormente lá estiveram. [...] O que temos procurado fazer? Poder-se-ia argumentar: o Brasil poderia ter defendido essa concepção sem mandar os mil e duzentos soldados. Creio que nós não teríamos autoridade moral para fazer a mobilização que estamos fazendo hoje se não houvesse essa presença ali.⁸⁴

E assim o público visado pelo discurso é conduzido a aderir ao projeto brasileiro de comandar a MINUSTAH. Todos se sentem engajados para reverter a situação de desordem do “país irmão” através das medidas salvadoras propostas pela missão de paz. É nesse sentido que

O discurso político – mas ele não é o único – realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação de sua causa, a reparação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural (CHARAUDEAU, 2006a, p. 91).

É notório que justamente por ser visto o Brasil como o país interventor, a situação caótica no Haiti é capaz de ser revertida tendo o nosso país como salvador da

⁸⁴ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

pátria haitiana, o herói, como revelou Charaudeau na passagem anterior, sendo o único capaz de reconstituí-lo e de reintroduzir a paz naquele país. Condizente no discurso 1-b com a linha de interesses e valores internos, Lula aciona questões de vínculo identitário também para convencer as tropas de que é legítimo, possuindo o direito de comandar a missão segundo as normas da ONU e também porque a intenção e ação da MINUSTAH é coerente com nossas questões internas, e de que o Brasil tem credibilidade, ou seja, capacidade de fazer e realizar a operação de paz.

Neste ponto é que se situam as críticas de que há claro uso da legitimidade para atender aos anseios e prerrogativas puramente do Itamaraty, incluindo a demonstração brasileira de força militar e regional para se conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas, exatamente como se observa na insistência da matéria seguinte em mostrar que o interesse brasileiro de arriscar soldados em uma operação de paz é destinada a uma conquista de política externa, mostrando lacunas sobre o que se justificaria à população e ao congresso:

Liderada pelo Brasil, a missão de paz da ONU no Haiti tem servido como um dos alicerces do Itamaraty para vender ao mundo a possibilidade de o país obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em 2004, ao receber dos EUA o comando da missão haitiana, o Brasil passou a liderar pela primeira vez uma força da ONU justamente para chamar a si uma maior responsabilidade nas ações da instituição. Agora, com a morte de Bacellar, o governo sabe que aumentarão as críticas e terá de dar explicações cada vez mais constantes, principalmente no Congresso, se vale a pena arriscar a vida de homens brasileiros em troca de uma aspiração da política externa [...] Lula "reitera sua plena confiança no trabalho desenvolvido pelas tropas brasileiras no Haiti e reafirma a determinação do governo brasileiro de continuar apoiando o povo haitiano na construção da paz e normalização política" do país.⁸⁵

Estas palavras do Lula dentro da matéria refletem a preocupação sempre de mostrar que, apesar das críticas e acontecimentos negativos, é uma ação de natureza diferente das que já foram perpetradas no Haiti, enfatizando uma real construção da paz e ajuda a um povo irmão. E isto é um bom exemplo da clara porosidade observada quando se olha para os proferimentos, já que estes se recalam bastante neste ponto de reconfiguração da imagem que se tem sobre o que é uma missão de paz que utiliza meios militares, reforçando para isso os aspectos positivos e os resultados benéficos. Especificamente nesta categoria são os proferimentos políticos, na maioria, endereçados

⁸⁵ CASTANHEDE, Eliane; SCOLESE, Eduardo. Morte abala política externa de Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jan. 2006. Caderno Mundo.

às tropas brasileiras ou então ao senado/congresso, para que estes sejam convencidos a liberarem financiamentos ou facilitar trâmites burocráticos para a missão. No caso dos textos jornalísticos, há, por razões óbvias do amplo público de cidadãos brasileiros, uma posição de problematização do discurso político para a população como um todo, isto é, através da compilação de outras vozes para comporem o texto, como de ONGs que criticam a missão e revelam desrespeito aos direitos humanos, ou de outros políticos contrários que acusam a missão de atender apenas aos interesses de política externa do Brasil, ou ainda concedendo espaço para contrapontos de artigos que trazem a visão do ônus econômico e político ao empreendimento brasileiro no Haiti.

É considerando estas diversas formas de críticas que o discurso de justificação pode ser formulado *a priori* ou *a posteriori*. No primeiro caso, supõe-se antecipadamente a ocorrência de uma crítica, enquanto no segundo caso simplesmente se reconhece a existência da crítica. A respeito disso diz Charaudeau (2006a) que

O discurso de justificação equivale a navegar entre a intenção e o resultado. Ele é o contrapeso à crítica que o provocou. Efetivamente, a crítica pode dizer respeito tanto aos motivos que levaram à ação, e então o ataque visa à intenção do sujeito, quanto ao resultado da ação, e então é sua falta de competência que é atacada (p. 126).

Por isso, a MINUSTAH quando justificada segundo a sua intenção, calca em primeiro lugar na legitimidade de ação garantida pela ONU, e em segundo nas possibilidades de resultados benéficos que podem ser obtidos, como quando Amorim explica sobre a MINUSTAH ao senado de que ela é diferente das outras missões por “possibilitar uma efetiva regeneração do tecido político e, ao mesmo tempo, um lançamento, porque não se pode nem falar de relançamento do desenvolvimento econômico no Haiti”.⁸⁶

Porém, quando a MINUSTAH é justificada a partir dos seus resultados, isto é, falta deles ou problemas a eles relacionados, há uma forte argumentação em torno da intenção em ser solidário a um país irmão, associando ao fato de que um país mais pobre é capaz de entender e se sensibilizar com um país que também atravessa dificuldades econômicas. Abaixo Seitenfus posiciona-se contrariamente ao debate que surgiu frente à permanência ou não das tropas brasileiras no Haiti.

⁸⁶ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

Há quem diga que o Brasil deve prioritariamente olhar para seus próprios problemas sociais. Quem já foi ao Haiti, porém, do soldado ao ministro, sabe que uma luta contra a pobreza não exclui a outra e que a solidariedade internacional só reforça a interna. A pergunta talvez não seja se o Haiti "é aqui" ou "não é aqui", como no verso de Gil e Caetano, mas, sim, onde se encontra o Brasil em relação ao mundo, que necessita, mais do que nunca, de nossa participação pacífica e criativa.⁸⁷

Em seguida, tem-se a fala de Amorim dada em contexto semelhante, colocada na seqüência para que as proximidades entre os dois possam ser visualizadas:

Queria terminar esta conversa, terminar este tópico dos Ministros do Caribe. Um Ministro das Bahamas disse que não podemos ter ilusões, que não vamos resolver o problema do Haiti, até porque não se pode resolver o problema de nenhum país do dia para a noite. Disse ele que vamos ajudar a administrar o problema do Haiti para que ele encontre uma rota positiva. Essa é a nossa tarefa. Ninguém pode achar, quando se fala em "nation building", que é só trabalhar lá dois anos, deixar o país pronto e ir embora. Não é assim. E ele, por isso mesmo, nos perguntou: qual é o compromisso do Brasil? É só até o mandato? É até as eleições? Ou é um compromisso em longo prazo? Eu disse a ele a única coisa que poderia dizer: que isso dependeria da própria evolução da situação do Haiti e de vermos que os nossos esforços estão sendo correspondidos, estão tendo resultado. Mas acho, pelo sentimento do povo brasileiro, pelo que já pude conversar com os congressistas – e o Senador Eduardo Suplicy esteve lá antes, com outros parlamentares, com parlamentares brasileiros, com outras pessoas da sociedade civil brasileira – vejo um desejo real de ajudar um país irmão, que não é pobre, mas miserável. Quer dizer, nossos níveis de pobreza, nas piores favelas do Brasil, não se comparam ao que há no Haiti.⁸⁸

Não é por acaso que a fala de Ricardo Seitenfus está em harmonia e consonância com o proferimento de Celso Amorim. Este pesquisador das relações internacionais foi selecionado para auxiliar a negociação política junto ao embaixador chileno Juan Gabriel Valdez, que é o Chefe-Geral da MINUSTAH. Amorim situa o papel de Seitenfus em trecho do mesmo discurso que contém o excerto anterior:

Percebendo que havia interesses em ter pessoas com conhecimento em negociação política, e pensando em pessoas que pudessem ter esse conhecimento, e, ao mesmo tempo, dispor de algum tempo e também ter um bom conhecimento de francês, que, no caso, é indispensável

⁸⁷ SEITENFUS, Ricardo. É hora de o Brasil encerrar a missão no Haiti? NÃO. O Haiti não é aqui. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2008. Seção Opinião.

⁸⁸ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

para esse trabalho, o Professor Ricardo Seitenfus, que está aqui e vai participar de uma outra audiência, também foi enviado, não como um enviado do Brasil para atuar no Haiti, mas como alguém para colaborar com os esforços das Nações Unidas no Haiti.⁸⁹

Retornando à questão do argumento dos políticos brasileiros para justificar que a ação no Haiti é legítima, no caso de o resultado obtido destoar do projeto inicial, não invalida a atitude, qual seja, o engajamento na missão, já que os resultados eram da ordem do impoderável. Justamente por isso o sucesso da operação não depende de esforços únicos por parte dos militares ou gestores brasileiros, como bem diz a reclamação de Amorim de que o efetivo militar disponibilizado foi muito inferior ao designado inicialmente pelos organizadores da MINUSTAH, de modo que prejudicou o andamento e funcionamento da missão no quesito de manter a estabilidade e a ordem.⁹⁰

Paralelo a isso, discursos de justificava dessa mesma natureza podem também avaliar que resultados irrisórios ainda é melhor do que nada. Como diante do caso de o Brasil pouco avançar na diminuição da situação precária haitiana após anos de missão, mantendo os péssimos índices de cerca de 80% que vivem abaixo da linha de pobreza e a mesma parcela da população permanece desempregada:

As acusações, feitas por ativistas norte-americanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), precisam ser investigadas, embora outras fontes abalizadas sustentem que, se a Minustah (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), cujo comando militar é do Brasil, errou, foi mais por omissão do que por ações concretas. De toda maneira, a denúncia funciona como um termômetro da deterioração tanto do cenário político como do prestígio das forças estrangeiras.[...]o Brasil vê-se na incômoda posição de comandar uma missão que vai se tornando cada vez mais impossível. Sendo assim, os brasileiros ficam com os ônus políticos pelo fracasso. Para não torná-los muito evidentes, o país permanece no Haiti apenas fingindo que tudo corre bem.⁹¹

Pode-se acrescentar, como justificativa a isso, a mensagem de Lula encaminhada ao General Heleno ressaltando o reconhecimento do desempenho militar numa empreitada difícil:

"Na condição de comandante-em-chefe das Forças Armadas, desejo reiterar o meu orgulho pelo modo como as tropas brasileiras e as de outras nacionalidades sob o comando de Vossa Excelência têm desempenhado uma missão de grande delicadeza política e de enorme

⁸⁹ *Ibidem.*

⁹⁰ *Ibidem.*

⁹¹ Os ônus do Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2005. Seção Opinião.

complexidade militar. Estou certo de que a opinião pública brasileira está consciente dos desafios enfrentados por todos os oficiais e praças da Minustah [missão de paz da ONU]", diz a mensagem assinada por Lula.⁹²

E assim perfilam as justificativas dadas ao povo, às tropas militares, aos demais políticos que não se envolvem diretamente na MINUSTAH, mas que definem diretrizes que a influencia. Dentre as justificativas utilizadas nessa categoria, encontra-se a questão da altivez da conduta brasileira no cenário internacional e como isso pode definir uma nova frente de atuação, que sem dúvida traz melhorias ao Brasil e ao seu desenvolvimento. Dada a proporção e importância atreladas a isso, criou-se a categoria da “cultura como recurso para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global”, que será deslindada a seguir.

4.1.3 Cultura como recurso para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global

As novas regras do cenário internacional, conforme apresentado no capítulo 2, ditam na atual conjuntura coerência entre as ações dos Estados e outros atores dentro de uma responsabilidade coletiva, onde o multilateralismo e a legitimidade signifiquem palavras de ordem e paz. As orientações do cenário global não mais permitem uma missão de paz sem critérios previamente estabelecidos, mas sim regentes com um acordo ou organismo internacional que pautem projetos e estabeleçam ações efetivas no país que recebe a missão, tal qual ocorre com a MINUSTAH. Seitenfus situa esta prerrogativa em um artigo disposto no jornal, onde adiciona a questão de o Brasil e da América Latina serem os mais adequados para reconhecer as especificidades e deficiências do Haiti:

A intransigente defesa do multilateralismo -desafio maior das atuais relações internacionais- não pode ser divorciada dos princípios éticos da responsabilidade e da eficácia. [...] Contudo o caso haitiano abriga singularidades e sofisticações a exigir uma nova concepção de intervenção e de cooperação internacional. Sejamos claros e diretos: o Haiti -um país sob transfusão- é economicamente inviável e politicamente impossível, se deixado à própria sorte. Todavia a cooperação estrangeira, que fez do Haiti o país com o maior índice de auxílio recebido por habitante no mundo, colhe somente amargos frutos. [...] Os reiterados fracassos da comunidade internacional,

⁹² MAISONNAVE, Fabiano. Contra críticas, ministro de Lula voa para o Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 2005. Caderno Mundo.

dividida entre indiferença e intervenção paternalista, exigem um repensar de sua estratégia de ação no Haiti. [...] Esperemos que a comunidade internacional, sob inspiração da América Latina e liderança do Brasil, consiga reverter o tenebroso quadro haitiano, colocando um termo ao caos e à extrema dependência que precipitaram a antiga "pérola das Antilhas" aos baixios da desumanidade.⁹³

E por causa disso, tratar a atuação do Brasil como uma ajuda a um país irmão, endossada pela ONU, é outra maneira de dizer que o nosso país está cada vez mais ciente da responsabilidade no cenário internacional e do seu papel especial em assuntos e problemas da região. É por este caminho que esta categoria se forma, dando vazão a assuntos de estratégia de política externa brasileira tangenciada por temas da ordem cultural. Em outro artigo escrito pelo general Heleno, assim que terminou seu mandato como comandante da MINUSTAH, resumiu isto ao dizer que:

No caso do Haiti, inegavelmente um grande desafio, até os pessimistas de plantão reconhecem que, sem a intervenção da ONU, teria explodido uma sangrenta guerra civil. [...] Como insiste o embaixador Valdés, não serão eleições austríacas nem suíças. Esperamos dos julgadores a mesma tolerância demonstrada ao analisar pleitos efetuados, recentemente, em outras zonas "quentes". Penso que o futuro do Haiti depende, fundamentalmente, da participação solidária dos países latino-americanos. Nossa familiaridade com problemas semelhantes poderá ajudar o futuro governo na busca de soluções viáveis e duradouras.⁹⁴

Circunscrever como uma responsabilidade que se estende a outros países da América latina, onde se direciona o discurso para o pragmatismo da ação voltada para a cooperação internacional, sob os ditames e constrictões da ONU é uma postura recorrente também nos proferimentos:

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz. [...] Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional. [...] Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta.⁹⁵

⁹³ SEITENFUS, Ricardo. Haiti, ano 1? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 mar. 2005. Seção Opinião.

⁹⁴ PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 2005. Seção Opinião.

⁹⁵ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU Senhor. Nova York, EUA, 21 set. 2004.

Há momentos em que o Brasil deixa claro querer transformar estes ditames que já orientam as relações internacionais atuais ao se atentar para as novas necessidades do cenário global, avaliando aquilo que se defende como “novos paradigmas”. No caso das missões de paz, especificamente, o país é adepto a enfatizar os objetivos de cooperação – ampliando o setor de desenvolvimento econômico e social dentro do sistema de segurança coletiva –, evidenciando, nesse sentido, os esforços das autoridades brasileiras em ressignificar este tipo de operação, antes calcada principalmente no uso da força, conforme regulamentado pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas (HIRST, 2008). Outro motivo que se insere nesse interesse de reformular o regimento entre os atores internacionais e transnacionais está a clara bandeira levantada pelo Brasil em reformar o Conselho de Segurança da ONU. Sutilmente este aspecto é visto na fala a seguir do presidente Lula:

Ao refletirmos sobre a ação externa do Brasil, não poderia deixar de me referir aos desafios que se colocam no plano da paz e da segurança. [...] Temos liderado o esforço das Nações Unidas no Haiti, na esperança de que possamos criar um novo paradigma para as operações de paz. [...] Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática.⁹⁶

Pois o que o Brasil defende é a reconfiguração do grupo de países que detêm o poder de tomada de decisão sobre as intervenções, missões e outros tantos temas de defesa e segurança no mundo, isto é, o CSNU. E que o Conselho deve ser ampliado para além das cinco potências envolvidas, incluindo aí representação latino-americana e africana. E essa alteração de cunho institucional visa aumentar o número de 15 membros (já considerando os 10 países rotativos) para 24 (MELLO, 2005). E, claro, o Brasil se confirma como um forte candidato para a América Latina, já que

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos. Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos. [...] Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de

⁹⁶ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”. Paris, França, 13 jul. 2005.

hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.⁹⁷

Interessante que, embora discorde da maneira como tem se estruturado a ONU e o seu CSNU, o Brasil é cauteloso em se apoiar sempre na legitimidade onusiana que lhe é conferida devido à participação em uma missão de paz desse mesmo organismo. E assim, é uma maneira de o Brasil se alinhar positivamente com a importante instância do CSNU, conforme foi aconselhado pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon, numa entrevista concedida ao jornal. Ele também parabenizou a gestão brasileira na MINUSTAH dizendo:

Sou muito grato quanto ao papel do Brasil na Minustah. Quando visitei o Haiti, vi junto à população um sentimento muito positivo. Andei pela Cité Soleil, o que não seria possível há sete meses. Os brasileiros prenderam todas as gangues, a segurança foi restaurada, e as pessoas puderam voltar às suas atividades econômicas e sociais. Isso é uma mudança completa, liderada pela Minustah.⁹⁸

Ainda que a ONU não acompanhe as mudanças do cenário externo que ocorreram desde a sua criação, como as novas ameaças – terrorismo e colapso de alguns Estados por causa de problemas derivados da pobreza, doenças e guerras civis –, o Brasil repensa, colocando-se no lugar dela, em novas soluções, mas respeitando a ONU enquanto organização máxima que administra legitimamente estes problemas que emergem de cunho global. A partir daí percebe-se que se trata de uma justificativa da intervenção brasileira em nome da lei, onde se aciona jurisdições legais que respaldem atos de violência, como o caso da carta da ONU e as suas prescrições sobre intervenções militares em nome da segurança coletiva. Logo, se houver problemas, é preciso mudar a lei, e não a atitude que se embasou por ações legais (CHARAUDEAU, 2006a).

Este acionamento ficou evidente quando o representante militar brasileiro justificou a troca de tiros com gangues que desestabilizavam a conturbada região de Bois Neuf, no Haiti, como uma forma de se resguardar de atuações errôneas, dizendo que este tipo de ação é previsto pela ONU para garantir a segurança da população (39a). Outro caso em que o Brasil reconhece a sua força militar como um meio que faz parte da missão, mas que não se resume a isso, é visto abaixo:

⁹⁷ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Nova York, EUA, 21 set. 2004.

⁹⁸ DÁVILA, Sérgio. Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 nov. 2007. Caderno Brasil.

Em visita ao Haiti na última quinta-feira, o subsecretário de Estado dos EUA para a América Latina, Roger Noriega, exortou a missão liderada pelo Brasil a ser mais "pró-ativa" no combate às gangues, mas negou especulações de que Washington poderia enviar militares para reforçar a segurança do país. [...] O especialista em relações internacionais Ricardo Seitenfus, que no ano passado foi enviado ao Haiti pelo Itamaraty para acompanhar as negociações políticas, defende o trabalho brasileiro. Segundo ele, "evitamos o pior, que seria uma guerra civil". "O nosso modelo é de diálogo, com baixo índice de intervenção militar, de associar a presença militar à tentativa de resolver as questões socioeconômicas e o diálogo político", afirma.⁹⁹

E isto está dentro do que se entende por nova adequação do cenário global, pois significa incluir também os problemas endógenos de um país como implicados a todos, dentro de uma responsabilidade coletiva que extravase fisicamente aquele país. Assim se propõe a substituição do termo não-intervenção para o de responsabilidade de proteger:

Quando as populações sofrem por causa de guerras internas, repressão, ou falência do Estado, e o Estado em questão não pode ou não quer agir para diminuir tal sofrimento, o princípio da não-intervenção deve ser substituído pelo princípio da responsabilidade de proteger. Em caso de conflito ou uso da força, isto implica um compromisso internacional real para com a reconstrução e consolidação da paz (MELLO, 2005, p. 22).

Por outro lado, há implicações que são ligadas a esta substituição, como problemas da ordem de imposição de concepções claramente ocidentais, como governança democrática e direitos humanos; assim como considerações estratégicas podem vir a determinar a interferência em outro país, ou só acontecer mediante consonância aos interesses vitais dos Estados interventores. Entretanto, nas palavras de Amorim, o que justifica o interesse brasileiro é outro, mais da ordem da proximidade histórica, geográfica. Isto é o que nos impinge para uma responsabilidade maior com o país irmão:

O destino do Haiti é inseparável do destino dos seus vizinhos. O isolamento regional do Haiti não interessa a ninguém. [...] Gostaria de dizer que a terrível crise pela qual passou o Haiti em 2004 nos aproximou e ensinou muitas lições sobre o nosso próprio passado e presente. Levou os países latino-americanos a cooperarem de maneira mais estreita em prol da segurança regional. Cabe aos haitianos a responsabilidade de reinventar o seu futuro. A comunidade

⁹⁹ MAISONNAVE, Fabiano. Apesar da ONU, Haiti vira "terra de ninguém". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2005. Caderno Mundo.

internacional não pode substituí-los nessa tarefa, mas seria irresponsável da nossa parte não lhes oferecer toda a assistência possível. Os povos da América têm, todos, uma grande dívida histórica com o Haiti. O mundo tem o dever de ajudar os haitianos a recuperar o controle da sua própria segurança e do seu futuro. Estamos diante de um difícil desafio, mas, se tivermos sucesso, teremos contribuído não somente para a redenção econômica de um país irmão, mas também para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.¹⁰⁰

O discurso brasileiro referente a esta categoria sustenta-se na legitimidade que a ONU detém no cenário internacional. A cultura seja ela presente em afinidades históricas e geográficas, ou mesmo afinidades partidárias da esquerda latino-americana funcionam como um balizador para que o Brasil tenha credibilidade em sua atuação no país caribenho. É na cultura como um recurso que se mostra a credibilidade do Brasil, enquanto é na nomeação do Brasil pela ONU que se sustenta a legitimidade da operação. A legitimidade e a credibilidade neste caso estão indissociadas, numa relação em que uma justifica a outra. Quando Charaudeau (2006a) diz que “o posicionamento de cada país no tabuleiro político mundial, as relações de força que existem entre os valores defendidos por seus representantes intervêm de maneira evidente no julgamento de credibilidade” (p. 137) é o mesmo que entender o posicionamento de valores e crenças que o Brasil assume na política como um fator determinante para aumentar a sua credibilidade, e por isso mesmo, ter sido escolhido para o comando. Em outras palavras, o aceite brasileiro em comandar a missão onusiana agrega um valor maior do que simplesmente reconstruir um país irmão. O envolvimento numa operação como essa, para um país que busca cada vez mais emergir no cenário regional e se firmar no contexto internacional, significa uma importante maneira de se projetar e buscar reconhecimento. Logo, contribuir para o hemisfério, como diz Rumsfeld, na função de secretário da defesa dos EUA, em matéria ao jornal, já revela a significância que o papel adquirido pelo Brasil já tem no cenário externo, de extensão ao povo brasileiro:

"Gostaria de mencionar particularmente o papel de liderança do Brasil no Haiti, coordenando o apoio ao país na ONU. O Brasil tem dado uma contribuição bem-vinda à estabilidade no nosso hemisfério, e isso é, certamente, um crédito para o povo brasileiro."¹⁰¹

¹⁰⁰ Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti. Nova York, 12 jan. 2005.

¹⁰¹ SCOLESE, Eduardo. Rumsfeld se diz preocupado com Venezuela. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 mar. 2005. Caderno Mundo.

E certamente este papel está implicado dentre os interesses de nosso país em comandar a força de paz. Pois, não basta na missão em voga apenas o direito legítimo de uso da força de paz. Para uma real construção do Haiti é preciso também que o Brasil mostre que detém outros trunfos, que não apenas condições militares, mas fundamentalmente a capacidade de transformar a realidade econômica, social e estrutural daquele país. Envolvendo para tanto questões culturais, que, embora apresentadas de fundo são tidas como determinantes para o reconhecimento de o Brasil ser capaz de intervir positivamente naquele país, compondo o que seria a credibilidade brasileira, já que, como compreende Amorim:

Os ingredientes mais importantes para a paz no Haiti são a esperança, a confiança e a legitimidade. [...] Gestos simples da comunidade internacional podem, ademais, constituir incentivos importantes à normalização da vida no Haiti. O Jogo da Paz, realizado no último mês de agosto, entre as seleções do Brasil e do Haiti, por exemplo, ajudou os haitianos a retomar a esperança, ao ver que era real a atenção e a boa vontade dos países da região. [...] Sob as instruções do Presidente Lula, fizemos tudo o que se encontrava ao nosso alcance. No último dia 20 de dezembro, assinei no Haiti três acordos de cooperação.¹⁰²

Esta fala traz o jogo da paz como um gesto da comunidade internacional ativar a confiança dos haitianos e demonstrar a solidariedade. Apesar de atos como esse, as críticas são bem evidentes, sobretudo nos textos jornalísticos, a exemplo deste:

A diplomacia brasileira, dita "ativa e altiva", vem intensificando suas ações e trabalhando em ritmo acelerado. [...] Como documentamos no recente relatório "Mantendo a Paz no Haiti?", baseado em nossas visitas ao Haiti ao longo dos últimos meses, a atuação da ONU naquele país, para a qual o Brasil contribui decisivamente, é lamentável. [...] Apesar de receber relatórios e mais denúncias sobre os problemas no Haiti, o governo brasileiro mostra uma reação que tem sido nula em termos práticos.¹⁰³

Porém, a credibilidade em atuar na missão ainda permanece nas mãos de países latino-americanos, os quais são responsabilizados como capazes de reverter o colapso haitiano:

Milhares de cidadãos do país continuam a cruzar clandestinamente a fronteira com a vizinha República Dominicana. Atraídos até o início

¹⁰² Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti. Nova York, 12 jan. 2005.

¹⁰³ GAIO, Carlos Eduardo; CAVALLARO, James Louis. Conselho de Segurança a qualquer custo? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 maio 2005. Seção Opinião.

dos anos 1980 pelas praias, pela pintura naïf e pelo vodu, os turistas desertaram o Haiti [...]. Depois de sofrerem inúmeras frustrações em seu relacionamento com a França e os Estados Unidos, os haitianos esperam forte cooperação dos países latino-americanos.¹⁰⁴

É importante perceber que essa nova representação brasileira é resultado da remodelagem que o próprio cenário propiciou no nosso país, pois se antes o Brasil era conhecido como neutro e não envolvido diretamente em ingerência externa, o novo contexto fez o país se render a outro papel, papel este que, em associação com a ONU ganha uma amplitude de influência (AGUILAR, 2008; SOUZA, ZACCARON, 2006). Porém, suas características de solidário, bom relacionamento e confiante foram mantidas e servem como uma escada para galgar, dentre outros resultados, o patamar de efetiva potência regional.

E nesse sentido, o discurso brasileiro se enreda para uma linha de reforço de uma cultura mais afeita a processos de paz, coordenada com a emersão da centralidade da paz no panorama geral, assim como do sentimento solidário que é capaz de mover as suas ações internacionais, amenizando relações de interesses outros.

4.1.4 Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária

Esta categoria diz respeito a uma nova maneira de conduzir uma missão de paz inaugurada pelo Brasil, calcada principalmente em seu viés não-violento e voltado para a construção da paz em amplo sentido, intitulada de “cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária”. Isto advém de uma cultura brasileira de não-violência, de respeito à cultura política local, em que o desenvolvimento da região está relacionado mais ao que o próprio Haiti pode sustentar, do que propriamente a um modelo trazido pelo Brasil em nome da ONU, trata-se do chamado desenvolvimento sustentado (RIBEIRO, 2000).

Difere-se da categoria anterior principalmente por avançar na ênfase de que a colaboração brasileira na MINUSTAH pode alterar a maneira de gerir uma missão de paz, privilegiando o diálogo, a paz e a solidariedade. Segundo Charaudeau (2006a) sobre os discursos políticos que tematizam a solidariedade de um modo geral: “De fato, os discursos fazem a noção de solidariedade deslocar-se de um ‘direito de intervenção’

¹⁰⁴ CAROIT, Jean-Michel. Haiti: rude transição para a democracia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 fev. 2006. Caderno Mundo.

para um ‘dever de intervenção’ em virtude de uma causa humanitária” (p. 237). E nesse caso, não se trata de uma escolha, mas de uma obrigação; uma responsabilidade que deve guiar as ações do Brasil perante as atrocidades e mazelas que foram e são enfrentadas pelo povo haitiano. Como diz Amorim:

A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva. Temos sustentado - em nossa região e fora dela - que o princípio da não-intervenção em assuntos internos dos Estados deve ser acompanhado pela idéia da “não-indiferença”. [...] A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti.¹⁰⁵

O discurso do Presidente Lula na cúpula das Nações Unidas demonstra melhor como esta idéia da não-indiferença funciona dentro da missão:

No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos. [...] No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não pôde evitar. A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional. Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições. Estamos estimulando o diálogo e apoiando a reconstrução institucional e econômica.¹⁰⁶

Nesta categoria, resgata-se o discurso de reforma da ONU e as concentradas atividades do CSNU, já que este não conseguiria atender às necessidades que outrora já foi negligenciada por falhas da estrutura e domínio da ONU, pois, como diz o proferimento “Desta vez, paralelamente aos esforços para assegurar um ambiente mais seguro, temos que pôr em marcha um programa sustentável para ajudar a sociedade do Haiti nas esferas política, social e econômica”¹⁰⁷. E por esse modo o Brasil avalia a ONU como um órgão que merece uma reformulação brusca, onde a solidariedade, vivência e compartilhamento de experiências dentre os países da América Latina podem provocar uma inflexão determinante no que se considera uma missão de paz da ONU. No mesmo proferimento ainda é dito que:

¹⁰⁵ Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 set. 2005.

¹⁰⁶ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nova York, 14 set. 2005.

¹⁰⁷ Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim, em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cívicos da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz. Nova York, 22 set. 2004.

De acordo com as práticas prevalecentes, uma vez que os membros do Conselho de Segurança considerem que um ponto da agenda não mais representa uma ameaça à paz, a situação é colocada em um limbo, sem um acompanhamento intergovernamental dos processos de reconciliação e reconstrução. Esta lacuna em nossos métodos pode fazer com que recomece o conflito, como demonstra o trágico exemplo do Haiti.¹⁰⁸

A reforma é muito fortalecida nos proferimentos, com sutil apelo a um novo debate das questões internacionais da atualidade, com ênfase apenas em melhorar a agilidade e a produtividade, sem criticar a ONU diretamente¹⁰⁹. É mais da ordem de ajudar o país irmão do que seguir uma rígida orientação e responsabilidade coletiva dentro de uma organização internacional. Segundo Charaudeau (2006a) existe um discurso que emergiu com a nova onda da globalização, onde

“tudo é possível”, que recusa o autoritarismo, reivindica sua autonomia e sente compaixão humanitária mais em virtude do espírito de fraternidade do que pela solidariedade coletiva, portanto, uma identidade que sofre de paternalismo, o que explica as reações populistas (p. 312)

Adequando para esta categoria, reflete-se sobre a diferença entre solidariedade coletiva, tão trazida nos proferimentos, e o espírito de fraternidade, dito acima. Pois o fato de se referir ao Haiti como um “povo irmão” diz de sua relação próxima com a América Latina, que pode se referir a certo paternalismo mais do que solidariedade, por essa perspectiva apontada por Charaudeau (2006a). Porém, esta distinção não é tão evidente no caso dos textos jornalísticos e dos proferimentos, representando na realidade a mesma forma de se relacionar com a intervenção.

É esclarecedor que, independente de ser solidariedade ou fraternidade, isto funciona como recurso para empreender a missão. Nessa linha diz Charaudeau (2006a):

Seria preciso, assim, lembrar à instância cidadã de que o exercício do poder implica relações de força, que se trata de modificar o pensamento e a ação de uns, de sancionar o comportamento desviante de outros ou fazer aderir o maior número possível de indivíduos aos valores dominantes do momento, empregando formas de coerção diversas (p. 316).

Isso diz da forma como os políticos tentam fazer entender uma participação dessa envergadura no Haiti, a fim de cumprir um modelo de Estado e de paz condizente

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Nova York, 17 set. 2005.

com os ditames do cenário internacional. O discurso apóia-se na defesa da legitimidade de uma causa moral, qual seja, a solidariedade e a paz. E evidenciando a capacidade de conciliar afinidades e diferenças, o Brasil, segundo o proferimento do presidente Lula acentua:

É uma rica experiência política e cultural, em que convivem a latinidade com os valores e culturas de nossas populações pré-colombianas e dos afro-descendentes. [...] O debate ibero-americano, no entanto, pode e deve ser mais ambicioso. Nossa diversidade nos permite uma visão mais abrangente e, sobretudo, mais solidária, da complexa relação entre pobreza, desesperança e violência. [...] A atuação conjunta de vários de nossos países no Haiti é emblemática do que podemos realizar. Deve e pode tornar-se paradigma de um novo modelo de resolução de conflitos e de apoio a países em grave crise econômica e social. Sem truculência ou hegemonismos, queremos contribuir para a paz e a reconstrução econômica e social do Haiti.¹¹⁰

Com maior sensibilidade e experiência, o Brasil e outros países da região são capazes de adicionar o componente “solidariedade” para auxiliar o Haiti a conquistar paz, democracia e desenvolvimento (HIRST, 2008). E é solidarizando que se nota a possibilidade de reconhecer problemas e prestar ajuda para além daquela prescrita militarmente, pois como diz Lula sobre os jogadores brasileiros quando chegaram para o jogo da paz: Eles “não são bons apenas para ‘jogar’ e assinar ‘bons contratos’, mas também no momento de fazer um ‘gesto de solidariedade’”¹¹¹.

E por causa das características, enfrentamentos e complexidades da América Latina, os países participantes da missão são capazes de se compadecerem daquilo que ocorre com o Haiti, conforme se centraliza o enfoque dos textos jornalísticos nesta categoria. Em uma matéria o então comandante militar, General Heleno, invocando sentimentos humanitários ao descrever a precariedade, o desespero e a resignação pela qual passa a população haitiana após a inundação que matou cerca de 500 pessoas, inseriu esse fato dentro de uma comparação brasileira para que assim possamos entender a gravidade do que ocorre lá: “‘É uma tristeza enorme ver as águas arrastarem o pouquinho que essas pessoas tinham’, disse o brasileiro. ‘Não há bairro tão pobre no Rio de Janeiro como os que existem por aqui. Os brasileiros não têm idéia de como é o

¹¹⁰ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”. Salamanca, Espanha, 15 out. 2005.

¹¹¹ SCOLESE, Eduardo; Rangel, Sérgio. Presidente visita time antes do jogo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18, ago. 2004. Caderno Brasil.

Haiti”¹¹². Na fala do chanceler Celso Amorim, presente em outra matéria do jornal, ele afirma que:

Não é possível resolver os problemas de segurança do Haiti isoladamente da situação política, humanitária, social e econômica. Ao estilo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Amorim usou uma metáfora para dizer por que países em desenvolvimento, na sua visão, são mais solidários. "Você vai no interior do Brasil e vê gente pobre adotando crianças enquanto as classes média e rica são mais hesitantes." ¹¹³

A solidariedade é construída sob uma relação recíproca entre atos e declarações, pois, como Charaudeau (2006a) distingue “A solidariedade não é compaixão. A primeira se quer igualitária e recíproca; a segunda caracteriza-se por um movimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto, emocionado pelo sofrimento alheio” (p. 163). Porém, no material levantado por esta categoria, estas duas palavras se fundem, fazendo com que uma seja composta pela outra: Há uma relação igualitária de respeito e uma troca assimétrica entre aquele que não sofre para o que sofre.

A solidariedade divulgada por um político perante algum acontecimento é extensiva e compartilhada pela população, já que aquele representa esta. E no caso da solidariedade compartilhada entre países, mostra ser preciso também desencadear um movimento identitário, como afirma Charaudeau (2006a). E assim a solidariedade está na responsabilidade que diz respeito ao compartilhamento de idéias e valores no interior do Brasil e nas bases compartilhadas e discursivizadas pelo próprio governo, prescrevendo uma coerência nesse sentido. Tal como se segue na passagem da voz do presidente Lula sobre a relação entre o Brasil e o Haiti:

Nossa proximidade não é medida apenas em valores e aspirações. Nessa jornada, estou seguro de que saberemos utilizar, a nosso favor, as maiores virtudes que possuímos: a riqueza inesgotável de nossa gente e a certeza de que compartilhamos uma história e um destino comuns. ¹¹⁴

A solidariedade calca-se num esforço de compreender a realidade que a desperta, buscando alternativas e soluções no modo de olhar o problema enfrentado pelo

¹¹² MAISONNAVE, Fabiano. "Existe muita resignação e pouco desespero". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 set. 2004. Caderno Mundo.

¹¹³ KRAKOVICS, Fernanda. Para Celso Amorim, nações ricas têm concepção diferente do Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 2004. Caderno Mundo.

¹¹⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”. Salamanca, Espanha, 15 out. 2005.

outro. Isto demonstra certa consideração, atenção aos problemas e ao sofrimento, considerando as necessidades pelas quais passa o Haiti.

Neste imaginário de solidariedade invoca-se a consciência coletiva, tentando conciliar o particular e o universal do imaginário de soberania. É a cultura brasileira como uma forma solidária de dinamizar a missão, com projetos sociais, simpatia de jogadores, desprendimento de interesses para a ajuda do país irmão. Este sentimento de solidariedade é compartilhado por todos: jogadores de futebol, dirigentes políticos, comandante militar da missão. E então, em linhas gerais, aquilo que movimenta a solidariedade é a humanidade enquanto identidade comum, capaz de se ajudar reciprocamente (CHARAUDEAU, 2006a).

4.1.5 Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana

Esta última categoria levantada em análise expressa a maneira como a conquista da legitimidade do povo e de dirigentes haitianos tem influência no modo como a missão é trazida enquanto benéfica e bem recebida nos discursos. Os proferimentos políticos e os textos jornalísticos importam-se em mostrar aspectos de aceitação, de um direito de intervir e da boa recepção do Haiti perante o desempenho das tropas militares coordenadas pelo Brasil. Nem sempre essa recepção é positiva, entretanto, é possível ver nestas relações diretas com o próprio país alvo da missão a importância que tem inclusive para a aceitação e entendimento da opinião pública brasileira esta vinculação e justificativa no Haiti.

Tal como as outras categorias, esta se segue também orientada pela cultura como um recurso que justifica e fornece conteúdo simbólico para se compreender a missão perante o Haiti. Está implicada nesta categoria a importância de se conhecer a cultura local para se estabelecer uma intervenção positiva e transformadora, caso contrário, seria o mesmo que se vincular à opacidade deparada quando se intervém em uma região desconhecida ou desprovida de vínculos com o país que assume o posto de reconstrução.

É comum encontrar nos textos jornalísticos a referência às tropas da missão como “tropas brasileiras” ao invés de “tropas da ONU”, o que reforça uma nítida identificação com os brasileiros, demonstrando que estes têm outro peso e outro atributo para a

população. É o caso trazido na notícia¹¹⁵ em que se diz que todos haitianos reconhecem a diferença entre a marinha americana da brasileira, por que no passado os EUA teriam usado alto calibre junto à população quando não havia necessidade de tanto armamento, inclusive com a exemplificação de uma freira, diretora de uma escola haitiana, a qual explica que somente por causa dos “brasileiros” a escola pôde permanecer aberta com segurança.

Outra comparação, que também coloca em posição mais pacífica o Brasil e, por isso, melhor visto pela população haitiana, é entre os brasileiros e os jordanianos. Estes são taxados pelo excesso de violência empregado durante a atuação militar:

Enquanto os militares jordanianos sofrem para controlar a favela de Cité Soleil, os capacetes azuis brasileiros têm recebido elogios no Haiti pelo trabalho realizado em Bel Air, até há pouco considerada uma das zonas proibidas de Porto Príncipe. Localizada num morro perto do centro da cidade, a favela deixou de ser evitada pelos motoristas de outras partes da cidade, que hoje cruzam sem receio suas ruas antes interditas por carcaças de automóveis.¹¹⁶

Assim que assumiram a coordenação da região de Cité Soleil, as tropas brasileiras promoveram o asfaltamento numa importante rua: “Aparentemente modesta, a obra tem um grande valor simbólico: a via fica no coração de Cité Soleil, a maior e mais violenta favela da capital”¹¹⁷. No trecho seguinte da mesma matéria lê-se que:

Seguindo a linha “conquistar corações e mentes haitianos”, as tropas brasileiras se preparam para dois outros projetos de repercussão social na favela. Vão iluminar a praça central e recuperar a principal escola da favela, atualmente fechada. [...] Querem evitar o acirramento das relações com a população, como ocorreu com as tropas jordanianas, que atuavam ali antes dos brasileiros.¹¹⁸

Isto reforça a conquista da receptividade do povo haitiano por parte dos soldados brasileiros, facilitando a atuação do Brasil como frente da operação de paz no referido país. A realização de obras como a praça e a escola, sublinhado pela própria matéria, trará, sem dúvida, repercussão social positiva, amenizando o estranhamento que uma

¹¹⁵ MAISONNAVE, Fabiano. Um ano depois, Haiti amarga incertezas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2005. Caderno Mundo.

¹¹⁶ Trabalho de brasileiros é elogiado em Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 fev. 2006. Caderno Mundo.

¹¹⁷ MICHAEL, Andréa. Brasileiros tentam pacificar a maior favela de Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2006. Caderno Mundo.

¹¹⁸ *Ibidem*.

ação militar provoca em meio a uma vida cotidiana da sociedade haitiana. O teórico Aguilar (2008) explica essas benfeitorias destinadas à população local:

É interessante destacar que essa atuação junto às comunidades carentes tem sido comum na atuação de tropas brasileiras nas diversas operações de paz é também uma aplicação da experiência que as Forças Armadas adquiriram ao longo de sua própria história por conta das hoje denominadas Ações Cívico-Sociais (ACISOs) e que são executadas por todas as unidades militares, em qualquer região do Brasil em que se encontrem, nas mais diversas áreas como saúde, educação, cultura, etc., mas sempre voltadas ao apoio às comunidades carentes. A utilização dessas ações durante a manutenção de paz, não almeja substituir as agências que têm essas missões específicas, mas usá-las para a conquista do apoio popular, fundamental para o sucesso de qualquer operação desse tipo (p. 5).

Nesse sentido, a relação da população com as tropas haitianas atingiu tal proximidade que, conforme outra matéria do jornal revela:

"O Brasil já faz parte de Cité Soleil e Cité Soleil faz parte do Brasil. A segurança lá está associada à confiança que a população tem no soldado brasileiro. Quando eu for tirar o Brasil, vai ter de se bem planejado." A frase é do comandante da missão de paz da ONU no Haiti (Minustah), o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, que diz acreditar ser esta a explicação para o sucesso na pacificação da favela mais pobre e violenta do Haiti.¹¹⁹

Porém, embora bastante elogiada a atuação das tropas militares em outros âmbitos que não o puramente militar, há uma posição contrária a este desempenho, justificando que não cabe aos militares um envolvimento dessa magnitude com a missão e com a população local:

"O trabalho feito em Bel Air é um modelo que seria muito interessante para Cité Soleil e também para o Brasil, embora não precise ser feito necessariamente pelos militares", disse à Folha o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que está no Haiti e tem sido crítico da participação brasileira na missão de paz da ONU. "A brigada fez trabalhos concretos que o Estado não supre, como pavimentação, assistência médica, ainda que precária, e a coleta do lixo." "Na época, havia uma situação muito caótica por causa do movimento das gangues. Com os brasileiros, a situação melhorou completamente", afirmou um técnico em informática desempregado de 30 anos, que preferiu o anonimato.¹²⁰

¹¹⁹ STOCHERO, Tahiane. Comandante brasileiro no Haiti vê favela mais segura. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 mar. 2008. Caderno Mundo.

¹²⁰ Trabalho de brasileiros é elogiado em Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 fev. 2006. Caderno Mundo.

Esta crítica do deputado Gabeira é compartilhada por outras matérias que evidenciam a dedicação das tropas brasileiras para fins sociais que escamoteiam outros interesses políticos, como na matéria seguinte:

Os militares brasileiros no Haiti vêm sendo usados em diversas ações não previstas no mandato da Minustah, definido pelo Conselho de Segurança da ONU, na resolução 1.542, de abril de 2004. Para ganhar a confiança dos haitianos e dar status internacional ao Brasil, as tropas erguem escolas, pavimentam ruas, distribuem alimentos e até jogam futebol. [...] Em fevereiro, o batalhão brasileiro disputou uma partida de futebol com a comunidade de Bel Air -venceu por 3x2. Um dia depois, o contingente foi ao bairro de Citè Soleil e lá montou oficinas de pintura e confecção de pipas para crianças. Pesquisa realizada pela Folha sobre as ações desenvolvidas no Haiti revela que, de 235 atividades relatadas pelo batalhão brasileiro em 2007, apenas 15% tiveram cunho militar. Cerca de 55% foram ações cívico-sociais, e 40% envolveram atos oficiais e celebrações. Além dessas atividades, classificadas como "cívico-sociais", o batalhão brasileiro celebra feriados, presta homenagens e garante a segurança de autoridades estrangeiras.¹²¹

Neste contexto da categoria, de as tropas serem bem quistas pela população e pelos dirigentes haitianos, há notícias que abordam uma discussão trazida na relação entre a diplomacia brasileira e suas tropas da missão de um lado, e o presidente eleito, Rene Préval, de outro lado. Observa-se boa recepção das tropas brasileiras por Préval, lembrando que é um presidente eleito sob respaldo da MINUSTAH. Em notícia ele diz:

"Definitivamente, com a presença brasileira em Cité Soleil, há mais capacidade de negociação e sobretudo de aceitação, mas não se deve desperdiçar esse capital político deixando passar o tempo. São necessárias medidas concretas rumo ao desarmamento e ao ataque às raízes da violência".¹²²

Há que se trazer aqui também a discussão sobre imaginário sociodiscursivo de Charaudeau (2006a). Pois há um compartilhamento de arquétipos referentes ao homem brasileiro, precisamente os soldados, que são os que têm contato direto com a população haitiana. Eles são atenciosos, amigáveis e se aproximam da população local:

Segundo o embaixador brasileiro no Haiti, Paulo Cordeiro, de um modo geral as tropas nacionais têm uma boa receptividade. "Mas ainda assim a presença do Brasil é uma intromissão. Os haitianos entendem a necessidade de nossa presença, mas vivem o dilema de um

¹²¹ SEQUEIRA, Cláudio Dantas. Atividades não militares ocupam tropa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 2008. Caderno Brasil.

¹²² MAISONNAVE, Fabiano. Violência reacende em Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 2006. Caderno Mundo.

país que conquistou sua independência, mas não conseguiu exercer sua soberania", diz.¹²³

Na maioria das vozes trazidas dentro da matéria do jornal oriundas da população local há elogios do desempenho das tropas brasileiras na MINUSTAH: “Para o jornalista haitiano Daniel St. Helaine, da Rádio Tropical, da capital, a população está "contente" com a presença da Minustah, pois reduz o crime nos locais que controla. A maioria dos sorrisos para os brasileiros era de crianças e mulheres”¹²⁴.

Roberto Abdenur apela para o fato de que a MINUSTAH buscou e busca o apoio da população haitiana, ao mesmo tempo em que relaciona o desempenho brasileiro para novas articulações em forças de paz:

No que a mim dizia respeito, fui certa feita interpelado por altos funcionários norte-americanos que instavam as forças brasileiras a serem mais agressivas. Dei-lhes a resposta que daria qualquer brasileiro: não temos a tradição guerreira dos EUA. Preferimos prudência e comedimento, recorrendo à força apenas em última instância. A prioridade era a conquista da simpatia da população. [...] A Minustah foi profícua iniciativa também por seu caráter predominantemente sul-americano. A nós juntaram-se Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Essa inédita experiência pode servir para avanços na articulação das forças da região para futuras operações de paz, objetivo que, suponho, recaia sob a égide de iniciativas como o Conselho de Defesa Regional e a Unasul (União das Nações Sul-Americanas). [...] Os gastos com a Minustah até agora foram investimento frutífero a serviço de nossos interesses e responsabilidades no plano internacional.¹²⁵

Ainda que esta categoria se utilize de algumas falas de dirigentes oficiais, não há nenhum proferimento enquadrado nesta categoria, pois o mais importante nos discursos políticos é mostrar que o Brasil tem o apoio da população haitiana, mas como um apêndice para satisfazer melhor outra categoria. É como se identifica em determinados proferimentos a presença de traços e momentos em que isto fica evidente, como no discurso abaixo de Amorim dirigido ao Senado:

Há também um projeto saído da nossa área cultural; tivemos que operar com certa largueza, mas esperemos que seja compreendido pelos órgãos que controlam a contabilidade, como divulgação cultural

¹²³ MICHAEL, Andréa. Brasileiros tentam pacificar a maior favela de Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2006. Caderno Mundo.

¹²⁴ População elogia força, mas pede fim da miséria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 mar. 2007. Caderno Mundo.

¹²⁵ ABDENUR, Roberto. É hora de o Brasil encerrar a missão no Haiti? SIM. Novos desafios para as Forças Armadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 2008. Seção Opinião.

– era onde tínhamos recursos. Estamos fazendo material escolar, cadernos e lápis para serem entregues à população pobre do Haiti, com o mapa do Brasil e o do Haiti, com as duas Bandeiras, de modo que é efetivamente uma divulgação cultural, mas, ao mesmo tempo, é algo extremamente útil não só para as populações e as crianças do Haiti, mas também para que a nossa tropa que está lá apareça não só com ações que possam ser vistas como de natureza repressiva, mas também como ação positiva, o que, aliás, a tropa tem feito já em vários outros setores também.¹²⁶

De acordo com a específica maneira de Bhabha (1998) trabalhar com o conceito da tradução cultural, diante desta categoria a MINUSTAH é considerada o fator construção da cultura brasileira dentro do Estado haitiano no contexto da missão. Naturalmente, há um forjamento desta relação identitária, estabelecendo e construindo conexões entre Brasil e Haiti, mas que não contradiz à própria “invenção da tradição” prevista pelo autor. Assim pode ser visto o aclamado futebol brasileiro em terras haitianas. Os jogadores são venerados, confundidos como próprios heróis nacionais:

Um caminhão com militares brasileiros da força de paz no Haiti fez ontem um rápido contato com a população. Foram bem recebidos, e a vitória da seleção por 3 a 1 sobre a Argentina, anteontem, foi comemorada, mas os haitianos aproveitaram para pedir emprego.[...]O casal tem quatro filhos. Como a maioria dos haitianos, ele torceu para o Brasil. "Adoro o Ronaldo."[...] "Sua presença aqui é necessária", disse Jean-Jacques Foresmy, outro que gostaria de ter emprego, reconhecendo que a missão de segurança é fundamental. Cada brasileiro recebeu dois livrinhos. Um deles aborda como se comportar com a população local; o outro traz frases para o dia-a-dia em várias línguas, notadamente o créole, a língua misto de francês com dialetos africanos.¹²⁷

Em outra matéria lê-se que:

O último jogo de futebol no principal estádio do Haiti foi pela paz; o próximo vai ser para arrecadar dinheiro para as vítimas de Gonaives.[...]Gerson ainda se lembra com emoção do jogo. "Havia gente que dizia que queria ver o jogo e morrer, de tanta felicidade."¹²⁸

Se há uma preocupação de se fazer compreender pelos locais é porque se pretende criar um clima de amizade, de compartilhamento e troca. Aprender o *créole* e

¹²⁶ Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Brasília, 02 dez. 2004.

¹²⁷ BONALUME NETO, Ricardo. Haitianos pedem emprego para soldados brasileiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 jun. 2004. Caderno Mundo.

¹²⁸ BONALUME NETO, Ricardo. Tropa da ONU usa gás para dispersar haitianos famintos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 set. 2004. Caderno Mundo.

conhecer um pouco do comportamento haitiano diz muito de como as tropas atuam junto à população local, dentro de uma relação de reconhecimento e respeito.

4.2 Análise dos enquadramentos: Qual o lugar da cultura?

As cinco categorias tratadas dentro de suas especificidades pelo item anterior serão trazidas nesse momento para se localizar qual a dimensão da cultura segundo os enquadramentos do material utilizado por esta pesquisa. Sabe-se que há diversas fontes para se fazer compreender e captar a missão de paz comandada pelo Brasil no Haiti: Jornalísticas, notas públicas e discursos oficiais governamentais, relatórios de ONGs, depoimentos de pesquisadores que estiveram no Haiti durante a missão etc. Como diz Charaudeau (2006a) os *media*, o campo político e a opinião pública realizam influências recíprocas no espaço público. Portanto, é a contribuição de todos esses campos, uns mais que outros, que ajudam a conformar a maneira como é encadeada a cultura no âmbito da MINUSTAH. Assim, baseando-se no recorte de um conjunto de acontecimentos discursivos, seus enquadramentos são tidos como fundamentais para se compor o entendimento sobre o lugar da cultura na referida missão. Sempre resguardando que esses enquadramentos são restritamente segundo o material recortado para esta dissertação.

Olhando para o material analisado – o jornal *Folha de S. Paulo* e os discursos oficiais governamentais, no período de quatro anos e dois meses –, torna-se mais visível e adequado identificar o enquadramento no contexto total destes, isto é, amplificado e não reduzido a um proferimento ou a uma matéria jornalística. E foi justamente objetivando essa visão do todo que se preferiu o recorte temporal alongado. No caso do jornal, por exemplo, a narrativa do todo que é construído permite que não se isole texto a texto, mas que se crie o desenho narrativo do mapa de leitura levantado durante a análise de conteúdo. É esse mapa que guia a construção de sentido e de enquadramento, através do entrelaçamento do conteúdo de textos jornalísticos, vozes, coberturas e opiniões.

Isto nos faz retomar o debate sobre os discursos, pois a construção dos enquadramentos pelos dois campos – jornal e proferimentos – é uma construção discursiva que pode ter descontinuidade e contradição dentro de um mesmo campo. Como entende Foucault (2008) “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (p. 52).

E se existem sistemas que limitam, restringem e constroem os discursos – tal como o meio jornalístico ou a instituição política pública – não significa que aqueles discursos que escapam e não se encaixam a essas restrições deixem de existir. Lembrando que por esses discursos estarem nessas posições contraditórias de coexistência, considerando até mesmo o caminhar da História, todo discurso é, por sua vez, histórico, capaz de estabelecer uma relação polêmica com um discurso anterior (FIORIN, 2004).

No caso do discurso político brasileiro é visto nitidamente com a MINUSTAH um momento de inflexão a respeito da gestão em temas de política externa e de defesa e segurança internacionais. O país que antes não se intrometia em questões diretas nas missões de paz, passa a gerir um comando militar de uma missão multilateral da ONU. Por isso, uma trama ou linha discursiva também é encontrada no conjunto dos proferimentos brasileiros, não destoando da construção da narrativa jornalística, o que demonstra que essa contradição não é diferente quando estendida aos 14 discursos compilados. E também neles há uma linha que engendra o todo, há uma coerência de argumentos e promessas, de atitudes e opiniões compartilhadas pelo governo em vigor. É através do discurso político que se dita a posição oficial brasileira sobre a missão; é onde se vê reiterada a maneira de agir e de pensar oficialmente sobre a MINUSTAH. As diretrizes, intenções e vinculações culturais estão em harmonia na fala do presidente Lula e do ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, ainda que possa ter bifurcações e ênfases distintas, conforme se vê no detalhamento do material através das categorias, exercício realizado anteriormente.

Foucault (2008) entende o discurso dentro das coerções que lhe são inerentes, como “as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que falam” (p. 37). Tais coerções são visíveis na análise dos proferimentos, principalmente quando se foca nos tais “sujeitos de fala”. Observando a autoridade política tem-se que ela representa uma figura pública perante a população, onde o ritual determina “para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (p. 39). Os políticos são investidos de cargos do governo em vigor, representando práticas que coadunam com a política pública preestabelecida. Claramente, o político ao elaborar um discurso pode divergir da linha do governo do qual faz parte, entretanto, via de regra, ele incorpora e traduz em prática discursiva aquilo que lhe é passado como conduta mais adequada de representação do governo. Os dois políticos analisados nesta pesquisa, por sua vez, respeitam a

orientação do governo para o qual representam. Pois, já que os discursos têm funções restritivas e coercitivas, como bem indica Foucault (2008), “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências e se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (p. 37).

Vê-se que os discursos são alinhados com as práticas políticas justamente porque um define o outro, isto é, discurso institui prática. Ocorre nos proferimentos, portanto, que os políticos ao direcionarem a intencionalidade de uma instituição “Não são as pessoas de carne e osso, mas as entidades humanas, cada qual sendo o lugar de uma intencionalidade, e categorizadas em função dos papéis que lhe são destinados” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 55). Conforme preconiza o autor, é na maneira de se apresentar os valores institucionais que os gestores passam a adquirir sentido no espaço político, acrescentando-se também no espaço público, pois é quando ele é dado a ver junto à argumentação que o circunda.

Fiorin (2004) relembra que “o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu” (p. 37) – referenciando Bakhtin (2002) no que tange a heterogeneidade da linguagem, isto é, o dialogismo. Fiorin (2004) faz a diferenciação entre a heterogeneidade constitutiva e a mostrada. Na constitutiva a presença de outros discursos é implícita, mais escamoteada, isto é, incorporada e disfarçada no interior do texto discursivo. Já na heterogeneidade mostrada o discurso é trazido de forma mais explícita, com presença de aspas ou discurso indireto. No jornal é visto as duas, seja nos editoriais, a constitutiva, seja nas matérias, com a mostrada. Já nos proferimentos a constitutiva é dominante, pois quando o discurso é escrito e proferido tem-se a particularidade de parecer ser original, autêntico, pertencente à representação governamental que o transmite. E ainda que o seja, o discurso político não transparece o retalho de discursos do qual é construído.

Por isso o discurso é um dizer e um dito, de modo que “O discurso é um objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico, o que significa que ele é uma estrutura lingüística gerada por um sistema de regras que define sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, que nem tudo é dizível” (FIORIN, 2004, p. 39). É tecido o discurso de acordo com aquilo que se pretende dizer e contradizer:

Um discurso remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual ele se constrói. O fato de o ponto de vista defendido num discurso constituir-se em oposição a outra perspectiva, de a maneira de ver um assunto gerar-se numa relação

polêmica com outra é que faz de um texto um objeto heterogêneo (FIORIN, 2004, p. 45).

Esta oposição explícita se observa, por exemplo, entre as falas de Celso Lafer e de Celso Amorim no que tange a política externa e o empenho na missão. Para o primeiro é um ônus com poucos frutos, para o segundo, representa uma inserção mais concreta no multilateralismo. Para além desse exemplo explícito, indiretamente também é identificável a oposição nas relações estabelecidas entre argumentos jornalísticos, com uso de relatórios e as falas de organizações sociais que criticam a atuação brasileira, e, de outro lado, explicações de defesa e de ênfase na importância do comando brasileiro por parte dos proferimentos, ou mesmo na voz do pesquisador Ricardo Seitenfus em artigos ou editoriais da *Folha de S. Paulo*.

Quanto à qualidade heterogênea do discurso, dita acima por Fiorin (2004), é possível fazer uma aproximação ao conceito dos enquadramentos e, em seguida, adentrar na análise do material pesquisado. Um dado discurso, seja o midiático, seja o proferimento político, pode ser composto por enquadramentos concorrentes que se equilibram no todo, ou que simplesmente revele a predominância de um enquadramento. Nesse caso o discurso é imbuído deste enquadramento dominante, prevalecendo certo posicionamento.

O discurso é sempre a arena em que lutam esses pontos de vista em oposição. Um deles pode ser dominante. Isso, no entanto, não elimina o fato de que concepções contrárias se articulam sobre um determinado assunto (FIORIN, 2004, p. 46).

O enquadramento predominante na narrativa observada pelos 48 textos jornalísticos é identificado na prevalência da categoria de número 5. Porém, muito próximo a ela tem-se a categoria de número 3, seguida da categoria de número 1. Conforme é visível no gráfico seguinte:

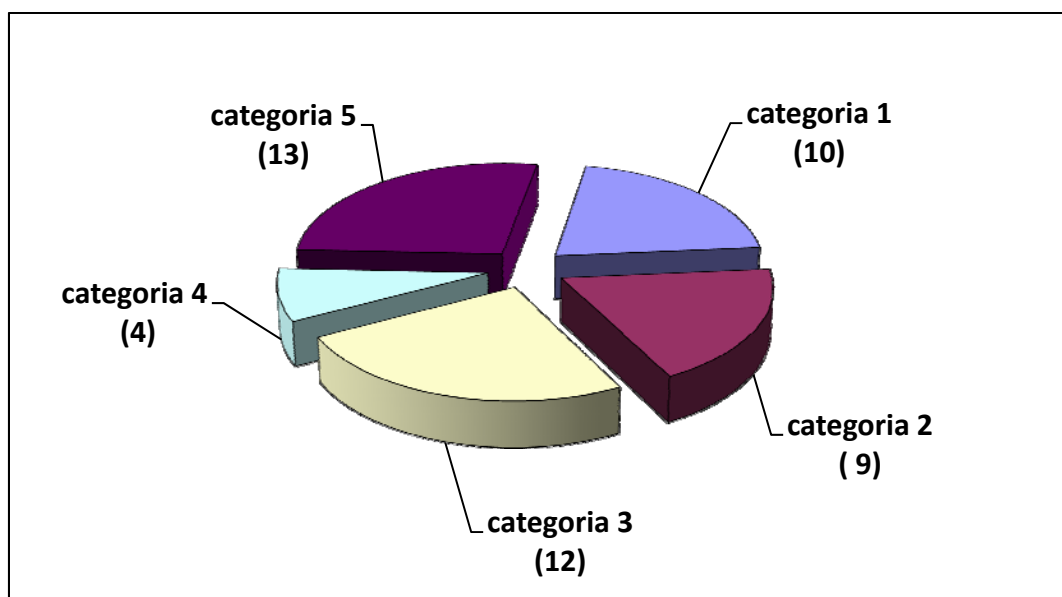


Gráfico1: Distribuição de categorias nos textos jornalísticos

Somando-se as três mais incidentes categorias agrupam-se 32 textos jornalísticos, o que denota um enquadramento prevaiente destas três categorias. Para a compreensão melhor de o porquê houve predominância de uma categoria em todos eles e a razão de outras terem se enfraquecido entrelaçasse com a análise dos três estágios da MINUSTAH. Isto traz o peso e o lugar da dimensão cultural no processo.

Arrematando isto é preciso adentrar nas especificidades trazidas em cada estágio da MINUSTAH segundo as cinco categorias e as suas predominâncias num dado estágio e não em outro. A tabela abaixo permite visualizar a incidência de dadas categorias nos textos jornalísticos, mostrando a predominância da categoria 3 no primeiro estágio, das categorias 2 e 5 no segundo, e da categoria 5 no terceiro:

Tabela 4: incidência de categorias nos textos jornalísticos

CATEGORIAS DE ANÁLISE	1.Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária	2.Cultura como recurso de legitimação no Brasil	3.Cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, altiva e adequada às novas orientações do cenário global	4.Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária	5.Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana
Estágio I	4	3	7	3	3
Estágio II	3	5	3	0	5
Estágio III	3	1	2	1	5

No caso do enquadramento geral dos proferimentos há equilíbrio entre as categorias, pendendo para as de número 3 e 4, excetuando a de número 5, que não apresenta nenhum proferimento que abarque inteiramente este enquadramento:

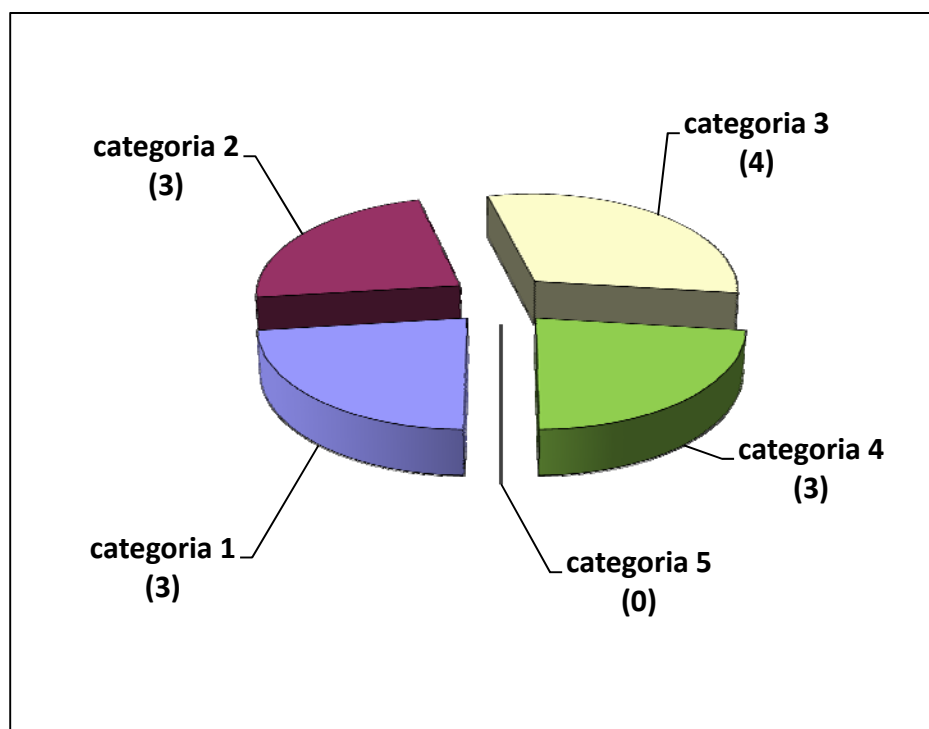


Gráfico 2: Distribuição de categorias nos proferimentos políticos

Já em relação a cada estágio, a tabela seguinte mostra que a quase totalidade dos proferimentos são apresentados no primeiro estágio. É nesse momento em que a construção discursiva dos proferimentos políticos confere o lugar da cultura enquanto um recurso fundamental ao modo de se fazer entender a missão no Haiti. Sem tal conformação as primeiras diretrizes brasileiras frente ao novo projeto dentro da política externa concentrariam as razões da MINUSTAH apenas em questões pragmáticas de corresponder a uma demanda internacional, que pouco ou nada poderia partilhar ou relacionar ao Brasil e à sua cultura. Por isso, todos os 14 discursos que tematizam a MINUSTAH fazem uso da cultura como um recurso. Mais adequado à análise da categoria de número 2, mas que se estende de alguma maneira às demais, tem-se que o sujeito político da instância pública que ele representa é legitimado pelo consentimento e de pleno acordo dos cidadãos, que inclusive são alvos do seu discurso. Ele só é soberano porque foi imbuído de poder para tal *status*, não sendo, portanto a entidade política em si, mas é porta-voz dos valores que constituem o poder dela.

Assim, segundo a tabela 5 há predominância da categoria 3 no primeiro estágio, da categoria 4 no segundo e da categoria 1 no terceiro, conforme segue:

Tabela 5: incidência de categorias nos proferimentos

CATEGORIAS DE ANÁLISE	1.Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária	2.Cultura como recurso de legitimação no Brasil	3.Cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, altiva e adequada às novas orientações do cenário global	4.Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária	5.Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana
Estágio I	2	3	4	3	0
Estágio II	0	0	0	1	0
Estágio III	1	0	0	0	0

Como visto contrariamente a este resultado obtido com os proferimentos, a categoria predominante nos textos jornalísticos e que define o enquadramento na narrativa jornalística como um todo é justamente a de número 5. É razoavelmente aceito que certos enquadramentos dominantes no proferimento político não sejam necessariamente recorrentes no discurso do jornal. Nesse caso, deve-se levar em conta fatores inclusive da própria produção jornalística e dos critérios de noticiabilidade para a compreensão deste fato. Já que não necessariamente a porosidade daquilo que é proferido pelos políticos atingem diretamente, e em igual proporção e conteúdo, os *media*.

Para compreender melhor se há ou não porosidade entre um campo e outro, comparou-se os textos jornalísticos, de um lado, com os proferimentos, de outro. Assim, esta análise conjunta foi feita em razão de cada uma das cinco categorias, construindo-se a seguinte tabela:

Tabela 6: textos jornalísticos e proferimentos segundo as categorias

CATEGORIAS DE ANÁLISE	1.Cultura como recurso na estratégia de vinculação identitária	2.Cultura como recurso de legitimação no Brasil	3.Cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global	4.Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária	5.Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana
Incidência nos textos jornalísticos	N= 10 20,8%	N= 9 18,8%	N= 12 25%	N= 4 8,4%	N= 13 27%
Incidência nos proferimentos	N= 3 21,4 %	N= 3 21,4 %	N= 4 28,6 %	N= 4 28,6 %	N= 0 0 %

Como dito, esta forma de visualizar a incidência das categorias permite estabelecer conexões entre os enquadramentos dos proferimentos e das matérias, inclusive detectar, quando houver, a porosidade entre ambos. Assim, por somatória proporcional da incidência das categorias o enquadramento majoritário é o da categoria de número 3, por ser um discurso unânime compartilhado pelos dois âmbitos, enquanto que isoladamente o resultado é outro.

Na compreensão das formas distintas como os enquadramentos predominantes da categoria 3 se dão no campo político e no campo midiático é importante discernir entre autoridade e legitimidade na conduta da operação. Sobre a intervenção brasileira percebe-se uma nítida tendência discursiva dos proferimentos em trazer a questão como legítima – um direito atribuído –, respalda pelo organismo internacional da ONU e pelos ditames da política externa brasileira. Lembra-se que um organismo internacional é um nível de instância política que tem, por um lado, dependência com os Estados

nacionais, pois é formado por representantes dos próprios Estados, e por outro lado, certa autonomia de ação, já que pode pressionar um dado Estado a agir conforme as prerrogativas ditadas pela organização ou por outro acordo internacional vigente e acertado entre as partes, agindo como instâncias capazes de controlar o próprio Estado. É por isso que as instâncias supranacionais estão numa relação de autonomia e dependência quanto às instâncias nacionais (Charaudeau, 2006a). Segundo Charaudeau (2006a) “as instâncias nacionais sofrem a pressão regional dos que se encontram entre o desejo de marcar sua especificidade ante o Estado, e o de serem diretamente reconhecidos pelas instâncias supranacionais por meio de uma recomposição regional que supere os Estados” (p. 30).

Já nos textos jornalísticos há uma tendência de focar o caráter de autoridade da missão, insistindo na imagem da MINUSTAH como uma intervenção militar, dotada de tropas, forças, tanques de guerra e armamentos militares, humanizando alguns atos isolados dos soldados brasileiros, mas não destituindo da atuação brasileira o seu caráter autoritário. Pois se a legitimidade é um direito atribuído, a autoridade é o processo de submissão pelo qual o outro é condicionado, isto é, quando alguém é conduzido a fazer algo por imposição de outrem. Naquela diferenciação de Nye (2002) entre *soft power* (poder brando, onde se localizaria a cultura) e *hard power* (poder duro, impositivo), pode-se entender que o primeiro estaria mais relacionado a atitudes calcadas na legitimidade, enquanto o segundo na autoridade, através do uso da força e do poder econômico e militar. Porém, “se, entretanto, a autoridade se confunde às vezes com a legitimidade, é com a finalidade de se fazer prevalecer. A autoridade vem então se somar à legitimidade. Ela decorre do fato de que um sujeito, para confirmar sua posição de legitimidade, necessita exercer uma sanção sobre aqueles que não querem se submeter, recorrendo, eventualmente, à violência para se fazer obedecer” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 68). E assim se dá o desdobramento da atuação de forma legítima e autoritária, considerando a leitura trazida pela categoria de número 3, pendendo ora para uma, ora para outra a depender do meio para o qual se olha.

Dentro desta análise de condensação dos resultados é desenvolvida uma interpretação do enquadramento da cultura sobre a MINUSTAH referente a cada estágio, na medida em que permite avaliar tanto a porosidade quanto as discrepâncias encontradas dentro dos dois campos discursivos – textos jornalísticos e proferimentos políticos. Para tanto, é de suma importância retomar os três estágios da MINUSTAH:

1. Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização;
2. Preparo para a eleição democrática no país;
3. Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da missão – projetos infra-estruturais, desenvolvimento do país e ajudas frente aos desastres naturais.

E como entrelaçamento final busca-se refletir sobre qual categoria prevaleceu em cada um deles, resgatando o desenho metodológico e a análise do item anterior, apontando, é claro, as diferenças encontradas entre os campos político e midiático pesquisados. Para a partir daí, na conclusão, tecer os apontamentos finais sobre a cultura como um recurso da política revendo isto sob o panorama disposto no decorrer dos capítulos.

4.2.1 Primeiro estágio da MINUSTAH

Neste primeiro estágio há notificação brasileira ao cenário nacional e mundial de sua participação ativa e proeminente junto ao comando da MINUSTAH, conseqüentemente abarca a chegada das tropas azuis da ONU no Haiti, onde encontraram situação caótica de gangues rivais e sociedade civil envolvidos em motins, violência e medo.

Na análise dos proferimentos dos gestores brasileiros nota-se que aqueles que convocam a dimensão cultural foram representados em quase sua totalidade neste estágio, havendo incidência nos dois estágios subseqüentes de apenas um proferimento realizado no período de cada um. Isto acentua a importância deste primeiro momento, principalmente àqueles que gestam a MINUSTAH, isto é, ao discurso oficial brasileiro. Tendo isso em mente, avalia-se que os enquadramentos atuaram em três frentes:

- Em corresponder às demandas e necessidades ditadas pelo cenário global, especificamente aos anseios da ONU, de maneira que a categoria que teve maior incidência segundo a tabela I foi a de número 3. Somando-se a ela, tem-se a categoria de número 4, que indica uma preocupação inicial em mostrar a bandeira da paz e da solidariedade em prol da reconstrução de um país vizinho. São duas categorias que se complementam para traduzir a forte preocupação de alinhar a dimensão cultural com aquilo que é tido como regra e politicamente correto segundo o ditame internacional;

- Na adequação da MINUSTAH em justificativas que abarcassem o convencimento pleno do público nacional, isto é, ONGs, meios de comunicação, demais políticos, órgãos governamentais e população brasileira em geral. Se era o momento de tornar público e lançar as primeiras informações sobre a atuação do Brasil, compreende-se a cautela de apropriar isso sob moldes culturais que não fossem de encontro ao que se espera de uma atitude brasileira na política externa. Nesse sentido foi significativa a categoria de número 2. Já a categoria de número 5, que representa o convencimento e justificativas feitas ao outro lado, isto é, o lado haitiano, deixa de constar no discurso dos proferimentos não tão somente neste estágio, como também nos demais;

- Na vinculação identitária entre o Brasil e o Haiti na medida em que representava um meio de apontar junções, entrelaçamentos e semelhanças entre o país comandante da missão e o país que necessitava da ajuda externa. Os proferimentos estabeleceram formas de firmar vínculos tanto históricos, de países que foram colonizados, do problema comum enfrentado com a escravidão, como também geográficos, apontando a região da América Latina, todos aspectos para ressoar nas vinculações culturais, que nesse momento eram acionadas em seu caráter estratégico por estarem ancoradas nas falas dos políticos.

Em relação à análise dos textos jornalísticos ao que tange este estágio tem-se a forte predominância da categoria de número 3, que indica a dimensão da cultura invocada como muito próxima àquilo que é proposto como correto na conduta do cenário internacional. E com isso se verifica a confluência com aquilo que é trazido no conteúdo dos próprios proferimentos políticos. Interessante que como segundo enquadramento mais forte tem-se a vinculação identitária, chamando atenção sobre as particularidades compartilhadas entre os dois países, sendo feito uso nestes textos jornalísticos falas compiladas de líderes políticos, como os presidentes Lula e Préval.

Não é coincidência que o volume somado dos textos jornalísticos ao dos proferimentos supere com este estágio os demais. Foi o momento de chegada das tropas no Haiti, da inauguração deste novo tema de política externa aqui no Brasil e no mundo, de amenização da violência local com a criação de condições básicas de segurança para a atuação que se prosseguiria no Haiti e para a transição política e democrática. Foi, portanto, o estágio mais noticiado e que gerou mais proferimentos públicos por parte do presidente Lula e do ministro Celso Amorim, segundo a tabela 2 desta dissertação.

4.2.2 Segundo estágio da MINUSTAH

Este é o período mais curto dentre os três estágios, com menos de um ano de recorte temporal. Entretanto, no caso dos textos jornalísticos, ainda se mantém um volume alto de textos que convocam a dimensão cultural.

Isto se deve, em grande parte, por ser um estágio importante, marcado pelos processos de transição política no Haiti, com a preparação das eleições democráticas. Apesar de ter culminado com a vitória de Préval, o que efetivava na prática a transição democrática, foi um momento conturbado, que colocou em xeque a capacidade brasileira de comandar a missão, dado que as dificuldades de realizar a eleição foram muitas: Adiamentos, vazamentos de informações sigilosas, ataques violentos que incutiam medo na população etc. Tudo retratado pelo jornal.

Mas o forte argumento de que era preciso o Brasil atuar na MINUSTAH, a fim de garantir a ordem no Haiti naquele momento, sob a bandeira da paz e de garantia da solidariedade foi representativamente visto no único proferimento realizado neste período, reafirmando a consolidação da paz e da democracia, numa verdadeira e pacífica construção social e econômica daquele país.

Contrariamente a este discurso, o enquadramento do jornal nesse período não traz nenhuma incidência da categoria de número 4 – a qual melhor expressa o proferimento de mesmo período. Os textos jornalísticos vão é na direção de justificar, seja perante o povo haitiano ou o povo brasileiro, os pilares, argumentos e características da intervenção da missão. Muito provavelmente rebatendo esta instabilidade pelo qual o comando brasileiro passava no Haiti, haja vista as críticas e as visões desacreditadas perante o desempenho do Brasil na missão. Assim os textos do jornal se incumbiram de mostrar a busca pela legitimidade das atitudes e embasamentos da atuação brasileira na MINUSTAH, sob argumentos e exemplos de dimensão cultural.

4.2.3 Terceiro estágio da MINUSTAH

O terceiro e último estágio reflete as primeiras promessas realizadas pelos proferimentos políticos de que a missão seria diferente daquelas já ocorridas no Haiti, e também ancoradas por motivações e objetivos outros dos que vigoravam em missões de

paz. Na promessa havia que a base de reconstrução econômica e desenvolvimento social não seriam postergados ou esquecidos, de modo que a MINUSTAH só deixaria o país após promover mudanças positivas de longo prazo, com estabilização política e democrática do novo governo eleito, condições mínimas de saúde, alimentação e desenvolvimento humano garantidas para a população, bem como uma reconstrução real das estruturas físicas e institucionais do país.

O proferimento representante deste estágio resgata a “cultura como estratégia de vinculação identitária”, reafirmando valores de uma cultura brasileira que é estreitada com o Haiti. Esta mesma categoria também é retomada pelos textos jornalísticos, entretanto a categoria que sobressai é a da “cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana”, onde a presença brasileira é destacada através dos olhares e percepções e justificativas haitianas, seja da população, seja de figuras políticas, seja pelos militares brasileiros. Nesse momento o que é mostrado são as repercussões de todo esse trabalho e esforço empenhados na estabilização e reconstrução do Haiti. Se desde o começo foi enfatizada a dimensão da cultura nos discursos, nesse último estágio ela também está presente, para mostrar que essa dimensão foi e é empregada por ter importância fundamental para o sucesso e bom desempenho da missão. Afinal, todas as cinco categorias elencadas e presentes no decorrer da análise do material perderiam coesão e coerência, no que tange a credibilidade dentro dos discursos, se neste estágio ela fosse olvidada. Quais seriam os reais ganhos com a criação de centro cultural Brasil-Haiti, a troca pacífica de habilidades entre militares brasileiros e jovens haitianos, o respeito e admiração com a nossa cultura se as transformações práticas das condições políticas, econômicas e sociais do país tivessem minguado?

Diante disso, a cultura como um recurso se sustenta durante os três estágios da MINUSTAH, desdobrando num enquadramento maior da “cultura como recurso da política para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global”. Assim, resgatou-se o desenho metodológico para adensar a análise através das categorias predominantes em cada fase, percorrendo o fundo teórico da centralidade da cultura e da cultura como um recurso, até chegar ao final deste percurso, qual seja, o enquadramento mais geral denotando o lugar da dimensão cultural nos discursos analisados: A cultura como um recurso da política.

CONCLUSÃO

A cultura como um recurso da política

Diante das arestas encontradas em estudos que abarcassem o lugar da cultura em processos políticos dentro do cenário das relações internacionais, um tema interdisciplinar por natureza, buscou-se no campo de estudos da Comunicação o apoio basilar para investigar qual o lugar da cultura na atuação do comando brasileiro na MINUSTAH. Utilizou-se para tanto os enquadramentos do jornal *Folha de S. Paulo* e dos proferimentos governamentais brasileiros – ministro Celso Amorim e presidente Luis Inácio Lula da Silva. Frente à problemática trazida pelo debate na disciplina das relações internacionais e o andamento das missões de paz orientadas pela ONU, bem como a própria apresentação e contextualização da MINUSTAH e o papel brasileiro, foi mais adequado trazer tais discussões ao capítulo primeiro. Neste capítulo foi também discutida a importância e as especificidades dos campos dos *media* e do campo político para darem suporte ao problema levantado pela pesquisa. No segundo capítulo adensou-se sobre a particularidade da abordagem de um processo político revisto a partir de sua dimensão cultural, utilizando primeiramente a relação e o intercâmbio dos termos comunicação e cultura, de forma a justificar e situar o campo comunicacional onde se firma o desenvolvimento desse trabalho. Na seqüência foi apresentada a discussão teórica realizada por diversos autores dos Estudos Culturais – Williams (1969), Hall (2008), Canclini (1999), Bhabha (1998) etc. –, tematizando a centralidade da cultura na vida social e estreitando o debate com a tese da conveniência da cultura defendida por Yúdice (2004). No final deste capítulo as aproximações entre cultura e política, bem como cultura e identidade foram abarcadas para darem conta do problema de pesquisa e da empiria, de modo que sustentaram teoricamente principalmente a análise do material segundo as cinco categorias que são definidas no quarto capítulo, o de análise. No terceiro capítulo construiu-se o desenho teórico-metodológico, o qual conjugou a análise de conteúdo com a teoria dos enquadramentos. Demarcou-se o *corpus* de todo o material, compreendendo o período de 01 de maio de 2004 a 01 de julho de 2008. Este recorte temporal foi dividido em três fases ou estágios: 1. Chegada dos capacetes azuis da ONU no Haiti e estabilização; 2. Preparo para a eleição democrática no país; 3. Situação pós-eleição e desenvolvimento de outras dimensões da Missão – projetos infra-estruturais, desenvolvimento do país e ajudas frente aos desastres naturais. No capítulo último as cinco categorias são aventadas: 1) Cultura como recurso na estratégia de

vinculação identitária; 2) Cultura como recurso de legitimação no Brasil; 3) Cultura como recurso para empreender uma cooperação internacional, ativa e adequada às novas orientações do cenário global; 4) Cultura como recurso de uma construção pacífica e solidária; 5) Cultura como recurso de conquista da legitimidade haitiana. A partir do filtro de cada uma delas todo o material foi analisado, avaliando-se o resultado de incidências e predominâncias segundo os estágios e segundo o período todo. Assim foi possível estabelecer porosidades e opacidades entre os enquadramentos dos proferimentos oficiais e dos textos jornalísticos, resultando no entendimento mais amplo da cultura como um recurso da política.

Os três estágios mostram coerência de conteúdo daquilo que foi comunicado oficialmente pelo discurso brasileiro sobre como se daria a conduta no comando militar da MINUSTAH e o que foi efetivamente retratado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Muito embora os dois campos – político e midiático – não sejam por completo sincronizados em seus enquadramentos, eles resguardam porosidades que garantem o entrelaçamento e entendimento dos fatos que convocam discursivamente a dimensão cultural da missão. Os enquadramentos predominantes em cada estágio indicam respaldo sob a invocação da dimensão cultural – a qual faz o papel de fio condutor – como argumento e recurso político para tornar e mostrar a efetividade da participação brasileira. Assim, em relação a cada um dos estágios, a categoria prevalecente abordando ambos os campos é dada da seguinte maneira:

- Estágio I: A categoria predominante é a de número 3;
- Estágio II: As categorias que predominam são as de número 2 e 5 (há participação ínfima neste resultado por parte dos proferimentos, pela falta quantitativa de representatividade neste estágio, assim como também ocorre no terceiro; são casos onde apenas um proferimento concorre para cada estágio);
- Estágio III: A categoria predominante é a de número 5, seqüenciada pela de número 1.

O mais importante é perceber a cultura como um recurso político confluyente das cinco categorias, embora os enquadramentos possam demarcar a distinção entre elas. Na avaliação do gráfico abaixo, que abarca de forma ampla sem separar em estágios, é possível perceber que, numericamente, a categoria de número 3 é a predominante nos dois campos analisados. Observou-se equilíbrio de representação em ambos os campos discursivos dentre as categorias 1, 2 e 3. Na categoria 4 há um comportamento disparate

dos proferimentos com proporção bem maior que a dos discursos. E na categoria de número 5 não há nenhum proferimento que a enquadre, de modo que, inversamente, no caso dos textos jornalísticos, é o enquadramento predominante:

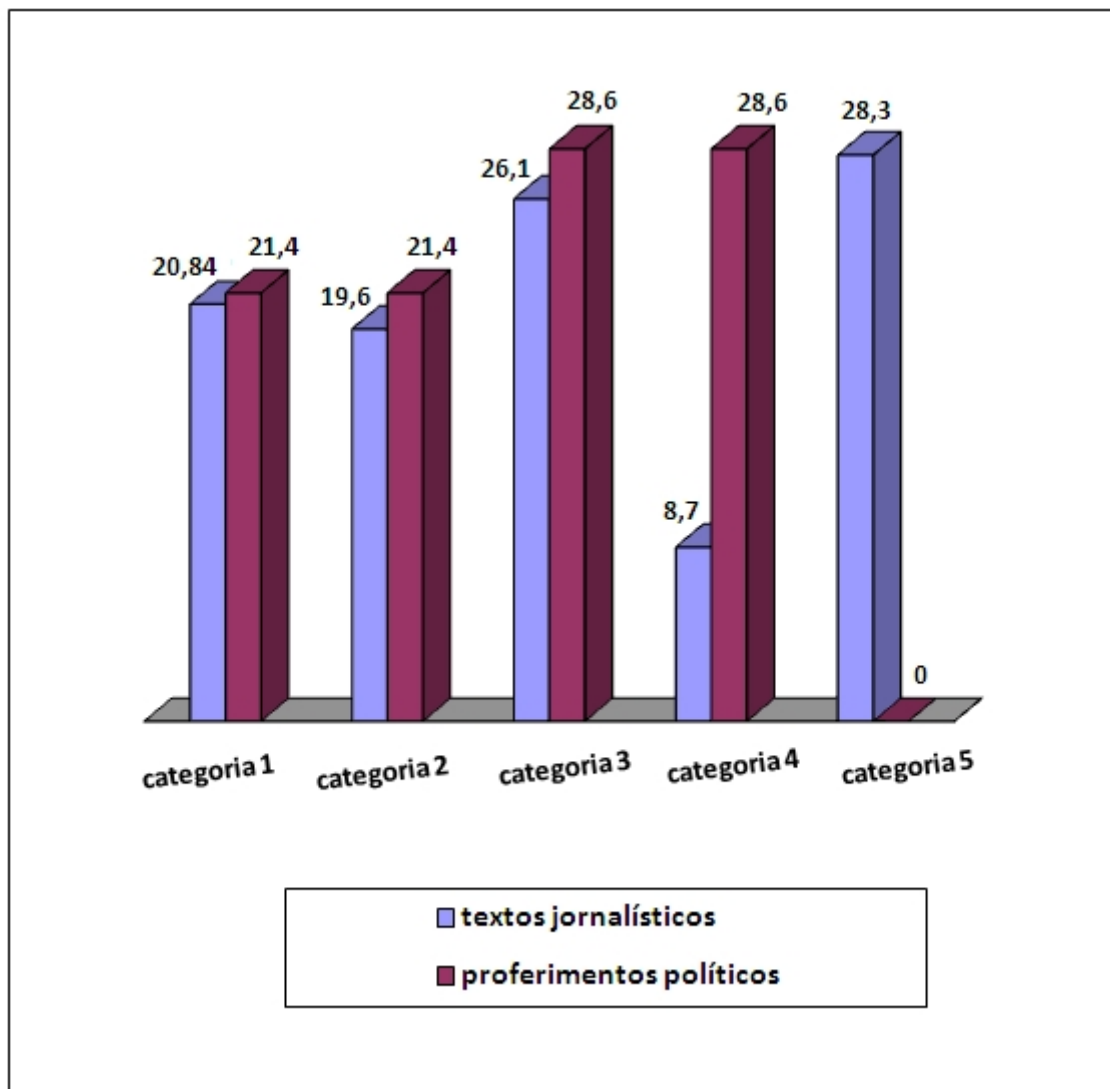


Gráfico 3: Comparação dos discursos por categoria

O enquadramento predominante nos dois campos e no período total – categoria de número 3 – perpassa, e é justificado em grande parte, pelo ambiente da política econômica do neoliberalismo. Pois explica Yúdice (2004) que a cultura, nesse novo contexto, passa a ser definitiva na mudança e transformação social, assim como no progresso e desenvolvimento econômico, expandindo para outras esferas (HALL, 2008). É preconizado pela categoria 3 que o Brasil ao se orientar sob os ditames da ONU, empreendendo uma cooperação junto ao Haiti, responde à demanda do cenário internacional, guiado para colocar ordem e paz nas relações e situações de desequilíbrio

que emergem. E por isso, seja nos proferimentos, seja nos textos jornalísticos, a cultura é dada como um recurso capaz de transformar a triste realidade haitiana, promovendo uma mudança política, econômica e social. Haja vista que esta foi justamente a categoria que prevaleceu no primeiro estágio, num momento em que a cautela, o convencimento e a legitimidade eram fundamentais para a difusão da assunção do comando brasileiro na MINUSTAH.

Sendo a cultura regulada, nos moldes em que entende Hall (2008), pelos discursos brasileiros – que por sua vez são regulados pela ONU – como uma maneira de regular a própria intervenção em si, já que nas palavras dele:

Isto explica por que a regulação da cultura é tão importante. Se a cultura, de fato, regula nossas práticas sociais a cada passo, então, aqueles que precisam ou desejam influenciar o que ocorre no mundo ou o modo como as coisas são feitas necessitarão — a grosso modo — de alguma forma ter a “cultura” em suas mãos, para moldá-la e regulá-la de algum modo ou em certo grau (HALL, 2008).¹²⁹

Esta regulação da cultura também implica na inclusão do próprio espaço da sociedade civil, que transpassa as fronteiras do Estado e passa a reivindicar e atuar junto a um público mais amplo. Como se vê em diversas matérias jornalísticas o papel de organizações não governamentais ao criticarem a atuação da MINUSTAH denunciando abusos contra os Direitos Humanos por parte das tropas, ou outros atores individuais acusando a tropa militar brasileira de extravasar em ações cívico-sociais que não caberia a ela. Porém, o contexto propicia aplicações da cultura em estratégias de política e de poder por parte do comando brasileiro, pois há respaldo internacional.

Uma vez tomado como ponto de partida a opinião local da população haitiana, essas atuações das tropas brasileiras podem representar uma importante conquista de legitimidade, pois através de condutas atreladas à cultura brasileira e que são associadas às tropas, poderiam trazer impacto positivo na intervenção militar, o que mostra ser capaz de influenciar no desenvolvimento da missão, principalmente em seu último estágio. Isto não pode ser negligenciado e também é reflexo das alterações advindas com o neoliberalismo, em que passou a validar e incentivar interferências externas e de dimensões macro diante do local, no caso o Haiti. Assim o enquadramento analisado de forma isolada no jornal, dado pela categoria de número 5 – e que prevalece nos estágios II e III – tem no neoliberalismo a mostra de como questões macro interferem no local,

¹²⁹ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

pois é uma missão multilateral da ONU, que pretende reconstruir o Estado sob moldes que a cena internacional julga adequados. E mais uma vez se recai na categoria de número 3.

É natural que a cultura entre com força nos argumentos brasileiros da missão, uma vez que ela pertence ao que Yúdice (2004) chama de “desmaterialização do recurso”. E por isso é ativada como capaz de orientar uma espécie de missão de paz em que se respeita o local, reconhece as particularidades e promove uma troca positiva entre o país interventor e aquele que recebe as tropas. Desse modo, o papel da cultura é redescoberto dentre os recursos outros que tornam efetiva e viável a missão, como o militar, a ajuda econômica, doações de alimentos e remédios etc., recursos esses que são materiais. Então dentro das prerrogativas teóricas da tese da cultura como um recurso, a cultura serve para criar um ambiente favorável para a mudança política e econômica no Haiti, reestruturando o país naquelas três fases da missão. A mudança da preocupação que era com o conteúdo e passa para o gerenciamento da cultura fica evidente nos discursos dos políticos. Pois embora o imaginário e os trabalhos artístico-culturais sejam invocados, como na fala de Amorim sobre a cultura *naïf*, este conteúdo é gerenciado para mostrar uma vinculação identitária que justifica o comando brasileiro e ao mesmo tempo ameniza a atuação dos brasileiros junto ao povo irmão. Tal qual se observa na categoria de número 1, a qual tem considerável predominância no estágio terceiro, dado que este estágio prevê reformas sociais e de desenvolvimento, cujas invocações culturais diante desses procedimentos são ainda maiores.

É claro que este gerenciamento da cultura obedece também às constrictões e regulações da ONU, já que é uma missão por ela determinada. Não se pode esquecer todo o contexto de interdependência assimétrica que cerca as relações internacionais e que definem também que esse gerenciamento não se distribua equitativamente por todo o globo. Com vistas à realidade presenciada no plano internacional, apenas alguns detêm o poder de gerenciar a cultura. Isto quer dizer, principalmente de acordo com a categoria de número 3, que o Brasil conhece o potencial do uso de sua cultura e de seu imaginário frente a este cenário, tendo pleno conhecimento de como isto é visto pelos outros países para empreender uma missão adequada. Porém, em última instância é a ONU que detém a regulação, já que é ela a determinar qual país assume a missão de paz segundo motivações próprias que a leva a uma escolha e não outra.

A natureza simbólica constitui grande parte daquilo que se invoca como cultura dentro dos discursos. É ela que amarra no discurso político toda a legitimidade e justificativa que invocam as cinco categorias. Se a imagem simbólica construída pelos discursos políticos é bastante forte, deve-se também os mesmos discursos mergulharem nos imaginários populares amplamente compartilhados, pois são reconhecidos por grande parte do público o que torna mais fácil a compreensão do que se pretende dizer com aquele conteúdo (CHARAUDEAU, 2006a). Os rituais brasileiros mais comumente compartilhados nos proferimentos e nos textos jornalísticos são de certa forma quase estereótipos da cultura brasileira, pois dessa maneira diminui o risco de interpretações dúbias sobre o imaginário acionado, já que o estereótipo costuma ser amplamente conhecido e reconhecido por todos.

Os *media* constroem uma visão de mundo “inscrevendo-nos em um espaço duplo que hesita sempre entre o local, quando se trata de defender as identidades do torrão, e o global (nacional, europeu, internacional, civilizacional), quando é o caso de promover uma transcendência identitária” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 284). No caso das categorias depara-se com a de número 1, que vincula mais ao local, e as de número 3 e 4 que fazem referência ao global. Esta hesitação da qual fala Charaudeau (2006a) é dada pelo imbricamento entre elas, que podem acontecer em momentos diferentes no mesmo discurso ou em textos distintos.

Na vinculação identitária da categoria 1, embora se projete uma troca cultural, é o comando brasileiro que a define como ocorre, se aporta ou não à dimensão cultural, por possuir os instrumentos capazes de a gerenciar (YÚDICE, 2004). Como diz Canclini (2003), as práticas e ritos culturais quando gerenciados por determinações políticas podem passar a ser compartilhados por um mesmo horizonte. Estas determinações são vistas nas falas de Lula e Amorim, assim como em notícias recorrentes da *Folha* que relacionam os aspectos latino-americanos, o comando brasileiro e o Haiti como uma fórmula tríade que envolve a cultura e garante o sucesso de reestruturação social e política daquele país.

O conjunto dos proferimentos que compõe o material desta pesquisa não conforma uma estratégia de comunicação política propriamente, mas representa, todos juntos, a maneira pública dirigida sobre a MINUSTAH, dado que são discursos públicos na íntegra que tematizam a participação brasileira no comando militar. Todos eles, sem

exceção, trouxeram à tona o papel cultural que envolve a missão, possivelmente uma das razões para isto é que, nas palavras de Charaudeau (2006a) a comunicação política

Deve tentar fazer re(soldar) o sentimento identitário, enquanto o espaço social se fragmenta mais. É que é difícil conceber a existência de um grupo social, qualquer que seja sua dimensão, sem a existência de uma mediação forte que constitui o cimento identitário (CHARAUDEAU, 2006a, p. 318).

Este grupo social para o qual é dirigido o discurso varia de pronunciamento e de localidade do ato, porém, parte desses pronunciamentos é para as tropas militares, que necessitam de coesão, um sentimento identitário que os faça sentirem unidos e ao mesmo tempo imbuídos da tarefa para além de uma ação militar demandada pelo país, incluindo aí a ação cívico-social, que foi por vezes criticada. Na verdade, a função deste discurso nestes moldes de cimento identitário possibilita um impulso e estímulo valiosos para as tropas, e conseqüentemente, para o sucesso da MINUSTAH. Outra parte dos pronunciamentos busca abranger os políticos de outros países em convenções e encontros internacionais; outra parte ainda é o senado brasileiro e até mesmo a população como um todo.

Retoma-se à questão da cultura como *soft power* com a ajuda da leitura da autora Sanches Rocha (2009) a respeito da conceituação de Nye (2002). Pois, segundo o *soft power* poderia haver influência de comportamento, isto é, uso do poder brando, somente pela conduta operada pelo nosso país e pelos meios de comunicação, os quais podem determinar e impingir o compartilhamento real nas relações entre o Brasil e o Haiti (NYE, 2002; SANCHES ROCHA, 2009). Acrescentamos que com o uso da *soft power* por parte dos discursos, o referenciamento da dimensão cultural é resultado do entendimento da cultura como um recurso político.

Uma missão de paz, sob o jugo militar e o respaldo da ONU desencadeia um apelo ao *hard power*, se não fosse o pilar cultural sobre o qual está alicerçado o discurso sobre a MINUSTAH. Este pilar retrata nesta pesquisa a “constante necessidade de interpretação, diálogo entre universos de sentidos diferentes, quando se trata de operar não pelo *hard power*, mas pelo *soft power*”¹³⁰ (SANCHES ROCHA, 2009), e aí é necessário o reconhecimento identitário mútuo e o entendimento de culturas por vezes distintas, por vezes não. E a autora demonstra a perspicácia e importância da cultura, trazida nesta dissertação para o recurso da política, numa transformação positiva e de

¹³⁰ Citação sem página, pois o texto está disponível em versão virtual.

reconstrução do país Haiti. Dito isto, ao se buscar identificar o lugar da cultura segundo os enquadramentos dos discursos compilados abre-se um leque de sugestivos lugares onde a cultura está. Isto significa que, nessa investigação em que o intuito foi localizar a dimensão cultural na ação brasileira durante a MINUSTAH deparou-se com diferentes lugares, trazidos pelas categorias, que convergem para o mesmo horizonte: Da cultura como um recurso político, de transformação, reconfiguração e determinação das relações nacionais e internacionais.

A cultura como um recurso para o Yúdice (2004) é uma via de mão dupla: Ao mesmo tempo em que ela passou a trafegar em lugares antes ocupados somente pela economia e pela política, ganhando novo *status* nesses âmbitos, ela também precisou se sujeitar a determinados moldes, que a enquadra em parâmetros delimitados, como se o lugar mais centralizado tivesse sido conquistado por uma negociação na qual ela também precisou ceder. Isto significa que, a cultura brasileira, ou a vinculação identitária tão explícita com a categoria 1 só é estimulada nos discursos porque funciona como um recurso capaz de alterar o próprio desempenho e reconhecimento do comando brasileiro na MINUSTAH. Dizer que não seja instrumentalizar a cultura, como defende Yúdice (2004), pode parecer mais uma forma eufêmica de não aceitar esta condição dada à cultura. Porém, por outro lado pode-se inferir que é uma maneira de conferir um sentido mais pragmático a ela, e de trazê-la para o processo efetivo da missão de paz.

Portanto, a ênfase somente na “cultura pela cultura” no caso da MINUSTAH não receberia destaque discursivo nem pelo campo midiático, nem pelo campo político, e, muito provavelmente, não seria empregada na atuação militar. Entretanto, com a vinculação da cultura como um recurso político gera-se ganhos para a promoção da relação intercultural, que muito provavelmente não se obteria de outra forma. Isto é legitimar a cultura no espaço político. Em outras palavras, as trocas culturais e dados compartilhamentos simbólicos de fato acontecem entre o Brasil e o Haiti, são reais, mas nem por isso deixam de ser instrumentalizadas e capitaneadas pelo e no discurso.

Nesta análise conclusiva é importante ainda enfatizar a abertura de caminhos e pesquisas que esta dissertação se deparou durante o percurso teórico e analítico. Pensar na relação tríade entre cultura, comunicação e relações internacionais é instigante ao mesmo tempo em que se avistam lacunas espalhadas pelo caminho. Os pares de estudo: relações internacionais e mídia, centralidade da cultura e as missões de paz são arenas pouco exploradas, principalmente na literatura nacional, embora alguns estudos recentes

já desponham nesse sentido. Como afirma Sanches Rocha (2009) a respeito do papel da cultura nas relações internacionais: “O que não se pode negar, porém, é que esta discussão não ocupou nunca a periferia das decisões políticas, de fato. Ela nunca foi, realmente, posta de lado, porque se trata de uma importante ferramenta para o poder político”. Para ela a simplificação do problema cultural em pura geração de conflitos e de criação de inimigos para fortalecer o Estado, ao invés de se buscar o entendimento da diferença identitária e cultural pode trazer revelações que por muito tempo quiseram ser mantidas de forma silenciosa, velada. Está, portanto, nesse poder suave, brando, como diria Nye (2002), que a força da cultura se mostra dentro do recurso político.

Assim o processo desta pesquisa nos estimulou a refletir também sobre outros caminhos de investigação e questões vinculadas ao tema que podem ser trilhados a partir daqui, pois embora não fossem o intuito de averiguação presente, outros pesquisadores ou trabalhos futuros poderiam vir a se debruçar. A exemplo de se aplicar o mesmo problema de pesquisa para outras mídias, como a televisão, por esta ser capaz de editar imagens simbólicas e de apelos culturais bastante fortes. Ou ainda aproveitar o mote já desenvolvido neste trabalho para estabelecer comparações com alguns jornais regionais, no intuito de identificar se a dimensão cultural é diferente daquela tratada em veículos nacionais. Outro objeto de pesquisa que também se mostra bastante interessante e pertinente seria o de avaliar as mudanças trazidas pelos discursos, sobretudo após o período temporal recortado, por apresentar principalmente os resultados práticos do intento brasileiro em promover o desenvolvimento econômico e social, bem como a consolidação das instituições políticas e estruturais do Estado haitiano antes da retirada da MINUSTAH no país, incluindo aí as interferências e repercussões do terremoto de janeiro de 2010.

Pois, nos momentos de encerrar a escrita desta dissertação fomos surpreendidos pela catástrofe do terremoto que atingiu o Haiti, em janeiro de 2010, afetando mais diretamente a capital Porto Príncipe. A estimativa é de mais de 200 mil mortos e de destruição imensurável de prédios, igrejas, escolas, casas. Se por um lado a repercussão deste país no cenário mundial tomou um rumo amplificado, com ajudas financeiras e de solidariedade humana nunca antes ocorridas no Haiti, projetando o país e alertando o mundo sobre a sua condição inaceitável; por outro lado, aflora um problema grave que infelizmente vem acompanhando este país do Caribe muito antes dessa tragédia e que

sempre demandou total atenção, embora não a tenha recebido com merecida responsabilidade:

"O problema de Cité Soleil não é de polícia. É social", diz o general José Elito Siqueira, o comandante militar da Minustah, composta por 7,2 mil soldados de oito países. [...] No país de 8,2 milhões de habitantes -70% abaixo da linha da pobreza-, os homens arriscam os dentes para escapar da fome quando comem um biscoito feito com argila e sal. Nas ruas de Porto Príncipe, cuja população soma 2 milhões, as crianças pedem "comida", "one dollar, please", ou, mudas, simplesmente estendem a mão em busca de uma esmola.¹³¹

É a miséria, a violência e o abandono que ainda convive um país cujo desejo que sobrevive continua sendo apenas o de se reconstruir.

¹³¹ MICHAEL, Andréa. Brasileiros tentam pacificar a maior favela de Porto Príncipe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 jul. 2006. Caderno Mundo.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR, Benjamin. *Um ensaio de abertura: mestiçagem e hibridismo, globalização e comunitarismos*. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUIAR, Flávio e VASCONCELOS, Sandra Guardini. O conceito de transculturação na obra de Ángel Rama. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGUILAR, Sérgio. Uma “cultura brasileira em operações de paz”. AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Uma “cultura brasileira em operações de paz”. In: *Caderno GAPConflitos III. Contribuição brasileira às missões de paz da ONU*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.
- ALBUQUERQUE, Afonso. *A narrativa jornalística para além dos fait-divers*. Lumina (Jul./dez.): 2000.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A ordem econômica mundial no início do século XXI: Questões da Agenda Internacional e suas implicações para o Brasil*. Anuário Brasileiro de Direito Internacional. Coordenador: Leonardo Nemer Caldeira Brant – v. 1, n.1, 2006 – Belo Horizonte: CEDIN, 2008.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Brasil: Livraria Martins Fontes, 1974.
- ALVAREZ, E. Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- APÓS pacificação, Itamaraty promove arte brasileira no Haiti. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 fev. 2008.
- ARAÚJO, Inesita. Diferentes, pero no mucho... In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio Dayrell; NETO, Antônio Fausto. *A encenação dos sentidos: Mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- ARON, E. Raymond. *O que é uma teoria das relações internacionais*. Estudos políticos. 2 ed. Brasília: Ed. UNB, 1985.
- AULA MAGNA do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, aos Alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 04/08/2006
- AZEVEDO, Fernando; RUBIM, Antonio. *Mídia e política no Brasil: estudos e perspectivas*. Trabalho apresentado no *IV Congresso Latino Americano de la comunicación*, 1998. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/midiapolbr.htm>> Acesso em 03 set. 2007.
- BAKHTIN, Mikhail. *A interação verbal*. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.
- BARROS, D.L.P. de. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. SP: Edusp, 1994.
- BAUER, M. W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. BAUER e GASKELL G. (orgs.). Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- BENHABIB, Seyla. *The claims of culture. Equality and diversity in the global era*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- BERND, Zilá. O elogio da criouliidade: O conceito de hibridação a partir dos autores francófonos do Caribe. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRAGA, José Luiz. Sobre “mediatização” como processo interacional de referência. GT Comunicação e Sociabilidade, *15 Encontro Anual da Compós*, Bauru: junho de 2006, cd-rom.
- BRAGA, José Luiz. *Constituição do campo da comunicação*. In: FAUSTO, Antônio, PRADO, José Luis, PORTO, Sérgio. *Campo da comunicação – caracterização, problematizações e perspectivas*, 2001. p. 11-40.
- BULL, Hedley. Cap. V: O equilíbrio de poder e a ordem internacional. In: *A sociedade anárquica*. Brasília: Ed. UNB, 2002.
- CAMARA, Irene Pessoa de Lima. *Em nome da democracia. A OEA e a crise haitiana – 1991-1994*. Brasília: Funag, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.
- _____. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- CARDOSO, Afonso José de Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 1998.
- CARTA da ONU. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php. Acessado em 03/04/2009.

- CASETTI, F. CHIO, F. *Análisis de la television*. Buenos Aires: Paidós, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2 ed. Coleção a Era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2. São Paulo: Ed Paz e Terra, 1999.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
- CHARAUDEAU. *Discurso político*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006a.
- CHARAUDEAU. *O acontecimento como visão social do mundo*. In: CHARAUDEAU. *Discurso das mídias*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- CHAUI, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*. 1995, vol.9, n.23, pp. 71-84. ISSN 0103-4014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-40141995000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 01/05/2009.
- CHOMSKY, Noam; FARMER, Paul; GOODMAN, Amy. *Getting Haiti right this time*. Monroe: Common Courage Press, 2004.
- COELHO, Haydée Ribeiro. Revisitando a mestiçagem. *Revista Biblioteca Mário de Andrade – Literatura e diversidade cultural*. São Paulo.v. 59. Jan./dez. 2001. P. 62-65
- COSTA, Gustavo Borges; MOTTA, Luiz Gonzaga e LIMA, Jorge Augusto. *Notícia e construção de sentidos: Análise da narrativa jornalística*. Versão em pdf, 2004.
- DENNIG, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. São Paulo: Francis, 2005.
- DUARTE, Eduardo. A formação dos campos do saber científico – o caso do campo comunicacional. 2007 (no prelo) In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUARTE, Márcia Yukiko. Estudo de caso. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- ENTMAN, R. Framing: toward a clarification of a factored paradigm. *Journal of communication*. N. Jersey 1. 26 de nov, 1993, p. 51-58.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- _____. Os Estudos culturais e sua vertente latino-americana. p. 120-129. In: JACKS, Nilda et al. *Tendências na comunicação: 4*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- FANTINI, Marli. Águas turvas, identidades quebradas: Hibridismo, heterogeneidade, mestiçagem e outras misturas. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- FIORIN, José Luiz. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- FONSECA JR, Gelson; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Orgs). *Temas de Política Externa Brasileira* vols. I e II. 2 ed. Brasília: FUNAG, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- FRANÇA, Vera Veiga. Comunicação e política: edifica-se uma tradição? *Revista Compós*, Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/revistacompos/compol.doc>>. Acesso em: 8 ago. 2007.
- FRANÇA, Vera. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA et al. *Estratégias e culturas da comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002a, p.13-29.
- FRANÇA, Vera (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002b.
- FRANÇA, Vera Veiga. L. Queré: Dos modelos da comunicação. *Revistas Fronteiras*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- FRASER, N. *From distribution to recognition*. Justice Interruptus – Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition. London: Routledge, 1987. pp. 151-170.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Frame Analysis – An essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- _____. Os momentos e os seus homens. Textos escolhidos e apresentados por Yves Winkin. Lisboa: Relógio d’Água Editores, 1999.
- GOVERNO DETERMINA que só usina Belo Monte será construída no rio Xingu. Folha de SP *on line*. Dinheiro. São Paulo, 16 de julho de 2008.
- GRONDIN, Marcelo. *Haiti: cultura, poder e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. *Mídia dados 2007*. São Paulo: Grupo de Mídia São Paulo, 2007.
- GUIMARÃES, César G. et al. Das origens e motivações de um trabalho. In: FRANÇA, Vera (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HABERMAS J. Política deliberativa – um conceito procedimental de democracia. In: HABERMAS J. In: *Direito e Democracia*. Tempo Brasileiro, 1997, vol. II, p. 9-42.
- HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/mundogeo/geopolítica/more/stuarthall.htm>>. Acessado em 05 de abril de 2008.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. BH: Editora UFMG, 2003.
- HIRST, Monica. A intervenção sul-americana no Haiti. *Observatório Político Sul-Americano*. Instituto universitário de pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Disponível em <http://www.observatorio.iuperj.br>>, Análise de Conjuntura, n.6, jun. 2007. Acessado em 07/10/2008.
- IANNI, Octavio. Entrevista de Octavio Ianni: O preconceito racial no Brasil. *Revista Estudos Avançados*. Vol. 18, n. 50. *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100002>. Acesso em: 5 nov. 2006.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. trad: Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- JOHNSON-CARTEE, Karen S. *News narratives and news framing: Constructing political reality*. Estados Unidos: Rowman & Littlefield, 2005.
- KANT, Immanuel. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- LAENNEC, Hurbon. *El barbaro imaginario*. México: Fondo de Cultura económica, 1993.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. Brasília/DF: Editora Perspectiva S.A, 2001.
- MAIA, R. C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. Texto apresentado na *V Jornada de Comunicação e Democracia*, FAFICH, UFMG, 23-25 maio, 2007. Artigo aceito para publicação pela LUA NOVA.
- MAIA, R. C. M. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 2007, n. 66, p. 91-116.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. RJ: Ed. UFRJ, 2001.
- MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. *Relações Internacionais: Cultura e Poder*. Brasília/DF: IBRI, 2002.
- MARTINS, Marina Prado Galuppo. A disparidade entre o discurso da ONU para legitimar as intervenções humanitárias e a realidade do Haiti. 2006. *Monografia* (conclusão de curso) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito, Serviço Social e Relações Internacionais, Franca.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MELLO, Valerie de Campos. Novas ameaças a paz e segurança: O papel da ONU. In: *Cadernos Adenauer – Reformas da ONU*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: Os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista. Sociologia Política*, Curitiba, 29, nov. 2007, p. 169-185.
- MINISTÉRIO das Relações Exteriores (MRE): http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/procura3.asp.
- MISIÓN INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y SOLIDARIDAD CON HAITÍ. Haiti: Soberanía y dignidad – *Informe final* 3-9 de abril de 2005. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://www.jubileubrasil.org.br/alcantara/relatorio.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2006.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: A política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- NAÇÕES UNIDAS no Brasil: <http://www.onu-brasil.org.br/>.
- NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano*. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Unesp, 2002.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Política internacional: Atores e agentes. P. 275-293. In: DANTAS, Humberto; MARTINS JR, José Paulo. *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.
- PATTON, Michael Quinn. *Qualitative research and evaluation methods*. London: Sage Publications, 2002.
- PIZZARRO, Ana. Áreas culturais na modernidade tardia. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PERULOZZO, Adair Caetano. *A comunicação como encontro*. Bauru: EDUSC, 2006.
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e política: Conceitos e abordagens*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* - seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PROENÇA JR, Domicio. Comentário: Prestígio de Apoio à Paz (PSOs) e o Desafio Haitiano. In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domicio (Org.). Rio de Janeiro: Gramma: Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- REESE, Stephen D. Et al (Eds.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2003, p. 7-31.
- RINGOOT, Roselyne. Por que e como analisar o discurso no contexto dos estudos sobre jornalismo? *Comunicação e Espaço Público*, Ano IX, n.º 1 e 2, 2006, 133.
- ROCHA, Simone Maria. A invocação da cultura no ambiente mediático: performances narrativas em diferentes gêneros e linguagens. *Projeto de Pesquisa Jovem Pesquisador* (CNPQ). Belo Horizonte, 2008.
- ROCHA, Simone Maria. A “cultura como recurso” e a auto-explicitação do gesto cultural em programas de televisão. *Comunicação & Sociedade*, ano 31, n. 52, p. 155-178, jul./dez. 2009.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura: A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.
- ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER e GASKELL G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- SANCHES ROCHA, Elizabete. Cultura e poder: o papel político do Teatro do Oprimido em Moçambique e sua visibilidade internacional. In: *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2009, Braga-Portugal. X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto. Braga-Portugal : Universidade do Minho, 2009.
- SCHEUFELE, Dietram. TEWSBURY, David. Framing, agenda setting and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57, 2007, p.9-20.
- SEITENFUS, Ricardo O Brasil diante do Haiti: instituições, atores e iniciativas na cooperação internacional. *Relatório Técnico: Estudo comparativo de propostas para a reconstrução e democratização do Haiti*. Santa Maria, outubro de 2006. Disponível em: <<http://idrinfo.idrc.ca/archive/corpdocs/124824/73856.doc>>. Acesso em 10 jul. 2007.
- SEITENFUS, Ricardo. *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. Disponível em www.seitenfus.com.br. Acesso em 12 de março de 2009.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti. *Revista de Política Externa Brasileira*. V. 13, n. 2, set./nov. 2004
- SILVA, Vanessa Lacerda. Um olhar tensionador sobre a publicidade: articulações da publicidade com o mundo social reveladas em anúncios de antipublicidade. *Dissertação de mestrado*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- SILVERSTONE, R. *Televisión, ontologia y objeto transicional*. Televisión y vida cotidiana. Bueno Aires: Amorrortu Editores, 1994.
- SIMMEL, G. Sociability: An example of pure, or formal, sociology. In: *The sociology of George Simmel*. Traduzido por Dinah de Abreu Azevedo.
- SIMON A.; XENOS, M. Media framing and effective public deliberation. *Political Communication*, v. 17, n.4, 2000, p. 363-373.
- SIMONI, Mariana Yokoya. O reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sob a perspectiva internacional e a brasileira. *Revista Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. IBRI/UNB. Disponível em <<http://74.125.47.132/search?q=cache:8wVMjAqVKr0J:meridiano47.info/2009/04/28/o-reconhecimento-dos-direitos-dos-povos-indigenas-sob-a-perspectiva-internacional-e-a-brasileira-por-mariana-yokoya-simoni/+caso+ind%C3%ADgena+pol%C3%ADtica+cultural&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> Acessado em 01 de maio de 2009.
- SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1991.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: ed. Vozes, 2002.
- SOUZA, André Matheus; ZACCARON, Beatriz Ávila. A participação do Brasil em missões de manutenção de paz: o caso Haiti. (211-230) In: BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domicio (Orgs.). Rio de Janeiro: Gramma: Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- SOUZA, Mario T. Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JUNIOR, Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagens, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- TAYLOR, C. *The politics of recognition*. In Gutmann, Amy (ed.) *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press. 1994, pp. 25-74.

- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: 3ª ed. Vozes, 1998.
- VERÓN, E. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2001.
- VITALE, Denise. Democracia direta e poder local: a experiência brasileira do Orçamento Participativo. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e Deliberação*: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 239-254.
- WAMPLER, Brian ; AVRITZER, Leonardo. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e Deliberação*: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 210-238.
- WILLIAMS, R. *Cultura e sociedade*: 1780-1950. SP: Companhia Editora Nacional, 1969.
- WINKIN, Yves. *Anthropologie de la communication*. De la theorie au terrain. Paris: Seuil, Points Essais n. 448, 2001.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*: Usos da cultura na era global. BH: Ed. UFMG, 2004.
- _____. *Entrevista* disponível em <http://www.moodle.ufba.br/mod/resource/view.php?id=61>; acessado em 10 de maio de 2009.
- _____. *Entrevista* disponível em www.portalliteral.terra.com.br; acessado em 04 de abril de 2008.

ANEXOS I - TEXTOS JORNALÍSTICOS

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: Mundo

Título: Tropa chega ao Haiti sem abrigo definitivo

Data: 30/05/2004 - domingo

Crédito: Ricardo Bonalume Neto, enviado especial a Porto Príncipe

MISSÃO NO CARIBE

Primeiro contingente de tropas brasileiras, com 42 homens, desembarca na capital, Porto Príncipe

Chegou ontem ao Haiti o primeiro contingente de tropas brasileiras da missão de paz da ONU. Os brasileiros desembarcaram em Porto Príncipe (capital) ainda sem local definitivo para serem abrigados. Ficam inicialmente em um galpão improvisado perto do aeroporto internacional. Os brasileiros chegaram cedo pela manhã e passaram todo o dia carregando e descarregando material para o galpão em que estão instalados provisoriamente.

Nem deu tempo para almoçar ou sequer sair do terreno do aeroporto. "Meu Haiti é aqui", diz o tenente-coronel Lúcio Waldino dos Santos, um dos encarregados do material.

"Até agora, só vimos o aeroporto", diz o coronel Fernando José Sardenberg, oficial comandando o primeiro destacamento de 42 homens -a maioria do Exército.

"A missão hoje é só colocar os homens no acantonamento", diz Sardenberg.

Vieram quatro veículos nos quatro aviões C-130 da FAB. Os dois caminhões Unimog do Corpo de Fuzileiros Navais passaram boa parte do dia entre a pista de pouso e o galpão. Também vieram dois Land Rover do Exército, mas que ainda não se aventuraram no tresloucado trânsito de Porto Príncipe, onde cada motorista faz o que bem entende quando quer em ruas repletas de buracos, poeira e sujeira.

O material embarcado deve também servir para suprir as necessidades do segundo escalão de 150 homens, que chega na segunda-feira, também de avião.

O calor de mais de 30 C na capital do Haiti fez o consumo de água subir. Os soldados calculam que cada um deve tomar três litros de água mineral por dia -e um bom estoque veio do Brasil. A água mineral local não é confiável, pelo hábito de alguns comerciantes de colocarem água da torneira em garrafas vazias e revendê-las.

Um dos que mais trabalharam foi o major Alexandre Angonese, oficial de logística que coordenará a montagem dos dois postos de comando, da brigada da ONU e do batalhão do Exército do Brasil.

O processo de transição da tropa multinacional -que restabeleceu a ordem no país depois de distúrbios armados no começo do ano que derrubaram o presidente Jean-Bertrand Aristide- para os capacetes azuis das Nações Unidas a serem liderados pelo Brasil está atrasado. Depois de amanhã é a data para a passagem de comando. Mas as tropas estão apenas começando a chegar, e os primeiros oficiais do Estado-Maior da força, de vários países, estão apenas terminando sua primeira semana de aclimatação ao país caribenho. A missão conhecida pela sigla Minustah (Missão de Estabilização da ONU para o Haiti) é o primeiro grande desafio internacional das forças armadas latino-americanas em operações de paz. O comando da missão é do Brasil, que fornece o maior contingente de tropas -1.200 soldados do Exército e fuzileiros navais. Navios da Marinha devem trazer equipamento na segunda semana de junho, mas, entre os contêineres a bordo, não estão aqueles do tipo usado para acomodação de pessoal, como ocorria no batalhão brasileiro da força de paz em Angola, nos anos 1990.

É provável que parte do pessoal tenha de passar algum período em tendas de campanha. O resto das tropas deverá vir da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Mas até agora não estão

definidos os detalhes da participação. O contingente brasileiro deve ser dividido em dois batalhões, um de tropas do Exército, outro de fuzileiros navais e companhias de outros países latinos, uma das quais do Paraguai.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: Mundo****Título: Pobreza haitiana impressiona brasileiro****Data: 31/05/2004 – segunda-feira****Crédito: Ricardo Bonalume Neto, enviado especial a Porto Príncipe****MISSÃO NO CARIBE**

Capitão-médico que participou de missões humanitárias relata a recém-chegados as condições do país

Um médico brasileiro está há dois meses no Haiti vivendo em uma tenda militar e foi o único entre dez colegas das Forças Armadas dos EUA que participou das seis missões humanitárias realizadas no país. O paulistano Gilson Giroto tem dupla nacionalidade e hoje é capitão-médico da Força Aérea dos EUA, a Usaf.

"Vocês não imaginam a pobreza que vão encontrar no país", disse ele a um grupo de soldados brasileiros da força de paz da ONU no Haiti. Parte da tropa chegou no sábado e o restante deve vir na metade de junho. A data da transição formal da responsabilidade da força multilateral comandada pelos EUA para a da ONU, comandada pelo Brasil, é amanhã, 1º de junho.

Os médicos militares dos EUA trataram cerca de 1.900 pacientes, dos quais 500 em um só dia. As consultas tendem a ser demoradas pela necessidade de tradução.

Na capital, a maioria da população fala tanto francês como crioulo. Nas cidades menores do interior, praticamente só se fala a língua criada pelos escravos africanos que tomaram a metade da ilha colonizada pelos franceses no fim do século 18.

A experiência de Giroto é útil aos brasileiros, pois ações cívico-sociais e missões humanitárias devem fazer parte do repertório de atuação da força de paz.

Por enquanto, o maior contato dos mais de 50 soldados brasileiros foi ou com o pessoal do aeroporto e do hotel. Os oficiais e soldados que chegaram anteontem em avião da FAB estão abrigados em um galpão abandonado no terreno do aeroporto. Os oficiais de Estado-Maior ficam em hotéis.

"Não tomamos a água local. Até escovar os dentes e fazer suco, a gente faz com água mineral importada", diz Giroto, que deu uma boa notícia a seus colegas médicos e enfermeiros brasileiros: não houve nenhum caso de malária ou outras doenças tropicais entre os quase 2.000 homens da tropa americana de intervenção, a maioria fuzileiros navais.

"Não houve nenhum problema sério de saúde, os maiores problemas que enfrentamos foram infecções com fungos", diz o médico brasileiro da Usaf. O motivo é o calor e a umidade equatoriais e o uso constante de uniformes dentro dos quais suar muito é praxe.

Giroto vai estar entre os últimos a sair do país. EUA, França e Canadá, principais fornecedores de tropa para a força multinacional de intervenção, devem ser paulatinamente substituídos pelos capacetes azuis da ONU, constituídos principalmente por soldados latino-americanos.

O grupo da Força Aérea dos EUA cuida da movimentação do pessoal do seu país por via aérea. Por isso, sai por último. Mas parte das barracas já foi desarmada.

Giroto foi em 1983 para os EUA estudar inglês. Ficou lá, formou-se em informática e trabalhou sete anos na empresa área IDS. Aos 29 anos, entrou em uma escola de medicina, com os estudos pagos pela Usaf, a qual ele agora serve. Depois de cumprir seus quatro anos obrigatórios, planeja talvez se especializar em medicina aeroespacial. Ele pertence ao 82º Grupo Médico e serve na base aérea Sheppard, perto de Dallas.

A vida nas tendas americanas não é tão ruim assim. Há tenda de recreação com TV a cabo, bebida gelada à vontade e cada militar tem 30 minutos de telefone gratuito por dia. Como acabaram de chegar, os brasileiros, por ora, só têm água mineral morna e quente e não tem comunicação com o país.

Avião retardatário

Um avião de transporte da FAB C-130 Hércules, que estava 24 horas atrasado, desembarcou ontem mais oito toneladas de equipamento para o pessoal brasileiro da força de paz da ONU no Haiti. Os pouco mais de 40 oficiais e soldados só almoçaram às 17h30, depois de levar o equipamento para o galpão em que estão alojados.

Quatro outros C-130 trouxeram anteontem cerca de 20 toneladas de carga, além do chamado "escalão precursor". O primeiro escalão chega amanhã, em outros C-130 com 150 homens e pouco material. O segundo escalão é o pessoal que está no mar em navios da Marinha. O terceiro virá em aviões contratados pela ONU. No total, o Brasil terá 1.200 homens no país. O comandante da missão da ONU (Minustah, na sigla em francês), o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, deve chegar hoje. Amanhã ele deve receber o comando da missão na Academia de Polícia do Haiti.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: Mundo

Título: Haitianos pedem emprego para soldados brasileiros

Data: 04/06/2004 - sexta-feira

Crédito: Ricardo Bonalume Neto, enviado especial a Porto Príncipe

MISSÃO NO CARIBE

Metade do país não tem ocupação; oficial diz que há risco de decepção da população com a força de paz

Um caminhão com militares brasileiros da força de paz no Haiti fez ontem um rápido contato com a população. Foram bem recebidos, e a vitória da seleção por 3 a 1 sobre a Argentina, anteontem, foi comemorada, mas os haitianos aproveitaram para pedir emprego.

Não existem estatísticas confiáveis, e há muito trabalho informal, mas possivelmente metade da população ativa do país não tem ocupação. Era o caso do também pequeno grupo de desempregados que tentou falar com os brasileiros. Eram cerca de meia dúzia em uma praça perto do aeroporto.

Jean-Jean Robert logo perguntou se haveria trabalho para haitianos na Minustah, sigla em francês da Missão da ONU de Estabilização no Haiti. O coronel Luiz Felipe Carbonell, oficial de comunicação social da Brigada Haiti, respondeu que certamente haitianos seriam contratados, mas que a principal função da tropa brasileira era prover segurança.

Robert é motorista, trabalhava em uma indústria que fechou. Sua mulher hoje é quem ganha dinheiro, vendendo frituras na rua. O casal tem quatro filhos. Como a maioria dos haitianos, ele torceu para o Brasil. "Adoro o Ronaldo."

Outro que gostaria de trabalhar como chofer é seu amigo Moise Murat. "Estou sem trabalho, só como uma vez por dia", diz ele.

Comer, para os haitianos mais pobres, significa basicamente arroz com feijão, às vezes só arroz, e, de vez em quando, complementos. No momento vive-se a época das mangas, e os vendedores nas calçadas estão repletos delas.

"Sua presença aqui é necessária", disse Jean-Jacques Foresmy, outro que gostaria de ter emprego, reconhecendo que a missão de segurança é fundamental.

Existe um grande risco de decepção dos haitianos com a substituição da força multilateral interina, liderada pelos EUA, pela força de "capacetes azuis" da ONU, comandada pelo Brasil.

"A parte humanitária e de desenvolvimento econômico está mais afeita a outros departamentos da Minustah", disse o coronel Carbonell. Ele concorda que há o risco de decepção, e que é importante "transmitir a esperança de que é possível melhorar". "Mas não podemos fazer promessas."

Os primeiros haitianos que deverão ser contratados pela força de paz são os mais necessários a princípio: tradutores. O francês e inglês macarrônico de muitos oficiais e soldados pode servir para as comunicações mais simples, mas é claramente insuficiente para a obtenção de inteligência sobre eventuais grupos armados.

Cada brasileiro recebeu dois livrinhos. Um deles aborda como se comportar com a população local; o outro traz frases para o dia-a-dia em várias línguas, notadamente o créole, a língua misto de francês com dialetos africanos.

"Palé dousman" é "fale devagar" em créole (do francês "parlez doucement"). "Mete za'am ou até" é "abaixe suas armas".

Mas, assim como acontece nas favelas brasileiras, recolher as armas dos bandidos é algo difícil. Apenas 200 foram encontradas pela força liderada pelos EUA, das mais de 20 mil ilegais no Haiti.

Não é nada difícil esconder armas no labirinto das favelas locais -as "bidonvilles". E é preciso um bom sistema de informações para saber onde achá-las, algo que ainda parece estar fora do alcance da pequena polícia local. A Minustah incluirá também um contingente de 1.622 policiais estrangeiros para auxiliar a polícia do Haiti.

A força da ONU ainda vai demorar para entrar em operação. O grosso da tropa brasileira só chega depois do dia 20. Está prevista para o dia 18 a chegada dos navios da Marinha trazendo a maior parte do equipamento. Só depois de recebido esse equipamento é que os cerca de 200 soldados e fuzileiros navais hoje no Haiti terão condições de preparar devidamente o acantonamento para os outros mil militares que chegarão até o final do mês.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: Mundo

Título: Para general, força brasileira não é ocupante

Data: 03/08/2004 – terça-feira

Crédito: Ricardo Bonalume Neto, da reportagem local

O general-de-divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira nega que as tropas da ONU que ele comanda no Haiti sejam uma força de ocupação.

"Somos hóspedes de um país soberano e independente", disse Heleno à Folha, por telefone. "Nossa missão é ajudar o Estado haitiano a atuar."

O general comanda os capacetes azuis da Minustah (Missão da ONU de Estabilização no Haiti). A ONU autorizou 6.700 militares e 1.622 policiais para a missão, que também deve ajudar a reconstruir o país.

Para ele, um sinal claro dessa intenção de ajudar e de respeitar a soberania haitiana é o apoio da ONU às eleições previstas para 2005.

A missão do Brasil foi uma decisão de governo, diz o general, respaldada em resoluções da ONU. Se a princípio a ONU agiu para legitimar a intervenção multinacional liderada por EUA e França, depois houve a decisão de substituir essa tropa por capacetes azuis, força composta até agora sobretudo por latino-americanos.

"Alguns interesses foram contrariados, e qualquer história tem dois ou três lados", declara Heleno. "Toda a atuação do Brasil é no sentido de ajudar o Haiti."

Helena discorda de que a situação de segurança em Cabo Haitiano tenha piorado. A região é patrulhada por tropas chilenas. "Existe ali uma concentração de ex-militares que foram desmobilizados e que pleiteiam seus direitos. É um problema que vem desde 94", disse o general. A ONU tem procurado fazer uma intermediação entre o governo interino e os ex-militares para efetuar sua desmobilização.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: brasil

Título: Para Lafer, política de Lula é a do espetáculo

Data: 18/08/2004 - quarta-feira

Crédito: da sucursal de Brasília

O ex-chanceler Celso Lafer, 63, professor titular da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), criticou ontem o jogo da seleção brasileira de futebol no Haiti. "É a expressão da política externa como política espetáculo, que é a dimensão do estilo da atual administração", disse.

Ex-ministro das Relações Exteriores nos governos Fernando Collor de Mello (92) e Fernando Henrique Cardoso (2001-02), não é contra o país integrar forças de paz no exterior, mas acusa a atual política externa de estar sendo "direcionada a dar satisfação ideológica interna". (EC)

Folha - Por que é importante para o Brasil gastar recursos, quadros e energia para liderar uma força de paz no Haiti?

Celso Lafer - A participação do Brasil em forças de paz não é novidade, o que há agora é participação mais ampla. Em tempos recentes, enviamos tropas a Angola e Moçambique, que têm a mesma língua, e Timor Leste, país da Ásia com origem portuguesa e em fase de reconstrução. No caso do Haiti, há, de um lado, o elemento de solidariedade e, de outro, o uso de nossos recursos, já tão limitados, em ações internacionais.

Folha - Por que o Brasil acertou a liderança da força de paz com os EUA, mas fez questão de divulgar que o pedido foi da França? Não ficaria bem fazer uma aliança com os EUA, acusados de interferência nas questões internas do Haiti?

Lafer - Não tenho informações precisas sobre isso, mas parece claro que há interesse tanto dos EUA quanto da França de que haja um terceiro atuando no país, com as características do Brasil. Se essa informação que você dá é correta, o governo preferiu aceitar um pedido francês a um norte-americano porque, para suas bases, ficaria melhor assim. A política externa deste governo tem sido direcionada a dar satisfação ideológica interna. É também uma operação de marketing político.

Folha - Qual o objetivo de assumir uma política externa "agressiva" e de disputar liderança mundial? Faz sentido?

Lafer - O Brasil sempre teve atuação importante no plano internacional, e ela sempre foi exercida com cuidado. Receio que a retórica de uma política agressiva, com aspas, mais atrapalhe do que ajude o Brasil a exercer um papel de destaque.

Folha - Por quê?

Lafer - Nós somos um país de escala continental e de recursos limitados. Temos crescido no cenário internacional pela confiabilidade, não pela agressividade. Além do interesse específico em exportar e importar mais, o Brasil também tem interesse geral no funcionamento do multilateralismo. O que é preciso saber é se essa ação no Haiti vai ou não ajudar essa nossa presença nos foros internacionais.

Folha - O jogo no Haiti pode ser incluído em que categoria: política externa, injeção de ânimo interno, marketing brasileiro no exterior?

Lafer - É a expressão da política externa como política espetáculo, que é a dimensão do estilo da atual administração.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: brasil****Título: Presidente visita time antes do jogo****Data: 18/08/2004 - quarta-feira****Crédito: Eduardo Scolese e Sérgio Rangel, dos enviados a Santo Domingo**

Diante de dirigentes, jogadores e comissão técnica da seleção brasileira de futebol, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o amistoso entre Brasil e Haiti, o "jogo da paz", hoje à tarde, em Porto Príncipe, irá "marcar" a sua passagem pela Presidência. "Esse gesto vai marcar muito a minha passagem pela Presidência, mas certamente marcará a de vocês", afirmou o presidente aos jogadores, após ter cumprimentado um a um.

Assim que chegou, o presidente recebeu do atacante Ronaldo um par de chuteiras douradas. "Isso não é uma sapatilha, é uma chuteira", disse o presidente.

Lula disse que os brasileiros não são bons apenas para "jogar" e assinar "bons contratos", mas também no momento de fazer um "gesto de solidariedade".

O atacante Ronaldo falou em nome dos jogadores: "Estamos completamente à disposição do governo para qualquer projeto social", disse o atacante.

O encontro com Lula emocionou alguns jogadores. "Na hora que ele veio na minha direção, a minha voz não saía", disse o zagueiro Cris. No encontro, Lula também gravou com os jogadores o programam semanal "Café com o presidente".

Como adversário, o Haiti é um dos mais fracos da história -o país é o 95º no ranking da Fifa, liderado pelo Brasil desde 2002.

A tradição do país no esporte é pequena. Os haitianos só disputaram uma Copa do Mundo (em 1974, na Alemanha), e foram eliminados na primeira fase.

O Haiti só enfrentou uma vez o Brasil, pouco antes da Copa da Alemanha, e foi goleado por 4 a 0, em Brasília. Para a partida de hoje, os jogadores brasileiros dizem que vão se divertir e prometem uma goleada. Por questões de segurança, a delegação brasileira desembarcará apenas duas horas antes da partida. Logo após o jogo, deixará o país.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: brasil****Título: Brasil ignora pedido e goleia por 6 a 0****Data: 19/08/2004 - quinta-feira****Crédito: do enviado a Porto Príncipe****O JOGO**

A seleção brasileira não atendeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e goleou ontem o Haiti por 6 a 0 no "jogo da paz". Lula havia pedido ao time que não goleasse o adversário na partida que teve um caráter mais humanitário e diplomático do que esportivo.

Antes do jogo, que teve atraso de quase 20 minutos, os atletas do Haiti se esforçavam para tirar fotos com os pentacampeões.

Na precária arquibancada do estádio Sylvio Cator, muitos haitianos ostentavam bandeiras brasileiras. Lula acompanhou o jogo da tribuna e sorriu bastante quando Ronaldinho fez um golaço.

Além de vários militares brasileiros, o jogo teve a presença do árbitro Paulo César de Oliveira. Ele até poderia ter dado um pênalti para o Haiti aos 13min, mas não teve piedade do time da casa.

A primeira chance do Brasil saiu logo aos 6min, quando a zaga haitiana cometeu erro grosseiro. Belletti desperdiçou chutando para fora. Roger abriu o placar após receber passe de Ronaldo aos 20min -o atacante do Real Madrid teve antes duas boas oportunidades.

Mesmo em ritmo lento devido ao forte calor, o Brasil não teve dificuldades para ampliar. Ronaldinho se livrou de dois adversários com um giro de corpo em cima da bola e depois passou pelo goleiro para fazer 2 a 0 aos 33min.

Roger fez seu segundo gol aos 42min após receber outro passe açucarado de Ronaldo.

No segundo tempo, o Brasil diminuiu mais o ritmo, e o técnico Carlos Alberto Parreira colocou alguns reservas. Para a tristeza do público, Ronaldo, embaixador da ONU, foi um dos substituídos.

Ronaldinho, porém, ficou em campo. Marcou mais dois gols: um de falta, aos 22min, e o outro após aproveitar cruzamento da direita aos 37min. Nilmar ainda teve tempo de fazer o sexto aos 41min. Mesmo com o pedido de Lula, o Brasil venceu o Haiti com mais facilidade do que em 1974 -no primeiro jogo entre os países, o placar foi "só" 4 a 0. (SR)

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: brasil

Título: Lula planta pau-brasil em visita a soldados

Data: 19/08/2004 - quinta-feira

Crédito: do enviado a Porto Príncipe

No dia em que o presidente Lula visitou a sede da brigada brasileira no Haiti, integrantes das Forças Armadas admitiram que o atual número de soldados do país em território haitiano é "insuficiente" e que uma ajuda humanitária precisa chegar "rapidamente" ao Haiti.

A força militar da Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti) conta hoje com pouco menos de 3.000 homens, dos 6.700 autorizados pela ONU. Militares brasileiros estão há dois meses no país. Na semana que vem, 20 delegados chegam ao Haiti para iniciar um estudo em termos de cooperação.

Na visita, Lula cumprimentou oficiais de alta patente, ajudou a plantar uma muda de pau-brasil, ouviu detalhes da ação brasileira e visitou as tendas onde funcionam o restaurante, o posto médico e o dormitório de cerca de 250 soldados. (EDS)

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: "Existe muita resignação e pouco desespero"

Data: 21/09/2004 - terça-feira

Crédito: Fabiano Maisonnave, da redação

Quase toda a cidade embaixo d'água. Milhares de haitianos andando por ruas e estradas alagadas guiados apenas pela linha de postes. Pais carregando corpos de filhos e centenas de feridos esperando a vez de ser atendidas com profundos cortes, sobretudo nos pés. O general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira viu tudo isso e muito mais na visita à desolada Gonaives anteontem. Mas quase não presenciou desespero -o que havia era resignação.

"Foi o espetáculo mais dantesco que vi e que não quero ver outra vez. É indescritível", disse o general Heleno, 56, comandante da Minustah (Missão da ONU de Estabilização no Haiti).

O general Heleno chegou à cidade no domingo de manhã, logo depois da inundação que matou cerca de 500 pessoas durante a noite. Quase toda a cidade estava submersa -nas áreas mais baixas, a altura da água chegava a 2,5 metros. Até ontem à tarde, ainda havia regiões de Gonaives que ainda não haviam sido alcançadas pelas equipes de resgate.

"É uma tristeza enorme ver as águas arrastarem o pouquinho que essas pessoas tinham", disse o brasileiro. "Não há bairro tão pobre no Rio de Janeiro como os que existem por aqui. Os brasileiros não têm idéia de como é o Haiti".

A situação é tão precária que não há prédios em condições para colocar os refugiados. Mesmo a chegada dos helicópteros está limitada a uma parte pequena da cidade.

"Há muitas famílias vivendo na laje das próprias casas com o pouco que conseguiram salvar."

No domingo, cerca de 450 feridos foram atendidos pelas cerca de 20 pessoas da equipe médica da ONG Médicos Sem Fronteira e da ONU. A maioria tinha cortes profundos nos pés por não saberem onde estavam pisando.

A enchente também levou os objetos pessoais dos 454 soldados argentinos na cidade.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Tropas da ONU usa gás para dispersar haitianos famintos

Data: 25/09/2004 - sábado

Crédito: Ricardo Bonalume Neto, enviado especial ao Haiti

TRAGÉDIA NO CARIBE

Multidão toma posto que fazia distribuição de comida

Tropas da ONU no Haiti tiveram de disparar ontem bombas de gás lacrimogêneo para tentar dispersar uma multidão de haitianos desesperados em um posto de distribuição de alimentos em Gonaives. A cidade foi a mais atingida pela tempestade tropical Jeanne, há uma semana. Morreram ao menos 1.160 pessoas e ainda há 1.250 desaparecidos. Os desabrigados chegam a 300 mil.

Cerca de 500 pessoas invadiram uma escola onde uma ONG distribuía alimentos. Soldados argentinos dispararam as bombas e conseguiram dispersar os haitianos, mas eles voltaram assim que a fumaça baixou.

"Loucura"

"Quando chega um comboio [de ajuda], é uma loucura, os argentinos têm trabalho para organizar a distribuição", disse o tenente-coronel brasileiro Hudson Marques Júnior, que fez uma visita de helicóptero ontem à cidade inundada.

A emergência em Gonaives afetou pesadamente a atuação da força de paz, que está com o efetivo bem aquém do previsto. "Militar não reclama", diz o general-de-divisão brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante das forças militares da Minustah (Missão da ONU para a Estabilização do Haiti).

Heleno pediu ao representante do secretário-geral das Nações Unidas e ao comando das forças de paz que acelerassem o envio de novas tropas.

Hoje estão no país caribenho apenas 2.800 dos 6.700 soldados autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU, além de 480 dos 1.622 policiais civis previstos. Dos militares, 1.197 são brasileiros.

Futebol

O último jogo de futebol no principal estádio do Haiti foi pela paz; o próximo vai ser para arrecadar dinheiro para as vítimas de Gonaives.

Desde o jogo da seleção brasileira (6 a 0 sobre o Haiti, em 18 de agosto) que o estádio Sylvio Cator não é usado. Mas um torneio com oito times haitianos deve começar no dia 1º de outubro para angariar dinheiro para ajudar os desabrigados, segundo o responsável pelo

estádio, Gerson Edee (cujo nome em homenagem ao ex-jogador brasileiro Gerson, tricampeão mundial no México, em 1970).

Gerson ainda se lembra com emoção do jogo. "Havia gente que dizia que queria ver o jogo e morrer, de tanta felicidade."

Heleno disse que "perdeu dez anos de vida" no evento da seleção, em razão da necessidade de reforçar as medidas de segurança.

Mas o futebol não apaga a crise política nem substitui a falta de patrulhas -2.300 das quais já foram realizadas em três meses de atuação da brigada brasileira, segundo o seu comandante, o general-de-brigada Américo Salvador de Oliveira.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Haitiano espancado passa bem; ONU considera o caso superado

Data: 23/10/2004 - sábado

Crédito: Fabiano Maisonnave, da redação

MISSÃO NO CARIBE

Força de paz deve dobrar até novembro

O policial haitiano Jean Macion continuava internado ontem num hospital de Porto Príncipe, dois dias depois de ter se envolvido num incidente no qual acusa soldados brasileiros de o terem espancado. A Minustah (Missão da ONU de Estabilização no Haiti) e a Polícia Nacional Haitiana abriram investigações sobre o caso, mas consideram o assunto como superado.

Em entrevista à Folha, ontem, o médico que atendeu Macion, Hans Larsen, disse que ele está bem, mas deve ficar no hospital Canapé Vert até segunda-feira. Segundo Larsen, ele apresenta ferimentos na mão esquerda, no joelho direito e nas costas.

Larsen disse que o ferimento mais grave foi na cabeça, onde sofreu uma pancada. "Temos de observar para ver se não haverá seqüelas."

Muciel disse que estava dirigindo seu carro na região central de Porto Príncipe, na quarta-feira à tarde, quando foi parado por soldados brasileiros num ponto de bloqueio. Ele afirma que, apesar de ter se identificado como policial, foi retirado do carro e espancado.

A missão brasileira nega o espancamento e diz que Muciel tentou furar o ponto de bloqueio, não se identificou inicialmente como policial e se negou a sair do carro, do qual foi retirado com "força moderada".

O chefe da polícia haitiana, Léon Charles, disse que o incidente foi uma "infelicidade", que não afetará as relações com a missão militar brasileira, composta por 1.200 homens e responsável pela região de Porto Príncipe. "Precisamos dos brasileiros."

"Estamos fazendo uma investigação para entender o que aconteceu", disse Charles, que visitou Macion no hospital.

A Minustah também abriu um inquérito para apurar o caso. Segundo o porta-voz da missão, Damian Onses-Cardona, a investigação será encabeçada pelo general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante das tropas de paz da ONU.

O Itamaraty informou que, com base nas informações recebidas pela Minustah, considera o incidente superado.

Ontem, em Paris, o chanceler Celso Amorim voltou a defender a participação brasileira na missão da ONU: "A paz tem um preço. A paz não é de graça e, se você se omite na defesa da paz, vai pagar um preço também, nem que seja perdendo influência nos assuntos internacionais. Às vezes sinto no Brasil um sentimento de isolacionismo. Mas ninguém existe fora do mundo", disse, em entrevista.

Reforço a caminho

O chefe diplomático da Minustah, o embaixador chileno Juan Gabriel Valdés, disse ontem que até o final de novembro haverá 6.200 militares sob a bandeira da ONU, contra os cerca de 3.000 atuais. O Brasil tem reclamado da demora no envio da força total.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Para Celso Amorim, nações ricas têm concepção diferente do Haiti

Data: 03/12/2004 - sexta-feira

Crédito: Fernanda Krakovics, da sucursal de Brasília

Em audiência pública sobre a missão de paz no Haiti, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) fez novas críticas às nações desenvolvidas e disse acreditar que a permanência das tropas brasileiras naquele país será prorrogada. Também há a possibilidade do envio de mais homens.

Segundo Amorim, uma das dificuldades de atuação da Minustah (Missão da ONU de Estabilização no Haiti) é que, embora coloquem dinheiro, os países desenvolvidos têm uma concepção diferente do trabalho.

"Aquilo ali para eles é um problema de segurança, um problema de migração e de narcotráfico. Então, na medida em que esses problemas estejam assegurados, com algumas tropas lá e a guarda costeira tomando conta, essas outras questões que envolvem um movimento financeiro de mais longo prazo não se obtêm com facilidade", disse ele, no Senado.

Para o chanceler, não é possível resolver os problemas de segurança do Haiti isoladamente da situação política, humanitária, social e econômica.

Ao estilo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Amorim usou uma metáfora para dizer por que países em desenvolvimento, na sua visão, são mais solidários. "Você vai no interior do Brasil e vê gente pobre adotando crianças enquanto as classes média e rica são mais hesitantes."

O ministro afirmou que, pela sua experiência na ONU, a Minustah será prorrogada. Já houve uma prorrogação de seis meses, até julho, mas, segundo Amorim, o desejo era que esse prazo fosse maior. Ele ressaltou que uma permanência maior das tropas vai depender de as "coisas caminharem na direção certa". Para ele, há possibilidade de enviar um batalhão de engenharia adicional.

Ao discorrer sobre as dificuldades enfrentadas no país do Caribe, o ministro afirmou que há preocupação da comunidade internacional com a aplicação do montante de US\$ 1,2 bilhão doado. "Para que haja uma confiança na boa gestão dos recursos, é preciso que o governo provisório aceite algum nível de co-gestão, o que não é fácil", disse ele. O próprio premiê do Haiti, Gerard Latortue, mencionou, segundo Amorim, a corrupção como um problema grave no país.

Amorim aproveitou para pedir aos senadores que aprovem autorização para o Brasil tomar um empréstimo-ponte no Banco Mundial para o Haiti, no montante de US\$ 150 milhões. "Como o Haiti é inadimplente, não pode pegar o empréstimo", disse. A operação já teria o aval do Ministério da Fazenda.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: mundo****Título: Um ano depois, Haiti amarga incertezas****Data: 27/02/2005 - domingo****Crédito: Fabiano Maisonnave, enviado especial a Porto Príncipe****CARIBE**

Missão da ONU, enviada logo após a queda de Aristide, não garante segurança; condições para eleição são precárias

Há um ano, todos os 3.000 presos das penitenciárias haitianas ganharam as ruas em meio ao caos espalhado pelo país durante a última semana do então presidente Jean-Bertrand Aristide. Oito dias atrás, apesar da presença dos quase 8.000 militares e policiais das forças da ONU, uma invasão na Penitenciária Nacional, na capital Porto Príncipe, proporcionou a fuga de 481 presos, o equivalente a 20% da população carcerária haitiana.

A fuga em massa expôs a fragilidade da área considerada como a que mais avançou nos últimos meses -a da segurança pública- e traz dúvidas sobre as condições nas quais os haitianos irão às urnas no final deste ano e, eleito o novo governo, se o Haiti conseguirá romper o ciclo de governos autoritários, de intervenções estrangeiras e, sobretudo, da miséria extrema.

Localizado no centro de Porto Príncipe, o maior presídio do país é um símbolo da falência institucional do país. Dos 1.257 detidos que havia ali antes da fuga, apenas 14 haviam sido condenados. A fuga também evidenciou a fragilidade da polícia. "Você pode botar todo o Exército americano em volta do presídio que, se envolver conivência policial, eles vão fugir", disse à Folha o general Augusto Heleno Pereira, comandante militar da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti).

Há também relatos de que menores de idade estejam presos lá dentro. No domingo passado, o artesão Pierre Beausejour, 42, pedia de joelhos informações sobre dois filhos que estariam detidos: Chloé, 21, e Michel, 17.

Mas os presos mais visíveis da penitenciária são o ex-premiê Yvon Neptune e o ex-ministro do Interior Joséleme Privert, acusados de comandar a repressão no governo Aristide. Eles estão presos há dez meses, mas até agora não foram julgados.

"O meu marido se considera um preso político da comunidade internacional", disse à Folha Jinette Privert, 45. Carregando uma sacola com uma marmita, esperava a chance de entregá-la ao marido, como faz diariamente. Era a única bem vestida entre as dezenas de familiares, a maioria mulheres, diante do prédio.

"É evidente que, enquanto não forem comprovados os crimes, eles são presos políticos", afirma Ricardo Seitenfus, que, no final do ano passado, esteve durante um mês no país como enviado do governo brasileiro para a equipe de consultores políticos do chefe diplomático da ONU no Haiti, Juan Gabriel Valdés.

Bel Air, Cité Soleil

Palco de conflitos sangrentos em outubro que deixaram mais de 200 de mortos, as favelas mais famosas da capital haitiana estão mais seguras, segundo a brigada brasileira, responsável pela segurança da maior parte da cidade, mas ainda oferecem perigo. Nos dois últimos dias quatro soldados brasileiros ficaram feridos ao acompanhar a polícia em Bel Air. Nenhum corre risco de morte.

"Mas não matamos ninguém até agora", afirma o general João Carlos Vilela Morgero, comandante da brigada brasileira. Há quem duvide. "Eles usam armamento de calibre grosso em missões às 4h da manhã. É difícil usar tanto poder sem vítimas civis", diz Patrick Elie, ex-

membro do gabinete de Aristide. Mas ele faz uma ressalva: "Todo mundo sabe a diferença entre o marine americano e o militar brasileiro".

No fim de semana passado, a reportagem da Folha acompanhou uma patrulha brasileira em Bel Air. Em meio às pilhas de lixo, havia uma intensa movimentação de ambulantes, mulheres transportando água em baldes na cabeça e outras pessoas perambulando, sem motivo aparente.

Em outubro, o cenário era diferente: durante a revolta supostamente promovida por partidários de Aristide, o comércio e as escolas permaneceram fechadas.

"Graças aos brasileiros, estamos abertos", disse a irmã Renné, diretora da escola Notre Dame, que tem 700 alunos. "Em outubro, não saíamos de casa."

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: Haiti, ano 1?

Data: 06/03/2005 - domingo

Crédito: Ricardo Seitenfus

TENDÊNCIAS/DEBATES

A complexidade da transição política no Haiti não deve camuflar os verdadeiros e inadiáveis desafios do país. A indispensável realização de eleições competitivas e leais, previstas para o final do ano, constitui uma etapa, e não um objetivo isolado e conclusivo. A democracia representativa, desprovida de conteúdo capaz de resgatar um mínimo de dignidade a milhões de haitianos que sobrevivem em condições subumanas, será um simples jogo de cena dos 80 partidos políticos locais sob o olhar conivente da comunidade internacional.

Os reiterados fracassos da comunidade internacional exigem um repensar de sua estratégia de ação no Haiti

A intransigente defesa do multilateralismo -desafio maior das atuais relações internacionais- não pode ser divorciada dos princípios éticos da responsabilidade e da eficácia. A tarefa de que se auto-incumbiu o sistema das Nações Unidas é plena e indelegável. Quando, em 29 de fevereiro de 2004, Jean-Bertrand Aristide galgou os degraus da escada do avião que o conduziu a um triste e incerto exílio, ele já o fez na condição de ex-presidente do Haiti. Poucas horas antes, "Titid" havia firmado uma carta de renúncia, a fim de evitar "um banho de sangue".

Pressionado internamente por uma poderosa, embora díspar, oposição, composta por ex-militares e ex-policiais, por supostos representantes da sociedade civil organizada (Grupo dos 184), pelo alto clero e, sobretudo, por antigos companheiros de caminhada, desiludidos com seu desgoverno, o ex-padre dos pobres se fez vítima de um incêndio que ele mesmo havia ateado.

Do exterior não poderia vir sua salvação. Ao contrário. Capitaneado pela França, ultrajada pela acusação de um débito de US\$ 22 bilhões oriundo da época da Independência haitiana (1804), o grupo de países ocidentais influentes abandonou o ex-prelado por razões específicas: os Estados Unidos pretendiam evitar uma guerra civil que fizesse ressurgir o fantasma dos "boat people"; o Canadá, por sua vez, demonstrou uma compreensível fadiga em face da violência governamental e do poço sem fundo provocado pela corrupção e pelos desmandos recorrentes.

A vacância da cadeira presidencial obrigou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a enviar com urgência uma Força Multinacional Provisória, composta pelos três países acima citados, afastando assim o golpe militar em curso. Em 30 de abril, o CS criou, através da resolução 1.542, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah).

Imensa é, portanto, a responsabilidade da comunidade internacional no deslinde da atual crise. Contudo o caso haitiano abriga singularidades e sofisticações a exigir uma nova concepção de intervenção e de cooperação internacional. Sejam claros e diretos: o Haiti -um país sob transfusão- é economicamente inviável e politicamente impossível, se deixado à própria sorte. Todavia a cooperação estrangeira, que fez do Haiti o país com o maior índice de auxílio recebido por habitante no mundo, colhe somente amargos frutos.

As frias estatísticas mostram a cruel realidade: apesar de paupérrimo, o Haiti conseguiu a proeza de empobrecer ainda mais ao longo das últimas décadas. O imenso inventário dos descalabros é proporcional à lista dos responsáveis.

Os reiterados fracassos da comunidade internacional, dividida entre indiferença e intervenção paternalista, exigem um repensar de sua estratégia de ação no Haiti. É bem verdade que as deploráveis condições sociais conduzem naturalmente à comiserção. Ora, o curto prazo torna-a má conselheira. Assim, uma intervenção que se sustente unicamente na indignidade da miséria será uma política miserável.

Para reverter um quadro secular que conduziu um povo irmão, digno e extraordinário à espiral infernal de descaso e de incúria, é indispensável recriar o Estado, responsabilizar seus dirigentes e soltar as múltiplas amarras que sufocam os projetos de desenvolvimento socioeconômico. Somente assim poderá surgir um diálogo nacional que desemboque na aceitação das diferenças e no gerenciamento dos conflitos. Todavia, para alcançar esses objetivos mínimos, além de recursos financeiros e do apoio técnico provenientes do exterior, o Haiti clama pela "aretê" grega, ou seja, por homens e mulheres orientados pela busca do bem comum.

Esperemos que a comunidade internacional, sob inspiração da América Latina e liderança do Brasil, consiga reverter o tenebroso quadro haitiano, colocando um termo ao caos e à extrema dependência que precipitaram a antiga "pérola das Antilhas" aos baixios da desumanidade.

Ricardo Antônio Silva Seitenfus, 56, doutor em relações internacionais pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Genebra (Suíça), é professor titular de direito internacional público e de organizações internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (RS). Foi o mediador político enviado pelo Brasil ao Haiti, em 2004.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Rumsfeld se diz preocupado com Venezuela

Data: 24/03/2005 - quinta-feira

Crédito: Eduardo Scolese, da sucursal de Brasília

VISITA AO BRASIL

Secretário afirma que militarização venezuelana pode gerar instabilidade e elogia atuação brasileira no Haiti

O secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, expressou ontem, em Brasília, a preocupação americana com a estabilidade da América Latina diante do governo venezuelano de Hugo Chávez.

Para Rumsfeld, as recentes negociações da Venezuela com a Rússia para a aquisição de 100 mil fuzis para suas Forças Armadas devem ser vistas com cautela e como um possível ponto negativo.

No Ministério da Defesa, Rumsfeld disse: "Certamente, estou preocupado. Se alguém presta atenção na discussão, ela diz respeito à importação de 100 mil fuzis AK-47 que saíram da Rússia possivelmente para a Venezuela. Não sei se isso já está firmado, mas eu li a respeito e fiquei sabendo não apenas na imprensa mas também em contatos bilaterais".

Rumsfeld admitiu torcer contra a oficialização do acordo, que prevê ainda a aquisição de helicópteros e caças russos. "Não posso imaginar o que vai acontecer com 100 mil fuzis. Não posso imaginar o porquê de a Venezuela precisar deles. Eu só espero que isso não aconteça. E, se isso por acaso acontecer, não sei se será positivo para o hemisfério", disse.

Para os EUA, parte das armas poderia acabar com a guerrilha terrorista Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), vista pelos EUA como uma organização terrorista internacional. Após ouvir Rumsfeld, o vice e ministro da defesa do Brasil, José Alencar disse: "O Brasil sempre defendeu e continua defendendo a autodeterminação dos povos e a não-intervenção".

Haiti

Rumsfeld, que também esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enalteceu a atuação do Brasil desde o ano passado no comando da Minustah (Missão da ONU de Estabilização no Haiti).

"Gostaria de mencionar particularmente o papel de liderança do Brasil no Haiti, coordenando o apoio ao país na ONU. O Brasil tem dado uma contribuição bem-vinda à estabilidade no nosso hemisfério, e isso é, certamente, um crédito para o povo brasileiro."

Mas o secretário se esquivou ao ser indagado se a atuação no Haiti fortalece a obsessão brasileira de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. "O Departamento da Defesa não tem voz ou qualquer papel no CS. Isso é atribuição do presidente [George W. Bush] e do Departamento de Estado."

Temas espinhosos, como o suposto foco terrorista na região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai e um eventual monitoramento dos EUA do espaço aéreo sul-americano, não faziam parte do encontro de ontem, segundo o secretário americano.

Rumsfeld agradeceu a "hospitalidade brasileira", enalteceu a colaboração do país com as ações mundiais de combate ao terror após o 11 de Setembro e disse que os brasileiros deveriam ter "orgulho" do trabalho do assessor especial da ONU para o Iraque Sérgio Vieira de Mello, morto em 2003.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: Conselho de Segurança a qualquer custo?

Data: 29/05/2005 - domingo

Crédito: Carlos Eduardo Gaio e James Louis Cavallaro

O Itamaraty finalmente vê seu pleito de um assento permanente no Conselho de Segurança (CS) da ONU começar a ser discutido seriamente. Desde que o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, publicou o relatório "Por Maior Liberdade", propondo mudanças concretas para as Nações Unidas, praticamente todas as atenções do governo brasileiro estão voltadas para esse assunto.

A idéia de que o Brasil merece uma cadeira permanente no Conselho de Segurança já vinha sendo discretamente perseguida pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Desde 2003, no

entanto, a diplomacia brasileira, dita "ativa e altiva", vem intensificando suas ações e trabalhando em ritmo acelerado.

Deixando de lado a histórica rivalidade com a Argentina no tocante à liderança regional do Brasil, aflorada e calorosamente debatida nas últimas semanas, não há dúvidas sobre a necessidade de uma representatividade regional mais balanceada naquele órgão. Desde logo, é preciso deixar claro que apoiamos a iniciativa brasileira em pleitear seu ingresso, bem como defendemos a revisão do direito exclusivo de veto, um poder desequilibrado que permite a imposição de posições arbitrárias por um grupo limitado de países. No entanto, é preciso questionar o que parece ser a política brasileira a esse respeito: a de buscar uma vaga permanente no Conselho de Segurança a qualquer custo.

Tudo leva a crer que o Brasil, com a mirada no CS, estaria sendo omissos e coniventes com desrespeito aos direitos humanos

Como parte dessa política, o governo brasileiro decidiu liderar a missão de estabilização da ONU (Minustah), criada com a resolução 1.542/2004 do Conselho de Segurança, adotada no dia 30 de abril de 2004. Como documentamos no recente relatório "Mantendo a Paz no Haiti?", baseado em nossas visitas ao Haiti ao longo dos últimos meses, a atuação da ONU naquele país, para a qual o Brasil contribuiu decisivamente, é lamentável.

O resultado dessa falha é trágico: grupos armados continuam a espalhar terror na capital, Porto Príncipe; membros do antigo exército haitiano -que fora desmantelado em 1995-, que participaram na recente rebelião que levou à saída de Aristide, continuam controlando importantes áreas do planalto central do país, atuando ilegalmente como força de ordem e segurança. Enquanto isso, a polícia nacional haitiana continua perseguindo, violentando e assassinando haitianos, muitas vezes até com cobertura de tropas da ONU.

Apesar de receber relatórios e mais denúncias sobre os problemas no Haiti, o governo brasileiro mostra uma reação que tem sido nula em termos práticos.

Em 31 de março de 2005, numa decisão histórica, o Conselho de Segurança decidiu encaminhar a crítica situação de Darfur, no Sudão, para o recém-criado Tribunal Penal Internacional (TPI).

Essa é a primeira vez que o CS envia um caso para o TPI, vencendo inclusive a resistência de seu principal opositor, os Estados Unidos da América. O resultado dessa votação mostrou que apenas Estados Unidos, China, Argélia e Brasil se abstiveram. Facilmente deduzível por que Argélia e China, dois países com violações massivas e sistemáticas de direitos humanos e bons candidatos a terem os seus nacionais processados pelo TPI, se opõem à decisão.

Mas por que o Brasil não quer que o TPI investigue denúncias de genocídio, crimes contra a humanidade, no Sudão? Apesar da declaração do embaixador Sardenberg, de que o Brasil não estaria de acordo com uma concessão técnica feita aos EUA, parece que a razão para a posição brasileira pode ser outra.

Há poucas semanas, o jornalista Joel Brinkley afirmou em artigo no New York Times que uma delegação brasileira em visita ao Sudão, em fevereiro, teria prometido ao governo daquele país não apoiar punições da ONU contra o Sudão em troca de apoio à pretensão brasileira no Conselho de Segurança.

Se a informação do jornalista for de fato verdadeira, o Brasil estaria ignorando dezenas de milhares de mortes e o sofrimento de vítimas inocentes, mulheres violentadas e estupradas, crianças órfãs e sem perspectivas. É dizer: se o governo brasileiro não desmentir publicamente o que foi divulgado pelo jornal americano, tudo leva a crer que o Brasil, com a mirada única na hipotética cadeira no grupo dos países mais poderosos, estaria sendo omissos e coniventes com uma terrível situação de desrespeito aos direitos humanos.

A Organização das Nações Unidas foi erigida sobre princípios de humanidade, respeito aos direitos humanos e à liberdade. Tanto a tragédia no Haiti como o genocídio de Darfur, que o governo brasileiro parece ignorar e usar como barganha, não nos deixam esquecer das questões práticas e prementes a serem analisadas vis-à-vis ao Conselho de Segurança da ONU. Diante de tão delicadas questões, é imprescindível que a sociedade brasileira indague: a que custo o Brasil está buscando seu assento no Conselho de Segurança?

Carlos Eduardo Gaio, 27, advogado, é coordenador de relações internacionais da ONG Justiça Global.

James Louis Cavallaro, 41, advogado, é diretor de relações internacionais da ONG Justiça Global e diretor do Programa de Direitos Humanos e membro do corpo docente da Harvard Law School. @ - global@global.org.br

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Contra críticas, ministro de Lula voa para o Haiti

Data: 11/06/2005 - sábado

Crédito: Fabiano Maisonave, da redação

CARIBE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva envia hoje ao Haiti o ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Jorge Armando Felix, para demonstrar apoio ao trabalho do comandante da missão de paz da ONU, o general brasileiro Augusto Heleno Pereira, alvo de duras críticas nos últimos dias.

O principal assessor militar da Presidência também recolherá informações sobre a situação do país, que enfrenta uma nova onda de seqüestros e violência em sua capital, para repassar a Lula. É provável que ele se encontre com o primeiro-ministro haitiano, Gérard Latortue. Ao todo, Felix ficará cerca de um dia e meio no que será sua primeira viagem ao Haiti.

"Na condição de comandante-em-chefe das Forças Armadas, desejo reiterar o meu orgulho pelo modo como as tropas brasileiras e as de outras nacionalidades sob o comando de Vossa Excelência têm desempenhado uma missão de grande delicadeza política e de enorme complexidade militar. Estou certo de que a opinião pública brasileira está consciente dos desafios enfrentados por todos os oficiais e praças da Minustah [missão de paz da ONU]", diz a mensagem assinada por Lula.

A missão de paz da ONU tem sido criticada por não deter a recente onda de violência em Porto Príncipe, quase toda sob a responsabilidade das tropas brasileiras. Em mais um incidente na capital envolvendo tropas da ONU, um militar boliviano, um jordaniano e dois voluntários locais da Cruz Vermelha haitiana foram baleados anteontem de manhã na favela de Cité Soleil. Um dos voluntários está em estado grave.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Apesar da ONU, Haiti vira "terra de ninguém"

Data: 12/06/2005 - domingo

Crédito: Fabiano Maisonave, da redação

MISSÃO NO CARIBE

Haitiano já não distingue crimes comuns da violência por motivação política; crescem ataques a capacetes azuis

Sob crescentes críticas dentro e fora do país, a missão de paz da ONU no Haiti comandada pelo Brasil está completando um ano neste mês envolta em mais uma onda de violência na capital, Porto Príncipe, o que ameaça inviabilizar as eleições gerais marcadas para o segundo semestre.

Depois de um período relativamente calmo no início do ano, a capital haitiana voltou a viver dias de violência semelhantes a setembro do ano passado, quando um levante promovido por partidários do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide provocou dezenas de mortes na capital e o fechamento do comércio e das escolas.

Desta vez, além dos tiroteios constantes, a cidade sofre com uma epidemia de seqüestros. Segundo a polícia haitiana, foram ao menos 350 casos entre os dias 25 de fevereiro e 31 de maio.

"A situação tem piorado nos últimos meses", disse à Folha Ali Besnaci, chefe da missão da ONG Médicos Sem Fronteiras em Porto Príncipe, que trata apenas casos de violência, como pessoas baleadas e vítimas de abuso sexual.

Localizada dentro de um hospital haitiano, a missão recebe pacientes da favela de Cité Soleil. Com 500 mil habitantes, é tida como a região mais violenta do país.

Na semana passada, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) divulgou uma nota na qual diz que o país atravessa uma "crise humanitária crônica, provocada por uma conjunção de fatores como instabilidade política, violência e desastres naturais recorrentes".

Segundo o CICV, cerca de 200 corpos são encontrados abandonados todos os meses em Porto Príncipe, consequência da violência "política e criminal".

"Os haitianos (...) vivem amedrontados pela violência motivada por razões políticas e pela criminalidade comum. A linha que separa as duas formas de violência está cada vez mais difícil de ser distinguida", afirma o CICV. Essa interpretação é praticamente consensual entre analistas e organizações humanitárias.

A violência contra as tropas da ONU também aumentou no primeiro semestre deste ano, quando cinco capacetes azuis foram mortos a tiros. Nos primeiros seis meses da missão, ninguém havia sido morto.

Os militares brasileiros têm sido cada vez mais alvo de disparos. No primeiro contingente, que atuou até dezembro, apenas um soldado havia sido ferido. No segundo contingente, esse número subiu para cinco. E o terceiro contingente, que acaba de chegar, teve o primeiro caso na semana passada. Nenhum brasileiro foi ferido com gravidade. Cada contingente permanece cerca de seis meses no país.

A Folha solicitou à Brigada Brasileira, responsável por parte da segurança da região de Porto Príncipe, estatísticas sobre a evolução mensal dos registros de violência, mas foi informada de que os números estão atualmente indisponíveis por causa do processo de troca de contingente.

"Posso adiantar que nossos dados estatísticos demonstram melhora sensível na situação na área sob a responsabilidade do batalhão", afirmou o ex-comandante Luciano Puchalski, que até a semana passada coordenava a coleta e análise de informações sobre a violência na área de atuação dos 1.200 soldados brasileiros.

Pressão americana

Acostumados a intervir no Haiti, os Estados Unidos têm demonstrado impaciência com a falta de resultados no país. Há uma semana, o jornal "Washington Post" noticiou que a embaixada norte-americana no país havia recomendado ao governo de George W. Bush o envio de marines para garantir a segurança nas eleições de outubro e novembro.

Em visita ao Haiti na última quinta-feira, o subsecretário de Estado dos EUA para a América Latina, Roger Noriega, exortou a missão liderada pelo Brasil a ser mais "pró-ativa" no combate

às gangues, mas negou especulações de que Washington poderia enviar militares para reforçar a segurança do país.

O chefe-de-gabinete do governo haitiano, Michel Brunache, disse que a chegada de marines americanos seria "bem-vinda" e que a população tem "cada vez menos" confiança nos capacetes azuis.

O especialista em relações internacionais Ricardo Seitenfus, que no ano passado foi enviado ao Haiti pelo Itamaraty para acompanhar as negociações políticas, defende o trabalho brasileiro. Segundo ele, "evitamos o pior, que seria uma guerra civil".

"O nosso modelo é de diálogo, com baixo índice de intervenção militar, de associar a presença militar à tentativa de resolver as questões socioeconômicas e o diálogo político", afirma. "Devemos continuar prestando esse serviço, mas colocando como condição dois elementos: o diálogo político e a questão socioeconômica como problemas a serem enfrentados."

Como resposta às críticas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviaria ontem ao Haiti o ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Jorge Armando Felix, que levou uma mensagem de apoio ao comandante da Minustah (missão de paz da ONU), o general brasileiro Augusto Heleno Pereira.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: Haiti: um grande desafio

Data: 11/09/2005 - domingo

Crédito: Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Desculpas adiam providências urgentes e obrigam os militares a ações humanitárias que fogem a sua alçada

Há 11 dias, passei o comando da força militar da Missão da ONU para Estabilização do Haiti (Minustah) ao general Urano Bacellar. Vivi, durante 15 meses, uma experiência fantástica, pessoal e profissional. Comandei um efetivo de 6.250 militares "capacetes azuis", reunindo contingentes de 13 países, sete deles latino-americanos, e oficiais de Estado-maior de 23 nações. Todos deram tudo de si para cumprir cabalmente as missões recebidas.

A caótica realidade socioeconômica do país levou-me a concluir, de imediato, que construir um ambiente seguro e estável seria viável se combinássemos segurança com projetos de infraestrutura e desenvolvimento. A doação de mais de US\$ 1 bilhão, na Conferência de Washington, em julho de 2004, fez-me crer que canteiros de trabalho, tropas e polícia desdobrar-se-iam, simultaneamente, pelas diversas regiões do país.

Entretanto desculpas inconsistentes continuam adiando providências urgentes no campo econômico e social, obrigando os militares a realizar ações humanitárias que fogem a sua alçada.

Várias vezes, expressei minha discordância quanto à estratégia adotada pela "comunidade internacional" em relação ao Haiti. Fazia eco às manifestações de desapontamento do embaixador chileno Juan Gabriel Valdés, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da missão, e dos governos de países latinos. O Brasil e a Espanha ameaçaram, inclusive, retirar seus efetivos militares. Até agora, pouquíssimo aconteceu de prático e visível.

Deixei o Haiti convicto de que somente a geração maciça de postos de trabalho melhorará as condições de vida e criará uma esperança de futuro para os jovens haitianos. Exigir uma segurança impecável para aplicar recursos quando 80% da força de trabalho não possui emprego formal e 70% do povo sobrevive miseravelmente com uma refeição diária soa utópico e até mesmo cruel.

Até agora, cabe quase que exclusivamente aos vetores de segurança criar condições para o cumprimento da resolução do Conselho de Segurança da ONU. Um desses vetores, a Polícia Nacional do Haiti (PNH), única força legal do país, reconhecidamente destemida, enfrenta sérios problemas de equipamento, pessoal e adestramento, além de ser alvo de acusações freqüentes de envolvimento em atos ilícitos. Por isso, operações conjuntas, necessárias e inevitáveis, constituem, sempre, fator de risco para os capacetes azuis.

Li e ouvi acusações contra a Minustah. Injustas e precoces, esquecem que a instalação de uma missão de paz advém de uma série crise e da necessidade de evitar um mal maior. No caso do Haiti, inegavelmente um grande desafio, até os pessimistas de plantão reconhecem que, sem a intervenção da ONU, teria explodido uma sangrenta guerra civil.

A Minustah, apenas em dezembro de 2004, atingiu um efetivo próximo do previsto pelo mandato. Ainda assim, realiza um profícuo trabalho. Há cinco meses, o interior do Haiti encontra-se inteiramente calmo. Porto Príncipe, capital do país, viveu, em maio e junho, um pico de violência. O número de seqüestros cresceu, e ações de gangues armadas contra estabelecimentos comerciais e industriais ameaçaram a frágil economia haitiana. Por coincidência, renovávamos, à época, os contingentes responsáveis pela segurança da cidade: Brasil, Jordânia, Peru e Sri Lanka.

Graças à atuação conjunta de militares, PNH e polícia internacional, controlamos a situação, e a cidade retomou a tranqüilidade. O terceiro contingente brasileiro, melhor treinado e valendo-se da experiência dos anteriores, restabeleceu, apoiado pela população, a lei e a ordem no bairro crítico de Bel Air. Resta, ainda, uma única área problema: a paupérrima e gigantesca favela de Cité Soleil, com cerca de 300 mil habitantes, isolada e subjugada a gangues que, diariamente, enfrentam, à bala, as patrulhas de capacetes azuis.

A situação exigirá um trabalho duro, persistente e demorado, incluindo ações de governo, em uma solução compatível com uma força de paz, sem o uso indiscriminado da violência, como desejam alguns inescrupulosos.

As eleições acontecerão, com certeza. Mais de 400 postos, espalhados em todo o país, já acolheram mais de 2 milhões de inscritos, sem qualquer incidente relevante. Como insiste o embaixador Valdés, não serão eleições austríacas nem suíças. Esperamos dos julgadores a mesma tolerância demonstrada ao analisar pleitos efetuados, recentemente, em outras zonas "quentes".

Penso que o futuro do Haiti depende, fundamentalmente, da participação solidária dos países latino-americanos. Nossa familiaridade com problemas semelhantes poderá ajudar o futuro governo na busca de soluções viáveis e duradouras.

Espero que o fantástico e sofrido povo haitiano, pioneiro na conquista da sua independência, assuma o papel que lhe cabe, esqueça as desavenças do passado, aproveite a presença estrangeira (bem-intencionada e financeiramente poderosa), escolha bem os seus futuros governantes e se una em torno de um pacto de governabilidade, capaz de restabelecer a democracia e o Estado de direito, reconstruir o país e pavimentar um futuro melhor.

Augusto Heleno Ribeiro Pereira, 57, general-de-divisão combatente do Exército brasileiro, foi comandante militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) de junho de 2004 a setembro de 2005.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: ONGs acusam Brasil de violações no Haiti

Data: 16/11/2005 - quarta-feira

Crédito: Iuri Dantas, de Washington

MISSÃO NO CARIBE

Grupo de ativistas americanos diz à OEA que soldados brasileiros da ONU participaram de massacre

O Brasil foi denunciado ontem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) sob a acusação de participação ativa e omissão em supostas chacinas no Haiti. A denúncia é de grupos de ativistas americanos. O Brasil lidera os militares da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah), sob o comando do general Urano Bacellar.

"Aqueles mortos pelas forças da Polícia Nacional Haitiana e pela Minustah incluem uma longa lista de homens, mulheres e crianças desarmados. Nenhum esforço foi feito para reduzir as mortes de civis e transeuntes. Em muitos casos, essas vítimas não são "dano colateral" das operações, acidentalmente surpreendidas em fogo cruzado, mas intencionalmente visadas e mortas pela polícia e/ou forças da Minustah", diz a petição entregue à comissão.

O lingüista Noam Chomsky também apóia as denúncias, de acordo com os organizadores, mas ele não assina a petição.

O grupo responsável pela denúncia disse ter obtido gravações em vídeo e depoimentos de haitianos que comprovariam os incidentes. O material, porém, não foi repassado à imprensa ontem.

Depois de analisar os dados, a comissão deve solicitar uma resposta oficial do Brasil a respeito das supostas violações de direitos humanos, antes de decidir se inicia um processo contra o país.

"As informações e relatos vêm de diferentes fontes, de diferentes classes sociais, de diferentes bairros. É implausível que tenham organizado uma versão", disse Seth Donnelly, da ONG US Labor.

Um suposto massacre no dia 6 de julho de 2004 compõe a base da denúncia. No episódio, a Minustah contabiliza cinco mortos. Já moradores e médicos ouvidos na denúncia encaminhada dizem que 63 pessoas morreram e 14 desapareceram. A maioria dos mortos teria recebido tiros na cabeça.

Dias antes, em 29 de junho, uma outra ação dos capacetes azuis teria resultado na morte de um haitiano em cadeira de rodas, William Merci, em Bel Air, com um tiro na cabeça. Um vídeo do corpo e depoimentos indicariam a participação de tropas brasileiras.

"Não importa quem esteja no comando. Os brasileiros são adorados pela população haitiana por conta do futebol. Quem lidera as tropas vai aplicar a política da ONU que é ditada pelos EUA. Está tudo errado desde o início", afirmou Lionel Jean-Batiste, vereador em Illinois.

Na denúncia, o Brasil é considerado culpado pela ação direta de seus soldados em mortes de civis e também por omissão frente à ação violenta da Polícia Nacional Haitiana. De acordo com o relatório, integrariam a polícia grupos de criminosos locais que agora se vingam contra a população.

Contabilizam 14 as assinaturas na petição. Entre os que endossam estão as ONGs Global Exchange, Irmandade de Reconciliação, Instituto para a Justiça e Democracia no Haiti e US Labor, a Associação Nacional de Advogados, o professor de geologia Joseph Nevins, do Vassar College e a Conferência de Advogados Negros de Chicago.

A equipe responsável pela denúncia foi a Cité Soleil no dia seguinte às mortes de 6 de julho.

Os EUA também foram denunciados sob a acusação de "armar e apoiar diplomaticamente" a polícia haitiana após a queda do então presidente, Jean-Bertrand Aristide, em fevereiro de 2004

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: Os ônus do Haiti

Data: 17/11/2005 – quinta-feira

Crédito: editorial não-assinado

A denúncia de que militares brasileiros estariam envolvidos em chacinas no Haiti, independentemente de ser ou não verdadeira, corrobora a tese de que a paupérrima ilha caribenha transformou-se num atoleiro para o Brasil.

As acusações, feitas por ativistas norte-americanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), precisam ser investigadas, embora outras fontes abalizadas sustentem que, se a Minustah (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), cujo comando militar é do Brasil, errou, foi mais por omissão do que por ações concretas.

De toda maneira, a denúncia funciona como um termômetro da deterioração tanto do cenário político como do prestígio das forças estrangeiras. Uma acusação como essa teria sido impensável durante os primeiros meses da missão, que teve início em junho do ano passado.

Esta Folha foi favorável à colaboração do Brasil com as forças da ONU, mas já há meses vem alertando para os problemas ocasionados pela falta de uma ação conjunta da comunidade internacional. Ao que tudo indica, à medida que o tempo passa, a situação tende a piorar. A eleição presidencial, que deveria ser o início da normalização do Haiti, já sofreu quatro postergações -estando prevista, agora, para meados de dezembro.

É também desalentador que grande parte da ajuda prometida por diversos países em 2004 jamais tenha chegado à ilha. E dificilmente chegará. O Haiti não é o único país miserável do planeta que cobra apoio externo, e os EUA, potência que realmente faz a diferença, têm outras prioridades internacionais no momento.

Diante desse quadro, o Brasil vê-se na incômoda posição de comandar uma missão que vai se tornando cada vez mais impossível. Sendo assim, os brasileiros ficam com os ônus políticos pelo fracasso. Para não torná-los muito evidentes, o país permanece no Haiti apenas fingindo que tudo corre bem.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Morte abala política externa de Lula

Data: 08/01/2006 - domingo

Crédito: Eliane Castanhede, colunista da folha; Eduardo Scolese, da sucursal de Brasília

A morte do general Urano Bacellar, ontem, em Porto Príncipe (Haiti), foi um duro golpe tanto à política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva como ao Exército, como instituição.

Liderada pelo Brasil, a missão de paz da ONU no Haiti tem servido como um dos alicerces do Itamaraty para vender ao mundo a possibilidade de o país obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em 2004, ao receber dos EUA o comando da missão haitiana, o Brasil passou a liderar pela primeira vez uma força da ONU justamente para chamar a si uma maior responsabilidade nas ações da instituição.

Agora, com a morte de Bacellar, o governo sabe que aumentarão as críticas e terá de dar explicações cada vez mais constantes, principalmente no Congresso, se vale a pena arriscar a vida de homens brasileiros em troca de uma aspiração da política externa -desgastada na semana passada pelo fato de o Japão ter desistido de assinar o projeto de reforma do Conselho de Segurança apoiado por Brasil, Índia e Alemanha.

Já no Exército o desgaste pode vir da eventual confirmação de que o comandante da Minustah cometeu suicídio em seu alojamento em Porto Príncipe.

Casos de suicídio são comuns nas Forças Armadas, mas não entre oficiais gerais. Tal confirmação ocorreria no momento em que a auto-estima dos militares não é das melhores. O próprio comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, tem admitido publicamente o sucateamento da Força e a impossibilidade de seus comandados fazerem três refeições diárias.

Até o início da tarde de ontem o Itamaraty não tinha a confirmação do motivo da morte de Bacellar porque o exame de balística ainda estava sendo efetuado. No Haiti, as tropas brasileiras foram informadas do fato durante uma missão numa favela da capital.

Na tarde de ontem, eram aventadas duas possibilidades. Uma, que o Exército encampou rapidamente, de que a morte foi acidental, e a outra, também considerada no Itamaraty, que era a de suicídio. Mas os diplomatas não queriam falar nada oficialmente por falta de confirmação técnica.

O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores), que estava no Rio com a família, retornou a Brasília, onde se reuniu com o ministro da Defesa e vice-presidente, José Alencar, e com assessores do Ministério da Defesa e do comando do Exército no fim da tarde.

O chanceler também conversou sobre o fato com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e com a secretária de Estado americana, Condoleeza Rice.

Em nota, o Itamaraty afirmou que o general era "conhecido por seu preparo e competência" e "vinha conduzindo com excelência e grande responsabilidade a difícil tarefa de comandar o componente militar da missão", e disse que Lula "reitera sua plena confiança no trabalho desenvolvido pelas tropas brasileiras no Haiti e reafirma a determinação do governo brasileiro de continuar apoiando o povo haitiano na construção da paz e normalização política" do país. Por fim, o texto pede que a ONU "conduza imediata e ampla investigação sobre o assunto" e dispõe que autoridades da Defesa, das Relações Exteriores e do Gabinete de Segurança Institucional acompanhem o processo.

Amorim conheceu pessoalmente o general Bacellar na última vez em que esteve em Porto Príncipe, após voltar de Nova Iorque, no final do ano passado. A assessores, o ministro descreveu o general como "uma pessoa muito afável, gentil e que parecia muito satisfeito com o trabalho que desempenhava em nome do governo brasileiro".

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Emoção marca homenagem a general Bacellar

Data: 10/01/2006 - terça-feira

Crédito: do enviado a Porto Príncipe

Um grupo de soldados brasileiros da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti) interrompeu ontem a rotina de patrulhas nas ruas de Porto Príncipe para assistir a uma breve cerimônia religiosa fúnebre em homenagem ao general Urano Bacellar.

Muitos se emocionaram ao ver o caixão deixar o pavilhão do hospital argentino -ao som do toque de silêncio, executado, com cornetas, por homens das Forças Armadas.

"Pedimos a Deus que o acolha para a eternidade porque ele era um excelente profissional", disse o capelão do Exército brasileiro Marcos Marques, antes de rezar o Pai-Nosso e ungir o caixão que levava o corpo do general, coberto com as bandeiras do Brasil e da ONU.

A solenidade foi simples. Discursaram o embaixador Paulo Pinto, além do responsável das Nações Unidas no Haiti, Juan Valdés, e o general chileno Aldunate, que assumiu o comando da missão da ONU interinamente em consequência da morte do general brasileiro.

"Queria que o exemplo de vida que ele [Bacellar] deixou servisse de inspiração para o moral das tropas e dos funcionários no país", afirmou o embaixador Paulo Pinto.

Greve

O clima em Porto Príncipe parecia refletir a solenidade: havia poucos automóveis nas ruas, mas o motivo era a greve convocada pelo setor patronal em protesto contra a falta de segurança na cidade.

Na caótica região das Delmas, onde trânsito no domingo fazia com que se perdessem dez minutos para percorrer dois quilômetros, ontem havia praticamente apenas carros das Nações Unidas. "Respeitamos o direito de greve dos haitianos", disse Valdés em coletiva anteontem, acrescentando que a segurança hoje é bem maior do que no passado.

Cité Militaire

A seção de Relações Públicas do Exército brasileiro levou a reportagem da Folha e outros jornalistas ontem para conhecer os avanços obtidos na Cité Militaire, região separada da perigosa Cité Soleil por apenas uma avenida.

Os militares criaram dois postos avançados de vigilância, mas ainda enfrentam diariamente trocas de tiros com supostos bandidos. "Ontem à noite houve disparos com frequência, mas não com muita intensidade", relatou o tenente Giuseppe Pizzolatto, 28, do telhado de uma antiga fábrica de gelo utilizada por traficantes haitianos até dezembro passado como esconderijo.

A tática quando se ouvem tiros é "se abrigar e responder", segundo o jargão militar.

Nas ruas, as crianças corriam para pedir doces aos soldados do Brasil. Os mais velhos, por medo, evitavam responder às perguntas dos jornalistas. (ID)

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Por que o Brasil deve permanecer no Haiti

Data: 15/01/2006 - domingo

Crédito: Michael Deibert, especial para a Folha, tradução de Clara Allain

ARTIGO

A morte trágica do general brasileiro Urano Bacellar, que comandava a missão das Nações Unidas no Haiti (Minustah), deve ter levado alguns setores no Brasil a questionar a conveniência da missão brasileira no país caribenho de 8 milhões de habitantes, dilacerado pela violência.

Na condição de jornalista que trabalha no Haiti há quase uma década e que já trabalhou também no Brasil, acredito que o Brasil deva manter-se firme em seu apoio à população haitiana, mesmo após esse acontecimento, e levar adiante sua missão, no mínimo até a posse do novo governo que sairá das eleições presidencial e legislativa marcadas para 7 de fevereiro (primeiro turno).

Quando primeiro cheguei ao Haiti, em 1997, encontrei o país na metade da Presidência de René Preval, o único presidente de sua história a ter concluído seu mandato e a ter presidido a

transferência de poder a um sucessor eleito. Apesar dos muitos problemas que acometeram sua administração, Preval trabalhou em colaboração com organizações internacionais de desenvolvimento, iniciou o processo de integração do Haiti na comunidade caribenha maior e avançou na reforma da força policial que, durante o domínio do Exército haitiano, desfeito em 1995, havia sido apenas mais uma ala da repressão.

Tudo isso acabou com a posse de Jean-Bertrand Aristide, em 2001. O presidente, que havia sido padre católico numa favela de Porto Príncipe, fora eleito pela primeira vez em 1990, mas expulso sete meses depois por um golpe de Estado. Conduzido de volta ao poder por tropas de uma força internacional, em 1994, se tornou um espelho dos ditadores que muitos esperavam que sua eleição fosse afastar da Presidência.

A partir do verão de 2002, quando o governo de Aristide tentou assumir o controle do sistema universitário estatal do Haiti e ocorreu a queda de um esquema cooperativo de investimentos em pirâmide que tinha ligações estreitas com setores fiéis ao regime, observei o Haiti retroceder para a ditadura, e as rachaduras na casa do governo começaram a aumentar muito antes de Aristide fugir do país, em 2004, em meio a uma insurreição armada e a maciças manifestações de rua contrárias a seu governo.

Aristide deixou para trás um rastro de cadáveres e sonhos despedaçados. Entre os tópicos sobre os quais escrevi, como jornalista, estavam a brutal expulsão de camponeses da planície de Maribaroux, em março de 2002, realizada por forças de segurança do governo para abrir caminho para a instalação no local de uma fábrica que pagaria baixos salários a seus funcionários, e um ataque lançado em dezembro de 2003 contra um grupo de universitários por gangues agindo em visível conluio com a polícia, durante o qual o reitor da universidade foi espancado com barras de ferro até ficar incapacitado de andar.

Durante as freqüentes visitas que fiz ao enorme distrito de Cité Soleil, na capital, onde mais de 250 mil pessoas sobrevivem em condições de miséria e carência absolutas que só podem ser descritas como criminosas, assisti a jovens sendo armados pela força policial de Aristide.

Equipados com armas e munição e reportando-se ao presidente, esses jovens, que durante anos haviam sido excluídos do processo político haitiano, puderam ter a honra de um encontro com Aristide no Palácio Nacional haitiano. Ouviram a promessa de que sua comunidade receberia ajuda se eles atacassem as manifestações da oposição.

Em várias ocasiões, perguntei a líderes de gangues por que razão se prestavam a defender um governo que parecia ter feito tão pouco. Pelo contrário, eles me responderam várias vezes - algum outro governo haitiano teria sequer reconhecido sua existência, muito menos os convidado a entrar no palácio?

Em momentos mais sombrios, porém, eles admitiam que achavam que seriam mortos pela polícia se não obedecessem às ordens do governo. Muitos no Haiti acusam Aristide de continuar a desestabilizar a situação no país, coordenando as ações das gangues remanescentes desde seu exílio na África do Sul.

No verão passado, quase dois anos após a fuga de Aristide para o exílio, quatro das organizações mais politicamente progressistas do Haiti -a Plataforma Haitiana de Defesa do Desenvolvimento Alternativo (Papda), o Grupo de Apoio aos Repatriados e Refugiados (Garr), o Solidariedade das Mulheres Haitianas (Sofa) e o Centro Nacional e Internacional de Documentação e Informação da Mulher no Haiti (EnfoFanm)- assinaram uma declaração em que pediam que Aristide fosse julgado pelo que qualificaram como seus crimes contra a população haitiana, mencionando por nome o assassinato de outro jornalista haitiano, Jacques Roche, e a campanha de estupro travada contra mulheres pobres das favelas, entre outros.

É exatamente desse tipo de violência atroz que a população haitiana procura se afastar, e é por isso que a presença de tropas brasileiras no país, revigorando uma força das Nações Unidas composta de 9.000 soldados e policiais de 21 países, é tão importante.

Os avanços ainda frágeis obtidos pela maioria pobre haitiana e o frágil processo de construção de suas instituições -o Judiciário, a polícia, o funcionalismo público- foram quase inteiramente destruídos durante os anos do governo Aristide, e os haitianos vão precisar do apoio e da ajuda de seus irmãos latino-americanos se quiserem construir uma paz mais justa e equitativa no futuro.

Apesar de seus problemas sociais e políticos próprios, o Brasil já demonstrou como um país pode fazer a transição de ditadura para democracia e como os marginalizados do poder político podem começar a abrir caminho, mesmo que apenas de maneira frágil, para uma forma de governo mais responsável. Os haitianos não pedem menos do que uma democracia real e não merecem menos do que isso. Um país que já sofreu tanto ficaria feliz em contar o Brasil entre seus amigos.

Michael Deibert é autor de "Notes from the Last Testament: The Struggle for Haiti" (notas do último testamento: a luta pelo Haiti) e foi correspondente da Reuters no Haiti entre 2001 e 2003.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Só 2% dos militares brasileiros sofreram de estresse no Haiti

Data: 16/01/2006 - segunda-feira

Crédito: Eduardo Scolese, da sucursal de Brasília

MISSÃO NO CARIBE

Suicídio pôs em xeque psicologia do Exército

Um levantamento do Exército com base em testes psicológicos, entrevistas e dinâmicas de grupo mostra que apenas 2% dos militares brasileiros das tropas do Haiti sofreram ou perceberam algum nível de estresse durante a missão de paz da ONU.

Entre os fatores de estresse relatados pelos militares que retornam da missão está o assombro diante da violência haitiana, a necessidade de lidar com cadáveres expostos nas ruas, o risco diário de morte e ferimentos e o choque cultural com o grau de miséria no país mais pobre das Américas.

Na semana passada, o suicídio do general Urano Bacellar, então comandante da Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti), colocou em xeque o trabalho psicológico do Exército, que, nos bastidores, aponta possíveis problemas pessoais para a morte do militar. Desde meados de 2004, quando o Brasil enviou seu primeiro efetivo à Minustah, cerca de 4.000 militares brasileiros já passaram pelo país. Tanto na ida como na volta são submetidos a uma bateria de testes físicos e psicológicos coordenados pelo Cepaeb (Centro de Preparação e Avaliação para Operações de Paz do Exército).

Na volta, os militares têm de encarar uma espécie de quarentena, quando -por um período que varia de uma semana a dez dias- ficam isolados num quartel do Exército. Lá passam por exames médicos, físicos e psicológicos. Até agora, apesar de relatos de perturbações, nenhum deles atingiu níveis mais graves, como a "síndrome de estresse" ou o chamado "transtorno de estresse pós-traumático".

Chefe-adjunto do Cepaeb, o major José Carlos Teixeira Júnior, 40, avalia que os militares retornam melhores do Haiti. "Passam a valorizar mais a família e o país e ficam mais comprometidos com a democracia e orgulhosos do Exército brasileiro." Segundo ele, cada R\$ 1 investido no Cepaeb representa uma economia de R\$ 15 de possíveis despesas com seqüelas da missão.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: mundo****Título: Para general, favela concentra mortes****Data: 20/01/2006 - sexta-feira****Crédito: Leila Suwwan, de Nova York**

O general José Elito Carvalho Siqueira viaja hoje ao Haiti, onde assume o comando militar da missão de estabilização das Nações Unidas (Minustah) na segunda-feira. Após passar o dia em reuniões preparativas na ONU em Nova York, o brasileiro se declarou "absolutamente otimista" com o desafio de garantir as eleições haitianas, marcadas para 7 de fevereiro.

Além disso, Siqueira rejeitou que esteja ocorrendo uma "escalada de violência" no Haiti e insistiu que o foco de mortes e seqüestros é a favela de Cité Soleil. "A situação lá é séria, mas não é um retrato do país", disse.

Sobre o aumento das mortes de civis por arma de fogo, conforme relatado pela organização Médicos Sem Fronteiras, disse que a missão terá senso de riscos.

"É difícil dizer que há uma 'escalada'; ainda não estive lá. Mas danos colaterais podem acontecer quando a população está muito próxima. Cabe planejar muito bem e, se houver dúvidas, evitar a operação. A missão é de estabilização. Teremos o bom senso de reavaliar operações quando houver riscos considerados fora de controle", disse.

Siqueira negou que faltasse policiamento civil: "Há polícia. É a Guarda Nacional Haitiana, tem um efetivo até razoável". E rebateu as pressões internas contra o trabalho militar de policiamento urbano, que a população considera inadequado. "A população vai nos apoiar. Sabe que estamos lá para ajudar", disse.

Porém afirmou que não haverá surpresas no cargo, já que acompanhou de perto o trabalho dos ex-comandantes e amigos próximos, generais Augusto Heleno Ribeiro e Urano Bacellar - que cometeu suicídio no início deste mês, no Haiti.

Siqueira não quis discutir a fundo o elemento político da violência local, cujo objetivo, segundo a ONU, é evitar eleições inclusivas.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: mundo****Título: Haiti votará sob violência, prevê Elito****Data: 25/01/2006 - quarta-feira****Crédito: da redação****MISSÃO NO CARIBE**

General brasileiro que comanda força da ONU espera problemas

O Haiti deve realizar eleições gerais no próximo dia 7 de fevereiro, mas a votação não deverá ocorrer sem problemas de violência. A avaliação foi feita pelo general brasileiro José Elito Carvalho Siqueira, que assumiu anteontem o comando militar da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah), em entrevista à BBC Brasil.

"É bem provável que tenhamos alguns problemas. Vamos torcer apenas para que esses problemas não interfiram [nas eleições] a um ponto considerável", afirmou o general. A nova data do pleito foi definida após quatro adiamentos.

Elito foi designado como o novo comandante militar das tropas da ONU no país caribenho na semana passada, para substituir o general Urano Bacellar, que se suicidou no início do mês, em Porto Príncipe, capital haitiana.

O general, que nunca havia estado no Haiti, disse que ficou positivamente surpreso com a situação do país, que julgou melhor do que imaginava. "Assim como o nosso país, [o Haiti] é

um lugar de contrastes, mas de um modo geral a situação está calma. O que existem são problemas pontuais, como em Porto Príncipe", disse.

O general avaliou ainda que a atuação dos capacetes azuis no Haiti não deve terminar com a realização das eleições.

"No período pós-eleições talvez tenhamos de continuar com missões tão importantes quanto as de hoje. É uma missão de estabilização. Tem ainda o segundo turno [previsto para março], a posse do novo presidente. Acredito que durante este ano as tropas permaneçam com seu efetivo integral."

O Brasil comanda um contingente militar de 7.500 homens, dos quais 1.200 são brasileiros, além de cerca de 2.000 policiais. O mandato atual vai até 15 de fevereiro, mas deve ser renovado.

"Essa renovação vai acontecer "n" vezes. Pode ser uma renovação ou duas ou três ou quatro, vai depender justamente dessa evolução depois das eleições", disse.

Em reportagem publicada ontem, o diário "New York Times" detalhou as dificuldades enfrentadas pelos soldados jordanianos, que hoje são o maior contingente militar estrangeiro no país, com 1.500 homens, e estão responsáveis pela segurança na favela de Cité Soleil, o principal foco de violência na capital haitiana.

O jornal aponta o aumento dos seqüestros -uma média diária de 14 incidentes- e as pressões da população por uma atuação mais ofensiva das tropas.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Soldados revelam o horror da vida no Haiti

Data: 29/01/2006 - domingo

Crédito: Laura Capriglione, da reportagem local; Marlene Bergamo, repórter-fotográfica

MISSÃO NO CARIBE

Para brasileiros que estiveram no país caribenho, o termo "missão de paz" não retrata a realidade

A câmera digital registrou 17 minutos de agonia do haitiano. De uma rua atulhada de lixo em Bel Air, favela na capital haitiana considerada reduto de partidários do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, sai o homem, tiro no pescoço. A blusa listrada empapada de sangue, ele agacha ao lado do blindado brasileiro Urutu, dez homens a bordo. Pede socorro. Os soldados sacam suas câmeras digitais e começam a fotografar. Ninguém desce para ajudar.

O Urutu não leva pessoal médico, e o homem pode ter sido mandado para servir de isca aos militares da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (na sigla em francês, Minustah). Pode ser emboscada. "Chama alguém do corpo médico", grita um.

O homem arfa, tira a camisa, rola na rua. Moradores da favela cercam-no, enquanto os brasileiros tiram mais fotos. Um quarto de hora depois, ouve-se um ronco e cessam os movimentos. O homem parece morto. Outro carro vem atrás, com enfermeiro. O homem é levado ao hospital. Não se sabe mais dele. O Urutu retoma a jornada e segue em frente, patrulhando.

A cena está entre os mais de 5.000 arquivos de fotos e filmetes gravados no laptop do soldado S., 22, que esteve no Haiti entre dezembro de 2004 e junho de 2005, como parte do segundo contingente de militares brasileiros enviados na missão de paz da ONU.

Há 20 meses, a ONU mantém tropas no país para, no jargão militar, "estabilizar" a situação -desarmar as gangues e os partidários de Aristide, cujo governo caiu em fevereiro de 2004- e garantir a transição democrática.

As eleições gerais marcadas para o próximo dia 7, depois de quatro adiamentos, podem até dar a impressão de que esses objetivos estejam em via de ser cumpridos. Mas o país está longe da paz.

Segundo o chefe do Escritório de Comunicações da Minustah, David Wimhurst, a área de Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, segue como condomínio fechado por bandidos armados. A polícia da ONU não entra, os soldados não se arriscam.

Há apenas seis meses, disse Wimhurst em entrevista telefônica de Porto Príncipe, a favela estava aberta, mas a ação das tropas brasileiras em Bel Air levou a bandidagem a migrar para os becos e vielas estreitas de Cité Soleil, onde um carro não passa.

A rotina de seqüestros na capital haitiana é outro indicador de violência que segue impávido - ONGs contam 12 novos casos por dia apenas em Porto Príncipe. Na quinta-feira, dois missionários franceses acompanhados por dois haitianos foram emboscados perto de Cité Soleil.

Fotos, filmes e carteirinhas

Para entender a rotina dos soldados brasileiros naquela que é a maior missão de paz já enviada pelo Brasil ao exterior, a Folha reuniu oito soldados, idades entre 22 e 25 anos, em um bar e pizzaria na periferia de São Paulo. Os rapazes chegaram carregando fotos e filmes de sua estadia de seis meses no Haiti, além das carteiras de identidade da Minustah. Eles brincam quando mostram uma foto do grupo na Cantina de Bombagay -em francês crioulo, língua oficial do país, "bom companheiro". A pedido dos entrevistados, as identidades deles não serão divulgadas.

Em duas horas de entrevista, os rapazes dizem que o nome "missão de paz" dá uma impressão errada sobre o que está acontecendo no Haiti. Um soldado explica o ponto de vista dos demais: "Até parece que esse nome é para tranquilizar as pessoas no Brasil. Na verdade, não há dia em que as tropas da ONU não matem um haitiano em troca de tiros. Eu mesmo, com certeza, matei dois. Outros, eu não voltei para ver". O soldado não tem remorso: "Chora a mãe dele, não a minha", diz.

Os militares contam que cada vez que um soldado sai em patrulha leva seu fuzil FAL e quatro carregadores de 20 tiros. Como os confrontos com gangues são rotineiros, é comum os soldados voltarem sem parte da munição. "Só quando acontece alguma coisa excepcional é que a gente declara que matou. Comigo, nunca aconteceu essa tal coisa excepcional. Quando voltava sem parte da munição, dizia ter trocado tiros, não atingindo ninguém, e os S-2 [oficiais da inteligência] deixavam por isso mesmo."

O grupo mostra fotos e mais fotos de cadáveres. Estão jogados pelas ruas transformadas em lixões a céu aberto de Porto Príncipe. Boa parte está decapitada (costume dos bandos). Cães aparecem disputando a carniça. Há uma série de fotos de um cadáver que primeiro aparece sem cabeça. Com os dias passando, o corpo incha ao mesmo tempo que mingua. Cachorros devoram-lhe a caixa torácica, então uma perna, um braço, outro e outro e resta a carcaça. Cabe à Polícia Nacional Haitiana recolher os corpos. Mas o trabalho demora às vezes mais de semana para ser realizado.

A abundância de fotografias decorre do fato de a maioria dos soldados ter câmeras digitais e laptops, comprados nas folgas em Miami ou na República Dominicana. Eles fotografam e baixam os arquivos nas suas máquinas.

No laptop de S., a pasta "Fotos Chocantes" mistura doses diversas de horror. Outra pasta, batizada de "É Nós", mostra a rotina dos rapazes. Na foto que registra, por exemplo, o embarque de soldados em um Boeing KC-137 da Força Aérea (eles se preparavam para voltar ao Brasil), vêem-se sete câmeras digitais focadas em grupos de amigos.

Letalidade

"É muito fácil matar no Haiti, apesar de o soldado brasileiro ter um grande respeito pela população civil", diz um. "É que os fuzis FAL têm um alto índice de letalidade." Enquanto a bala de uma pistola 9 mm viaja a 1.440 km/h em média desde o cano até o alvo, a velocidade média dos projéteis FAL (com 7,62 mm de diâmetro) é de 2.880 km/h, o dobro.

Um sargento explica o poder do FAL: "A bala entra com um movimento de rotação em torno de seu próprio eixo. Mas, ao encontrar um obstáculo [um osso, por exemplo], ela se desestabiliza e pode sair de lado, arrombando a carne". Outro soldado completa: "Às vezes, no meio de um tiroteio, um cara vindo em nossa direção pode parecer uma ameaça. Se a gente pede para ele parar e ele não pára, o jeito é atirar. Só que, com os FAL, quase sempre acaba em morte. É um fuzil de guerra, não de patrulha urbana como as que fazemos no Haiti".

Mais do que contar, um dos rapazes mostra o momento mais apavorante em toda a missão. Para isso, abre o arquivo "pânico", um filminho que o flagra "histérico", como ele mesmo reconhece, envergonhado. Ele relata a cena: "A patrulha brasileira ia dentro de um Urutu [com duas esquadras de quatro homens cada], quando foi cercada [por supostos bandidos haitianos]. Se eles conseguissem arremessar um só coquetel molotov dentro da viatura, não sobrava um de nós. E eles iam se aproximando perigosamente do carro, e nós não tínhamos mais munição para responder." O vídeo mostra o soldado berrando para o sargento que comandava as duas esquadras: "Vam'bora. Tá esperando o quê? Vamo morrê. Vamo morrê. Vamo morrê".

Mulher por comida

De volta ao Brasil, todos os soldados passaram uma semana de quarentena. Depois de examinados para malária, dengue, tifo, HIV e distúrbios psicológicos, e de ser advertidos (de novo) de que não deveriam divulgar fatos militares ocorridos no Haiti, um deles soube ter sido infectado pelo plasmódio causador da malária.

"Eu fiquei chateado porque a gente tomava mefloquina duas vezes por semana no Haiti", lembra o soldado. A mefloquina é uma droga que reduz, mas não elimina, os riscos de contrair a malária. Quando chegou ao Brasil, ele começou a sentir as febres, os calafrios e as dores associados à doença, ainda sem cura.

S. diz ter arrumado uma namorada na República Dominicana, onde passou as férias de 15 dias a que todo soldado tem direito nos seis meses em que está na missão. No Haiti, garante, não manteve relações sexuais, apesar da rotina de haitianos indo para o acampamento brasileiro oferecer suas mulheres em troca de comida.

"A gente não podia nem ter relações sexuais com haitianas [por causa do risco de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis] nem dar alimentos para quem quer que fosse sem autorização da ONU. Se déssemos, no dia seguinte não haveria um homem, mas o Haiti inteiro oferecendo suas mulheres e pedindo comida em nossa porta."

No último dia de serviço, os brasileiros romperam a regra e, pelos vãos da cerca de concertina (fita farpada com lâminas ultra-afiadas que protege a base), entregaram a famílias haitianas os itens do café da manhã: sucrilhos, cereais, mel, manteiga de amendoim, creme de chocolate, leite de caixinha e café. "Era um senhor café da manhã", lembra um soldado. "Tanto que engordei sete quilos na missão", diz.

Todos os entrevistados disseram que voltariam ao Haiti. O caso de um rapaz que voltou com saldo de R\$ 10 mil no banco, um laptop, uma câmera digital Sony Cybershot de 5,2 megapixels e ainda com fama de herói no bairro explica o desejo coletivo.

A poupança cresceu graças à complementação do soldo. Quando em missão de paz, um soldado que no Brasil ganha pouco mais de R\$ 500 por mês passa a receber quase R\$ 2.700. "Depois tem outra. Se a saudade aperta, o rum haitiano é bom demais. Anota aí o nome: é Barbancourt. Rum Barbancourt, um santo remédio contra a saudade", diz S.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Favorito defende que missão fique no Haiti

Data: 06/02/2006 - segunda-feira

Crédito: Fabiano Maisonnave, enviado especial a Porto Príncipe

MISSÃO NO CARIBE

Ex-presidente, René Préval defende presença da ONU com mandato modificado e propõe governo de transição

Líder em todas as pesquisas eleitorais, o ex-presidente René Préval, 63, (1996-2001) aposta na vitória ainda no primeiro turno das eleições presidenciais, que ocorrem amanhã após quatro adiamentos e em meio a um clima de desconfiada tranquilidade.

Em entrevista à Folha anteontem à noite, Préval disse que pretende "fazer um governo de transição" e que não impediria a volta do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que deixou o país em fevereiro de 2004 após violentos protestos. Para muitos analistas, o fim do exílio na África do Sul deixaria o país novamente à beira de uma guerra civil.

Os dias que precedem a eleição têm sido considerados calmos pela missão de paz da ONU (Minustah). As tropas brasileiras, responsáveis por parte da capital, Porto Príncipe, não registraram nenhum incidente grave nos últimos dois dias.

Já os organizadores têm tido bastante trabalho para distribuir o material eleitoral. Dezenas de mulas foram contratadas para vencer regiões montanhosas de difícil acesso. Na base militar brasileira, funcionários da ONU trabalhavam à noite dentro de uma barraca plástica, iluminada apenas pelos faróis de um carro.

Leia a seguir, a entrevista de Préval à Folha, em sua casa, na região nobre de Porto Príncipe.

Folha - O sr. acredita na vitória no primeiro turno?

René Préval - Sim, há pesquisas que nos dão 60%, 65%. Não sei qual é a confiabilidade dessas pesquisas, mas, quando vejo o fervor da população, o número de pessoas que vem me escutar, eu penso que é bastante possível.

Folha - Quando o sr. se tornou presidente, havia uma missão da ONU no Haiti que saiu durante seu mandato. Agora, há uma nova missão. O que esta missão tem de fazer para evitar a repetição desse ciclo?

Préval - A pergunta é: o que os haitianos devem fazer para evitar uma nova missão? Acredito que sobretudo os haitianos devem fazer alguma coisa em vez da ONU. Isso quer dizer colocar o país sob um caminho de estabilidade para evitar mais uma missão no Haiti. Se ganhar, pretendo fazer um governo de transição nesse sentido.

Folha - Quais foram então os erros cometidos pelos haitianos que provocaram a nova missão?

Préval - [Pausa de 20 segundos] Vou dar a minha opinião: fui contra a saída do presidente Aristide. Isso não quer dizer que estivesse o apoiando. Mas penso que é saudável que um presidente termine seu mandato. Agora, a Minustah está aí e tem de permanecer. Vamos pedir a prolongação da Minustah com um mandato modificado. São necessários menos militares e mais policiais porque não estamos em guerra. É necessário reforçar a polícia e a Justiça -a polícia é apenas uma auxiliar da Justiça. Temos de atrair investimentos estrangeiros ao Haiti, para as pessoas trabalharem em paz.

Folha - A Minustah intensificou as relações entre o Brasil e o Haiti. O que esperar dessa relação?

Préval - Acredito muito na cooperação Sul-Sul. Acredito que países como o Brasil e a Venezuela são muito mais próximos como modelos de desenvolvimento e podem compreender melhor um país como o Haiti.

Folha - O sr. tem origem na esquerda, e hoje há uma onda de governos de esquerda na região. O sr. foi um dos primeiros ou pode se tornar o último dessa onda?

Préval - É muito perigoso colocar etiquetas, não? Não sei se sou o primeiro ou o último. Estou determinado a ajudar o povo haitiano a encontrar educação, saúde, trabalho. Se isso é ser de esquerda, tudo bem.

Folha - Hoje [sábado], o sr. faria o encerramento de campanha, mas cancelou alegando questões de segurança. O que ocorreu? Houve segurança o suficiente na campanha?

Préval - Durante toda a campanha, fomos atacados verbalmente. Fomos acusados de tudo: de seqüestradores, de ter financiamento do narcotráfico etc. Mas essa campanha de agressão assumiu uma forma física: tivemos uma tentativa de incêndio, três caminhões nossos foram destruídos em Gonaives, fomos impedidos de entrar numa cidade. Em vez de nos expormos, preferimos cancelar o comício porque havia informações sérias sobre a possibilidade de um ataque.

Folha O sr. tem alguma crítica à atuação da Minustah?

Préval - Não gosto de criticar a ação dos outros. Creio que a resposta mais pertinente é colocar a seguinte questão: o que teria acontecido se a Minustah não estivesse aqui?

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Trabalho de brasileiros é elogiado em Porto Príncipe

Data: 07/02/2006 - terça-feira

Crédito: do enviado a Porto Príncipe

Enquanto os militares jordanianos sofrem para controlar a favela de Cité Soleil, os capacetes azuis brasileiros têm recebido elogios no Haiti pelo trabalho realizado em Bel Air, até há pouco considerada uma das zonas proibidas de Porto Príncipe. Localizada num morro perto do centro da cidade, a favela deixou de ser evitada pelos motoristas de outras partes da cidade, que hoje cruzam sem receio suas ruas antes interdidas por carcaças de automóveis.

"O trabalho feito em Bel Air é um modelo que seria muito interessante para Cité Soleil e também para o Brasil, embora não precise ser feito necessariamente pelos militares", disse à Folha o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que está no Haiti e tem sido crítico da participação brasileira na missão de paz da ONU. "A brigada fez trabalhos concretos que o Estado não supre, como pavimentação, assistência médica, ainda que precária, e a coleta do lixo."

"Na época, havia uma situação muito caótica por causa do movimento das gangues. Com os brasileiros, a situação melhorou completamente", afirmou um técnico em informática desempregado de 30 anos, que preferiu o anonimato. Nascido em Bel Air, ele foi contratado no ano passado pelos brasileiros como informante. Durante as patrulhas, usando capacete azul e uma máscara para esconder seu rosto, identificava criminosos para os militares.

O ex-informante estima que, desde que chegaram a Bel Air, os brasileiros mataram de 20 a 30 membros de gangue nos tiroteios e outras dez pessoas inocentes.

Segundo o batalhão brasileiro no Haiti, os soldados encontraram 14 "corpos de elementos de forças adversas", mas estima que os mortos possam chegar a 46. O batalhão admite apenas uma menina de dois anos ferida à bala por um membro de gangue.

"Mataram mais bandidos do que inocentes aqui, mas, em Cité Soleil, os jordanianos mataram mais gente inocente do que bandidos", diz o ex-informante.

Por causa do sucesso em Bel Air, circula dentro da Minustah uma proposta para que os brasileiros passem a atuar em Cité Soleil. Seriam substituídos por chilenos e argentinos em Bel Air, enquanto os jordanianos seriam mandados para o mais calmo interior do país. O chefe militar da Minustah, general José Elito Siqueira, no entanto, descartou essa alteração no momento.

Com o maior contingente da missão da ONU -1.500, contra 1.200 brasileiros-, os jordanianos têm sido os mais criticados, inclusive dentro da Minustah, pelo excesso de violência. "Eles atiram quando estão felizes, quando estão tristes, eles acordam com o dedo no gatilho", diz uma ativista haitiana de direitos humanos. (FM)

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Votação foi "revolucionária", diz rapper

Data: 09/02/2006 – quinta-feira

Crédito: do enviado a Porto Príncipe

O ASTRO HAITIANO

Wyclef Jean alerta sobre perigo de revolta e frustração da população com missão da ONU

Se existe uma unanimidade no dividido Haiti, chama-se Wyclef Jean. Astro da música pop americana, o rapper se tornou nos últimos anos uma das principais lideranças políticas e uma fonte inspiração para os milhões de jovens do país mais pobre do hemisfério.

Conhecido por ter fundado o grupo Fugees junto com Lauryn Hill, Jean visita sempre o seu país natal, onde tem uma fundação mantida por generosas doações de amigos famosos, como Brad Pitt e Angelina Jolie, que visitaram recentemente Porto Príncipe a convite do cantor.

Jean disse, antes de começar a entrevista, que não falaria em quem votou, mas brincou com uma amiga: "Eu não vou dizer: "Votei em Préval". Mas também vou dizer que não conheço nenhum outro candidato".

Irreverente, fez questão de mostrar aos repórteres da Folha que sabia jogar capoeira, sob o olhar atento dos funcionários do hotel. Em seguida, tirou a roupa e entrou na piscina de cueca. Eis a entrevista. (FM)

Folha - Como foram as eleições em termos de comparecimento e organização?

Wyclef Jean - Em termos de organização, foi um saco. Mas o comparecimento foi lendário e superou os problemas de organização.

Folha - Por que houve tantos problemas?

Jean - Porque havia um certo grupo de pessoas que se sabia que não conseguiriam votar. Por exemplo, veja a imensa população de Cité Soleil. Deveria ter havido centros de votação lá. Pô, há mais de 300 mil pessoas lá. Mesmo assim, as pessoas foram aonde foram enviadas e, apesar dos problemas, votaram.

Folha - Como você coloca essas eleições nos 202 anos de história haitiana?

Jean - Independentemente do resultado, o que aconteceu foi revolucionário. As pessoas queriam votar e conseguiram.

Folha - Como está o trabalho da ONU com relação à segurança e à pobreza?

Jean - Tive um encontro com Kofi Annan e estava muito preocupado sobre a situação da ONU no Haiti. Alguém tem de explicar às pessoas o que a Minustah está fazendo. Eles chamam a Minustah de turista. Por quê? Porque alguém disse que essas tropas deveriam dar segurança. São mantenedores da paz, não deveriam se envolver em batalhas de gangues. Precisa haver um cessar-fogo de Cité Soleil e da Minustah. Os dois lados estão dispostos a atirar neste

momento, e isso não faz nenhum sentido. As bandeiras brancas precisam ser levantadas. Mesas redondas para negociar. Isso não é difícil.

Folha - Mas Bel Air não está melhor?

Jean - Estava em Bel Air no seu pior momento. O líder de gangue naquela época era o Dread McKenzie. Bel Air baixou as armas e disse: "A ONU pediu para baixarmos as armas, mas as promessas não foram cumpridas". A frustração está crescendo de novo. Se nada mudar nos próximos oito, dez meses, Bel Air vai se levantar. Eles estão apenas se segurando com base no que foi dito a eles.

Folha - Você acha que a aproximação do Brasil com Haiti por causa da origem africana, do futebol e do Carnaval influencia na participação do país aqui?

Jean - O Brasil tem um lugar especial no coração do Haiti. Quando houve a partida de futebol entre o Brasil e o Haiti, foi uma demonstração de como os haitianos idolatram os jogadores brasileiros. Mas isso não é no sentido militar. O Brasil sensibilizou o Haiti, colocou a mão sobre o povo haitiano e disse: "Queremos vê-los melhor". Quando vocês fizeram aquele jogo, vocês sensibilizaram o Haiti.

Folha - Já esteve no Brasil? O que acha da música?

Jean - Conheço o samba, a bossa nova e adoraria ir no Carnaval. Estive em São Paulo, na Bahia. Sou bom em capoeira. Sou muito bom. Quer ver o meu estilo de capoeira?

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Brasil pede que conselho da ONU avalie Haiti

Data: 14/02/2006 – terça-feira

Crédito: Cláudia Dianni, da sucursal de Brasília

MISSÃO NO CARIBE

Celso Amorim sugere a Condoleezza Rice que a crise no país seja discutida pelo órgão máximo da entidade

O governo brasileiro quer que o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reúna para discutir ajuda ao Haiti após as eleições presidenciais do dia 7 passado.

De acordo com o Itamaraty, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, telefonou ontem para o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) e ele, entre outros assuntos, propôs que o caso do Haiti fosse levado ao Conselho de Segurança.

O ministro, porém, não foi específico sobre que tipo de proposta levar ao Conselho de Segurança. Como Reino Unido, França, Rússia e China, os EUA são os membros permanentes do conselho, todos com direito a veto e, portanto, com forte influência na pauta da organização.

O governo brasileiro defende maior empenho internacional para que a solução dos conflitos no Haiti passe por ajuda econômica e projetos de desenvolvimento social, e não apenas a presença militar de capacetes azuis.

"É uma situação de desafio para os próprios haitianos, e não podemos fazer pelo Haiti o que eles não puderam fazer por eles próprios. O que podemos fazer é viabilizar o que eles quiserem fazer e, nesse caso, encontrar uma solução pelo diálogo, respeitando as leis e terminando adequadamente a contagem dos votos", disse Amorim com relação à tensão no Haiti por causa do resultado das eleições -até ontem, a indefinição sobre se haveria ou não segundo turno permanecia. Para o ministro, o Haiti precisa manter "firmeza e prudência" para superar a violência.

A possibilidade de que haja segundo turno, em lugar da esperada vitória do favorito René Préval, provocou uma nova onda de protestos e violência no país. Em nota, o Itamaraty disse

que o governo brasileiro "conclama a classe política haitiana a buscar o entendimento dentro do respeito à lei e em um espírito de conciliação".

Préval é aliado do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que renunciou em fevereiro de 2004 em meio a uma conflagração armada e sob pressão de EUA e França, a antiga metrópole colonial do Haiti. A instabilidade política e a violência desde então levaram à interferência da ONU, que enviou ao país a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), comandada pelo Brasil.

Segundo o Itamaraty, Amorim conversou ontem também com os chanceleres da França e do Canadá e o arcebispo sul-africano e Prêmio Nobel da Paz em 1984, Desmond Tutu, que está no Haiti, sobre a ampliação do apoio internacional ao país.

Ajuda internacional

Segundo Amorim, o conselho eleitoral será a instância que terá a última palavra sobre o resultado da eleição no Haiti, mas, "se ainda houver alguma margem de dúvida sobre a vitória de Préval no primeiro turno, o importante é chamar a atenção das forças políticas no Haiti para que mantenham a paz, como fez Desmond Tutu".

A visão do governo brasileiro de que apenas o envio de tropas não é suficiente para ajudar o Haiti e de que é preciso recursos financeiros da comunidade internacional é compartilhada pelos EUA.

Recentemente, o secretário-adjunto de Estado americano para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, disse, em Brasília, que a comunidade internacional prometeu US\$ 1 bilhão para ajudar o Haiti, mas que, até agora, apenas o governo americano cumpriu sua parte, com uma doação de US\$ 400 milhões.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Brasil defende vitória de Préval no 1º turno

Data: 16/02/2006 – quinta-feira

Crédito: Cláudia Dianni, da sucursal de Brasília; colaborou Fabiano Maisonnave, da

Reportagem Local

MISSÃO NO CARIBE

Idéia de Marco Aurélio Garcia é mudar regras da eleição; divulgação do plano irrita Itamaraty, que teme reação

O governo brasileiro defendeu ontem a proclamação do candidato de centro-esquerda René Préval, o mais votado na eleição do dia 7 no Haiti, como presidente eleito. De acordo com o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, ontem houve uma reunião de embaixadores em Porto Príncipe para discutir uma fórmula que precipitasse a proclamação de Préval.

"O ideal seria que os candidatos, além de reconhecer sua derrota no primeiro turno, reconhecessem que a situação configura claramente a vitória do Préval, mas é uma coisa que não se pode impor. É uma questão de convencimento político que pode ser feito se o candidato vencedor souber estabelecer conversações com outros candidatos", disse Garcia.

As declarações caíram como uma bomba no Itamaraty. Diplomatas ouvidos pela Folha reagiram com perplexidade à iniciativa de Garcia de revelar a estratégia da comunidade internacional para levar o processo eleitoral haitiano a um final rápido e pacífico.

À noite, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) afirmou que o Brasil não vai decidir por ninguém e que caberá ao povo haitiano essa decisão. Ele evitou comentar as declarações de Garcia, que disse não ter ouvido.

Para Amorim, as denúncias de fraudes nas eleições devem ser investigadas. Ele disse que, como o primeiro turno pode ser decidida por uma pequena margem de votos, a apuração das denúncias de fraude é importante.

Ontem havia duas preocupações urgentes no Itamaraty: como evitar que a pública tomada de partido de Garcia provocasse uma reação violenta contra o Brasil, que comanda a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), e como neutralizar as declarações de Garcia sem desautorizar o assessor especial da Presidência. O Itamaraty teme que as declarações de Garcia sejam interpretadas como ingerência sobre a soberania do Haiti.

Garcia afirmou que uma das possibilidades que estão sendo consideradas pela comunidade internacional é mudar as regras e desconsiderar os votos brancos e nulos. Essa mudança faria com que Préval obtivesse mais de 50% dos votos, condição para que ele seja considerado vitorioso já no primeiro turno. A apuração até agora lhe dá 48,7%.

"Não estamos fazendo essa proposta porque não podemos interferir no processo legal do país, mas nos parece que, tendo em vista o clima existente, essa seria a melhor solução", disse.

Pedido de calma

Segundo Garcia, o embaixador brasileiro no Haiti, Paulo Pinto, "tem insistido com Préval que ele não deve jogar mais lenha na fogueira, porque já tem combustível o suficiente". Para ele, o pedido foi feito depois das declarações "meio explosivas" feitas na segunda, denunciando fraudes.

Garcia disse ainda que Préval deveria ser flexível e aceitar o segundo turno, em 19 de março, caso seja difícil chegar a um consenso entre todas as forças políticas.

Ontem, o embaixador brasileiro no Haiti, Paulo Pinto, disse que a "questão-chave" é a interpretação sobre os votos em branco, mas que um acordo político vem sendo dificultado pela intransigência do segundo colocado, Leslie Manigat, e pelo Conselho Eleitoral Provisório, descrito como "disfuncional e pouco profissional".

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Haiti: rude transição para a democracia

Data: 26/02/2006 – domingo

Crédito: Jean-Michel Caroit, do "Le Monde", tradução de Paulo Migliacci

ARTIGO

Tanto Washington quanto o governo francês não demoraram a reagir. Menos de uma semana depois do anúncio oficial de que havia sido eleito, René Préval confirmou com o apoio da Constituição haitiana que o presidente deposto Jean-Bertrand Aristide, de cujo governo Préval foi primeiro-ministro por sete meses em 1991, estaria autorizado a retornar de seu exílio na África do Sul. Em 22 de janeiro, Aristide se apressou em declarar à imprensa internacional que tinha "o direito de voltar" ao país e que planejava, ao fazê-lo, consagrar seus esforços "à educação".

"Estou convencido de que posso servir o meu país (...) sem ser presidente", acrescentou Aristide sem que ninguém perguntasse. As autoridades norte-americanas e francesas ainda assim deixaram claro que, em sua opinião, o retorno do ex-presidente talvez não fosse a melhor maneira de preservar a frágil estabilidade política que o Haiti reencontrou.

O maciço comparecimento ao pleito presidencial de 7 de fevereiro demonstrou, porém, que os haitianos, a despeito das decepções acumuladas nos 20 anos desde que o país retornou à democracia, não perderam a fé.

Para os haitianos, a esperança renovada está nas mãos do presidente eleito, René Préval, mas também nas de seus oponentes, que precisam provar sua maturidade democrática e aceitar

plenamente os resultados do escrutínio, antes ainda que se realize o segundo turno das eleições para o Legislativo, marcado para o dia 19 de março. Essa esperança depende, igualmente, da comunidade internacional, que precisa repensar a estrutura de sua cooperação, reduzir os desperdícios e as disfunções e trabalhar de maneira mais eficiente para beneficiar os haitianos mais pobres.

Nos últimos 20 anos, ou seja, a partir de fevereiro de 1986, quando o ditador Jean-Claude Duvalier fugiu do país, "a transição para a democracia" no Haiti vem sendo uma dolorosa cadeia de dramas sangrentos e desencantos. A despeito de considerável assistência internacional, cujo montante atinge a casa das centenas de milhões de euros, a primeira república negra continua um dos países mais pobres da América.

A população não obteve nenhum benefício dessa cooperação que, em muitos casos, tomou a forma de "assistência técnica", um eufemismo que designa pagamentos elevados pelo trabalho de especialistas cujos relatórios se empilham sem nenhum resultado prático. O êxodo dos haitianos que escapam do país em barcos e se dirigem às Bahamas, Flórida e às Antilhas continua inalterado. Milhares de cidadãos do país continuam a cruzar clandestinamente a fronteira com a vizinha República Dominicana. Atraídos até o início dos anos 1980 pelas praias, pela pintura naïf e pelo vodu, os turistas desertaram o Haiti. Os parques industriais que exportavam produtos têxteis e eletrônicos aos Estados Unidos se esvaziaram. As únicas estatísticas que cresceram no país são as referentes à Aids, ao desflorestamento e às favelas, que agora vivem sob o controle de quadrilhas armadas muitas vezes conectadas ao tráfico de drogas.

As únicas estatísticas que cresceram são as referentes à Aids, ao desmatamento e às favelas, que vivem sob o controle de quadrilhas

Em dezembro de 1990, quando os haitianos compareceram em número maciço às urnas para eleger Jean-Bertrand Aristide, este se havia aproveitado de sua imagem de benfeitor dos favelados para encarnar a idéia de mudança democrática. "Todas as pessoas são humanas", ele costumava dizer às massas miseráveis do país, reconhecendo pela primeira vez sua condição de cidadãos. Derrubado pelo Exército, pelos políticos que sentiam nostalgia por Duvalier e por parte da burguesia, depois de nove meses de governo, "Titid" voltou a ser conduzido ao poder pelas tropas dos Estados Unidos, em 1994. Ao "restaurar a democracia", o presidente norte-americano Bill Clinton esperava deter a onda de refugiados haitianos que vinha ameaçando a Flórida.

Logo em seguida, começaria a primeira intervenção da ONU, que terminaria esquecida depois de sofrer uma sucessão de revezes. Voltando ao poder em 2000, como resultado de eleições cujos resultados foram muito contestados, Aristide mergulhou num período de exercício autoritário do poder e práticas mafiosas.

Conter a insegurança

Asfixiado pelo congelamento de toda assistência internacional, seu regime passou a depender cada vez mais das chamadas "chimères", milícias armadas recrutadas nas favelas. Privadas dos subsídios que recebiam do governo central na era Aristide, essas quadrilhas são as principais responsáveis pela violência que ensangüentou o país nos últimos meses. Depois de receberem a adesão de dezenas de policiais corruptos, elas fizeram dos seqüestros uma das poucas atividades florescentes no Haiti.

Até o momento, nem o Brasil nem o Chile nem a Argentina conseguiram se sair melhor do que fizeram as antigas potências coloniais

A vitória de René Préval surpreendeu àqueles que preferiam ignorar as realidades socioeconômicas do Haiti e as conseqüências dos revezes sofridos durante o período de transição iniciado depois do exílio de Aristide. Préval se dissociou de seu antigo mentor.

Mas ele continua a ser o portador da parte positiva da herança de Aristide -o reconhecimento da cidadania- junto aos camponeses e aos moradores miseráveis das grandes cidades, a grande maioria da população haitiana. Incapaz de fechar acordo em torno de um candidato de coalizão, repleta de conflitos e cisões, a antiga oposição a Aristide terminou associada, em termos de opinião pública, tanto à incapacidade do governo de transição quanto ao fracasso da comunidade internacional no que tange a melhorar o desempenho econômico e conter a ascensão da insegurança.

Ao retomar a legitimidade democrática, o Haiti espera se desembaraçar da sombra de Jean-Bertrand Aristide, que continua a pesar sobre o país. Mas o desafio será ainda mais difícil de enfrentar caso o antigo presidente, que envida esforços muito ativos de lobby nos Estados Unidos, decidir retornar do exílio, situação que obriga Préval a oferecer sinais quanto à evolução do respeito à democracia sob seu governo.

Para neutralizar os bandos armados e responder às exigências de seus eleitores mais pobres, ele além disso necessitará de cooperação internacional reforçada.

O presidente solicitou que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) fosse prorrogada e que houvesse um reforço no número de policiais estrangeiros presentes em seu país, com uma redução concomitante no número de soldados. O reforço da polícia e a reconstrução do Judiciário são duas das prioridades mais urgentes.

O novo presidente conta também com o apoio de alguns dos membros mais influentes da diáspora haitiana. Depois de contatos conduzidos em Washington, Dumarsais Siméus, um bilionário nascido no Haiti e naturalizado norte-americano que tentou se candidatar sem sucesso à presidência do Haiti, deu a entender que apoiaria o governo do novo presidente.

O superastro da música Wyclef Jean, que votou em Préval, se declarou disposto a emprestar sua imensa popularidade à causa da pacificação das favelas.

Depois de sofrerem inúmeras frustrações em seu relacionamento com a França e os Estados Unidos, os haitianos esperam forte cooperação dos países latino-americanos.

Até o momento, nem o Brasil- que assumiu o comando militar da Minustah na esperança de obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas- nem o Chile nem a Argentina conseguiram se sair melhor do que fizeram as antigas potências coloniais. As afinidades do presidente eleito com a esquerda latino-americana, muito bem-sucedida nos últimos anos, talvez ofereçam a esses países uma oportunidade de agir melhor.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Brasil se prepara para assumir área mais violenta do Haiti

Data: 12/05/2006 – sexta-feira

Crédito: Carolina Vila-Nova, da redação

MISSÃO NO CARIBE

Hoje sob responsabilidade da Jordânia, favela de Cité Soleil será comandada por tropas de paz brasileiras

O batalhão brasileiro no Haiti está se preparando para assumir a responsabilidade pela segurança da favela de Cité Soleil, a área mais violenta da capital haitiana, Porto Príncipe. Ontem, capacetes azuis do Brasil fizeram pela primeira vez o reconhecimento da área.

Atualmente, a favela está sob comando do contingente da Jordânia que faz parte da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti). O Brasil exerce o comando militar da missão, sob a figura do general José Elito Siqueira. São ao todo 7.500 militares, dos quais 1.200 são brasileiros.

A data de transmissão de comando não está definida. Segundo informou à Folha a assessoria de imprensa do Batalhão do Haiti, isso depende de uma reestruturação das forças jordanianas, cujo contingente está sendo reduzido.

"Não se sabe ainda [quando o Brasil vai assumir], isso está em estudo. Mas [o reconhecimento] é uma medida de precaução para que, caso seja determinado isso, já tenhamos o conhecimento necessário da área", disse à Folha por telefone o capitão-de-fragata Rogério Teixeira, assessor de imprensa adjunto do Batalhão Haiti.

Com cerca de 300 mil habitantes, paupérrima e praticamente isolada pelas gangues, Cité Soleil é o principal foco de violência no Haiti. Durante as eleições deste ano, os grupos armados acordaram uma trégua tácita, situação que pode se manter graças ao apoio do qual o presidente eleito René Préval, que toma posse neste domingo, goza entre os líderes comunitários e de gangues locais.

A atuação das tropas jordanianas na região foi alvo de diversas denúncias de grupos de direitos humanos, principalmente de uso excessivo de violência e de morte de civis durante as operações.

Relatório divulgado ontem pelo International Crisis Group, ONG que estuda a prevenção de conflitos, apontou a retirada do contingente jordaniano de Cité Soleil e sua substituição por tropas de origem latino-americana como uma "contribuição significativa para a melhora das relações entre a população local e as autoridades".

"Diferenças de língua, cultura e abordagem têm tornado difícil para os jordanianos lidar com as complexidades urbanas, particularmente quando eles têm sido alvo de ataques de franco-atiradores de outros", diz a ONG.

"Como resultado, eles [jordanianos] têm sido criticados por fazer uso excessivo de poder de fogo em áreas densamente povoadas, particularmente depois do assassinato de dois de seus membros", acrescenta o relatório.

Rodízio

De acordo com o batalhão brasileiro, no entanto, esse rodízio de tropas é uma rotina, e haverá uma redefinição das atuações de todas as áreas na capital. O Brasil, por exemplo, deve deixar de atuar na favela de Bel Air, também em Porto Príncipe.

Segundo Teixeira, já era previsto que a Jordânia ficaria em Cité Soleil até o período eleitoral. Ele lembrou ainda que o 1º e o 2º contingentes brasileiros no Haiti foram responsáveis inicialmente pela favela.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Violência reacende em Porto Príncipe

Data: 17/06/2006 – sábado

Crédito: Fabiano Maisonave, da reportagem local

Aumento de ataques, seqüestros e confrontos aumenta temor de que Haiti perca momento favorável após posse de Préval

Para comandante brasileiro das tropas, general Elito, piora não é sistemática, e desarmamento depende de ação do governo haitiano

A posse do presidente René Préval e a transferência da perigosa região de Cité Soleil para os capacetes azuis brasileiros, ocorridas há um mês, não impediram que a capital haitiana voltasse a registrar um aumento do número de ataques contra policiais, de confrontos entre gangues armadas e de seqüestros, segundo a Polícia Nacional Haitiana (PNH), a missão militar brasileira e organizações não-governamentais.

Embora esteja muito longe dos índices de dezembro, quando havia até dez seqüestros diários, o aumento de casos de violência tem gerado o temor de que o Haiti perca o momento favorável criado pela vitória de Préval, em fevereiro -em grande parte, decorrente de sua imensa popularidade nas regiões mais pobres e violentas de Porto Príncipe.

Os episódios mais graves dos últimos dias incluem o assassinato de três policiais, a tentativa de seqüestro de um deputado, na segunda-feira, e a disputa territorial entre gangues na violenta Cité Soleil.

"Esses ataques não foram aleatórios", disse o porta-voz da polícia haitiana, Frantz Leurebours, à agência de notícias Reuters. "A polícia tem sido alvo específico neste aumento de atividades criminais."

Segundo o tenente-coronel Dos Anjos, responsável pela comunicação social da missão brasileira, houve um recrudescimento nas últimas duas semanas, motivado sobretudo pela disputa de pelo menos três gangues na região de Cité Soleil e na vizinha Cité Militaire, também sob responsabilidade do Brasil.

Ele afirma que houve troca de tiros com membros de gangues, mas sem o registro de feridos ou danos militares entre os capacetes azuis.

A avaliação da missão brasileira coincide com a da ONG Médicos Sem Fronteira, que mantém um hospital em Cité Soleil. Para a organização, houve de fato um aumento nos confrontos, mas de forma esporádica e em intensidade bem menor do que a verificada meses atrás.

Sem lua-de-mel

O aumento da disputa entre gangues após uma relativa calma obtida desde fevereiro contraria o clima mais otimista que havia durante a campanha eleitoral, quando vários líderes de gangue haviam prometido abandonar as armas caso Préval vencesse, o que não ocorreu até agora, apesar da posse em 14 de maio. Três dias mais tarde, ocorreu outra outra mudança importante, com a saída das impopulares tropas jordanianas de Cité Soleil, consideradas violentas e hostis à população.

"Havia muita esperança de que, com a chegada do novo governo, esses grupos se desmobilizariam", disse ontem à Folha Félix Ulloa, diretor no Haiti do Instituto Democrático Nacional para Assuntos Internacionais, ONG presidida pela ex-secretária de Estado dos EUA Madeleine Albright. Ulloa citou os recentes confrontos entre gangues, que classificou como delinqüentes comuns. "Mas o governo é recém-formado, é preciso ver como reagirá."

Ele diz, no entanto, que, até agora, não há nenhum sinal público de que um plano de desarmamento esteja em elaboração e cobra da ONU mais transparência sobre o assunto.

Para Ulloa, a posse de Préval e a chegada dos brasileiros a Cité Soleil podem ser desperdiçadas caso não haja um plano imediato e efetivo de desarmamento. "A primeira reação que se esperaria era que a comunidade internacional, por meio da missão das Nações Unidas, fizesse uma proposta séria, avalizada pelo novo governo e por sua capacidade de interlocução com esses grupos", afirmou.

"Definitivamente, com a presença brasileira em Cité Soleil, há mais capacidade de negociação e sobretudo de aceitação, mas não se deve desperdiçar esse capital político deixando passar o tempo. São necessárias medidas concretas rumo ao desarmamento e ao ataque às raízes da violência", disse.

Tarefa do governo

O comandante militar da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti), o general brasileiro José Elito Siqueira, discorda de que haja um aumento sistemático da violência e disse que um plano de desarmamento depende da iniciativa do governo Préval.

"O termo não seria aumento de violência. Houve uma noite ou outra em que teve mais tiros do que o usual. Mas não foram operações ou ações, foram tiros dados por gangues, isso não caracteriza aumento de violência", afirmou Elito à Folha. Segundo ele, esses episódios ocorreram com mais frequência em Cité Militaire, e não na vizinha Cité Soleil.

O general brasileiro discordou da avaliação da polícia haitiana sobre aumento de seqüestros. "Desde janeiro, tem havido entre e 15 e 20 seqüestros por mês, quando em dezembro houve cerca de 200. Continua assim, nada diferente dos últimos meses."

Sobre o desarmamento, o general Elito disse que o tema "é um projeto de governo, e não uma ação militar". "O desarmamento é uma consequência de ações de governo, e nós torcemos para que isso aconteça. Há um momento favorável."

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: "Seis estrelas, seis estrelas", celebram haitianos após o jogo do Brasil na Copa

Data: 28/06/2006 – quarta-feira

Crédito: Andrea Michael, enviada especial a Porto Príncipe

O jogo está quase no final, quando Zé Roberto marca o gol que sacramenta o placar de 3x0 contra a seleção de Gana. É o sinal, em Porto Príncipe, capital do Haiti, para os festejos na rua. "Seis estrelas, seis estrelas", comemora a torcida visivelmente pró-Brasil na região central da cidade, próximo a sede do governo.

Em frente a um bar, o dono providenciou a alegria dos convivas: uma televisão de 29 polegadas movida a gerador, o suficiente para os presentes dançarem e cantarem a vitória do Brasil. Nas ruas de Porto Príncipe, Ronaldo e Ronaldinho são reis.

As tropas brasileiras que integram a força de paz da ONU observam a festa, atentas aos jornalistas que acompanham a visita do ministro Waldir Pires (Defesa) ao país. O Brasil tem o maior contingente e também o comando militar da missão.

Desempregado, o mecânico Gardy Jovin, 26, acha que Ronaldo é o melhor "porque tem mais técnica". Em 2004, Jovin esteve no jogo que a seleção brasileira disputou no Haiti. "Foi maravilhoso."

Com uma pulseira verde e amarela, o ex-militar -o Exército do Haiti foi dissolvido no governo de Jean-Bertrand Aristide- Naval Vernard, 43, saúda os brasileiros: "Bom Baguy, Brasil". Traduzindo: brasileiro, boa gente, frase comum ouvida pelas tropas nacionais.

Comum como o cumprimento, feito com o punho direito cerrado sobre o coração, é o pedido que surge depois: um emprego.

O jogo acaba. Ao lado da rua Champs de Mars, as tropas brasileiras que são responsáveis por proteger o palácio do qual o presidente René Préval governa o país também comemoram.

O quinto contingente mandado pelo Brasil ao Haiti é de nordestinos.

Na torcida, que assistiu ao jogo com transmissão em português, chama a atenção o sargento Lindolpho Barbosa, 29. Cearense, ele, que está há um mês no Haiti, acompanhou à partida com um típico chapéu de couro.

Para dar sorte? "Não. É porque é uma tradição mesmo", diz.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Haiti não é pior que periferia no Brasil, diz Pires

Data: 30/06/2006

Crédito: Andréa Michael, da Sucursal de Brasília

MISSÃO NO CARIBE

Depois de dois dias de visita ao Haiti, o ministro da Defesa, Waldir Pires, chegou à conclusão de que as ruas daquele país têm muito das periferias brasileiras. "Eu esperava uma coisa pior. Se eu for para a periferia de uma cidade brasileira, qual é a diferença? Não tem. Pelo contrário, eu até vi o pessoal mais ou menos arrumadinho, com uma certa vontade de estar limpos e apresentáveis, as mulheres penteadas. São vaidosos."

Pires entende que a ONU, responsável pela força de manutenção da paz no Haiti, deve ir mais a fundo em sua missão. "Por que pensar só na força de paz como segurança pública? Como não ter um diagnóstico total, sobre todo o processo que está nas raízes dessas dificuldades?"

O histórico militante de esquerda foi recebido com honras militares pelas tropas brasileiras, que compõem o maior contingente na força de paz da ONU.

"O Haiti tem o que o Brasil tem: áreas da população nas quais, se você não tiver um aporte, você não come. E, se não come, morre de desnutrição, e acabou. Mas é preciso estabelecer mecanismos para que o dinheiro não seja desviado", disse ainda o ministro, que retornou ontem ao Brasil.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Brasileiros tentam pacificar a maior favela de Porto Príncipe

Data: 02/07/2006 – domingo

Crédito: Andréa Michael, enviada especial a Porto Príncipe, a repórter viajou a convite do Ministério da Defesa.

Soldados que integram o contingente das Nações Unidas no Haiti assumiram em maio a responsabilidade por Cité Soleil, a região mais violenta da capital

As tropas brasileiras em ação no Haiti concluíram nesta semana o asfaltamento de um trecho de 500 metros da rua Soleil 9. Aparentemente modesta, a obra tem um grande valor simbólico: a via fica no coração de Cité Soleil, a maior e mais violenta favela da capital, Porto Príncipe, e que desde 17 de maio passou à guarda das tropas brasileiras da Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti).

O trabalho foi conduzido pela Companhia de Engenharia Haiti, que pertence ao Exército e conta com 150 profissionais que integram o efetivo militar brasileiro. A um custo de R\$ 20 milhões, que serão reembolsados pela ONU, a empresa teve seu maquinário renovado para atuar na missão.

A via recuperada dá acesso ao Ponto Forte 16, a base brasileira, um prédio que em outros tempos servia como mercado central de Cité Soleil, onde vivem 250 mil pessoas.

Seguindo a linha "conquistar corações e mentes haitianos", as tropas brasileiras se preparam para dois outros projetos de repercussão social na favela. Vão iluminar a praça central e recuperar a principal escola da favela, atualmente fechada.

Os muros e casas de alvenaria -madeira é artigo de luxo no Haiti- abrigam, além de miseráveis ou subempregados, gangues armadas e violentas que se digladiam entre si. Em dezembro,

segundo contabilidade oficial do Exército, houve 10 mil disparos em um único dia na favela -as gangues fizeram barulho para marcar a morte do líder Emmanuel Wilmer.

Diante do Ponto Forte 16, os olheiros das gangues seguem os passos dos soldados de perto, dia e noite. Os brasileiros trabalham com cautela. A preferência, em caso de necessidade, é usar o arsenal de bombas de efeito moral e balas de borracha. Querem evitar o acirramento das relações com a população, como ocorreu com as tropas jordanianas, que atuavam ali antes dos brasileiros.

Problema social

"O problema de Cité Soleil não é de polícia. É social", diz o general José Elito Siqueira, o comandante militar da Minustah, composta por 7,2 mil soldados de oito países.

A receita parece ter funcionado em Bel Air, zona também conturbada que foi pacificada pelas tropas nacionais. Lá realizou-se em 27 de junho, depois de dois anos de jejum por conta da violência, a cerimônia religiosa em homenagem a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira do Haiti.

No país de 8,2 milhões de habitantes -70% abaixo da linha da pobreza-, os homens arriscam os dentes para escapar da fome quando comem um biscoito feito com argila e sal. Nas ruas de Porto Príncipe, cuja população soma 2 milhões, as crianças pedem "comida", "one dollar, please", ou, mudas, simplesmente estendem a mão em busca de uma esmola.

Segundo o embaixador brasileiro no Haiti, Paulo Cordeiro, de um modo geral as tropas nacionais têm uma boa receptividade. "Mas ainda assim a presença do Brasil é uma intromissão. Os haitianos entendem a necessidade de nossa presença, mas vivem o dilema de um país que conquistou sua independência, mas não conseguiu exercer sua soberania", diz.

O Haiti foi o segundo país das Américas, depois dos EUA, a se tornar independente, em 1804.

Desde fevereiro, após a eleição do presidente René Préval, o Haiti vive um período de calma -o coronel Paulo Humberto, que comanda as tropas brasileiras, prefere o termo "sob controle", por precaução.

O número de seqüestros, que chegou a 100 por mês, está em 15 ocorrências. As ruas, antes cercadas de montanhas de lixo, estão mais limpas. Também diminuiu o cheiro de esgoto, um tempero quase que inevitável do ar, pois não há saneamento básico em Porto Príncipe.

O governo Préval anda a passos lentos, principalmente pela falta de recursos. Só para fechar as despesas de custeio, o país precisa de US\$ 20 milhões até setembro. Para 2007, outros US\$ 100 milhões são necessários em caráter emergencial.

Ainda é cedo para apontar as razões, mas o fato é que o risco persiste no país, conforme registrou Loris de Filippi, da organização Médicos Sem Fronteiras, que atua em Cité Soleil.

Para Filippi, que reconhece a situação do país como "estável", a população talvez esteja dando sinais de que pretende cobrar uma fatura eleitoral.

"O governo fez muitas promessas. A eleição aconteceu em fevereiro. Passaram-se quatro meses, e a população, que votou em massa, pensa que fez sua parte e quer o retorno", disse.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Haiti mergulha em novo surto de violência

Data: 23/12/2006 – sábado

Crédito: Carolina Vila-Nova, da redação, com agências internacionais

Tiroteio entre gangues e forças de paz durante ação comandada pelo batalhão brasileiro deixa ao menos cinco mortos

Seqüestros aumentam em dezembro; chefe da missão da ONU se diz "alarmado", e presidente lamenta "Natal triste para as crianças"

Uma operação conjunta da força de paz da ONU e da Polícia Nacional Haitiana contra a recente onda de seqüestros em Porto Príncipe, coordenada pelo Brasil, acabou ontem em trocas de tiros com gangues armadas na favela de Cité Soleil. Houve ao menos cinco mortos e vários feridos.

A porta-voz da Minustah (Missão de Estabilização da ONU no Haiti), Sophie Boutaud-de-la-Combe, confirmou os confrontos e disse à Folha "ser possível" que mortes tenham ocorrido, sem, porém, dar números.

Na ação, o 3º sargento Gilson Clemente Fonseca foi ferido levemente. Ele não corre perigo.

Em uma ação preliminar na tarde de anteontem, um veículo blindado do Paraguai teve uma pane mecânica e foi alvo de coquetéis molotov.

Cité Soleil, uma das zonas mais violentas de Porto Príncipe, com cerca de 250 mil habitantes, está sob responsabilidade dos capacetes azuis brasileiros desde maio.

Segundo nota divulgada pelo Batalhão Brasileiro no Haiti, a operação teve início às 5h10 da manhã (2h10 em Brasília), com a ocupação de posições estratégicas por tropas brasileiras.

Participaram cerca de 300 militares de Bolívia, Brasil, Chile e outros países, além de 40 policiais da ONU, policiais haitianos e 20 blindados.

De acordo com Boutaud-de-la-Combe, a ação teve por objetivo reabrir uma importante via de acesso na zona de Bois Neuf, que havia sido bloqueada pelas gangues. Ela não pôde confirmar se reféns estavam sendo mantidos nessa região.

"As gangues se protegem bloqueando as ruas e impedindo o acesso da população."

Já o Batalhão Brasileiro afirmou que o "principal objetivo foi fortalecer a presença da Minustah em Bois Neuf e oferecer melhores condições de segurança para a população".

A nota diz ainda que a força de paz atuou "dentro das regras de engajamento preconizadas pela ONU, para sua autodefesa e somente quando identificadas as ameaças".

A France Presse afirmou que várias vítimas foram levadas a um hospital da organização Médicos Sem Fronteiras.

Onda de seqüestros

Comuns no Haiti, os seqüestros foram especialmente numerosos neste mês. Apenas na capital, Porto Príncipe, 29 crianças foram seqüestradas em um período de três dias, na semana passada. No início desta semana, cerca de sessenta passageiros de dois ônibus também foram feitos reféns.

Segundo o general brasileiro José Elito Siqueira, comandante militar da missão, a média de janeiro a junho foi de entre 15 e 20 seqüestros por mês. Já em dezembro do ano passado, houve cerca de 200 casos.

"Natal triste"

"É um Natal triste para as crianças", disse o presidente do Haiti, René Préval, numa cerimônia ontem com centenas de crianças, sem comentar a ação. "Vou lhes dar brinquedos, mas o presente mais bonito que eu poderia prometer é que os seqüestros acabassem e que se pudesse celebrar o Natal em outras condições em 2007."

Anteontem, o chefe diplomático da Minustah, Edmond Mulet, se disse alarmado com a onda de seqüestros e afirmou que eles podem ter motivação política. "Há alguém por trás que quer gerar temor no país."

Mulet disse ainda que as forças da ONU receberam "luz verde" do governo haitiano para incrementar suas ações anti-seqüestros e se comprometeu a apresentar resultados "no menor tempo possível".

Segundo a ONU, desde o início das operações, 24 supostos seqüestradores foram detidos e seis reféns foram libertados.

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: mundo****Título: População elogia força, mas pede fim da miséria****Data: 01/03/2007 – quinta-feira****Crédito: do enviado especial a Porto Príncipe**

A favela Bois Neuf, na Cité Soleil de vielas miseráveis, valas negras e mau cheiro constante, acompanhou calma e sem surpresa a presença das tropas de paz. Alguns reclamavam do atraso que causava ao trabalho ou à escola. A maioria ouvida pela Folha, porém, defendia a atuação da ONU.

"Gosto muito da missão, pois traz a paz, sem a qual não podemos viver. Mas o governo tem de fornecer também segurança, educação e saúde, porque é muita miséria aqui", disse Ricot Magene, 25, que trabalha em um colégio.

"Fale com eles que temos que ir à escola. Somos estudantes, não bandidos", reclamou um rapaz de uniforme que não quis se identificar. Ele estava na fila para a identificação de eventuais criminosos por informantes das forças de paz.

Para o jornalista haitiano Daniel St. Helaine, da Rádio Tropical, da capital, a população está "contente" com a presença da Minustah, pois reduz o crime nos locais que controla.

A maioria dos sorrisos para os brasileiros era de crianças e mulheres. Os homens ficavam mais reservados, observando os militares à distância.

Há quem tema represálias dos criminosos, embora a Folha tenha presenciado um morador se oferecer para colaborar com a Minustah.

Nervosa e chorando, uma mulher abordou o comandante do batalhão do Brasil, coronel Barroso Magno, pedindo por seu marido, preso pelas tropas. Temia que fosse entregue à Polícia Nacional Haitiana, acusada por organizações internacionais de desrespeitar os direitos humanos.

Com quase todas as casas de mais de um andar destruídas pelas gangues para impedir a eventual utilização pela Minustah como pontos de apoio, as poucas ruas asfaltadas e as muitas de terra lembram uma favela brasileira.

As crianças sorriam para militares brasileiros. Meninos e meninas descalços passavam a mão na barriga para pedir comida. "Grangou, grangou [fome, fome]", diziam, em créole.

A única casa nova em Bois Neuf é a do líder rebelde Belony. Pintada recentemente na cor telha, com portas novas e muros de pedra nos fundos, tem uma boate contígua, com o nome "A Nova Geração".

Um portal com pinturas do líder rebelde Dread Wilman -morto pela Minustah- ao lado de Che Guevara e o texto "Herói do 21º século" adornam a avenida principal da favela, pavimentada e ampla. Fuzileiros navais, com uma picareta, tiraram o pôster de Belony. (RG)

Folha de S. Paulo**Editoria/caderno: mais****Título: A ilha sem fantasia****Data: 12/08/2007 – domingo****Crédito: Bóris Fausto, colunista da Folha**

Primeira colônia americana a se tornar independente por revolução popular, Haiti antecipa problemas atuais de vários países

O Haiti tem um lugar na nossa realidade e na nossa imaginação, por várias razões. Entre elas, a controversa presença das tropas brasileiras na ilha, sob a bandeira da ONU, e a atração de seus rituais de origem africana, que guardam parentesco com os nossos. Além disso, podemos

sempre nos consolar das mazelas nacionais abandonando a ambigüidade proposta numa canção de Caetano e Gil, para afirmar, com boas razões: "O Haiti não é aqui".

Entretanto o Haiti foi o primeiro país do continente americano a proclamar sua independência pela via de uma longa insurreição de negros e mulatos (1804), que deixou profundas marcas entre dominantes e dominados. Assim, um sentimento de temor tomou conta dos senhores de escravos, do sul dos EUA ao Rio de Janeiro, diante da possibilidade de que novas insurreições viessem a ocorrer, resultando, em certos casos, no estabelecimento de controles ainda mais repressivos sobre a população escrava.

Por outro lado, na região do Caribe, as notícias sobre a longa e vitoriosa insurreição haitiana alentaram outras rebeliões, embora esmagadas, como ocorreu nas plantações de açúcar da Venezuela.

Origem

Dois questões são básicas na história haitiana. Como se explica a "independência precoce" e ainda mais pela forma como se deu? O que ocorreu, ao longo de dois séculos, para que o Haiti se notabilizasse, tristemente, pela miséria e pela degradação? Neste texto, me dedico mais à primeira questão e me limito apenas a algumas indicações sobre a segunda. Nos últimos anos do século 18, a ilha Hispaniola, onde arribou Colombo, estava dividida em duas partes geograficamente desiguais: uma a leste, sob domínio espanhol, e outra a oeste, sob domínio francês.

Haiti foi o nome ameríndio adotado pela ex-colônia francesa, substituindo a denominação "Saint Domingue", a partir da Independência, e que, para maior facilidade, vou doravante utilizar. Por volta de 1789, a então colônia era uma grande produtora de bens primários, a ponto de suas exportações de café corresponderem a metade das exportações mundiais e as de açúcar aproximarem-se das exportações combinadas de Brasil, Cuba e Jamaica.

Socialmente, a população haitiana compunha-se de quase meio milhão de escravos; cerca de 30 mil "pessoas de cor" livres ou libertas, em grande maioria mulatos, muitos deles possuidores de plantações e de escravos; e algo em torno de 40 mil brancos -grandes senhores num extremo e gente pobre no outro.

Personagens

A insurreição iniciada em agosto de 1791, nas plantações de açúcar, prolongou-se até dezembro de 1803, envolvendo, de parte a parte, massacres e destruições em grande escala. No curso da luta, ganhou grande destaque a figura de Toussaint L'Ouverture (a abertura, a liberdade), cujo verdadeiro nome era Toussaint Bréda.

Filho de um príncipe africano escravizado e enviado para a ilha, Toussaint não era um rude escravo, mas um liberto, membro respeitado da franco-maçonaria, leitor de Maquiavel, senhor de propriedades e de escravos, como mostra o livro de Madison Smartt Bell "Toussaint Louverture -A Biography" (Pantheon Books, 352 págs., US\$ 27, R\$ 51), resenhado por David Brion Davis em "The New York Review of Books", de 31/5, em que me apóio substancialmente. Brillhante estrategista, Toussaint comandou as forças rebeldes, derrotando tropas invasoras da Espanha e da Inglaterra. Afinal, preso numa cilada armada pelo general Leclerc, cunhado de Napoleão, em 1803, quando sua vitória já se delineava, foi enviado à França, onde morreu numa masmorra gelada, nas montanhas do Jura, pouco tempo depois.

Um conjunto de razões explica o êxito dessa guerra de independência igualitária e feroz. Não necessariamente pela ordem de importância, destaquemos a elevadíssima concentração de escravos num pequeno território; a divisão entre os vários setores da população branca; o papel desempenhado por Toussaint; uma conjuntura internacional favorável.

Sobre o último aspecto, lembremos que, na metrópole, os líderes da Revolução Francesa (1789) zigzaguearam em torno do problema haitiano, deixando de atuar como um poder colonial unificado.

Papel negativo dos EUA

Por sua vez, os EUA, durante a presidência de John Adams [1797-1801], forneceram armas aos rebeldes, com o objetivo de eliminar o poder da França nas Antilhas. Semelhante atitude tiveram os espanhóis da parte leste da ilha (Santo Domingo), que cruzaram a fronteira e deram apoio a Toussaint, em um primeiro momento.

O desastre haitiano posterior à Independência tem a ver, sem dúvida, com o papel negativo desempenhado pelos EUA, que ocuparam o país entre 1915 e 1934, a pretexto de instaurar "a lei e a ordem", sem conseguir nem uma coisa nem outra. Entretanto, ao mesmo tempo, é necessário considerar, guardadas episódicas exceções, a incapacidade, a corrupção, a insensibilidade da elite haitiana, de que a família Duvalier [dos presidentes François e Jean-Claude] é a pior, mas não a única, expressão.

O Haiti é um bom exemplo premonitório do que viria a acontecer em alguns países da África pós-colonização: se o imperialismo tem aí grandes responsabilidades pela existência de um quadro dramático, em toda a extensão da palavra, outros vilões concorreram e concorrem para a existência desse quadro.

BORIS FAUSTO é historiador e preside o conselho acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional), da USP. É autor de "A Revolução de 1930" (Cia. das Letras). Ele escreve mensalmente na seção "Autores", do Mais!

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: brasil

Título: Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU

Data: 11/11/2007 – domingo

Crédito: Sergio Dávila, enviado especial a Nova York

ENTREVISTA: BAN KI-MOON

Para o sul-coreano, o assento permanente no Conselho de Segurança exige expansão de diálogo com países-membros

Secretário-geral das Nações Unidas, que chega hoje ao país, defende o programa do etanol, que é criticado por relator da ONU para a fome

Se quiser conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a instância mais importante da ONU, o Brasil tem de aumentar sua base de apoio entre os países-membros. Esse é o conselho dado pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon. Em entrevista à Folha, o sul-coreano de 63 anos elogiou o programa do etanol brasileiro -ele começa seu primeiro tour oficial ao país hoje com uma visita a uma usina de álcool em São Paulo- e diminuiu a importância do pedido de seu relator para a fome, que quer moratória de cinco anos na produção de biocombustíveis. Na segunda-feira, Ban Ki-moon (pronuncia-se "ban gui-mun") recebeu a Folha no último andar do prédio-sede das Nações Unidas, em Nova York.

Leia a entrevista a seguir:

FOLHA - O Brasil quer um assento permanente no Conselho de Segurança. Muitos dizem que é um pleito justo ou mesmo apóiam a entrada, como a França. Minha pergunta é: o que está faltando?

BAN KI-MOON - Todos os países-membros da ONU concordam com o fato de que o Conselho de Segurança precisa passar por uma reforma que aumente seus assentos permanentes. Considerando as mudanças dramáticas por que passamos nas últimas seis décadas, é absolutamente necessário que o CS reflita mais realisticamente o que aconteceu na comunidade internacional.

O que está faltando são os países-membros conseguirem concordar sobre uma mesma fórmula para a mudança. Na América Latina, há muitos países que desejam se tornar membros permanentes. Também na África e na Ásia. Temos de lidar com essas questões de maneira harmoniosa, por meio de diálogo e consultas.

FOLHA - Qual é a sua opinião?

KI-MOON - Como secretário-geral, não estou em posição de expressar minha posição pessoal publicamente. Meu papel é facilitar o diálogo e a consulta entre os países-membros. O Brasil é, claro, um país-membro muito importante, foi um dos fundadores da organização. Mas deveria tentar expandir seu apoio entre os outros países-membros.

FOLHA - Esse é seu conselho para o país?

KI-MOON - Sim.

FOLHA - A ONU avalia positivamente o papel do Brasil à frente da missão de paz no Haiti (Minustah). A favela Cité Soleil foi supostamente "tomada" e "pacificada" sob o comando dos militares brasileiros. Ao mesmo tempo, há um relator especial da ONU investigando o problema de violência no Brasil, assim como denúncias de execuções e corrupção policial. O sr. consegue enxergar a ironia dessa situação?

KI-MOON - [Pausa] Sou muito grato quanto ao papel do Brasil na Minustah. Quando visitei o Haiti, vi junto à população um sentimento muito positivo. Andei pela Cité Soleil, o que não seria possível há sete meses. Os brasileiros prenderam todas as gangues, a segurança foi restaurada, e as pessoas puderam voltar às suas atividades econômicas e sociais. Isso é uma mudança completa, liderada pela Minustah.

Quanto à corrupção, infelizmente, é um problema disseminado e mundial. A ONU, com outras organizações e a sociedade civil, está trabalhando para que os governos sejam mais transparentes. Acredito que dar mais poder à sociedade civil está no centro do esforço de corrigir a corrupção. A ONU também apóia programas na América Latina, incluindo o Brasil, para combater a insegurança social e promover a reabilitação dos jovens.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: mundo

Título: Comandante brasileiro no Haiti vê favela mais segura

Data: 01/03/2008 – sábado

Crédito: Tahiane Stochero, da folha on line

"O Brasil já faz parte de Cité Soleil e Cité Soleil faz parte do Brasil. A segurança lá está associada à confiança que a população tem no soldado brasileiro. Quando eu for tirar o Brasil, vai ter de se bem planejado." A frase é do comandante da missão de paz da ONU no Haiti (Minustah), o general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, que diz acreditar ser esta a explicação para o sucesso na pacificação da favela mais pobre e violenta do Haiti.

A pacificação da região de 300 mil habitantes na capital haitiana é consolidada exatamente quatro anos após a queda do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, deposto em 29 de fevereiro de 2004. Reduto de grupos armados, o bairro foi alvo de operações comandadas pelo Brasil em 2007 em que foram presos ou mortos mais de 500 criminosos e revoltosos.

Sem Estado

"Nestes quatro anos, conseguimos estabilidade, houve eleições, não há mais áreas comandadas pelos criminosos. Mas onde 80% da população não têm emprego, onde não existe água, energia elétrica, polícia nem a presença do Estado, como se vai acabar com a violência?", questiona Cruz.

Pelo segundo ano no comando da Minustah, o general diz que os principais desafios deste ano são manter a segurança, reforçar a vigilância na fronteira e a geração de empregos.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: brasil

Título: Atividades não militares ocupam tropa

Data: 19/05/2008 – segunda-feira

Crédito: Claudio Dantas Sequeira, da reportagem local

Soldados brasileiros distribuem comida, jogam bola e até apóiam segurança de autoridades estrangeiras

Os militares brasileiros no Haiti vêm sendo usados em diversas ações não previstas no mandato da Minustah, definido pelo Conselho de Segurança da ONU, na resolução 1.542, de abril de 2004. Para ganhar a confiança dos haitianos e dar status internacional ao Brasil, as tropas erguem escolas, pavimentam ruas, distribuem alimentos e até jogam futebol.

Além dessas atividades, classificadas como "cívico-sociais", o batalhão brasileiro celebra feriados, presta homenagens e garante a segurança de autoridades estrangeiras. Em março, os soldados participaram do esquema de proteção da primeira-dama dos Estados Unidos, Laura Bush, no Haiti.

Em fevereiro, o batalhão brasileiro disputou uma partida de futebol com a comunidade de Bel Air -venceu por 3x2. Um dia depois, o contingente foi ao bairro de Cité Soleil e lá montou oficinas de pintura e confecção de pipas para crianças.

Pesquisa realizada pela Folha sobre as ações desenvolvidas no Haiti revela que, de 235 atividades relatadas pelo batalhão brasileiro em 2007, apenas 15% tiveram cunho militar. Cerca de 55% foram ações cívico-sociais, e 40% envolveram atos oficiais e celebrações.

O gasto com essas festividades chegou a R\$ 236,9 mil, aumento de quase 600% sobre o ano anterior. Estão incluídas as comemorações de feriados nacionais, promoções de efetivos, passagens de comando, recepções a autoridades, datas militares e homenagens.

Levantamento feito pelo site Contas Abertas, no Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi), a pedido da Folha, mostra que os gastos com material educativo e esportivo caiu de R\$ 217 milhões para R\$ 209 milhões, enquanto as diárias subiram de R\$ 3,14 milhões para R\$ 3,99 milhões, entre 2006 e 2007. O gasto com passagens quase dobrou, de R\$ 1,16 milhão para R\$ 2,29 milhões.

"Fizemos de tudo, até atendimento médico. Só partos foram 25 em três meses", diz o sargento Romulo Bandeira, integrante do 5º contingente.

Mesmo com a redução das ações militares, o Ministério da Defesa gastou mais em armas para o Haiti em 2007: R\$ 3,7 milhões -aumento de 27% sobre o executado em 2006.

No Siafi, constam ainda gastos com a compra de carros de combate (R\$ 4,7 milhões), veículos de tração mecânica (R\$ 13,4 milhões), embarcações (R\$ 1,6 milhão), aparelhos de comunicação (R\$ 1,5 milhão) e equipamentos de proteção e socorro (R\$ 1,16 milhão).

"Com a desculpa do Haiti, eles aproveitam para reaparelhar as Forças Armadas", disse Expedito Carlos Stephani, pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Como exemplo, ele citou o caso da compra de blindados suíços Piranha III, para o transporte de tropas. "Eles já enviaram quatro para o Haiti, mas são muito grandes para operar nesse tipo de terreno e sabem disso", disse.

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: brasil

Título: Falta de consenso impede a criação do Conselho de Defesa

Data: 24/05/2008 – domingo

Crédito: Cláudio Dantas Sequeira, enviado especial a Brasília; Fernanda Odilla, da sucursal de Brasília

Presidentes sul-americanos criam a Unasul, nova organização do subcontinente
Colômbia e Venezuela apresentam restrições à proposta para novo órgão de defesa, defendido pelo ministro Nelson Jobim

A falta de consenso sobre o papel que deverá ter o Conselho de Defesa da América do Sul impediu a assinatura de um acordo para a criação do órgão ontem, em Brasília. O impasse levou a presidente chilena, Michelle Bachelet, a sugerir que seja formado um grupo de trabalho no âmbito da Unasul (União das Nações Sul-americanas), criada ontem e que terá o Chile ocupando pela primeira vez a presidência rotativa.

"Num prazo de 90 dias vamos revisar a proposta de Lula, recolher as preocupações dos outros países e apresentar uma proposta definitiva", disse Bachelet. Mas os próximos três meses não deverão ser suficientes para garantir consenso.

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, condicionou sua adesão ao órgão de segurança a que todos os países da região reconheçam as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como grupo terrorista. "Num país que tem sofrido tanto como a Colômbia, o continente deve atrever-se a qualificar como terrorista a todo grupo violento que atenta contra a democracia", disse. Uribe expôs ao presidente Lula o que chamou de "ponto de reflexão ao diálogo".

O adiamento foi um revés para o ministro da Defesa, Nelson Jobim, principal entusiasta do projeto e que esperava a aprovação imediata do acordo.

Segundo a Folha apurou, não foi apenas a negativa da Colômbia de se unir aos demais países que inviabilizou temporariamente o projeto. Enquanto o governo brasileiro prefere dar um status de foro político ao órgão, Venezuela e Bolívia defendem que o conselho tenha um papel operacional e amplo, abrangendo áreas como segurança energética e combate ao narcotráfico.

Para tanto, o presidente Hugo Chávez sugeriu a Lula que o futuro órgão tenha capacidade de ação regional e orçamento próprio. "Não queremos que seja uma Otan do Sul", disse à Folha o ministro da Defesa venezuelano, Gustavo Rangel.

Segundo ele, os países da região deveriam resolver seus problemas internamente, sem precisar recorrer a potências estrangeiras. "Por que teríamos que recorrer a um Plano Colômbia norte-americano, se pudéssemos fazer algo com nossos próprios meios?".

Uribe, Chávez e o presidente equatoriano, Rafael Correa, estão em conflito desde que militares colombianos invadiram o território do Equador, no início do ano, para eliminar o guerrilheiro Raúl Reyes, porta-voz das Farc. A crise piorou depois que o colombiano acusou os dois vizinhos de apoiarem a guerrilha.

O assessor do Planalto para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, considerou o debate um "pequeno passo", uma vez que "outros processos de integração regional até hoje não conseguiram resolver esse problema da defesa comum".

O ministro da Defesa venezuelano falou também do desacordo de Chávez com a atividade do Brasil na missão de paz no Haiti (Minustah). "A fase de garantia da segurança já está superada.

É preciso mudar o perfil dessa missão, substituindo as ações de polícia por atividades sociais e desenvolvimento de projetos", afirmou.

Lula, por sua vez, não admite críticas à participação brasileira na operação de paz no Haiti e fez questão de ressaltar isso no discurso de abertura do evento. "Nossas Forças Armadas estão comprometidas com a construção da paz. A presença de muitos de nossos países na Minustah, forças da ONU que garantem a segurança no Haiti, é exemplo dessa determinação."

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: É hora de o Brasil encerrar a missão no Haiti? SIM. Novos desafios para as Forças Armadas

Data: 24/05/2008 – sábado

Crédito: Roberto Abdenur

FOI ACERTADO e oportuno o envio de tropas ao Haiti. Deu-se no contexto da intensificação de nossa atuação no continente e no plano global em geral, entre outras razões com vistas a reforçar nossas credenciais para a obtenção de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU -objetivo de todo válido, em que nossa diplomacia cedo ou tarde terá êxito (talvez mais cedo, em eventual governo Obama nos EUA).

Enche-nos de orgulho o notável desempenho de nossos soldados. Com a responsabilidade de liderar missão de extrema delicadeza, deram nossas Forças Armadas contribuição decisiva para a difícil transição política de que necessitava o Haiti para o apaziguamento das tensões, a recuperação da economia e a construção de instituições democráticas.

Para esse sucesso no campo militar muito contribuiu o empenho do Itamaraty na sustentação política da missão, com gestões no mais alto nível no Conselho de Segurança, no Banco Mundial e no BID e intensa movimentação para o êxito de duas conferências de países doadores.

Foi intenso o diálogo com os EUA, dada sua influência nos processos decisórios sobre a questão (a propósito, esclareço que nossa inclusão na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti -Minustah- não se fez a pedido ou a serviço dos EUA).

No que a mim dizia respeito, fui certa feita interpelado por altos funcionários norte-americanos que instavam as forças brasileiras a serem mais agressivas. Dei-lhes a resposta que daria qualquer brasileiro: não temos a tradição guerreira dos EUA. Preferimos prudência e comedimento, recorrendo à força apenas em última instância. A prioridade era a conquista da simpatia da população.

Tive mais tarde a satisfação de homenagear o general Heleno, cuja passagem por Washington se devia ao desejo das autoridades norte-americanas de recolher ensinamentos a partir da experiência vivida por nossas tropas, as quais vinham atuando por vezes mais na imposição do que apenas na manutenção da paz (observo que os EUA haviam fracassado em intervenções unilaterais no Haiti).

A Minustah foi profícua iniciativa também por seu caráter predominantemente sul-americano. A nós juntaram-se Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa inédita experiência pode servir para avanços na articulação das forças da região para futuras operações de paz, objetivo que, suponho, recaia sob a égide de iniciativas como o Conselho de Defesa Regional e a Unasul (União das Nações Sul-Americanas).

Não obstante tudo o que se conseguiu, o Haiti por muito tempo necessitará de apoio externo, possivelmente com sucessivas extensões da Minustah (estiveram no país, entre 1993 e 2001, quatro outras operações semelhantes). Vale notar que a situação continua incerta, como ilustram as recentes manifestações de protesto contra os preços de alimentos.

Os gastos com a Minustah até agora foram investimento frutífero a serviço de nossos interesses e responsabilidades no plano internacional. Mas, a essa altura, novos desafios se apresentam a nossas Forças Armadas (e à diplomacia) -a proteção das águas territoriais em marco de virtual nova crise dos preços do petróleo; melhor defesa do espaço aéreo; e o resguardo da soberania sobre a Amazônia, quando preocupações internacionais com questões ambientais (e sua correlação com a escalada no preço de alimentos) trazem de novo à baila no exterior descabidas, inquietantes e inaceitáveis idéias sobre a região.

Acresce o notório sucateamento de parte substancial dos equipamentos das Forças Armadas, justamente quando mais urgente se faz sejam elas reforçadas e modernizadas.

O atual mandato da Minustah se esgota em 15 de outubro vindouro. A data é próxima, e naturalmente não caberia retirada abrupta a essa altura.

Mas, sim, é preciso estar preparado para, no caso de nova prorrogação, podermos gradual, mas rapidamente acertar com a ONU cronograma de retirada. Passando adiante o bastão que nossas Forças Armadas souberam empunhar de tão honrosa forma.

ROBERTO ABDENUR, 66, diplomata de carreira aposentado, foi embaixador do Brasil no Equador (1985-1988), na China (1989-1993) e nos EUA (2004-2006), entre outros países, além de secretário-geral do Itamaraty (1993-1994). É conselheiro do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Folha de S. Paulo

Editoria/caderno: opinião

Título: É hora de o Brasil encerrar a missão no Haiti? NÃO. O Haiti não é aqui

Data: 24/05/2008 – sábado

Crédito: Ricardo Seitenfus

A HIPOTÉTICA retirada do Brasil das forças que compõem a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti provocaria dois desastres e uma constatação.

O primeiro dos desastres afetaria de modo direto e profundo o que foi até então arduamente construído no Haiti. Os países latino-americanos contribuem com 50% dos efetivos militares, civis e policiais. Parte deles, por certo, revisaria sua posição, abandonando à própria sorte aquele país.

Comprometida a presença da ONU na parte ocidental da ilha de Hispaniola, o recrudescimento da instabilidade política desembocaria no retorno ao autoritarismo, como tem ocorrido desde 1986, salvo se a idéia esdrúxula e imoral de submeter o Haiti ao regime de protetorado das grandes potências venha a ser admitida.

Para a população do país mais pobre das Américas, a ausência da Minustah significaria o retorno a um passado de repressão, ausência de liberdades mínimas, desrespeito aos direitos humanos fundamentais e maior retrocesso econômico. A porta estaria escancarada para que os eternos aventureiros e opressores do povo, entre eles notórios traficantes, torturadores e assassinos, retomassem as rédeas do poder. O segundo desastre seria brasileiro.

Qual seria a justificativa -a não ser o decantado egoísmo nacional- apta a explicar o abandono de um povo cujas raízes são compartilhadas por ponderável parcela de nossa população? Como explicar às opiniões públicas nacional, internacional e haitiana que o Brasil, respeitado, amado e venerado pelo povo mártir da antiga pérola das Antilhas, dê-lhes as costas num momento de tal gravidade? O que seria da diplomacia cooperativa e solidária brasileira? Qual

seria o futuro do enfoque Sul-Sul, dos projetos do Ibas e da respeitabilidade cada vez maior da palavra brasileira no concerto das nações? A resposta é uma só: após a surpresa, a decepção e, a seguir, o menosprezo com que seria avaliado o conjunto da nossa atuação internacional.

Além dos desastres, o abandono do Haiti traria uma constatação: nossa incapacidade de resolver problemas regionais. Desde 1945, o fenômeno da guerra, sob todas as suas formas, migrou do Norte para o Sul do hemisfério, sem com ela aportar os mecanismos para preveni-la e solucioná-la, que continuam com as potências. Os países do Sul seguem oferecendo o palco e as vítimas dos conflitos atuais.

A crise do Haiti, se resolvida, poderia constituir novo modelo de solução de conflitos em que, pela primeira vez, nós exercemos o papel central.

Há muito, propugno que a crise haitiana, antes de ser política e securitária, é provocada pela desesperança, pela miséria, pelo descalabro administrativo, pela ausência de Estado, pelo vazio jurídico-institucional e pelas condições infra-humanas em que vegeta parte ponderável da população. Três dados ilustram a situação: dos 3.341 detentos da Penitenciária Nacional, em Porto Príncipe, tão-só 112 foram condenados. O restante está em "detenção provisória prolongada", que pode estender-se por vários anos; 80% da população ativa está desempregada; há 250 mil crianças em regime de escravidão (os pouco conhecidos e abandonados "restavecs"). Ante esse doloroso quadro, as características da presença brasileira e da comunidade internacional no Haiti devem ser repensadas. Em paralelo à formação da Polícia Nacional Haitiana e à garantia de um nível mínimo de segurança, é fundamental e urgente empreender ações que reavivem a economia da ilha. Às duas dezenas de projetos brasileiros bem-sucedidos devem se somar outras centenas. Porém, é indispensável que sejam auto-sustentáveis e se beneficiem da cooperação financeira dos países desenvolvidos. A cooperação triangular é a chave do sucesso e da solidariedade.

Há quem diga que o Brasil deve prioritariamente olhar para seus próprios problemas sociais. Quem já foi ao Haiti, porém, do soldado ao ministro, sabe que uma luta contra a pobreza não exclui a outra e que a solidariedade internacional só reforça a interna. A pergunta talvez não seja se o Haiti "é aqui" ou "não é aqui", como no verso de Gil e Caetano, mas, sim, onde se encontra o Brasil em relação ao mundo, que necessita, mais do que nunca, de nossa participação pacífica e criativa.

RICARDO SEITENFUS, 60, doutor em relações internacionais, integrou várias missões ao Haiti. É coordenador do projeto www.brasilhaiti.com e autor do livro "Haiti, a Soberania dos Ditadores", entre outras obras.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

ANEXOS II – PROFERIMENTOS

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti

Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Base Aérea de Brasília, 31/05/2004

Excelentíssimo senhor José Alencar, vice-presidente da República e sua esposa, dona Mariza,
Meu caro embaixador José Viegas Filho, ministro da Defesa,
Meu caro embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,
Meu caro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes,
Meu caro Waldir Pires, controlador-geral da União,
Meu caro general Jorge Armando Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional,
Meu caro Álvaro Costa, advogado-geral da União,
Minha querida companheira Marisa,
Almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da Marinha,
General de Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército, e senhora Marina Antonina Teixeira Pinto de Albuquerque,
Tenente brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica, e senhora Sônia Maria Martins Bueno,
Meus caros deputados,
Deputado Luizinho,
Deputado Arlindo Chinaglia,
Paulo Delgado,
Ricardo Zaratini,
Deputado Francisco Rodrigues,
Senhores oficiais-generais,
General Américo Salvador de Oliveira,
Dom Geraldo Ávila, arcebispo militar,
Senhores integrantes da brigada do Haiti,
Militares da Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira que embarcam para essa missão de paz das Nações Unidas,
Meus amigos e minhas amigas, familiares dos integrantes da brigada do Haiti,
Meus amigos e minhas amigas que vieram a essa solenidade,

É com sentimentos elevados que venho me despedir de parte do contingente brasileiro que vai participar da missão de paz das Nações Unidas no Haiti.

Trago a mensagem de apoio e confiança a todos os senhores e peço-lhes que a transmitam aos que já partiram do Rio de Janeiro, no navio da Marinha do Brasil.

O Brasil sente grande orgulho pelo convite que lhe foi feito para acomodar a missão de paz no Haiti.

A comunidade internacional reconheceu a capacidade e a vontade de nosso país de dar a sua contribuição para a paz no mundo. Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um país irmão.

O Haiti é o terceiro país com a maior população negra nas Américas. O Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando.

A paz e a democracia são conquistas das quais os governos e os povos latino-americanos devem orgulhar-se. Isso nos estimula a trabalhar pela promoção da paz em nível global. A

instabilidade, ainda que longínqua, acaba gerando custos para todos nós. A manutenção da paz tem seu preço, e esse preço é o da participação.

Ao nos manifestarmos diante de uma crise como a que está acontecendo no Haiti, estamos exercendo nossa responsabilidade no cenário internacional. No caso do Haiti, consideramos que foram preenchidas as condições para uma operação da ONU. Como membro do Conselho de Segurança, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional.

Por esta razão, decidimos também aceitar o comando da operação de paz estabelecida pelo Conselho de Segurança que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade de proteger civis sob ameaça, de apoiar instituições que defendam os direitos humanos, de promover a reconciliação nacional do Haiti. São desafios importantes, mas não nos intimidam.

A coragem, o sentido de dever e solidariedade e o elevado profissionalismo de nossas Forças Armadas, os preparam para enfrentar os árduos trabalhos que os esperam.

O mandato que, legitimamente, nos confere a sociedade internacional coincide com as causas que, no Brasil, defendemos.

Nosso compromisso com a paz e o desenvolvimento de um país irmão também foi bem traduzido pelo Congresso Nacional, que reconheceu a importância desse momento ao aprovar o envio de tropas brasileiras para o Haiti.

Saúdo a pronta decisão de vários países latino-americanos, sobretudo da América do Sul, de participarem dessa missão. A situação de crise no Haiti vai exigir um compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional em apoio à sua reconstrução econômica e institucional. Nosso objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia.

Ao longo dos próximos meses, suas famílias e amigos sentirão a distância e a saudade, mas terão também a íntima satisfação de saber que seus esposos e pais, filhos e amigos são parte de uma luta justa. Em mais algum tempo estaremos todos aqui, outra vez, reunidos. Ao seu regresso, trarão consigo a certeza de terem prestado, com honra e dedicação pessoal, a sua contribuição e a sua solidariedade a um povo amigo. Partem com o apoio de toda nossa gente, regressarão com a alegria de cada um de nós.

Meus amigos,

Há 59 anos, nesse mesmo mês de maio, terminava a Segunda Guerra Mundial. Naquele terrível conflito, a Força Expedicionária Brasileira construiu as mais belas páginas da história de nossos homens de armas. Depois disso, nos engajamos sucessivamente em missões de paz com o mesmo ardor, coragem e compromisso de nossos pracinhas. Estamos seguros que cada um de vocês, inspirados em nossas melhores tradições, será capaz de manter alto, em terras haitianas, o nome do Brasil e os valores da paz e da solidariedade que tanto inspiram o nosso povo.

Boa sorte e que Deus os protejam.

**Saudação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture
Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Porto Príncipe - Haiti, 18/08/2004**

Com emoção e alegria, chego ao Haiti para um dia histórico nas relações entre este país e o Brasil.

É a primeira vez que um Presidente da República brasileiro vem ao Haiti, nação com a qual compartilhamos raízes africanas comuns.

Venho a Porto Príncipe para contatos com o Primeiro-Ministro Latortue e com o Presidente Alexandre, em um momento em que a comunidade internacional se une para prestar apoio à democracia, à estabilidade e à reconstrução nacional do Haiti.

Particpei ontem, em São Domingos, de reunião com líderes caribenhos e centro-americanos, à margem da posse do Presidente Leonel Fernández, da República Dominicana, e com a presença do Presidente Boniface Alexandre. Na reunião, destacamos a importância de um esforço de longo prazo para o desenvolvimento institucional, econômico e social do Haiti.

Dentro de uma semana, estará em Porto Príncipe uma missão brasileira, coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação e integrada por mais de 20 pessoas, que contribuirá para o desenvolvimento de projetos envolvendo vários ministérios, em áreas como saúde, agricultura familiar, infra-estrutura e transporte urbano.

Venho confraternizar com as Forças de Paz sob comando brasileiro e com o batalhão Brasil. Nossa participação na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – a MINUSTAH - reflete o compromisso brasileiro com a ONU, com o multilateralismo e com a estabilidade regional.

Chego ao Haiti em companhia do Presidente Jorge Batlle do Uruguai, nação irmã, sócio no MERCOSUL e agora também parceiro nos esforços de estabilização do Haiti. Alegro-me a circunstância de vários países sul-americanos estarem trabalhando juntos por um futuro de paz e desenvolvimento no Haiti.

Venho, enfim, participar de um encontro pela paz entre haitianos e brasileiros. O jogo entre a Seleção do Brasil e do Haiti permite que celebremos juntos a nossa paixão pelo futebol. Esperamos que este jogo possa se transformar em símbolo de nossa amizade e em estímulo para intensificarmos os contatos entre nossas sociedades

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perante a Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti

Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Porto Príncipe, Haiti, 18/08/2004

Meu querido companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

Meu querido companheiro Agnelo Queiroz, ministro dos Esportes,

Minha querida companheira Marisa Letícia,

Meu caro senador Eduardo Suplicy,

Senador Hélio Costa,

Senador Leomar Quintanilha

Senador Maguito Vilela,

Meu caro deputado Luiz Eduardo Greenhalgh,

Embaixador Juan Gabriel Valdez, representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para o Haiti,

Embaixador Armando Cardoso, embaixador do Brasil no Haiti,

Oficiais-generais do Ministério da Defesa da Marinha do Brasil, do Exército brasileiro e da Força Aérea brasileira,

General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, comandante da Força da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti,

General de Brigada, Américo Salvador de Oliveira, comandante da Brigada Brasileira de Paz no Haiti,

Senhores militares da Brigada Brasileira de Paz no Haiti,

Senhores e senhoras jornalistas,

Nossos convidados,

Venho ao Haiti para celebrar a paz. A paz que vocês, integrantes da Brigada Brasil da Missão das Nações Unidas para o Haiti, estão ajudando a devolver ao povo haitiano.

Quero, em primeiro lugar, expressar que a decisão brasileira de enviar tropas ao Haiti foi tomada em atendimento a um chamado do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É ele o órgão que tem um mandato para definir ações em favor da preservação da paz e da segurança internacionais.

Oficiais e praças da Brigada Brasil, sua missão é difícil.

Um grande desafio nos trouxe ao Haiti. Viemos ajudar a restabelecer a ordem e a segurança e a reconstruir a paz no Haiti. Mas, sobretudo, viemos ajudar a lançar a semente de uma paz duradoura.

Estamos solidários à nação haitiana em sua luta pela reconciliação e reconstrução nacional. Queremos que o Haiti volte a ser a nação que inspirou gerações e produziu heróis. Queremos que o Haiti volte a levantar-se em defesa de seu destino.

Quando anunciamos a decisão de mandar tropas para este país, com o apoio do Congresso Nacional, reconhecemos que o Brasil não poderia ficar alheio ao sofrimento e à dor de um povo irmão. Um povo cuja suprema bravura deu início à emancipação colonial e pôs fim à escravidão. Um povo com o qual compartilhamos raízes africanas comuns.

Soldados do Brasil,

Seus familiares, amigos e todos nós, brasileiros, temos orgulho da missão que vocês estão desempenhando aqui. Essa é a maior missão de paz de que o Brasil já participou.

A ação das Forças Armadas brasileiras, aqui, no Haiti demonstra que a comunidade internacional confia na nossa capacidade de contribuir para a paz. A presença brasileira no comando, seguramente, estimulou outros países de nossa região a participarem desta Missão. O Brasil acredita em um Haiti melhor para o seu povo.

Não podemos nos resignar a assistir, com impotência e fatalismo, à escalada da instabilidade e do medo. Queremos ajudar este país a reerguer-se, a reconstruir suas instituições, a cicatrizar suas feridas, a reencontrar o caminho do desenvolvimento e da justiça social.

Enquanto houver fome, miséria, crianças sem educação, epidemias e tantos outros males que afetam grande parte da humanidade, não haverá segurança. Em lugar da segurança, surgirão a revolta, a intolerância, o fanatismo, que são os verdadeiros alimentos do conflito, da violência e do terrorismo. Não há maior terror do que a exclusão social e a perda de perspectiva de um futuro melhor.

Não podemos nos omitir. A Brigada Brasil e a contribuição de cada um de vocês refletem o nosso engajamento.

É preciso que o povo haitiano saiba que a comunidade internacional não o abandonou. Ela está presente nas muitas nacionalidades que compõem a Missão das Nações Unidas. Está presente também nas decisões esclarecidas dos países que participaram da recente reunião de doadores.

Queremos que os haitianos sintam que podem contar com a amizade e a solidariedade do povo brasileiro e de meu governo.

Uma delegação técnica virá, na próxima semana, a Porto Príncipe para definir projetos de cooperação. Nossos técnicos da Embrapa virão colaborar na valorização da agricultura. Vamos também ajudar o governo haitiano a treinar policiais para proteger vidas humanas; assistir às autoridades locais na reabilitação do poder judiciário; treinar professores para educar os jovens; ajudar a reconstruir instituições e recuperar escolas.

Soldados do Brasil, soldados da paz,

Aproveito esta oportunidade para render homenagem ao Cabo Rodrigo Duarte Azevedo, que nos deixou enquanto cumpria seu dever.

Quero reiterar a cada um de vocês que o Brasil e o meu governo estão ao seu lado e farão todo o necessário para que voltem para casa com segurança e o sentimento de missão cumprida.

Daqui a pouco, terei a alegria de assistir ao Jogo da Paz. Nossos melhores talentos vão estar em campo, celebrando a paixão de haitianos e de brasileiros pelo futebol.

Nos nossos jogadores vejo a realização de aspirações que dependem da capacidade de cada um, de perseguir seus ideais com confiança e determinação. Nossos jogadores nos mostram que não devemos dar ouvidos aos que dizem que os sonhos são inatingíveis. Nenhum deles

teria a alegria de ouvir seus nomes aclamados pela torcida após o gol consagrador, se tivessem abandonado os seus sonhos.

Oficiais e praças das Forças Armadas do nosso querido Brasil,

Tenho certeza de que ao ver nossos craques em campo, todos sentirão um pouco mais a saudade de nossa pátria.

Mas os nossos jogadores não são os únicos craques brasileiros no Haiti. Parabéns, pois vocês também estão fazendo um gol de placa.

Meus caros amigos,

Estamos aqui para ajudar a reconciliação nacional do Haiti. Precisamos extirpar as raízes da violência, a exclusão social, a miséria e a fome.

Não devemos esquecer nunca que o verdadeiro nome da paz é a justiça social.

Muito obrigado e boa sorte.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 59ª Assembléia-Geral da ONU
Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Nova York, EUA, 21/09/2004

Senhoras e senhores,

Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Jean Ping, presidente da 59ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas,

Senhor Kofi Annan, secretário-geral das nações unidas,

Senhor Jian Chen, subsecretário-geral para assuntos da Assembléia-Geral,

Senhoras e senhores,

Saúdo, na pessoa do chanceler Jean Ping, os representantes de todos os povos aqui reunidos.

Cumprimento fraternalmente o secretário-geral Kofi Annan, que tem conduzido as Nações Unidas com sabedoria e abnegação.

Senhoras e senhores,

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, a fome e a desesperança.

A eles, nas palavras tremendas de Franz Fanon, o passado colonial destinou uma herança comum:

“Se queres, aí a tens: a liberdade para morrer de fome”.

Hoje somos 191 Estados-nação. No passado, 125 deles foram submetidos ao jugo de umas poucas potências que originalmente ocupavam menos de 2% do globo. O fim do colonialismo afirmou, na esfera política, o direito dos povos à autodeterminação.

Esta Assembléia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente.

Em 1820, a diferença de renda per capita entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes.

Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional.

Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio.

Nas últimas décadas, a globalização assimétrica e excludente aprofundou o legado devastador de miséria e regressão social, que explode na agenda do século XXI. Hoje, em 54 países a renda

per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome.

Na África, onde o colonialismo resistiu até o crepúsculo do século XX, 200 milhões de seres humanos estão enredados num cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo.

A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos armados desde a II Guerra.

Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos.

Apenas neste ano, mais de 1.700 pessoas já morreram vítimas de ataques terroristas ao redor do mundo; em Madri, Bagdá, Jacarta.

Tragédias que vêm somar-se a tantas outras, na Índia, no Oriente Médio, nos Estados Unidos, e, recentemente, ao sacrifício bárbaro das crianças de Beslan.

A Humanidade está perdendo a luta pela paz.

Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva.

Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio.

O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países.

Exige, por isso mesmo, a reforma do modelo de desenvolvimento global e a existência de instituições internacionais efetivamente democráticas, baseadas no multilateralismo, no reconhecimento dos direitos e aspirações de todos os povos.

Mais do que quaisquer estatísticas sobre a desigualdade social, o que deve interpelar nossas consciências é o olhar torturado dos que hoje estão do lado de fora da vida.

São olhos que vigiam em nós o futuro da esperança.

Não há mais destino isolado, nem conflito que não irradie uma dimensão global. Por mais que nos apontem o céu entre as grades, é preciso não confundir a gaiola de ferro com a liberdade.

Temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje, é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável.

A natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas, definitivamente, ela não pode mais ser degradada pela espoliação humana e ambiental, na busca da riqueza a qualquer custo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Mede-se uma geração não só pelo que fez, mas também pelo que deixou de fazer. Se os recursos disponíveis são fantásticamente superiores às nossas necessidades, como explicar às gerações futuras por que fizemos tão pouco, quando tanto nos era permitido?

Uma civilização omissa está condenada a murchar como um corpo sem alma. As exortações do grande artífice do "New Deal", Franklin Roosevelt, ecoam com atualidade inescapável:

"O que mais se necessita hoje é de audácia na experimentação."

"O que mais se deve temer é o próprio medo".

Não se trata da audácia do instinto. Mas da coragem política. Sem voluntarismo irresponsável, mas com ousadia e capacidade de reformar.

O que distingue civilização de barbárie é a arquitetura política que promove a mudança pacífica e faz avançar a economia e a vida social pelo consenso democrático.

Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?

Minhas senhoras e meus senhores,

Creio que é o momento de dizer com toda a clareza que a retomada do desenvolvimento justo e sustentável requer uma mudança importante nos fluxos de financiamento dos organismos multilaterais.

Estes organismos foram criados para encontrar soluções, mas, às vezes, por excessiva rigidez, tornam-se parte do problema.

Trata-se de ajustar-lhes o foco para o desenvolvimento, resgatando seu objetivo natural.

O FMI deve credenciar-se para fornecer o aval e a liquidez necessários a investimentos produtivos, especialmente em infra-estrutura, saneamento e habitação, que permitirão, inclusive, recuperar a capacidade de pagamento das nações mais pobres.

Meus senhores e minhas senhoras,

A política externa brasileira, em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz.

Tivemos, ontem, uma reunião histórica com mais de 60 líderes mundiais, para dar um novo impulso à ação internacional contra a fome e a pobreza.

Acredito firmemente que o processo desencadeado ontem elevará o patamar da luta contra a pobreza no mundo. Na medida em que avançarmos nessa nova aliança, teremos melhores condições de cumprir as Metas do Milênio, sobretudo a erradicação da fome.

Foi com esse espírito que África do Sul, Índia e Brasil estabeleceram, no ano passado, o fundo de solidariedade – IBAS. Nosso primeiro projeto, em Guiné-Bissau, será lançado amanhã.

Também priorizamos o tema do HIV-AIDS, que tem perversa relação com a fome e a pobreza.

Nosso programa de Cooperação Internacional no combate ao HIV-AIDS já opera em seis países em desenvolvimento e brevemente chegará a mais três.

Minhas senhoras e meus senhores,

Constato, com preocupação, que persistem graves problemas de segurança, pondo em risco a estabilidade mundial.

Não se vislumbra, por exemplo, melhora na situação crítica do Oriente Médio. Neste, como em outros conflitos, a comunidade internacional não pode aceitar que a violência proveniente do Estado, ou de quaisquer grupos, se sobreponha ao diálogo democrático. O povo palestino ainda está longe de alcançar a auto-determinação a que tem direito.

Sabemos que as causas da insegurança são complexas. O necessário combate ao terrorismo não pode ser concebido apenas em termos militares.

Precisamos desenvolver estratégias que combinem solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao Direito Internacional.

Foi assim que atendemos, o Brasil e outros países da América Latina, à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais, não poderia se omitir diante de uma situação concreta.

Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país. Em nossa região, apesar dos conhecidos problemas econômicos e sociais, predomina uma cultura de paz. Vivemos um período de amadurecimento democrático, com uma vibrante sociedade civil.

Estamos aprendendo que o desenvolvimento e a justiça social devem ser buscados com determinação e abertura ao diálogo. Os episódios de instabilidade na região têm sido resolvidos com respeito às instituições.

Sempre que chamado, e na medida de nossas possibilidades, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos.

Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos.

O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina.

O surgimento de uma verdadeira Comunidade Sul-Americana de Nações já não é um sonho distante graças à ação decidida no que se refere à integração física, econômica, comercial, social e cultural.

O Brasil tem atuado nas negociações comerciais multilaterais para alcançar acordos justos e eqüitativos. Na última reunião da Organização Mundial do Comércio, deu-se um grande passo para a eliminação de restrições abusivas que prejudicam os países em desenvolvimento.

A articulação de países da África, América Latina e Ásia no G-20 foi decisiva para manter a rodada de Doha na trilha da liberalização do comércio com justiça social. O sucesso de Doha representa a possibilidade de livrar da pobreza mais de 500 milhões de pessoas.

É fundamental continuar desenhando uma nova geografia econômica e comercial, que, preservando as vitais relações com os países desenvolvidos, crie sólidas pontes entre os países do Sul, que por muito tempo permanecem isolados uns dos outros.

Senhoras e senhores,

O Brasil está comprometido com o êxito do Regime Internacional sobre Mudança do Clima. Estamos engajados no desenvolvimento de energias renováveis. Por isso, seguiremos trabalhando ativamente pela entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial. Defendemos o combate à biopirataria e à negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Senhoras e senhores,

Reitero o que disse no ano passado desta Tribuna: uma ordem internacional fundada no multilateralismo é a única capaz de promover a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

Ela deve assentar-se sobre o diálogo construtivo entre diferentes culturas e visões de mundo.

Nenhum organismo pode substituir as Nações Unidas na missão de assegurar ao mundo convergência em torno de objetivos comuns.

Só o Conselho de Segurança pode conferir legitimidade às ações no campo da paz e da segurança internacionais. Mas sua composição deve adequar-se à realidade de hoje, e não perpetuar aquela do pós-Segunda Guerra ou da Guerra Fria.

Qualquer reforma que se limite a uma nova roupagem para a atual estrutura, sem aumentar o número de membros permanentes é, com certeza, insuficiente.

As dificuldades inerentes a todo processo de reforma não devem fazer com que percamos de vista a urgência das mudanças.

Senhoras e senhores,

Não haverá segurança nem estabilidade no mundo enquanto não construirmos uma ordem mais justa e mais democrática.

A comunidade das nações precisa dar resposta clara e inequívoca a esse desafio.

Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: “A paz só virá como fruto da Justiça.”

Muito obrigado.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio
“Brasil: Ator Global”**

Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Paris, França, 13/07/2005

Não se assustem com a quantidade de papel, porque é um parágrafo por folha.

Primeiro, dizer às autoridades francesas, aos reitores, aos ministros brasileiros e a todos os professores e alunos que estão aqui, da minha alegria de poder estar, outra vez, em Paris e poder falar um pouco da participação do Brasil neste mundo globalizado e o que achamos que pode acontecer nos próximos anos.

Queria apenas que vocês compreendessem que estamos com o fuso horário de cinco horas na cabeça, e que por mais que eu viaje de avião, eu não perdi o medo de viajar de avião, e eu tenho dificuldade de dormir no avião. Portanto, vou me segurar aqui para não ter problema de sono.

Queria dizer a vocês que está comigo o nosso querido governador do estado do Amapá, que logo, logo será o governante da América do Sul mais próximo da França e, portanto, poderá ser um canal muito importante para o desenvolvimento daquela região, sobretudo, o estado do Amapá que tem, praticamente, 80% do seu território como área de preservação e isso, se tem custado ao longo do tempo – difícil – o desenvolvimento do estado, certamente, nós agora temos que tirar proveito da intenção mundial de preservação para que os estados que preservem mais a sua fauna, a sua floresta, possam ganhar alguns recursos adicionais.

Meu agradecimento à Universidade de Paris pela organização deste encontro consagrado à política externa do Brasil e pelo convite que me foi feito para aqui apresentar algumas reflexões.

O título do colóquio "Brasil: ator global" aponta para um problema central: qual o sentido e as possibilidades da presença e ação de meu país no cenário internacional?

A expressão "ator global" pode provocar mal-entendidos. O primeiro é o de acreditar que o Brasil, um país com problemas sociais e sem meios importantes de projeção de poder militar no plano internacional, não poderia aspirar a ser globalmente um ator pleno. Somente países ricos, socialmente mais desenvolvidos e dotados de meios militares mais expressivos teriam capacidade de atuar de forma independente e eficaz na cena mundial.

É evidente que riqueza e força militar são expressões de poder. Elas não esgotam, no entanto, a capacidade de ação e de influência de que pode dispor um país. O segundo equívoco é o de pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá automaticamente papel de relevo na esfera internacional.

O Brasil está, felizmente, longe dessas duas perspectivas extremas. Nossa diplomacia é experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária.

Minha experiência pessoal, como líder operário, ensinou-me que em qualquer negociação a credibilidade é um fator fundamental. E para ter credibilidade é preciso conhecer as forças de que dispomos.

Não fugimos a nossas responsabilidades, por timidez ou por temor aos mais poderosos. Nosso desafio é o de tentar entender, e de afirmar, como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacional. Necessitamos de um mundo mais democrático, justo e pacífico, mas isso não depende somente de nós, tampouco pode nos conduzir à passividade.

Abrir mão da idéia de uma "ação global" seria deixar o futuro ao sabor das forças de mercado, onde prolifera enorme desordem econômica e financeira, ou ao sabor de políticas de poder, dominadas por posturas unilaterais.

O Brasil nasceu, 505 anos atrás, fruto das grandes explorações marítimas, a primeira onda de "globalização", empreendida pelo capitalismo mercantil.

Como colônia, depois como país politicamente independente sofremos, por séculos, os constrangimentos que condicionaram a vida dos países da periferia.

Em nossa história vivemos momentos de submissão e de reação a esses constrangimentos.

Hoje, o que importa é buscar espaço neste mundo globalizado, por meio de uma ação política que preserve a soberania nacional, garanta a soberania popular e contribua para o aprofundamento da solidariedade internacional.

A "mundialização", como se diz aqui, nos colocou diante de uma nova obrigação: a de fazermos com que as forças que ela desencadeia sejam canalizadas para o interesse da maioria. Não tenho me omitido a esse respeito.

Fui a Porto Alegre e a Davos. Defendi nos dois encontros as mesmas idéias: aquelas que expressei também em minhas intervenções em Evian e na Escócia, quando me reuni com os líderes do G-8.

Acredito que se pode estabelecer pontes entre foros e grupos de países que antes pareciam irreconciliáveis. Vejo uma crescente disposição em estreitar esse diálogo. Até porque as grandes questões com que nos confrontamos na atualidade, desde a pobreza na África, às mudanças climáticas, até o terrorismo, só poderão ser resolvidas efetivamente por uma ação concertada, multilateral.

Um país como o Brasil não tem a opção de viver à margem dos processos globais. Dou um exemplo. Temos um programa de combate à Aids que é mundialmente reconhecido como resposta a um dos piores dramas vividos pela humanidade em nossos dias. Realizamos, em ampla escala, a distribuição de remédios retrovirais. Mas, para que seja viável em um país com recursos escassos, esse programa depende de que os preços dos medicamentos não ultrapassem certos limites razoáveis.

Torna-se essencial, portanto, estabelecer um equilíbrio entre o interesse legítimo das empresas farmacêuticas, que se beneficiam de patentes, e o interesse maior de salvar quantas vidas pudermos.

As normas sobre patentes já não são definidas isoladamente em cada país, são normas globais. Participamos todos de sua elaboração, de sua interpretação e de sua execução. No caso da Aids, essa participação é, sem exagero, uma questão de vida ou morte.

Outro exemplo, a que tenho mais me dedicado, é o do combate à fome e à miséria. Pela minha própria trajetória de vida e experiência política, essa é uma prioridade pessoal. Sempre tive consciência de que essa tarefa não era apenas dos brasileiros, mas de todas as nações. A fome e a pobreza têm determinações internacionais.

Isso não quer dizer que os países não devam assumir suas responsabilidades para reduzir as desigualdades e garantir a todos uma vida digna. Mas é inegável que o esforço de cada país, principalmente dos menos desenvolvidos, ganhará muito se for respaldado internacionalmente. Não falo apenas de ações compensatórias, necessárias, mas não suficientes. Falo de iniciativas de fundo, que lidem com as causas estruturais da fome e da pobreza no mundo. Por isso, defendo um sistema mais eqüitativo, onde os fluxos financeiros e o comércio internacional criem oportunidades e não sejam fatores de desagregação econômica e social. O problema da fome e do subdesenvolvimento não será resolvido apenas pelas forças de mercado.

Muitos agricultores pobres na periferia do mundo teriam, hoje, condições de competir internacionalmente e de ter uma vida mais condigna, não fossem as barreiras que os impedem de vender o que produzem aos consumidores nos países mais ricos.

Precisamos encarar esse problema de frente. É intolerável que 1 bilhão de dólares seja gasto a cada dia em subsídios à exportação e em medidas de apoio doméstico à produção agrícola. Não é humano e racional que uma vaca tenha um subsídio superior à renda individual de centenas de milhões de homens e mulheres.

Segundo o Banco Mundial, uma efetiva liberalização do comércio agrícola poderia gerar cerca de US\$ 200 bilhões de dólares de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

Posso citar muitos outros exemplos, todos apontando para a mesma direção: esses problemas não se resolvem sozinhos, nem pela iniciativa de alguns países. Exigem a participação ativa dos países em desenvolvimento. É o que o Brasil tem feito nos últimos dois anos e meio. Temos realizado intenso trabalho diplomático de aprofundamento de vínculos tradicionais em nosso Continente e de maior aproximação com regiões do mundo em desenvolvimento, como a África e o Oriente Médio.

O Brasil quer que sua voz seja cada vez mais ouvida no plano internacional. Mas queremos também ouvir a voz de outros países, para identificar interesses comuns e intensificar o diálogo e a cooperação.

Há dois meses tivemos a satisfação de sediar, em Brasília, uma pioneira Cúpula que reuniu países árabes e sul-americanos e abriu novas e promissoras avenidas de aproximação entre estas duas regiões do mundo em desenvolvimento.

Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro de diálogo trilateral. Além de estreitar nossa coordenação política, criamos um fundo inédito, administrado por essas três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Um primeiro projeto já está beneficiando Guiné-Bissau.

Senhoras e senhores,

Nos planos econômico e comercial, trabalhamos para aprofundar a integração e a unidade de nossa região, a América do Sul, assim como para ajudar a construir uma economia internacional que proporcione melhores oportunidades de crescimento para todos.

O Brasil tem feito um grande esforço para retomar o crescimento econômico, reduzir o desemprego, melhorar a distribuição da renda e aumentar sua capacidade de competição externa.

Em 2004, nosso comércio exterior totalizou quase US\$ 160 bilhões de dólares, com mais de US\$ 96 bilhões de exportações. Esse valor foi o dobro do total das exportações registradas em 1999.

O saldo comercial, que no final dos anos 90 era deficitário, chegou em 2004 a um superávit de quase US\$ 34 bilhões de dólares. As previsões para 2005 – e o Furlan que confirme aí – são de um superávit de quase US\$ 40 bilhões de dólares.

Nosso comércio com o mundo tem caráter "global". A distribuição de nossas exportações entre os principais mercados mantém um notável equilíbrio geográfico entre a União Européia, os Estados Unidos, a América do Sul e a Ásia. Outras áreas, como a África e o Oriente Médio, revelam sinais promissores de crescimento. Tudo isso significa que o Brasil está mais aberto ao mundo.

A relação comércio exterior-PIB passou de menos de 15%, nos anos 90, para mais de 26% em 2004. A estabilidade macroeconômica que conseguimos, somada ao fortalecimento da capacidade exportadora, reduziu nossa vulnerabilidade externa. Em 1999, o pagamento de juros pelo Brasil representou mais de 33% do total de nossas exportações. Hoje, não passam de 16%.

O Brasil reúne todas as condições para tornar sua inserção na economia internacional cada vez mais proveitosa e, o que é muito importante, preservando nossa autonomia para executar políticas públicas indispensáveis para um desenvolvimento sustentável, com justiça social.

Senhoras e senhores,

A esta altura de minha exposição muitos poderão estar se perguntando se uma ação mais destacada do Brasil no cenário internacional é compatível com um estreito relacionamento com nosso entorno imediato, a América do Sul. Penso que não só é compatível como absolutamente indispensável.

A parceria estratégica com a Argentina, a consolidação do Mercosul e a integração sul-americana são para nós prioritárias. Mais que isso: são inseparáveis de nosso projeto nacional de desenvolvimento. E isso não é retórica; é realidade, é fato.

Nenhum outro governo brasileiro buscou a aproximação com nossos vizinhos com tanta intensidade. Os contatos no mais alto nível se avolumaram.

Temos acelerado projetos para a integração da infra-estrutura física regional, para o que contamos, inclusive, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Possivelmente, no próximo ano, nós teremos pelo menos uma obra de infra-estrutura financiada pelo Banco de Desenvolvimento brasileiro em cada país da América do Sul, tornando realidade o sonho histórico que motivou tantas e tantas lutas na América do Sul.

A partir dessa base avançamos na consolidação do Mercosul, apesar das dificuldades e das crises de crescimento que, como sabem os europeus, são comuns nos processos de integração.

O Mercosul é uma realidade e uma promessa cada vez mais importante para nossos povos.

Trabalhamos agora para reforçar suas instituições e dotá-lo de um Parlamento que reforçará sua vocação democrática e permitirá enraizar de forma mais profunda a construção de um destino comum.

O Mercosul não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem a vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania.

Avançamos na direção de uma integração mais solidária, com a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, voltado para a redução das assimetrias entre os países membros e suas regiões, promovendo a competitividade e a coesão social.

Paralelamente, e uma coisa reforça a outra, estamos construindo a Comunidade Sul-Americana de Nações. Os países do Mercosul estão a cada dia mais próximos da Comunidade Andina, porque acreditamos que ambos os processos são complementares e convergentes. Lançada em dezembro último, realizaremos, em Brasília, daqui a dois meses, a primeira reunião de Presidentes da Comunidade.

A América do Sul toma consciência de sua identidade e de sua vocação para a integração. Em poucos dias serão iniciadas as obras de construção da rodovia interoceânica, que ligará o Brasil aos portos peruanos de Ilo e Matarani. Será um avanço decisivo para o comércio não apenas entre o Brasil e o Peru, mas também de ambos com a Bolívia.

Este é apenas o mais recente exemplo de um amplo conjunto de iniciativas que vêm delineando a América do Sul como espaço integrado na área de transportes, comunicações e energia.

Aqui eu queria dar um outro dado. Em 500 anos de história nós construímos a primeira ponte entre Brasil e Bolívia, no ano passado. Inauguramos no estado do Acre. E estamos fazendo a primeira ponte entre Brasil e Peru, em Assis-Brasil, também no estado do Acre, que será essa rodovia interoceânica. E vamos fazer, se Deus quiser, depois do acordo que firmarmos na sexta-feira, a primeira ponte ligando o Brasil e a América do Sul à Europa, via Guiana Francesa, com o estado do Amapá.

Isso demonstra apenas que em 500 anos, apesar de todos os grandes intelectuais brasileiros terem escrito sobre a necessidade de integração, apesar de Bolívar e outros revolucionários na América do Sul terem passado parte da sua vida falando em integração, apesar de todos os políticos em época de campanha eleitoral falarem de integração, a verdade nua e crua é que a integração física – aquela que se preocupa com a energia, com a comunicação, com a estrada, com a ferrovia, com a hidrovía e com a parceria efetiva entre empresários brasileiros e empresários de cada país – está se consolidando nesse momento, e não por obra apenas do Brasil, mas por uma compreensão de todos os países de que, se durante 500 anos acreditamos que os benefícios para o nosso desenvolvimento viriam do Norte, agora há a consciência de que nós precisamos começar a resolver os nossos problemas e não ficar dependentes, tanto, das promessas dos países desenvolvidos que, dificilmente, chegam a se concretizar.

Esse grau de consciência que os governantes estão tomando é que está fazendo com que haja uma profunda mudança no comportamento dos países da América do Sul.

Senhoras e senhores,

O Brasil tem procurado dar nova qualidade e novo impulso à sua ação no âmbito das negociações multilaterais de comércio, na Organização Mundial do Comércio, OMC. Já foi dito que a OMC tem procedimentos "medievais". Talvez efetivamente o seja em alguns aspectos, particularmente no que diz respeito à transparência.

Demos um passo importante para mudar o quadro em que se davam efetivamente as negociações naquele foro, restritas a alguns poucos interlocutores do mundo desenvolvido.

Tomamos a iniciativa, ao lado de outros países em desenvolvimento, de criar o G-20, que se afirmou como um ator respeitado na atual rodada de negociações comerciais.

Hoje, todos reconhecem que esse mecanismo de coordenação entre países do Sul adquiriu um papel da maior importância na viabilização de um acordo que possa fazer com que a Rodada de Doha seja, de fato, voltada para o objetivo do desenvolvimento.

Outro campo em que conseguimos avanços importantes foi o de nosso esforço conjunto pela erradicação da fome e da pobreza.

O presidente Jacques Chirac entendeu a sensibilidade desse tema e tem sido um parceiro essencial, desde a reunião do G-8 ampliado, em Evian. Ajudou a dar força à iniciativa, acrescentando o prestígio da França, que é grande, e trazendo idéias inovadoras. O presidente Lagos, do Chile, e Zapatero, da Espanha, logo se juntaram a nós, seguidos pelo chanceler Schröder, da Alemanha, e pelo presidente Bouteflika, da Argélia.

Em setembro do ano passado, conseguimos reunir, em Nova Iorque, mais de 100 países, com a presença de mais de 50 chefes de Estado e Governo.

Hoje, temos um processo em marcha, em busca de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza.

O tema vem ganhando destaque nas Nações Unidas, nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, e no próprio G-8, como vimos há pouco, na reunião de que participamos, na Escócia.

Esperamos que até a Cúpula das Nações Unidas de setembro, quando passaremos em revista as Metas do Milênio, algumas idéias possam vir à luz, como a de uma pequena taxa sobre as passagens aéreas, baseada, aliás, em uma proposta da França, que apoiamos firmemente. Ou, ainda, a redução dos custos de remessas de emigrantes, que aportam recursos vultosos, com importante incidência sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Outra importante iniciativa é a conversão do serviço da dívida, ou parte dela, em investimentos na Educação proposta por Brasil, Espanha e Argentina, que se encontra em fase de elaboração e viabilidade técnica. Menos consensuais, mas em discussão, estão propostas sobre a taxação de paraísos fiscais ou de venda de armas.

Senhoras e senhores,

Ao refletirmos sobre a ação externa do Brasil, não poderia deixar de me referir aos desafios que se colocam no plano da paz e da segurança. É fundamental que a comunidade internacional disponha dos meios necessários para responder às ameaças à paz. Esses meios devem ser eficazes, mas devem também ser legítimos. A história nos ensina que não serão eficazes se não forem legítimos. Daí nossa profissão de fé no multilateralismo.

Com a criação da ONU, há exatos 60 anos, a comunidade internacional encontrou um novo caminho para enfrentar os problemas da paz e da segurança. Um caminho fundado no diálogo, na decisão coletiva e no princípio de que o uso da força só se faria no interesse comum. Esses princípios são, hoje, mais válidos do que nunca. O mundo está diante de situações e ameaças graves. Prolongadas injustiças, não raro em um contexto de pobreza e de privação, continuam a desestabilizar regiões inteiras, como é o caso do Oriente Médio ou de extensas áreas do continente africano.

Em nossa própria região, preocupa-nos, em especial, a situação do Haiti, país tão sofrido, que necessita o apoio da comunidade internacional.

Temos liderado o esforço das Nações Unidas no Haiti, na esperança de que possamos criar um novo paradigma para as operações de paz. Não visamos apenas à segurança da população e à estabilização do país. Queremos que no Haiti se criem condições para uma efetiva reconciliação política e o reencontro do país com a esperança de seu desenvolvimento econômico e social.

Os terríveis atentados em Londres na semana passada nos mostraram, que aos conflitos externos e internos somam-se legítimas preocupações com a expansão de redes terroristas.

Sabemos, além disso, que tais redes podem vir a ganhar um poder destrutivo sem precedentes, se tiverem acesso a armas de destruição em massa.

Brasil e França compartilham a visão de que é preciso revitalizar o multilateralismo. Encontramo-nos diante de uma oportunidade histórica para dar vida nova aos instrumentos coletivos de que dispomos. Sem o multilateralismo, estaremos condenados à instabilidade crônica e aos riscos de uma escalada da violência no plano global.

A tarefa mais imediata é concluir, com êxito, uma reforma corajosa das Nações Unidas uma reforma voltada para o futuro.

Nesta semana, os países-membros das Nações Unidas discutem um projeto de resolução visando à reforma do Conselho de Segurança, órgão central do sistema de segurança coletiva. Nesse projeto, juntamos forças com a Alemanha, a Índia e o Japão, no chamado "G-4", e temos obtido o apoio de muitos países, alguns mesmo, como a França, na condição de copatrocinadores.

Outro aporte importante, na mesma direção do projeto do G-4, foi recentemente aprovado pela União Africana.

Queremos levar ao Conselho a visão de um país do Sul, que fez soberanamente a opção de não produzir armas nucleares, que atribui importância especial à relação entre a paz e o desenvolvimento e aos meios pacíficos de solução de controvérsias.

Esperamos que a reforma do Conselho possa ter um desfecho favorável no futuro próximo, abrindo caminho para a consideração de outras mudanças não menos cruciais. Entre elas, estão o fortalecimento dos demais órgãos principais, e a revisão e eventual criação de novas instâncias para lidar com a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Senhoras e senhores,

Ao considerar esses temas que dizem respeito ao ordenamento internacional, permito-me fazer um recuo histórico e falar um pouco da convergência de pontos de vista entre o Brasil e a França.

Nossa crença na liberdade como valor fundamental vem de longe. As idéias do iluminismo francês e a própria Revolução Francesa (ao lado da Revolução Americana) tiveram impacto direto no Brasil.

Foram fontes de inspiração para idéias republicanas e movimentos de rebeldia contra o colonialismo, como a Inconfidência Mineira, a Revolução dos Alfaiates, na Bahia, ou a Revolução de 1817, em Pernambuco, o meu estado natal.

Esses movimentos foram duramente reprimidos, mas deixaram uma herança de lutas que contribuiu para acelerar nossa independência.

Joaquim Nabuco, outro pernambucano, chegou a afirmar que "todas as nossas revoluções (antes da Independência) foram ondulações que começaram em Paris". Os que reprimiam os movimentos nativistas e republicanos falavam em erradicar "os abomináveis princípios franceses". São os princípios que se celebram no 14 de julho, não apenas pela França, mas por todos os que amam a liberdade e crêem na solidariedade humana.

A França foi para o Brasil, em muitos momentos, uma inspiração de liberdade. Durante os anos de autoritarismo, muitos brasileiros, injustamente perseguidos em nosso país, encontraram refúgio e proteção em terras francesas. Guardamos uma dívida de gratidão com o povo francês por essa solidariedade em uma hora difícil de nossa vida nacional.

Orgulhamo-nos, ao mesmo tempo, de ver que as atividades do Ano do Brasil na França incluem homenagens a dois brasileiros que lutaram lado a lado com o povo francês em momentos difíceis para a França. Na clandestinidade e com grande sacrifício pessoal, meu amigo e companheiro Apolônio de Carvalho deu contribuição destacada à resistência e à libertação da França do jugo nazista.

Na diplomacia, a coragem do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas ajudou a salvar centenas de vítimas inocentes. São exemplos dos laços humanos que vinculam a França e o Brasil.

Isso confere à nossa parceria um significado muito especial, porque a defesa dos direitos humanos e a consolidação da democracia são hoje tarefas inadiáveis no plano internacional.

Sabemos que a liberdade e a prática da democracia não podem ser trazidas de fora. Não são produtos de exportação, menos ainda, produtos de imposição. Só podem ser o que sempre foram para todas as nações que as alcançaram: uma conquista de seus povos. A comunidade internacional pode e deve ajudar nesse processo, mas deve fazê-lo sem arrogância.

Na América do Sul, vivemos um momento que é de consolidação das democracias.

As dificuldades econômicas são, como sempre foram, fator de instabilidade social e política. Mas o amadurecimento dos povos de nossa região faz com que, em nossos dias, o horizonte das alternativas políticas já não contemple soluções que não passem pelos canais democráticos.

O Brasil tem procurado contribuir para fortalecer a estabilidade democrática da América do Sul, e o faz com o espírito fraterno, respeitoso da autodeterminação dos povos e da soberania nacional.

De nossa parte não haverá interferência, mas tampouco indiferença para com a sorte de nossos irmãos. O Brasil continuará a estender sua mão, em favor do fortalecimento desse patrimônio de liberdade. Mas a democracia não é apenas uma aspiração isolada de cada país. É também uma tarefa a ser realizada nas relações entre os países.

Um mundo plural - ou "multipolar", como às vezes se diz - não é um desejo piedoso de diplomatas ou acadêmicos idealistas. É uma exigência dos dias que correm. A negação da pluralidade de pólos, pretensamente "realista", reduz as relações internacionais apenas à expressão da força militar.

Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática.

Ser democrata no plano global é acreditar que todos têm direito a ser atores, que cada ator tem suas razões e que, enfim, nem sempre a razão do mais forte é a mais forte das razões.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas
Senhor Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Nova York, NY, 14/09/2005

Senhor Presidente,

Desejo congratulá-lo pela iniciativa de convocar esta reunião, em um momento crucial para o futuro das Nações Unidas.

Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais.

Precisamos adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e econômicas de um mundo em profunda transformação.

Esta é a terceira reunião de Cúpula do Conselho em 60 anos de existência.

Em 1992, os Chefes de Governo dos membros do Conselho se reuniram para celebrar o fim do confronto Leste-Oeste e os novos horizontes que se abriam para uma ação efetiva em favor da estabilidade internacional.

Havia motivos para confiar no futuro da segurança coletiva.

Em 2000, o encontro de Cúpula coincidiu com atos de brutal violência movidos pela intolerância racial e religiosa.

Buscava-se aprender as lições das guerras civis na ex-Iugoslávia e em Ruanda para recuperar a capacidade da Organização de conter abusos maciços aos direitos humanos.

Hoje, estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas.

Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta a esses desafios.

Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos.

O combate a esse flagelo exige firmeza.

Mas não o derrotaremos apenas pela repressão.

Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança.

Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.

No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Senhor Presidente,

O Conselho deve continuar a dedicar também amplo espaço em sua pauta às questões africanas.

Nos 14 países africanos que já visitei e nos numerosos contatos em Brasília com lideranças do Continente, pude comprovar o importante progresso institucional e econômico em curso na região.

A decidida vontade política de suas lideranças de superar os conflitos do presente e lidar com a herança de um passado de dependência tem sua melhor expressão na criação da União Africana.

Esse exemplo merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional.

No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não pôde evitar.

A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de resposta aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional.

Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições.

Estamos estimulando o diálogo e apoiando a reconstrução institucional e econômica.

O estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz mostra que a comunidade internacional partilha essa mesma visão.

Uma melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC assegurará que situações como as do Haiti ou da Guiné-Bissau recebam tratamento adequado.

São crises profundas de sociedades que buscam reencontrar o caminho do desenvolvimento.

Nessas questões, a ação das Nações Unidas é insubstituível.

É o caso do conflito no Oriente Médio, onde questões políticas sensíveis precisam ser equacionadas com credibilidade e transparência.

Com esse espírito, o Brasil apóia os esforços do “quarteto” para implementar o Mapa para a Paz.

Senhor Presidente,

O projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável da atualização do Conselho de Segurança.

Sua agenda cada vez mais ampla e ambiciosa implica responsabilidades diversificadas – muitas vezes em áreas não previstas pela Carta.

Não é admissível que o Conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade.

A boa governança e os princípios democráticos, que valorizamos no plano interno, devem igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo.

Temos diante de nós uma oportunidade histórica para ampliar a composição do Conselho de forma equitativa.

Para a maioria dos países membros da ONU, isto significa aumentar o número de membros permanentes e não permanentes, com países em desenvolvimento de todas as regiões nas duas categorias.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome.

Insisto que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa.

A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças.

Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia.

Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.

Reitero que o Brasil deseja que este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional - papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas.

O Brasil assume plenamente suas responsabilidades na promoção das reformas necessárias ao fortalecimento desta instituição, que deve estar no centro das complexas decisões que o momento histórico exige.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas

Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Nova York, 25/09/2007

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Senhor Srgjan Kerim, Presidente da Assembléia-Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhoras e Senhores delegados,

Cumprimento-o, senhor Secretário-Geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma. A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do Planeta. Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto.

Isso contudo não basta. Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A Floresta Amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do Planeta, mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia. Um resultado como esse não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável – econômico, social, educacional e cultural – de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países. O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio + 20.

Senhoras e Senhores,

Não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo. O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. A cana de açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade. O problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis. Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado internacional com um selo que garanta suas qualidades sócio-laborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.

Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos.

Meus amigos e minhas amigas,

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os mais pobres. É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento. O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral,

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos – Brasil, África do Sul e Índia – um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e em Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do Presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo. No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e Senhores,

Ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos. Trata-se dos murais “Guerra” e “Paz”, pintados pelo grande artista brasileiro Cândido Portinari. O sofrimento expresso no mural, que retrata a guerra, nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural "Guerra" está colocado de frente para quem chega, e o mural "Paz", para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.

Muito obrigado.

Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim, em sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Aspectos Cívicos da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Nova York, EUA, 22/09/2004

(Tradução para o português do original em espanhol)

Desejo felicitar meu amigo, o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, por promover este oportuno debate sobre os aspectos cívicos da gestão de conflitos e da construção da paz.

O Presidente Lula abriu o debate geral da 59ª Assembléia Geral com uma ampla apresentação da percepção que o Brasil tem dos desafios mais urgentes do mundo de hoje. O ponto central dessa visão é a noção de que o fundamento da paz é a justiça social. Como disse em suas palavras, "um mundo onde a fome e a pobreza prevalecem não pode ser um mundo pacífico". Não posso deixar de expressar o apoio enfático do Brasil à intervenção do Secretário Geral ontem na Assembléia Geral sobre a importância fundamental do Estado de Direito. O direito, e não o poder, deve ser o ordenador da convivência social, tanto no contexto doméstico quanto no internacional.

A experiência recente nos oferece vários exemplos de conflitos em países marcados por níveis muito baixos de desenvolvimento, que ilustram os limites de uma perspectiva puramente ou preponderantemente militar da construção da paz. Sem um enfoque mais amplo, que incorpore variáveis econômicas e sociais - e que esteja centrado no bem estar dos civis - fracassaremos na promoção de soluções duradouras.

As Nações Unidas devem desenvolver instrumentos e mecanismos que traduzam essa consciência em estratégias concretas. O artigo 65 da Carta nos abre uma janela para aumentar a cooperação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC, ampliando o escopo de la cooperação multilateral para a gestão de conflitos e a construção da paz. Não esqueçamos que o ECOSOC - e não o Conselho de Segurança - é o órgão da Carta com responsabilidade em assuntos relativos ao desenvolvimento social. E do que mais falamos quando nos referimos aos esforços de construção da paz duradoura - ou reconstrução - se não é do desenvolvimento social e econômico?

No passado, tentamos utilizar a base que proporciona esse dispositivo da Carta em situações como as do Burundi e de Guiné-Bissau. No entanto, enquanto nossos esforços demonstraram ser experiências úteis, não representaram uma resposta suficientemente articulada frente às demandas enfrentadas em muitas partes da África, do Oriente Médio, em Timor Leste, na violência crônica no Haiti, entre outras.

O Brasil aceitou a responsabilidade de comandar a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti - com uma forte participação de outros países latino-americanos, inclusive Chile - segundo o claro entendimento de que a paz dessa nação irmã porém à margem de nosso continente requer um compromisso de longo prazo da comunidade internacional, não só para a paz e segurança, como também para progresso sócio-econômico. A ONU falhou junto ao povo do Haiti no passado ao interpretar seu papel de maneira demasiadamente estrita. Desta vez, paralelamente aos esforços para assegurar um ambiente mais seguro, temos que por em marcha um programa sustentável para ajudar a sociedade do

Haiti nas esferas política, social e econômica. São tarefas que extrapolam o âmbito do Conselho de Segurança. Requerem a participação de outras agências e órgãos.

Temos que tirar proveito do atual ambiente favorável a reformas na ONU para começar a conceber novas maneiras para enfrentar tais situações. Devemos assegurar a continuidade entre ações de prevenção, esforços de manutenção da paz e a etapa pós-conflito de construção da paz. Temos também que enfrentar a questão de duração e intensidade desses esforços. Naturalmente, há que se deslocar rapidamente todas as tropas requeridas pelas resoluções do Conselho de Segurança. Vemo-nos confrontados com essa necessidade no Haiti nesse exato momento.

No entanto, é particularmente importante proporcionar todos os recursos humanos, financeiros e materiais para a reconstrução física e institucional. Apreciamos a generosidade dos países doadores e instituições financeiras internacionais, porém estas devem se coordenar com os organismos multilaterais, cuja competência primária em definir o quadro geral deve ser reconhecida.

Falar dos aspectos civis da manutenção da paz equivale a voltar a atenção para a importância fundamental de restabelecer a dignidade humana, muitas vezes a primeira vítima de situações de conflito. Posso bem imaginar que as discussões hoje vão estabelecer algumas especificidades técnicas dos esforços de manutenção da paz e sua interseção com a agenda humanitária, o papel das organizações regionais e outros. São todos aspectos relevantes e merecem nossa consideração.

De minha parte desejo insistir sobre a necessidade de desenvolver novas e melhores ferramentas para enfrentar os problemas estruturais que estão na raiz das tensões que conduzem à violência e ao conflito. Pobreza, doença, ausência de oportunidades, desigualdade. Essas são algumas das causas de conflitos, particularmente aqueles no interior dos países, que cada vez mais, lamentavelmente, são parte de nossa agenda.

De acordo com as práticas prevalecentes, uma vez que os membros do Conselho de Segurança considerem que um ponto da agenda não mais representa uma ameaça à paz, a situação é colocada em um limbo, sem um acompanhamento intergovernamental dos processos de reconciliação e reconstrução. Esta lacuna em nossos métodos pode fazer com que recomece o conflito, como demonstra o trágico exemplo do Haiti.

Senhor Presidente,

Não importa quão sofisticadas sejam as nossas ações militares de manutenção da paz, somente saberemos enfrentar eficazmente os desafios da segurança que se apresentam se integrarmos os elementos políticos, sociais e econômicos em nossas estratégias. Com esse fim, podemos extrair inspiração do disposto no Artigo 65, redigido em 1945, que evoca a absoluta necessidade de se enfrentar questões de segurança em seu contexto sócio-econômico e nos brinda, inclusive, com orientação sobre a maneira de fazê-lo do ponto de vista institucional.

Muito obrigado.

Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília, Distrito Federal, 02/12/2004

Ministro CELSO AMORIM – Obrigado, Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy; Senhora Deputada Maninha; Senhor Deputado Doutor Rosinha; Senhores Senadores, Líderes, Senhores Deputados, para mim é, naturalmente, sempre uma honra vir ao Congresso Nacional discutir temas que são de grande relevância para a política externa brasileira.

São três os assuntos, efetivamente muito diferentes entre si, para os quais Vossa Excelência me convocou. O Haiti é um tema típico de política externa envolvendo aspectos de segurança

e os outros dois são temas de política comercial, mas ainda assim bem diferentes: a questão da União Européia e a da China. Eu me proponho a falar um pouco sobre o Haiti, inicialmente, porque acho que é uma questão, digamos, talvez mais palpitante, a curto prazo, e mencionarei os outros dois rapidamente. Naturalmente, estarei aberto às perguntas que sejam feitas.

A minha tendência é sempre ser um pouco prolixo, Senhor Presidente, de modo que Vossa Excelência se sinta à vontade para interromper. É porque sempre há muito mais a falar do que o tempo de que se dispõe.

Mas eu começo pela questão do Haiti, evitando também fazer uma cronologia de todos os acontecimentos. Naturalmente, se houver curiosidade sobre algum aspecto mais do passado, eu estarei pronto a tentar responder. Mas como eu estive aqui no Senado, na Câmara e também com os Líderes falando sobre esse tema, na época em que se tratou da aprovação do envio de tropas, juntamente com o Ministro José Viegas, eu creio que poderia, digamos, tentar abordar uma visão da situação atual e, naturalmente, se for necessário fazer algum recuo no tempo, para se entender melhor algum aspecto, evidentemente eu procuraria fazer.

O tema do Haiti, evidentemente, nunca esteve tão presente na nossa política externa. É quase óbvio dizer isso. A presença dos mil e duzentos soldados brasileiros lá não só é uma indicação disso, mas também é um motivo adicional para que assim ocorra.

No momento, não vou me ater, de forma específica, sobre os problemas de segurança, embora todos os problemas sejam ligados, vou me referir a eles também até porque o General Heleno terá ocasião de falar mais especificamente sobre aspectos específicos da questão de segurança.

Mas eu queria dizer que, desde o início, quando nos envolvemos nessa questão do Haiti e contamos aqui com a compreensão e o apoio do Congresso Nacional, desde o início o que o Governo do Presidente Lula tinha em mente era uma ação de uma natureza diferente da que foi feita no passado por outros países que estiveram presentes no Haiti. Diferente no sentido de possibilitar uma efetiva regeneração do tecido político e, ao mesmo tempo, um lançamento, porque não se pode nem falar de relançamento do desenvolvimento econômico no Haiti.

É claro que tudo isso pode parecer excessivamente pretensioso, dadas as condições do Haiti. E é natural que esses objetivos sejam conseguidos de maneira gradual e parcial e não se pode ter a ilusão de que se conseguirão todos esses objetivos a curto prazo.

Penso que, relatando um pouco o que temos feito, os senhores verão que há uma mobilização intensa hoje da comunidade internacional, talvez num nível nunca visto antes, para completar esses outros aspectos.

Isso se revelou inclusive agora na discussão da prorrogação do mandato da Minustah na ONU, o que acabou sendo por seis meses, mas desejávamos que fosse por um período maior, mas, naturalmente, poderá e será prorrogado, pela minha experiência nas Nações Unidas. Mas se nota que o Brasil e outros países em desenvolvimento, no caso, o Chile, que também está muito envolvido, são países que têm realmente uma visão mais marcadamente voltada para a reconciliação política e para o crescimento econômico. Isso ocorre, em parte, pela nossa própria índole; em parte, porque não temos nenhum passado colonial ou um passado de outras ações no Haiti, que, digamos, cria uma hipoteca ou uma visão antagônica da população do Haiti. Em parte também porque não temos nenhum “parti pris” por nenhuma das correntes políticas no Haiti e toda a nossa visão é baseada no desejo de que todas essas correntes participem do processo.

E também porque temos uma concepção, que é verdadeira e que agora tem uma chance de ser posta em prática, de que os problemas de segurança, que existem, indiscutivelmente, no Haiti, não podem ser resolvidos isoladamente da situação política nem isoladamente da situação humanitária, da situação social, da situação econômica.

Em suma, como foi dito aqui por mim, pelo Ministro Viegas e pelo Presidente Lula, essa presença brasileira no Haiti tem uma natureza diferente das presenças que anteriormente lá estiveram.

E talvez isso tenha até causado, em parte, em algum momento, alguma decepção, seja ao governo provisório, seja a outras potências externas que viam essa função da missão de paz mais como uma missão de polícia, quase. E não é essa a nossa visão. O General Heleno terá ocasião de falar como tem agido. Os depoimentos que tenho recebido são muito positivos sobre a ação dos militares brasileiros e de outros militares envolvidos, como os militares argentinos, que colaboraram de uma maneira extraordinária durante as recentes enchentes no Haiti. Essa é a concepção.

O que temos procurado fazer? Poder-se-ia argumentar: o Brasil poderia ter defendido essa concepção sem mandar os mil e duzentos soldados. Creio que nós não teríamos autoridade moral para fazer a mobilização que estamos fazendo hoje se não houvesse essa presença ali. Evidentemente, não quero voltar a todos os detalhes que conversei antes aqui, mas vale lembrar que essa operação é totalmente diferente de outras que algumas vezes foram usadas como comparação, por dois motivos: primeiro, ela é não só aprovada pelo Conselho de Segurança como constituída pelas Nações Unidas. É uma operação de estabilização – assim é o nome – das Nações Unidas; não é nem uma força criada à margem das Nações Unidas, nem uma força autorizada pelas Nações Unidas composta de maneira unilateral ou com mandato exercido por outros países. Então, ela é uma força das Nações Unidas.

O Brasil tem um apego muito grande ao sistema multilateral e isso completa, digamos, a razão das motivações. Esse é um caso que se verifica no nosso Continente, com um país que tem uma composição étnica muito parecida com a nossa e é o terceiro em população negra do Continente, com raízes culturais semelhantes à nossa, como se vê na pintura, se ouve na música e também no amor ao futebol, para mencionar outro aspecto que ali esteve presente. Então, seria muito importante que o Brasil, em um caso como esse, demonstrasse a sua disposição de participar. E é o que nós temos feito.

Bem, a nossa ação política se tem desenvolvido em relação a três aspectos principais que são inter-relacionados: a questão da estabilidade e da ordem, a questão política e da reconstrução institucional – digamos assim – e a questão econômica, humanitária e social.

O tema Haiti tem ocupado uma parcela importante do tempo das conversas internacionais, tanto do Presidente Lula quanto minha e de outros funcionários que participam de discussões sobre o tema. Foi objeto de conversas com o Presidente Jacques Chirac; com o Secretário de Estado Colin Powell; com o Primeiro-Ministro do Canadá, que esteve aqui recentemente; com o Presidente do Governo da Espanha e com o Ministro da Espanha mais extensamente. E também foi levada a fóruns importantes.

O Grupo do Rio, que reúne dezenove países latino-americanos e do Caribe, aprovou uma resolução muito importante de apoio às ações no Haiti, com essa ótica sempre nos três pilares. Também a Conferência de Cúpula Ibero-Americana, que se realizou recentemente em Costa Rica, aprovou uma decisão de teor muito semelhante. Então, o tema está sempre presente em conversas minhas e do próprio Presidente da República com o Secretário-Geral da ONU.

Em relação ao primeiro pilar, o da estabilidade e segurança, que, repito, está ligado aos outros mas tem a sua dimensão própria, o fundamental é completar as tropas que estavam previstas. O número de que se dispõe hoje é muito próximo do que havia sido previsto. Há mais de seis mil integrantes das tropas. Pelo menos são os dados que eu tenho e seria até interessante conferir com o General Heleno, porque às vezes há uma pequena disparidade entre os números das pessoas que foram mandadas, mas ainda não chegaram. Enfim, estamos próximos dos seis mil e contaremos com seis mil e duzentos soldados até dezembro, um número bastante próximo do que as Nações Unidas previram.

É possível que seja necessário mais. Fala-se agora, por exemplo, em um batalhão de engenharia, adicional a esses seis mil e duzentos. Mas durante muito tempo nós estivemos praticamente sozinhos, inicialmente, e depois somente com a Argentina e o Chile. Portanto,

com um efetivo muito inferior àquele que era previsto. Isso, naturalmente, dificultou ações que têm relação com a estabilidade e a ordem.

Então, essa é uma das dimensões. Insistimos muito. Foi objeto de conversas com todas as pessoas a que me referi, muito especialmente com o Secretário-Geral da ONU, com quem eu estive e falei por telefone. E se logrou, finalmente. O nosso temor é porque esses assuntos, muitas vezes – tendo vivido na ONU, sei como isso se passa –, saem do radar. Quer dizer, entra um outro assunto, não que seja menos importante, mas entra o Sudão, digamos, com a questão de Dafur; ou entra um outro tema. Não é o caso agora, mas no passado foi Serra Leoa. Então você sai do radar; nunca chega a completar a presença das tropas em uma determinada situação, e já está tratando de uma seguinte. Mas felizmente nós conseguimos. Graças a uma intensa ação diplomática que contou com o apoio desses países que eu mencionei.

Agora, é claro que nós não resolveremos o problema de paz e segurança no Haiti só com presença militar. Primeiro que, como bem disse o General Heleno, as nossas forças não são de polícia. Claro que, eventualmente, têm que apoiar alguma ação de polícia, porque há um aspecto ligado à posse e ao uso das armas que tem que ser coibido. Mas elas não são forças de polícia, e sim forças de estabilização, para a qual se pressupõe que haja o mínimo de entendimento político entre as várias correntes políticas no Haiti. E isso, desde o início, foi algo muito precário.

Evidentemente, o próprio governo provisório não é representativo de todas as forças políticas, o comitê eleitoral não é representativo de todas as forças políticas, em parte porque os integrantes do Lavalás, inicialmente, não quiseram participar, no caso do conselho eleitoral, mas depois também não houve interesse.

Segue havendo prisões de opositores do governo provisório, sobretudo do Lavalás, o que, evidentemente, torna impossível uma reconciliação que possa caminhar em paralelo com o esforço de estabilização, do ponto de vista de segurança.

Por essas razões, nós enviamos sucessivamente várias pessoas ao Haiti com missões algo diversas. Além do nosso Embaixador, sempre muito ativo, mas enviei o Embaixador Felício, que trabalha no meu gabinete e, por uma coincidência histórica, tinha sido colega do Primeiro Ministro Latortue, na Costa do Marfim e em Viena. O Latortue, antes de se aposentar, era funcionário internacional.

Então havia um bom diálogo. Isso foi logo depois de uma declaração crítica do Latortue em relação a Minustah, quando chegou a dizer, depois desmentiu, romantizou, então vamos dizer de uma maneira mais cuidadosa, porque também não tenho certeza das palavras dele. Chegou-se a dizer que ele tinha dito que preferiria ter tropas americanas a tropas brasileiras ou argentinas ou chilenas da Minustah. Ele depois desmentiu. Disse que não era intenção dele, que tinha sido mal interpretado.

Outra preocupação nossa é dar apoio político às nossas tropas, para que elas possam agir no melhor ambiente possível. Então essa foi a missão do Embaixador Felício.

Temos trabalhado sempre em proximidade com o representante do Secretário-Geral da ONU, que é o Embaixador chileno Juan Gabriel Valdez, que é o Chefe-Geral da Minustah, que é civil – o seu componente militar é comandado por um brasileiro. Então, sempre em contato com ele, percebendo que havia interesses em ter pessoas com conhecimento em negociação política, e pensando em pessoas que pudessem ter esse conhecimento, e, ao mesmo tempo, dispor de algum tempo e também ter um bom conhecimento de francês, que, no caso, é indispensável para esse trabalho, o Professor Ricardo Seitenfus, que está aqui e vai participar de uma outra audiência, também foi enviado, não como um enviado do Brasil para atuar no Haiti, mas como alguém para colaborar com os esforços das Nações Unidas no Haiti. É possível que ele continue até o ano que vem, já como totalmente contratado pelas Nações Unidas. Então, essa é outra preocupação.

Mais recentemente, como devem ter lido no jornal, o Presidente Lula mandou também o Conselheiro Diplomático Marco Aurélio Garcia, que esteve lá e manteve contato com todas as forças políticas do Haiti.

Todos esses contatos têm sido muito importantes para termos uma idéia mais clara do que se passa lá, mas eles não se limitaram a esses.

Ainda no plano mais político, digamos assim, tivemos um diálogo importante com o Primeiro-Ministro Latortue, nessa reunião de Costa Rica, da Cúpula Ibero-Americana, à qual o Presidente Lula não pôde ir, devido ao grande número de visitantes estrangeiros, em novembro, aqui em Brasília, e representei Sua Excelência.

Houve um diálogo interesse, porque ele fez uma exposição bastante positiva, talvez influenciado pela audiência, no sentido de que está pronto. Primeiro, disse que as eleições marcadas para o início do ano que vem serão realizadas. Em segundo lugar, que nem ele nem outro membro do Governo integrará o governo que se seguir a essas eleições. Portanto, considera a tarefa dele encerrada com o Governo provisório. Em terceiro - isso é muito importante e procurarei reproduzir, tanto quanto possível, as palavras que ele usou -, que ele estaria disposto a fazer um diálogo amplo com todas as forças políticas, inclusive, - e cito, creio -, com os seguidores de Aristide. Essas foram as palavras que ele usou. Em outro momento, usou a palavra Lavalas, como fazendo parte desse diálogo. Isso foi muito importante.

Vários Presidentes e representantes de Presidentes ali falaram. Dado o envolvimento do Brasil no Haiti, fui o primeiro a falar e procurei sublinhar, novamente, os pontos que ele havia destacado, que são importantes, e acrescentei dois outros que, a meu ver, são também importantes. Um deles tem relação mais direta com esse aspecto político que estou comentando agora, e o outro, com o aspecto humanitário e econômico, que deixarei para o final. Contudo, repito, todos ligados.

Com relação ao aspecto político, chamei a sua atenção, em função de outras dificuldades existentes no passado com outros países do Caribe - dificuldades de parte a parte, por várias razões, sobretudo com o Caribe britânico, que tinha ligações mais próximas com o Governo do Aristide, em alguns casos -, e procurei dizer-lhe que era muito importante que o Governo Provisório tivesse um entendimento com os países do Caribe e que, como se trata de um país que não é enorme nem continental - na minha opinião, isso vale até para países grandes, mas, no caso, um país não vive fora da sua região -, seria fundamental que ele tivesse um bom entendimento com os países da Caricom, ao que ele assentiu. Inclusive disse-lhe claramente que eu estava saindo de lá para me encontrar com Ministros da Caricom, que se reuniam especialmente para esse fim, em Barbados. Ele foi gentil e cordial, tendo mandado não apenas lembranças, mas também palavras positivas para a Ministra do Exterior de Barbados, que havia estado no Brasil, coincidentemente, junto com o Secretário de Estado Collin Powell, há um mês e meio ou dois meses.

Também procurei fazê-lo ver um ponto delicado que existe em toda relação desse tipo e que se relacionará com o terceiro pilar - ao que vou me dedicar em seguida. O terceiro ponto tem relação com a questão da administração dos recursos da comunidade internacional, porque essa comunidade, teoricamente ou na prática - porque não ainda houve o desembolso -, já comprometeu recursos da ordem de US\$ 1,2 bilhão em relação ao Haiti, quantia bastante elevada, superior às estimativas iniciais em relação às necessidades imediatas do Haiti, que eram da ordem de pouco mais de US\$ 900 milhões. Então, é um compromisso muito grande.

Além dos emperramentos burocráticos que existem sempre em todas as entidades que lidam com esse tema, há também questões políticas e preocupações com a boa gestão dos recursos. Assim, para que haja confiança na boa gestão dos recursos, é preciso que o Governo do Haiti - até mesmo porque é provisório e, embora tenha legitimidade razoável, não é um Governo que veio do povo - aceite algum nível de co-gestão desses recursos por parte da comunidade internacional.

Evidentemente, isso não é fácil, porque se tem que trabalhar dos dois lados. Há dificuldades, às vezes, até de se conseguir que representantes do Pnud vão para lá. Por outro lado, em cada país há sempre o desejo forte de defender a sua soberania, o que é natural, mas há situações em que é preciso entender que uma certa dose de co-gestão dos recursos é indispensável,

para que haja confiança dos doadores e para que os recursos possam chegar ao país em questão.

Essas foram as duas colocações que fiz para o Latortue, depois de sublinhar as que ele próprio havia feito e que eram positivas. E, como já mencionei, eram do diálogo inclusivo. Aliás, ele foi muito franco e novamente mencionou problemas de corrupção no Haiti como sendo muito graves. Disse que era preciso a ajuda da comunidade internacional para a reconstituição institucional. Enfim, ele fez uma apresentação muito franca e sincera. Precisamos garantir que os comportamentos práticos, não só do Primeiro-Ministro, mas de outros membros do governo, continuem na linha anunciada por ele, com esses complementos que procurei fazer. Antes de passar ao terceiro pilar, rapidamente mencionaria a reunião de Barbados como algo extremamente importante, porque, em primeiro lugar, penso que é a primeira vez que o Brasil mantém um diálogo dessa profundidade política com países do Caribe – alguns são muito pequenos, mas têm elites altamente bem formadas, com pessoas de grande capacidade intelectual e técnica. Em geral, a maior parte deles são democracias razoavelmente estáveis – é o caso de Barbados, de Trinidad e Tobago e da Guiana – que têm realizado eleições regularmente. Esses países têm uma influência muito grande na região, até porque, pela composição étnica, têm uma presença natural no Haiti maior do que a de outros, que podem ser vistos, ainda que de maneira indireta, como reflexos do antigo colonizador ou de outras potências que lá estiveram.

O Caribe é muito importante. Por isso, não só falamos com o Latortue, mas tivemos a preocupação, o tempo todo, de manter um contato estreito com o Caribe. Ficamos muito gratificados porque, poucos dias antes dessa reunião com a Ministra de Barbados e com vários outros ministros do Caribe, a reunião de chefes de Governo do Caricom emitiu uma nota em que eles, independentemente das críticas que possam ter feito no passado à maneira como foi deposto o Aristide, diziam-se dispostos a trabalhar com a comunidade internacional e a Minustah, sob a liderança do Brasil – essa palavra aparece claramente na declaração dos chefes de Estado –, para cooperar com o futuro do Haiti não só politicamente, mas também em projetos específicos em que eles estão empenhados, como na parte eleitoral e outras. Não preciso entrar em muitos detalhes agora.

Essa reunião foi extremamente importante, porque pudemos confirmar essa disposição positiva, um desejo efetivo de ter essa colaboração, naturalmente sempre sujeita a uma conversa com o General Heleno – ainda não tive ocasião de falar diretamente com ele –, oferecendo, se for necessário, segurança para o representante do Caricom, cuja presença é fundamental, pois não se conseguirá fazer um diálogo político envolvendo todas as partes se o Caricom não estiver presente. O Caricom é a garantia, do ponto de vista internacional, de que o Lavalas será ouvido e participará das discussões.

Outra coisa interessante que percebi lá – mais uma vez digo que foi uma percepção minha, pois não compete a mim pôr palavras na boca de ninguém – é que atualmente há uma percepção que, de fato, é fundamental que o Lavalas participe, que os partidários do Aristide participem, mas isso não implica necessariamente a volta do Aristide nem neste momento, nem em algum momento futuro. Isso é algo que tem de ficar entre colchetes – é como dizemos na diplomacia quando estamos negociando textos. Refiro-me a isso porque houve antes alguma interpretação de que o Brasil poderia enviar um emissário – penso que há essa possibilidade sempre –, mas, se o fizermos, será para tratar de aspectos humanitários ou até mesmo para fazer um apelo ao Aristide que contenha seus seguidores, pelo menos os mais radicais, já que outros estarão participando do processo político.

Queria rapidamente passar para a vertente humanitária, econômica e social, pois, na realidade, as três se compõem. Cito um exemplo de como as duas primeiras se compõem. Desarmamento. Ontem mesmo o Colin Powell passou por lá, aliás, creio que teve o dissabor de ouvir algum tiroteio. Mas não terá sido um atentado a ele, pelo que deduzi. De qualquer maneira, houve um tiroteio próximo ao Palácio que foi objeto de resposta. Graças a Deus, aparentemente, ninguém foi ferido, mas demonstra-se que é uma situação que tem certa

instabilidade. Ele mencionou o desarmamento – vi pela televisão – como um aspecto importante.

Todos concordamos, creio, que o desarmamento tem um aspecto fundamental no Haiti. Há uma dificuldade, aparentemente legal, ou até mesmo constitucional: os haitianos teriam direito de ter arma, desde que nas suas casas. É um complicador. Mas, independentemente dessa complicação, não há possibilidade de se fazer desarmamento sem, digamos, algum diálogo político porque para isso seria preciso uma força de 100 mil homens que estivessem dispostos a prender, matar em grande quantidade. Não é o nosso caso, não queremos isso, nem a força que existe lá permite que isso ocorra. Nem sequer a força que estava lá antes da nossa, força de intervenção – como foi chamada a força composta pelos Estados Unidos e outros países –, fez isso tampouco porque sabem que é complexo. Então não se pode esperar que 6 mil homens numa força de estabilização vão proceder a um desarmamento, a não ser num contexto político em que várias correntes políticas criem um mínimo de confiança e percebam que é no interesse recíproco e de todos se desarmarem. Não é fácil, não é uma coisa que provavelmente vá ocorrer a curtíssimo prazo, mas é algo que tem que estar no horizonte, conjugado com esse aspecto político.

Com relação ao aspecto econômico e humanitário, o Estado brasileiro enviou uma missão de cooperação técnica com mais de 20 pessoas dos mais variados órgãos. Vários órgãos têm voltado ao Haiti depois disso, incluindo Embrapa, saúde, defesa civil, desenvolvimento rural etc. Desenvolvimento rural, estou dizendo, não só o lado tecnológico, como a Embrapa, mas também o lado de posse da terra, de exploração da terra. Muito amplo. Daí nasceram vários projetos, mas é claro que sabemos que os recursos brasileiros são relativamente limitados. Serão assinados dois projetos muito brevemente – não sei se o embaixador já estará de volta ao posto, creio que sim, também o Embaixador Rui Nogueira, que tem coordenado toda a parte de cooperação, poderá estar lá – um na área de castanha de caju, se não me engano, e o outro na área de mandioca. Foram pedidos deles mesmos, ambos com a Embrapa, entendo eu.

Então já há duas ocorrências concretas e há outras que estão sendo trabalhadas na área de saúde, de combate à Aids. Há também um projeto saído da nossa área cultural; tivemos que operar com certa largueza, mas esperamos que seja compreendido pelos órgãos que controlam a contabilidade, como divulgação cultural – era onde tínhamos recursos. Estamos fazendo material escolar, cadernos e lápis para serem entregues à população pobre do Haiti, com o mapa do Brasil e o do Haiti, com as duas Bandeiras, de modo que é efetivamente uma divulgação cultural, mas, ao mesmo tempo, é algo extremamente útil não só para as populações e as crianças do Haiti, mas também para que a nossa tropa que está lá apareça não só com ações que possam ser vistas como de natureza repressiva, mas também como ação positiva, o que, aliás, a tropa tem feito já em vários outros setores também.

Além desses projetos que não são baratinhos, são altos para os nossos recursos, US\$300 mil, US\$400 mil em alguns casos, US\$200 mil em outros, para os recursos de que o Itamaraty dispõe, que são ridiculamente pequenos, como V. Ex^{as} conhecem; são altos, mas, para projetos de maior envergadura, não nos permitem que façamos sozinhos. Então fizemos um grande trabalho, intenso, junto ao Banco Mundial, ao Banco Interamericano, à União Européia e a outros países doadores para que recursos possam ser enviados ao Haiti. E temos sido relativamente bem-sucedidos. Com o Banco Mundial, há dois projetos. Um, aliás, depende dos Senadores para se concretizar, e eu ficaria extremamente grato se conseguíssemos.

Espero que de hoje para amanhã, ou se possível hoje, nós consigamos mandar para o Senado um pedido de autorização para um empréstimo-ponte ao Haiti. Eu vou explicar rapidamente o que isso significa. Depois, naturalmente, vamos pedir autorização e todas as cifras serão detalhadas.

O Banco Mundial tem uma quantia de R\$150 milhões aproximadamente para emprestar ao Haiti, dos quais R\$60 milhões poderiam ser emprestados imediatamente. Mas como o Haiti é devedor do Banco Mundial e está inadimplente, não pode obter o empréstimo, porque as

regras do Banco Mundial não o permitem. Então, com o dinheiro de que o Haiti dispõe hoje – talvez proveniente de outros doadores –, e com o empréstimo-ponte, se pagaria a quantia mínima que permitiria desencadear os empréstimos. E o Brasil não teria nenhum risco porque a primeira parcela do desembolso seria justamente para pagar o nosso adiantamento, digamos assim, do empréstimo-ponte.

Então, mediante essa ação financeira conjugada, com a qual o Ministério da Fazenda está de acordo – aliás, lá foi desenvolvido todo o detalhe técnico – nós conseguiríamos liberar imediatamente uma quantia importante para o Haiti, na ordem de R\$25 a R\$30 milhões, líquidos, depois de o Brasil ter sido ressarcido do seu empréstimo-ponte.

Isso é algo de grande importância. Não é uma medida provisória; é um pedido de autorização ao Senado. Contamos, e muito, com a compreensão dos Senadores para que isso possa ocorrer logo. Se isso não ocorrer até 6 de janeiro, quando haverá uma reunião da Diretoria do Banco Mundial, só acontecerá em março. Dois meses para um país pobre, como o Haiti... A Deputada Maninha esteve lá e sabe como as coisas acontecem.

Esse é um aspecto.

Há vários projetos do Banco Mundial que são a fundo perdido, mas eles exigem contrapartida de países. E nós estamos discutindo dois deles com o Banco Mundial: um, na área de merenda escolar; o outro, recolhimento de lixo, se não estou enganado. O de merenda escolar é o mais imediato e o Brasil entraria com recursos próprios da Agência Brasileira de Cooperação do Itamaraty, também, da ordem de US\$300 mil mais ou menos e o Banco Mundial entraria com mais US\$700 mil. Então, você completaria um projeto de US\$1 bilhão.

Algo parecido nós queremos fazer com o recolhimento de lixo. Estamos conversando com outros países. Na ONU há um fundo, que é administrado pelo Brasil, África do Sul e Índia, que também poderia ser usado para um desses projetos. Aí também a importância do diálogo com o Caribe ressalta. Ontem conversei com a Ministra da África do Sul, que estava em viagem, sobre a possibilidade de usarmos esses fundos. A pergunta que ela me fez, foi a seguinte: O que o pessoal do Caribe está pensando? É interessante notar que esse aspecto do Caribe é fundamental em nosso processo. Então, esses são alguns exemplos.

Com relação ao Banco Interamericano, eles dizem que estão prontos para liberar recursos. Depende apenas da criação de uma estrutura, no Haiti, da própria Minustah, para que esses recursos possam ser geridos de maneira adequada. Estamos conversando com o PNUD sobre isso. Não é fácil. Não é nada fácil.

Também devo dizer, com toda a franqueza, que percebemos que no caso dos países mais desenvolvidos e mais ricos, embora ponham dinheiro, embora estejam dispostos a colocar dinheiro, esse nível de envolvimento com a reconstrução das instituições foge um pouco ao padrão a que eles estão normalmente acostumados. Aquilo para eles é um problema de imigração, é um problema de “boat people”, ou problema de narcotráfico. Então, na medida em que o problema de “boat people” ou o de narcotráfico estejam assegurados com algumas tropas lá e a guarda costeira tomando conta, essas questões que demandam o envolvimento financeiro de mais longo prazo não serão resolvidas com facilidade.

Temos conseguido alguma coisa, repito. Acho que são muito eloqüentes os exemplos que eu mencionei aqui, do Banco Mundial, do Banco Interamericano, mas tudo requer um trabalho constante da nossa missão em Nova York e também do Presidente Lula, que, em encontro com outros governantes, tem falado muito desse assunto.

O Canadá, por exemplo – talvez, com isso eu encerro, porque são tantos outros temas –, Senador Pedro Simon, meu querido amigo aqui presente, não posso deixar de reconhecê-lo logo após tantas décadas... A embaixadora do Canadá veio me visitar. Falamos sobre a importância de melhorarmos a visão pública das relações Brasil-Canadá, e eu disse que vejo que algumas coisas, que há coisas na área cultural que podem ser feitas. Naturalmente, o Canadá é um país tão simpático, que tem o Cirque Du Soleil e outras coisas que podem vir para o Brasil.

Agora, o que, de imediato, terá um impacto na visão dos políticos, da elite, do Governo brasileiro? Fazemos juntos um projeto no Haiti e fazemos juntos um projeto para o qual o Brasil não tem recursos. Se conseguirmos montar um posto de saúde para valer ou um hospital no Haiti e disser lá que é do Brasil e do Canadá, isso terá um impacto melhor nas relações entre Brasil e Canadá do que duzentos discursos de amizade. Penso que é uma prova de que estaríamos agindo juntos, de uma maneira solidária, num terceiro país, que necessita de ajuda. Eu diria que isso é a essência do que eu teria a dizer sobre o Haiti. Há muitos outros aspectos. Conversei ontem longamente com alguns parlamentares, com a Deputada Maninha, que esteve lá, e creio que aprendi mais ainda. Essa visão vai se enriquecendo na medida em que se conversa. Aliás, devo dizer, com toda a honestidade e franqueza, que o Haiti é um pouco daquilo que o Sócrates dizia: quanto mais sei, mais sei que não sei. O Haiti é tão complexo que, cada vez que nos aproximamos mais do quadro haitiano, vemos mais complexidades adicionais. Mas isso não deve ser um desestímulo, mas sim, ao contrário, um estímulo para atuarmos positivamente.

Queria terminar esta conversa, terminar este tópico dos Ministros do Caribe. Um Ministro das Bahamas disse que não podemos ter ilusões, que não vamos resolver o problema do Haiti, até porque não se pode resolver o problema de nenhum país do dia para a noite. Disse ele que vamos ajudar a administrar o problema do Haiti para que ele encontre uma rota positiva. Essa é a nossa tarefa. Ninguém pode achar, quando se fala em “nation building”, que é só trabalhar lá dois anos, deixar o país pronto e ir embora. Não é assim. E ele, por isso mesmo, nos perguntou: qual é o compromisso do Brasil? É só até o mandato? É até as eleições? Ou é um compromisso em longo prazo?

Eu disse a ele a única coisa que poderia dizer: que isso dependeria da própria evolução da situação do Haiti e de vermos que os nossos esforços estão sendo correspondidos, estão tendo resultado. Mas acho, pelo sentimento do povo brasileiro, pelo que já pude conversar com os congressistas – e o Senador Eduardo Suplicy esteve lá antes, com outros parlamentares, com parlamentares brasileiros, com outras pessoas da sociedade civil brasileira – vejo um desejo real de ajudar um país irmão, que não é pobre, mas miserável. Quer dizer, nossos níveis de pobreza, nas piores favelas do Brasil, não se comparam ao que há no Haiti.

Então, isso é, mais ou menos, o que há no Haiti.

Devo passar direto para os outros pontos? Vamos passar rapidamente, porque pode ser meio anticlimático, digamos, dado o interesse que tem o tema do Haiti, falar, neste momento, de União Européia, de Mercosul ou falar mesmo da China. Bom, China nunca é anticlimática. Quanto à União Européia e ao Mercosul, na realidade, penitencio-me, pois havia dificuldade de datas. Na realidade, quando fui, inicialmente, chamado pelo Presidente da Comissão, pouco depois do Encontro de Lisboa, o assunto era mais atual. Ele vai voltar a ser atual, até porque as conversações continuam e amanhã mesmo estarão se encontrando, no Rio de Janeiro, os Coordenadores Nacionais dos países do Mercosul e da União Européia para, digamos assim, traçar um mapa da continuação das negociações.

Sobre isso, sem querer entrar em temas técnicos e para, digamos, resumir o que penso – evidentemente, estarei aberto a perguntas sobre meu pensamento –, há, muitas vezes, a leitura de que o Brasil ou não tem interesse ou fracassou em certas negociações. Cita-se também a Alca também neste caso. Eu desmentiria cabalmente qualquer das duas versões. O Brasil tem interesse e continua empenhado em negociar, mas negociar em termos que sejam vantajosos para o Brasil e no caso para o Mercosul como um todo.

O que ocorreu no caso da União Européia e do Mercosul é que, na realidade, até outubro do ano passado, não tinha havido negociação real, mas tinha havido, digamos, jogo de cena. Diz-se: vamos fazer isso, vamos incluir a agricultura, vamos ter um acordo-quadro, vamos ter um acordo político ao lado do acordo comercial... Mas era, basicamente, jogo de cena. Ninguém tinha chegado e dito que estava trocando um relógio por óculos. Eu estou trocando carne por serviços “a”, “b” ou “c”. Não havia nada disso.

Foi a partir de outubro que nós fixamos um cronograma, em Bruxelas, com o Comissário Lamy, o qual começou a se realizar em final de janeiro, início de fevereiro. Na realidade, o que houve com a União Européia foram seis meses de negociação. V. Ex^{as} não podem imaginar o que é a complexidade de uma economia como a européia, não podem imaginar as grandes dificuldades que eles têm na área agrícola e que são conhecidíssimas, como os subsídios. O fato é que nós estávamos percorrendo em muitos casos, como tenho dito, terra incógnita, porque estávamos pela primeira vez, efetivamente, negociando áreas como serviços financeiros, serviços de telecomunicações, serviços de transportes marítimos. Por isso, chegar aonde chegamos em seis meses foi um avanço extraordinário, para falar a verdade.

No caso da União Européia – deixemos a Alca para outra audiência –, temos hoje um quadro conceitual relativamente claro. Por isso a reunião de Lisboa foi importante para firmar esse quadro conceitual, onde estamos operando, o que estamos negociando, que é basicamente uma negociação de acesso a mercados. Não vamos negociar com a União Européia regras que cabem melhor na OMC. Da mesma maneira, eles não vão negociar conosco eliminação de subsídios no acordo bilateral com o Mercosul. Isso é óbvio. O que podemos fazer é excluir esses produtos das nossas degravações, porque produto subsidiado não tem por que obter vantagens em nossos mercados. Pelo contrário, aplicaremos a eles, para usar uma expressão antiga, o rigor da lei. O rigor da lei nos permite aplicar direitos compensatórios, enfim, tudo que a OMC nos reserva. Não vamos ter a ilusão de que eles vão eliminar subsídios internos ou subsídios à exportação numa negociação conosco, porque isso é uma coisa que envolve interesses com os Estados Unidos, com o Japão, com a Austrália. Da mesma maneira, eles não podem ter a ilusão de que vamos negociar com eles propriedade intelectual, um regime de compras governamentais que impeça o uso das compras governamentais para o desenvolvimento da indústria brasileira, um regime de serviços que seja diferente daquele do GATT. Nós podemos negociar acesso em setores e serviços, mas não ter uma modalidade de negociação que seja totalmente diferente daquela que existe na OMC.

Assim, acho que isso ficou claro. As dúvidas também ficaram bastante claras. Em muitos casos em que me parecia que havia um conflito de natureza negocial, o conflito era muitas vezes de entendimento. Isso poderá ser trabalhado nesses dias agora para preparar o caminho para o futuro.

Falei hoje mesmo com o Comissário Mandelson – uma boa coincidência, porque estava para falar com ele nesses dias, mas falei hoje – e ambos temos como prioridade um a OMC. Quanto a isso não há dúvida. Eu posso falar em nome de todos, e posso falar por que eles agiram, na prática, assim. Tanto os Estados Unidos, quanto a União Européia, quanto o Brasil, ou seja, qualquer país que tenha uma inserção global no mundo tem que ter como prioridade a OMC. Não estou falando de América do Sul e Mercosul, porque aí se trata de uma questão política. Mas quando se fala predominantemente de comércio, a OMC tem que ser prioridade. Não se pode resolver questões transcendentais, como subsídios ou antidumping, ou questões como o nosso direito de poder usar incentivos a investimentos que possam fazer exportações, em conversas bilaterais. Isso tem uma implicação sistêmica.

Por isso é natural que tanto o Zoellick, quanto antes o Lamy e agora o Mandelson, eu próprio, o Ministro da Índia e o Ministro da Austrália concentremos a nossa atenção na OMC, porque ela é a principal. Isso não quer dizer que a gente vá deixar de lado o acordo bilateral Mercosul-União Européia, nem o acordo da Alca.

A minha impressão – comentei isso ontem com alguém – é que os três vão caminhar em paralelo, mas sempre tendo como âncora a OMC. Se não soubermos o que vai acontecer na OMC, corremos o risco de assumirmos compromissos no acordo da Alca ou no acordo da União Européia pelos quais não teremos contrapartidas adequadas.

Dito isso, vamos continuar. Há uma reunião ministerial prevista para março. É possível que antes disso eu me encontre com o Comissário em algum outro contexto, em alguma discussão que pode envolver a OMC.

Essa é a situação, Sr. Presidente. Não vou me alongar em detalhes.

Com relação à China, como V. Ex^a me pediu para incluir esse tema na agenda. Eu diria, em duas palavras, o seguinte: a China, evidentemente, começa a ser um parceiro estratégico não só no nome, mas na realidade. A China hoje rivaliza com a Argentina como o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Contrariamente ao que vi ontem na televisão, tenho a impressão de que este ano a Argentina será o nosso maior parceiro comercial. Aliás, fica aqui uma mensagem para os detratores do Mercosul. Uma manchete na edição de hoje da Gazeta Mercantil notícia que a Argentina nunca comprou tanto do Brasil. Então, com todos os problemas que podem eventualmente existir, há essa boa notícia, digamos, de que a Argentina, nosso principal parceiro no Mercosul, nunca comprou tanto do Brasil. Mas, enfim, a China tem rivalizado com a Argentina e é possível até que passe, pois, como é um país de potencialidades enormes, o nosso comércio, nos dois sentidos, deve chegar a cerca de 10 bilhões. As nossas cifras dão sempre um pouco menos do que as chinesas. Creio que eles incluam também Hong Kong ou outras re-exportações, mas estará por volta de 10 bilhões, nos dois sentidos. O Brasil deve exportar uns 6 bilhões, creio eu, para a China, o que é uma quantidade fenomenal se imaginarmos o que era o comércio há dez anos. Tenho possibilidade de comparação porque fui ministro há dez anos e o nosso comércio, na época em que a parceria estratégica foi declarada, era de 1 bilhão, nos dois sentidos, e hoje é de 10 bilhões. Quer dizer, não é difícil presumir que nos próximos cinco ou seis anos chegue a 20 bilhões, o que abre oportunidades para setores altamente competitivos do Brasil, como é o caso da carne, das aves e de outros produtos agrícolas. Mas não só isso. Claro que se observarmos o conjunto do comércio as “commodities” tomam a maior parte, mas temos também os aviões, em “joint venture” com a China.

Há entendimentos muito produtivos em setores como software. Há investimentos que se realizam nos lugares mais variados no Nordeste. No caso do aço, por exemplo, creio que é no Maranhão que eles estão estudando. Tenho medo de confundir porque houve muitos visitantes no Brasil. A Coréia também está no Maranhão. Mas creio que há outro interessado no Ceará, não sei se é a China ou a Coréia. De qualquer maneira, a siderurgia tem um acordo entre a Bao Steel e a CVRD. Há acordos também na área de alumina e há uma produção de vagões no Espírito Santo. São contratos; não estou falando de convênio, nem de memorando de entendimento. Há financiamento chinês do Gasene, que é o gasoduto do Nordeste, em condições muito vantajosas para nós. Enfim, vejo, digamos, realmente uma relação estratégica.

Quero fazer duas ou três observações – a meu ver importantes – sobre quando o Brasil reconheceu o status de economia de mercado da China, que é o elemento polêmico. Primeiro, esse é um reconhecimento de natureza política, faz parte de um memorando de entendimento, que é um documento político, não jurídico. Isso não significa que não o queiramos cumprir. É evidente que queremos cumpri-lo, mas na medida em que os outros elementos do memorando também estejam sendo cumpridos, e esses outros elementos envolvem acordos na área sanitária que permitam que a nossa carne e as nossas aves tenham acesso mais fácil ao mercado chinês, que permitam que setores de grande interesse, como é o caso da aviação, mas também de automação, onde o Brasil tem desenvolvido muito, também possam ser objeto de cooperação intensa. Um outro aspecto muito importante, observado por várias das empresas brasileiras que operam na China e que têm tido ações conjuntas, é lembrar que todos esses empreendimentos, inclusive os investimentos no Brasil, devem ser na base de “joint ventures”. Assim é na China, e é importante que assim seja no Brasil: que o investimento chinês não seja de controle total da produção, mas que tenha participação de empresas brasileiras. Isso também faz parte do memorando. Além disso, por que esses pontos são importantes? Porque o preâmbulo do memorando de entendimento que contém a questão da economia de mercado diz que ele tem que ser aplicado de forma equilibrada. Portanto, todas aquelas cláusulas e não apenas uma.

Com relação especificamente à economia de mercado, além do fato de ser um compromisso de natureza política, que presume uma aplicação equilibrada, eu chamaria a atenção para os

seguintes fatores: o principal impacto que isso poderia ter, o principal efeito é sobre uma única posição do protocolo de exceção da China, que é a questão do antidumping, porque, pelo atual protocolo de exceção, o que se faz numa medida antidumping?

Não é preciso procurar os custos na China; pode-se buscar um custo comparativo de outro país. Digamos que a Espanha produza o mesmo produto que a China. Então se apura o preço espanhol. Se o preço chinês de exportação para o Brasil for inferior ao preço espanhol, aplica-se uma dinâmica.

Em princípio, não se deverá mais fazer isso, mas, ainda assim, o próprio art. 2.2 do acordo antidumping prevê que, quando os mercados tiverem algumas anomalias especiais ou particulares, você pode construir o preço. Não se deve necessariamente aceitar o preço que é dado pela China.

Então, se houver algum tabelamento de produto e, com isso, uma redução artificial do preço, o Governo brasileiro poderá construir o preço a partir dos seus cálculos de custo.

É claro que terá que ser feito de boa-fé, mas isso é possível. Na realidade, é isso que tem permitido que até hoje o acordo antidumping seja usado com grande liberalidade, o que tem ocorrido a nosso favor e contra nós.

Dentre todos os acordos da OMC, o acordo antidumping é, provavelmente, aquele mais frouxo na sua aplicação.

Então, quando se diz que o Brasil perdeu a possibilidade de ter defesa comercial contra a China, isso não é verdade, por vários motivos. Primeiro, porque, com relação aos direitos compensatórios, onde se identificar subsídio, aplicaremos o direito compensatório. Da mesma maneira, o protocolo de ascensão não se refere a direitos compensatórios e subsídios.

Segundo, no que diz respeito, por exemplo, a salvaguardas... Digamos que haja um surto de exportação chinesa de determinado produto, independentemente de haver dumping ou não. Não só podemos usar o acordo de salvaguardas do antigo GATT, da OMC, art. 19, mas podemos usar as cláusulas de salvaguarda do acordo de ascensão, que se prolongam por mais oito anos, creio eu. Então isso não é afetado pelo nosso acordo.

No que diz respeito especificamente a têxteis, há também um prazo adicional de quatro anos para todos, em que se podem usar cláusulas especiais. Então nada disso foi afetado.

A única coisa que muda é o antidumping, e ainda assim com duas importantes qualificações: uma, como eu já disse, que continuamos a nos valer da possibilidade de construir o preço. E todos que têm familiaridade com a aplicação do acordo antidumping sabem que é muito difícil derrotar um caso desses.

O caso que derrotamos recentemente, da Emenda Byrd, americana, foi porque eles praticaram uma coisa totalmente absurda, que viola não só o acordo antidumping, mas qualquer preceito da OMC, que foi pegar o recurso do antidumping e dar para a empresa que está sendo protegida. Em inglês, há uma palavra para isso, que significa prejuízo duplo. Quer dizer, eles aplicam um imposto e dão para a empresa protegida, para ajudá-la. Por isso nós ganhamos.

No mérito da aplicação do dumping, é muito difícil ganhar para quem for da indústria siderúrgica. Todas as indústrias brasileiras sabem disso. Então continuaremos a aplicar isso.

Segundo, uma coisa importante que quero explicar com clareza: o Brasil não fez nenhuma renúncia jurídica a nenhum de seus direitos e obrigações. Certamente não do acordo antidumping, mas nem sequer dos acordos de exceção. Nós temos um compromisso político e pretendemos honrá-lo. Não quero dizer nem desdizer o que foi dito, que é o reconhecimento do status da China como economia de mercado, mas pretendemos honrá-lo dentro do quadro do nosso memorando. Ele faz parte do memorando, que é um conjunto, e deve ser aplicado de maneira equilibrada. Esta palavra "equilibrada" foi muito discutida, até as duas e meia da manhã, porque aplicação equilibrada é fundamental.

Se, digamos, não for aplicado aquilo que nos interessa em relação à Embraer ou à área fitossanitária, reconhecendo o direito natural de cada um de proteger a sua saúde, se houver alguma aplicação abusiva, enfim, se todos os demais pontos – os senhores têm acesso ao memorando; ele está na Internet, na página do Itamaraty, mas podemos mandar cópia para

quem quiser – não estiverem sendo cumpridos, o nosso quesito, que é um compromisso de natureza política, porque não houve nenhuma renúncia jurídica aos direitos e obrigações da OMC, ele deixa de existir. Espero que não seja necessário isso, porque espero que os investimentos chineses venham para o Brasil e que se façam na base de “joint ventures” com empresas brasileiras. E espero que tudo isso traga prosperidade ao nosso País.

Queria completar essa questão da China só para dizer também que é preciso ver isso de uma maneira estratégica mais ampla. A China será certamente o terceiro grande bloco mundial econômico. Hoje em dia, há dois blocos: os próprios Estados Unidos, o segundo é a União Européia, ou melhor, economicamente é o inverso: o primeiro é a União Européia, o segundo, os Estados Unidos e o terceiro vai ser a China.

Ontem, vi uma discussão na televisão, se a China vai passar ou não vai passar os Estados Unidos em vinte ou trinta anos, não sei, mas certamente vai ser um dos maiores blocos do mundo.

Para o Brasil, que tem uma vocação de ser, digamos, um jogador no cenário internacional de múltiplas jogadas, não ficar preso a um único mercado, é importante que o mercado chinês seja acessado de maneira ampla, porque isso nos ajuda inclusive uma inserção múltipla no mercado internacional.

É óbvio que a China vai ser um ator cada vez mais importante na OMC. E talvez uma última palavra para se entender como essas coisas são.

A China já tinha sido reconhecida como economia de mercado por cerca de vinte ou vinte e três países; alguns outros estavam à beira de fazê-lo, como a Austrália. Então, fazer isso nesse momento traz para nós, esperamos, um benefício. E esperar mais dois ou três anos, quando algum outro país, por alguma outra negociação qualquer... Isso aconteceu. Como é que se fechou a negociação de acensão da China à OMC? Eu estava lá, vi isso.

Quando os Estados Unidos fecharam o acordo de salvaguardas que lhes interessava, porque eles nem estavam com a intenção de multilateralizar, isso teve que ser meio à força, para eles estava encerrada a negociação. E todo mundo conhece o peso dos Estados Unidos, da União Européia. Então, quando um desses países fizesse, a adesão ou não do Brasil a esse princípio seria irrelevante. Então, fizemos, a meu ver, no momento certo.

Não vou ignorar que não haja cuidados especiais com certos setores, mas como essa foi uma decisão de governo, não foi uma decisão do Ministério das Relações Exteriores – claro que participei e defendo essa decisão –, com participação dos ministérios setoriais, de todos os ministérios envolvidos e do próprio Presidente, naturalmente, se houver um problema grave num setor afetado, encontraremos um meio de proteger esse setor, de uma maneira ou de outra.

Então esse é o terceiro tópico, Sr. Presidente, que V. Ex^a me deu, e com isso encerro a minha exposição.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Haiti
Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Nova York, 12/01/2005

(versão em português do original em espanhol)

Senhor Presidente,

Gostaria, antes de mais nada, de felicitá-lo, meu amigo Rafael Bielsa, pela brilhante condução dos trabalhos e, em especial, pela iniciativa de convocar esta reunião pública sobre o Haiti. Permita-me também assinalar a cooperação exemplar entre as nossas delegações no Conselho de Segurança com a experiência inédita da participação de um diplomata argentino na delegação brasileira, experiência sem precedentes no Conselho e testemunho do grau de confiança entre os nossos povos e governos. Agora que tenho o satisfação de saudar o

regresso da Argentina à condição de membro do Conselho, permita-me estender-lhe todo o apoio do Brasil ao êxito desta reunião e do período da sua Presidência.

Senhor Presidente,

A independência do Haiti, a primeira na América Latina, demonstrou a força e o valor dos milhões de africanos que haviam sido trasladados às Américas como escravos. Desde então, por várias razões que apenas começamos a tratar, a esperança que representava o Haiti não se realizou. Ao contrário, o país foi às vezes tratado com arrogância ou negligência.

Nós – as Nações Unidas, os países da América Latina e do Caribe e os próprios haitianos – temos o dever de contribuir para a realização dessa esperança. O futuro do Haiti tornou-se hoje um tema de interesse do conjunto da comunidade internacional; a MINUSTAH e as iniciativas de cooperação técnica e financeira constituem um teste da mais alta importância para que as Nações Unidas demonstrem a sua capacidade de atender a situações cuja solução se situa além da simples estabilização político-militar e envolve uma verdadeira reconstrução nacional.

Muitas vezes repeti que o sucesso da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti se baseia em três pilares interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o incentivo ao diálogo político com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Não se trata de três “passos” diferentes, nem podem seguir-se uns aos outros no tempo. O atendimento simultâneo aos três pilares é condição indispensável para a reconstrução do Haiti. O que necessitamos é de um acordo entre todos, que una a comunidade internacional e as forças políticas haitianas em um compromisso de longo prazo.

Os ingredientes mais importantes para a paz no Haiti são a esperança, a confiança e a legitimidade. A prioridade no Haiti é o desarmamento, como forma de restabelecer as condições mínimas de segurança para a consolidação institucional. Mas buscamos ao mesmo tempo o desarmamento dos espíritos, por meio do diálogo político. A estabilidade no Haiti não poderá ser alcançada somente através da repressão.

Os desafios que enfrentamos no Haiti são extremamente complexos. A responsabilidade crucial do Governo é criar as condições básicas para o êxito dos três pilares. Saudamos a libertação de três políticos da Família Lavalas como um passo fundamental no sentido de envolver todos os haitianos no esforço de reconstrução nacional.

A reconciliação nacional recebeu, além disso, um importante impulso com o lançamento do Diálogo Político pelo Presidente Boniface Alexandre. Incentivamos todos os partidos políticos, as organizações da sociedade civil e os grupos de interesse no Haiti a que se juntem a esse esforço e encorajamos as autoridades a que assegurem condições que permitam a todos participar do debate político e eleitoral sem temores quanto à sua segurança.

Gestos simples da comunidade internacional podem, ademais, constituir incentivos importantes à normalização da vida no Haiti. O Jogo da Paz, realizado no último mês de agosto, entre as seleções do Brasil e do Haiti, por exemplo, ajudou os haitianos a retomar a esperança, ao ver que era real a atenção e a boa vontade dos países da região.

O progresso alcançado nos últimos três meses demonstrou o quanto eram infundadas as análises pessimistas sobre a capacidade da MINUSTAH em matéria de segurança. Os primeiros meses foram marcados por atrasos na chegada do contingente planejado, pela falta de diálogo político e pela deterioração da economia, agravada por desastres naturais. No entanto, foram alcançados progressos à medida que o número de soldados e policiais em campo aumentava e que os primeiros projetos de reconstrução começavam a ser implementados.

Devemos o nosso reconhecimento à MINUSTAH pelas provas que deu da sua capacidade de reduzir a violência no cumprimento do seu mandato, de acordo com a Resolução 1542.

Está claro que a normalização no Haiti não se dará sem a decidida participação da comunidade internacional na promoção do seu desenvolvimento econômico e social. Esta é a área em que menos fizemos e em que o Haiti mais necessita do nosso apoio.

Por piores que sejam outras tragédias, as quais acompanhamos atentamente e que merecem uma resposta urgente e coordenada da comunidade internacional, não nos podemos permitir baixar o grau de prioridade que assumiu o Haiti na agenda internacional.

Se considerarmos as taxas de mortalidade infantil, por exemplo, não é exagero dizer que o Haiti sofreu os efeitos de um verdadeiro tsunami econômico e social nos últimos dois séculos.

O Haiti é uma prova contundente da necessidade de desenvolver mecanismos adequados para impedir a deterioração das situações nacionais e para assistir os países recém-saídos de situações de conflito ou mesmo para evitá-las.

O papel do Conselho Econômico e Social e de seu Grupo Ad Hoc sobre o Haiti pode ser crucial para garantir a necessária coerência à ação das agências, dos fundos e dos programas das Nações Unidas, bem como dos principais países doadores.

Devemos conjugar os projetos de impacto imediato, que devolvam a esperança aos pobres e desempregados, com a assistência às instituições haitianas para o planejamento de uma estratégia de longo prazo.

Temos de acelerar o pagamento dos fundos prometidos na Conferência Internacional de Doadores, facilitando os trâmites necessários para a execução de projetos. No caso do Haiti, a ajuda que atrasa é uma ajuda que se perde.

Sob as instruções do Presidente Lula, fizemos tudo o que se encontrava ao nosso alcance. No último dia 20 de dezembro, assinei no Haiti três acordos de cooperação, dois dos quais se concentram no apoio à agricultura familiar em matéria de processamento de mandioca e de castanha de caju. Os recursos serão financiados pelo Governo brasileiro, no valor de 250 mil dólares. Concluí, também, com o Banco Mundial e com o Governo do Haiti um acordo de mais de um milhão de dólares para oferecer merenda escolar a 35 mil crianças. Entendemos que esta foi a primeira vez em que o Banco Mundial assinou um acordo com um país em desenvolvimento para apoiar um outro país do Sul. Na recente Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto, firmei com o Presidente Enrique Iglesias, do BID, Memorando de Entendimento sob o qual se desenvolverão projetos de cooperação técnica, inclusive para viabilizar a utilização dos fundos já disponíveis no Banco.

O uso indiscriminado dos recursos naturais no Haiti gerou graves conseqüências ecológicas. Uma campanha nacional de reflorestamento deve fazer parte de qualquer estratégia para o desenvolvimento sustentável do Haiti.

O destino do Haiti é inseparável do destino dos seus vizinhos. O isolamento regional do Haiti não interessa a ninguém. Da nossa parte, desde o princípio da nossa participação na MINUSTAH, definimos o diálogo com a CARICOM como uma prioridade e enviamos várias missões especiais aos seus países membros para procurar conhecer melhor as suas posições. No último mês de novembro, tive a oportunidade e a honra de reunir-me com quatro Chanceleres e outros altos representantes de países caribenhos durante minha visita a Barbados, sob a coordenação da Ministra Billie Miller. Hoje mesmo viajarei a Trinidad e Tobago para dar seguimento às conversações com as autoridades locais.

Gostaria de dizer que a terrível crise pela qual passou o Haiti em 2004 nos aproximou e ensinou muitas lições sobre o nosso próprio passado e presente. Levou os países latino-americanos a cooperarem de maneira mais estreita em prol da segurança regional.

Cabe aos haitianos a responsabilidade de reinventar o seu futuro. A comunidade internacional não pode substituí-los nessa tarefa, mas seria irresponsável da nossa parte não lhes oferecer toda a assistência possível.

Os povos da América têm, todos, uma grande dívida histórica com o Haiti. O mundo tem o dever de ajudar os haitianos a recuperar o controle da sua própria segurança e do seu futuro. Estamos diante de um difícil desafio, mas, se tivermos sucesso, teremos contribuído não somente para a redenção econômica de um país irmão, mas também para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas.

Muito obrigado.

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura do Painel Internacional “Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio”

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília, Auditório Finatec, Campus da Universidade de Brasília, 29/06/2005

Ministra Matilde Ribeiro, Embaixadores de outros países, líderes religiosos e participantes deste Seminário,

Queria, em primeiro lugar, parabenizar a Ministra Matilde e seus colaboradores da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial pela realização deste Painel Internacional que é extremamente oportuno. Este é um debate que devemos desenvolver e aprofundar em nosso país. Eu dizia antes - a um jornalista que me perguntava o que nós esperávamos como resultado desse Painel - que na área de direitos humanos, e também na área de convivência dos povos, das religiões, das culturas e das raças, não há aqueles que ensinam e aqueles que aprendem. Todos ensinam e todos aprendem e é somente demonstrando nossa capacidade, nossa abertura para o pleno entendimento do problema do outro que nós teremos condições de fazer reais progressos.

Os Senhores já terão ouvido, ou ouvirão durante o dia de hoje, sobre a importância que a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial tem no Brasil. Aqui no Brasil sempre tivemos a pretensão de dizer que éramos uma democracia racial e nos orgulhávamos de não termos dispositivos legais ou dispositivos regulamentares que criassem diferenças entre raças ou entre credos religiosos ou entre culturas. Mas todos nós sabemos que há formas, algumas delas bem sutis, outras nem tanto, de manter sempre presente a discriminação. A criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial pelo Presidente Lula, com nível de Ministério, foi algo excepcionalmente importante porque deu status político a um problema que existia de forma latente na sociedade, o qual muitos de nós reconhecíamos, mas que a sociedade como um conjunto procurava disfarçar. A criação dessa Secretaria e o trabalho que a Ministra Matilde e seus colaboradores têm feito é de extrema importância, não só para aqueles que podem se beneficiar da promoção da igualdade racial, mas para todos os brasileiros. Usando uma expressão do filósofo, que agora faria cem anos, Jean-Paul Sartre, “você não tem o homem integral enquanto não tiver todos os homens”, ou mulheres, no caso também. Nós, brasileiros, independentemente da origem e do nível escolar que tenhamos, só poderemos nos sentir integralmente brasileiros quando todos estivermos totalmente participantes na sociedade brasileira.

Embora o Brasil seja um país em que curiosamente o convívio, sobretudo nos momentos de lazer, entre as raças e os povos sempre foi muito fácil, na hora do trabalho, na hora das posições políticas, na hora das posições elevadas na burocracia civil e militar as diferenças apareciam. Basta olhar para o serviço diplomático brasileiro onde até hoje a presença de negros é muito pequena e não decorreu isso, pelo menos no período da minha vida profissional, de nenhuma discriminação ativa, mas de formas sutis de discriminação, de formas que se baseiam, inclusive, em diferenças sociais e em diferenças de formação cultural e educacional. Isso, a meu ver, justifica a ação afirmativa. A ação afirmativa nada mais é do que tentar igualar as possibilidades daqueles que tiveram condições menos favoráveis durante a sua infância e adolescência.

Como todos sabemos por várias pesquisas feitas no Brasil, se você é mulher e negra a chance de ser pobre é muito maior. Na minha geração havia uma crença, mesmo das pessoas que se consideravam progressistas, de que no Brasil não há um problema racial, e sim um problema social, e que se resolvermos o problema social nós resolveremos o problema racial. Creio que a questão é mais complexa e que, hoje em dia, ela se coloca mais no sentido inverso: se você resolver o problema racial você resolve em grande parte o problema social, porque número significativo dos pobres são negros ou são de origem indígena ou são de outras origens. Por

esse motivo, introduzimos no Ministério das Relações Exteriores um programa de ação afirmativa. Para ser justo, esse programa se iniciou no Governo anterior, mas nós o temos desenvolvido com afinco.

E, quando digo isso, não é porque as pessoas de origem africana precisam ter acesso ao Ministério das Relações Exteriores. Nós no Itamaraty é que precisamos que elas façam parte do nosso Ministério, para que nosso país esteja adequadamente representado. Eu me lembro, quando jovem ainda, de que tinha colegas de colégio que eram judeus e eles achavam que não podiam entrar no Ministério das Relações Exteriores porque seriam discriminados. Nunca vi efetivamente discriminação ativa nesse caso, mas se a percepção existe é porque algo estava errado. Precisamos vencer os elementos que levam a essas percepções. Muitas vezes, a sensação de que existe ou de que pode existir uma discriminação já é, em si mesmo, uma forma de discriminar, de fazer com que o outro tenha essa sensação. Quando desenvolvemos a ação afirmativa no Itamaraty por um sistema de bolsas, um sistema que eu acho que ajuda inclusive na própria auto-estima dos candidatos, estamos realmente atacando diretamente esse ponto.

Queria dizer que a parceria entre o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial tem sido intensa, dentro e fora do Brasil. Eu e a Ministra Matilde visitamos vários países; ela também participou de visitas do Presidente da República e fez suas próprias visitas em que eu não estava. Nossa intensa relação com a África hoje em dia tem um aspecto muito importante que é a dimensão interna. E talvez o momento de auge desse sentido de que a nossa relação com a África não é apenas uma relação com um outro continente, mas uma relação conosco mesmo, foi dada quando o Presidente Lula esteve no Senegal e lá, em nome dos brasileiros, em nome de todos nós, independentemente da nossa cor, independentemente do nosso credo religioso, independentemente do nosso passado cultural, mas todos nós que de alguma maneira fazemos parte da elite econômica, comercial, política, cultural deste país, salientou que temos uma dívida muito forte com a África. Foi por isso que o Presidente Lula pediu perdão aos africanos, aos descendentes daqueles que foram escravos e que ajudaram de maneira dramática por vezes, de maneira muito importante, a construir este país.

A mesma coisa eu diria sobre nossa relação com o Haiti. Recomendaria muito aos que estão aqui, se tiverem a ocasião, de irem ver uma exposição de pintura que está no Centro Cultural Banco do Brasil, que tenho certeza enriquecerá a alma de todos. Trata-se de uma exposição sobre pintura naif do Brasil e do Haiti. E é muito difícil distinguir o que é do Brasil e o que é do Haiti nessas pinturas. Essas aproximações que têm como instrumento a política externa nos ajudam a nos redescobrir a nós próprios, a nos orgulharmos da contribuição africana, da contribuição indígena, como também da contribuição de árabes, de judeus, de todas as religiões que formam este nosso país tão rico, tão diversificado, mas um país onde há muito por fazer para chegarmos à sociedade sempre diversificada e harmoniosa que desejamos.

Queria com muita alegria saudar os Ministros e Vice-Ministros que estão aqui. Fico muito feliz de ver, por exemplo, os Ministros do Senegal e do Cameroun, países que visitamos recentemente, e também o Ministro de Cuba e outras autoridades. Queria dizer que esse encontro internacional é parte de iniciativa maior ainda: uma grande Conferência Nacional sobre essas questões. Ele testemunha a vitalidade da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial como uma Secretaria que certamente tem lugar importante no nosso Governo, uma Secretaria que nos orgulha porque não podemos olhar a existência de Ministérios ou de Secretarias apenas pelo volume de recursos que eles movem. Creio que muitas vezes é até o contrário, você pode ter Secretarias, Ministérios e Ministros que movem recursos relativamente pequenos comparados com o conjunto do orçamento do país, mas que movem idéias, sentimentos, relações sociais, e certamente esse é o papel da nossa Secretaria, da Ministra Matilde e de toda a equipe que ela chefia.

Espero que neste dia de hoje quem tiver também ocasião de ficar para a Conferência Nacional possa se beneficiar um pouco das experiências que nós temos tido e, ao mesmo tempo, que

nós possamos também ouvir um pouco da experiência de outros porque, como disse há pouco, nessas questões de direitos humanos, de direitos sociais, ninguém pode se arrogar a posição de estar ensinando para outro que estaria aprendendo. Todos nós estamos ensinando e todos nós estamos aprendendo. Então muito obrigado. Parabéns Matilde, parabéns a todos.

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas
Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Nova York, 17/09/2005

Senhor Presidente,
Senhor Secretário-Geral,
Excelências,

Congratulo calorosamente o Embaixador Ian Eliasson, da Suécia, por sua assunção à Presidência da 60ª Assembléia Geral. Saúdo fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja sabedoria e compromisso com o multilateralismo têm contribuído imensamente para o avanço das Nações Unidas. O Chanceler Jean Ping, do Gabão, merece um reconhecimento especial pela forma competente e dedicada como presidiu a 59ª sessão da Assembléia Geral.

A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, Desenvolvimento, Democracia, Respeito aos Direitos Humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem.

O documento final da Cúpula certamente ficou aquém de nossas ambições. Mas fornece as diretrizes para levar a termo nossa tarefa.

A Assembléia Geral precisa ser fortalecida. Mais do que nunca, precisamos de um foro de representação universal onde as questões cruciais da atualidade internacional possam ser democraticamente debatidas. A Assembléia Geral deve prover liderança e direção política à Organização como um todo. Ao defendermos a autoridade da Assembléia Geral, mediante mudanças que a tornem mais ágil e produtiva, estamos defendendo a essência mesma das Nações Unidas.

O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos. O ECOSOC deve ser a instância deliberativa privilegiada na busca da conciliação entre os objetivos do crescimento econômico e da redução das iniquidades de uma globalização assimétrica. O Presidente Lula sugeriu neste ano, na Cúpula do G-8 em Gleneagles, que poderíamos começar a elevar a estatura do ECOSOC, organizando um segmento de alto nível com a participação, por exemplo, do Ministro da Economia da presidência rotativa do G-8. O ECOSOC deve também prestar sua contribuição na promoção da estabilidade e da paz, em parceria com o Conselho de Segurança, como estabelece o artigo 65 da Carta.

O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz preencherá uma lacuna institucional importante. Será o elo, hoje inexistente, entre segurança e desenvolvimento.

As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados. Apoiamos a criação de um Conselho de Direitos Humanos que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. A elaboração de um relatório global sobre direitos humanos, a cargo do Alto Comissariado, que cubra todos os países e situações, contribuirá para aumentar a credibilidade do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Secretário-Geral instou-nos a trabalhar de forma mais coordenada com vistas à proteção das vítimas de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos. A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva. Temos sustentado - em nossa região e fora dela - que o princípio da

não-intervenção em assuntos internos dos Estados deve ser acompanhado pela idéia da “não-indiferença”.

Lidamos, hoje, com conceitos novos como “segurança humana” e “responsabilidade de proteger”. Concordamos que devem ter um lugar adequado em nosso sistema. Mas é ilusório pensar que podemos combater os desvios políticos que estão na origem de violações graves de direitos humanos por meios exclusivamente militares, ou mesmo por sanções econômicas, em prejuízo da diplomacia e da persuasão.

A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que promovem e protegem os direitos humanos, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social. As Nações Unidas não foram criadas para disseminar a filosofia de que a ordem deve ser imposta pela força. Esse recurso extremo deve ser reservado a situações em que todos os demais esforços tenham sido esgotados e as soluções pacíficas sejam realmente inviáveis. E o julgamento sobre a existência dessas condições excepcionais há que ser sempre um julgamento multilateral. A Carta contempla dois tipos de situação para o uso da força: a necessidade de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais, e o direito de legítima defesa. Esses dois conceitos não podem ser confundidos, sob pena de embaralharmos as bases doutrinárias da Organização.

Senhor Presidente,

A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros.

No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo.

Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático.

Há dois anos, o Presidente Lula declarou, perante esta Assembléia, que toda nação comprometida com a democracia, internamente, deve lutar - em suas relações exteriores - por processos decisórios transparentes, legítimos e representativos. No mesmo espírito, o Secretário-Geral Kofi Annan apontou para as contradições a serem superadas, e cito: “Somos nós que vamos ao redor do mundo pregando a democracia. Acredito ter chegado a hora de aplicarmos isso a nós mesmos e assim mostrarmos que existe representação efetiva”.

Senhor Presidente,

Estamos ainda distantes dos objetivos da Declaração do Milênio. A Sessão de Alto Nível destacou a importância de compromissos renovados com a Assistência ao Desenvolvimento e contribuiu para promover uma aceitação mais ampla da destinação de 0,7 por cento do produto nacional bruto como ajuda ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devemos continuar a trabalhar com fontes inovadoras e adicionais de financiamento. Noto com satisfação que, desde o Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, convocada pelo Presidente Lula há um ano, obtivemos progressos significativos. Um número crescente de Governos e de grupos não-governamentais se está juntando ao esforço para pôr fim à fome e à pobreza. Esta é a única guerra em que estamos empenhados. A única em que todos poderemos, um dia, declarar vitória.

No último ano, testemunhamos novamente atos brutais de terrorismo. Civis, mulheres e crianças inocentes são hoje vítimas de grupos adversários dos valores que compartilhamos. Como país cuja identidade não pode ser dissociada das noções de tolerância e diversidade, o Brasil rejeita de maneira veemente esses atos abomináveis, que atentam contra a própria noção de humanidade. Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação

internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais. Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio terrorismo. Apesar de não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo, problemas socioeconômicos severos - em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas - são fatores que podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados. Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo.

Reconhecemos os riscos da proliferação de armas de destruição em massa. Não podemos, entretanto, deixar de lembrar a importância de reduzir e desmantelar os arsenais existentes de todas essas armas. Lamentamos profundamente que a VII Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear não tenha produzido resultados tangíveis. Ao lado dos esforços para a não-proliferação, devemos continuar a trabalhar incansavelmente para o desarmamento nuclear.

Enfrentamos, além dos desafios a que já me referi, duas crises com impacto global: a explosão pandêmica do HIV/AIDS; e as trágicas ameaças derivadas das mudanças climáticas. O Brasil continuará mobilizado para promover a implementação dos instrumentos multilaterais para combater esses flagelos.

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região - a Argentina - e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente. A Comunidade Sul-Americana de Nações, fundada em Cuzco, Peru, no ano passado, será um fator de fortalecimento da integração de toda a América Latina e do Caribe.

Nosso esforço de estabelecer alianças com outros países e regiões estende-se além do horizonte regional.

A criação do IBAS - grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul - aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões.

Empenhamo-nos, junto com outros países, a formar o G-20, que colocou os países em desenvolvimento no centro das negociações agrícolas da Rodada de Doha. A ação do G-20 permitiu, pela primeira vez, no quadro do GATT ou da OMC, associar liberalização comercial com justiça social.

Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula. O comércio e a cooperação entre o Brasil e a África cresceram de forma significativa. O diálogo intensificou-se. Temos contribuído para a consolidação da paz e da democracia em países como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ajudamos a combater a fome, a desenvolver a agricultura e, com grande empenho, a lutar contra o flagelo do HIV/AIDS em vários países irmãos do continente africano.

Tivemos a honra de, pela primeira vez, ter o Presidente da Nigéria e da União Africana nas comemorações da nossa data nacional.

A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para a reconstrução social e econômica do

Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz.

No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais. Além de iniciativas de cunho bilateral, temos procurado fortalecer laços com entidades regionais, como a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo. Em maio de 2005, uma inédita Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes foi realizada em Brasília. A Cúpula constitui um evento pioneiro que reuniu duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em uma demonstração concreta e efetiva de harmonia entre civilizações.

Durante diversas viagens ao Oriente Médio, tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz. A prática efetiva da tolerância e do respeito ao outro, e a convivência harmoniosa das diversas comunidades constituem, talvez, a nossa vantagem comparativa. Percebi que esta convicção é compartilhada por importantes personalidades e líderes políticos tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhor Presidente,

No limiar de um novo capítulo na vida das Nações Unidas, o Brasil estará comprometido com os ideais que levaram à criação da única Organização de vocação universal, a única que poderá garantir um futuro de paz e prosperidade, não para uns poucos, mas para todos.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Palácio Itamaraty, Brasília, 23/05/2006

Excelentíssimo Senhor Roland Pierre, Ministro do Planejamento e Cooperação Internacional do Haiti,

Embaixador José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA,

Embaixador Juan Gabriel Valdés, Representante Especial do SGONU para o Haiti,

Embaixador Edmond Mulet-Lesieur, Representante indicado pelo SGONU para o Haiti

Senhores Representantes de governos amigos,

Senhores Diretores de Organismos e Bancos internacionais,

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que o Brasil acolhe esta primeira reunião de representantes de países e organismos internacionais doadores depois da posse do Presidente Préval.

O Brasil foi dos primeiros países a responder ao chamado das Nações Unidas para a estruturação de uma presença internacional no Haiti. Naquele momento, há cerca de dois anos, o Haiti enfrentava, uma vez mais, uma situação de profunda instabilidade, com grandes custos econômicos, sociais, e, principalmente, humanos. Era imperativo retomar o processo democrático, com a realização de eleições livres, gerais e transparentes.

Ao responder ao chamado da ONU, o Brasil entendeu que a situação do Haiti não se resumia a um problema de restauração da segurança pública. Na origem da crise de segurança existia, a nosso ver, um problema mais sério de pobreza, injustiça social e debilitação das estruturas do Estado.

Diferentemente de ocasiões anteriores, desta vez procuramos trabalhar simultaneamente em três vertentes interdependentes e igualmente importantes: a manutenção da ordem e da segurança; o diálogo político, com vistas à reconciliação nacional; e a promoção do desenvolvimento econômico e social. Creio que estamos no caminho certo.

O Brasil aceitou enviar tropas e assumir o comando militar da Minustah em primeiro lugar por tratar-se de uma operação decidida pelo Conselho de Segurança, único órgão com legitimidade para determinar a presença de tropas estrangeiras em um país soberano.

Também nos animou o natural sentimento de solidariedade regional, e afinidades de natureza cultural e étnica que justificam um maior envolvimento de países da América Latina e do Caribe no Haiti.

O Brasil sempre buscou estabelecer pontes para a retomada do diálogo entre o Haiti e os países da região, muito especialmente os países do Caribe. Por isso, saúdo a decisão da CARICOM de reintegrar o Haiti à Comunidade, já na sua próxima reunião de Cúpula, no mês de julho.

Por isso também defendemos a presença da ONU no Haiti, e defendemos que essa presença se caracterizasse por um forte componente latino-americano e caribenho. Creio que esse mesmo sentimento animou países como a Argentina, o Chile, o Peru, o Uruguai, a Guatemala, o Equador, Paraguai e El Salvador a enviarem tropas para o Haiti.

Quero aproveitar esse momento para transmitir nosso reconhecimento pelo valioso trabalho do Embaixador Valdés à frente da Minustah ao longo dos últimos dois anos. Gostaria de saudar, também, a indicação do Embaixador Edmundo Mulet, da Guatemala, para sucedê-lo. A escolha de um ilustre guatemalteco reforça nossa convicção sobre a importância do apoio de nossa região para a reconstrução do Haiti.

Paralelamente à nossa participação na Minustah, começamos a trabalhar em projetos de cooperação e nos engajamos em uma intensa campanha internacional pela obtenção dos fundos necessários e a liberação dos fundos já existentes, mas ainda bloqueados, à retomada do desenvolvimento no Haiti.

De nossa parte, além de contribuir com fundos para a organização das eleições, realizadas sob a eficiente supervisão da OEA, estamos implementando treze projetos setoriais de cooperação em áreas de imediato impacto social, como o desenvolvimento da produção agrícola, a distribuição de merenda escolar, o combate à discriminação de gênero, e o treinamento de bombeiros, entre outros.

Gostaria de destacar, por um aspecto pioneiro que tem como cooperação Sul-Sul, o projeto financiado pelo Fundo IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul, de combate à fome e à pobreza, na área de manejo de dejetos urbanos. Este projeto já começa a dar seus primeiros passos.

Outra ação inédita que tomamos foi com o Banco Mundial, que, pela primeira vez, está cofinanciando um projeto de cooperação envolvendo dois países em desenvolvimento.

Nossa cooperação com o Haiti não se deu sem alguma resistência interna. Afinal, o Brasil é também um país com enormes carências sociais. Com grandes dificuldades, inclusive na área de segurança. Mas essa é uma lição que aprendi com os próprios brasileiros de origem mais humilde. Não é preciso ser rico para ser solidário.

Creio que a contribuição do Brasil foi importante para que, hoje, o Haiti tenha uma perspectiva de futuro.

Nada mais natural, portanto, do que o Brasil acolher esta reunião, que buscará avaliar a cooperação internacional no Haiti nos últimos dois anos, e definir rumos a serem seguidos, a partir das prioridades definidas pelo novo governo haitiano.

Esta reunião também deverá preparar a Conferência de Doadores, a ser realizada em julho, em Porto Príncipe. É fundamental manter essa dinâmica e demonstrar que a comunidade internacional continuará ao lado do Haiti.

A presença da Minustah no Haiti continuará sendo necessária. O próprio Presidente Préval afirmou desejar que as tropas da ONU permaneçam no País. Mas o Presidente Préval também deixou claro que os termos do mandato da Minustah devem ser reformulados, tendo em mente a nova situação. Nas palavras do presidente, “bulldozers e betoneiras devem ocupar o lugar dos carros de combate”.

O Haiti precisa de um novo paradigma de cooperação internacional, com ênfase em projetos que produzam resultados focalizados no combate à pobreza e fortaleçam a capacidade do Estado de prestar serviços à população. Ao mesmo tempo, a comunidade financeira internacional deve compreender a especificidade da situação haitiana, e adaptar certos requisitos burocráticos, talvez em si mesmo válidos, mas que no passado freqüentemente sacrificaram as possibilidades de uma real cooperação com este que é o único país de menor desenvolvimento relativo do nosso continente.

Acreditamos que um bom caminho para o aperfeiçoamento do Quadro de Cooperação Interina seja o Programa de Parceria Sustentável proposto pelo novo governo haitiano. Também é bem vindo o documento sobre a Estratégia Interina para a Redução da Pobreza preparado pelas novas autoridades haitianas.

Queria dizer também que nós no sul do continente - em breve estará se juntando a nós o Ministro argentino, como está aqui também o Vice-Ministro chileno -, um grupo de três países, Brasil, Argentina e Chile, estamos muito empenhados em contribuir. Há outros ainda, vejo aqui a Vice-Ministra do Uruguai, o Paraguai também - mas Brasil, Argentina e Chile recentemente enviaram uma missão ao Haiti com o objetivo de ajudar na própria organização administrativa, a pedido do Presidente Préval. Creio que este é um exemplo daquilo que nós dissemos em muitas ocasiões, inclusive nos momentos mais difíceis dessa operação, que é preciso latino-americanizar o Haiti. Naturalmente quando digo latino-americanizar isso inclui o Caribe. O Haiti não pode, não deve e não é mais visto como o filho enjeitado da América Latina e do Caribe.

Senhoras e Senhores,

O povo e as forças políticas haitianas deram uma demonstração exemplar de que estão dispostos a enfrentar os desafios para a renovação de sua sociedade. Cumpriram amplamente sua parte, por meio da realização de eleições presidenciais e legislativas justas e livres. O comparecimento às urnas, principalmente nas eleições presidenciais, demonstrou o compromisso dos haitianos com um futuro de paz e democracia. Recebemos, também, com satisfação a abertura que o Presidente Préval tem dado às diversas lideranças do país, essencial para um verdadeiro processo de reconciliação nacional com espírito pluralista.

O Haiti pode contar com o Brasil. O Presidente Lula assegurou pessoalmente ao Presidente Préval, em sua recente visita ao Brasil, na condição, então, de Presidente eleito, que o compromisso do Brasil com o Haiti é duradouro. Estaremos ao lado do Haiti enquanto for o desejo do seu governo, do seu povo.

Não há tempo a perder. Existe, hoje, talvez, uma chance única de reconstrução e reconciliação nacional desse país irmão. Esse é um teste para o povo e o governo haitianos, mas é também um teste para a comunidade internacional.

O mais famoso romance haitiano, "Gouverneurs de la Rosée", de Jacques Roumain, termina com uma frase de um extraordinário otimismo, quase que um hino à vida, que eu gostaria que nos inspirasse neste esforço conjunto pelo desenvolvimento do Haiti. Depois de grandes sofrimentos e da morte do herói, sua viúva consegue realizar os sonhos pelos quais ele lutou e, respondendo aos lamentos da mãe do marido morto, diz "Não, ele não morreu. E pega na mão da velha senhora e a pressiona levemente contra seu próprio ventre, onde se agitava a vida nova". A comunidade internacional está aqui, como a heroína de Jacques Roumain, sentindo agitar-se a vida do novo Haiti.

Muito obrigado.

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”

Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Salamanca, Espanha, 15/10/2005

Circunstâncias muito especiais marcam nosso encontro. Estamos comemorando o trigésimo aniversário do Reinado de Juan Carlos I, hoje nosso anfitrião.

O reencontro da Espanha com a democracia e o desenvolvimento marcou as últimas décadas. Esse processo teve em Sua Majestade um defensor intransigente e líder clarividente.

A transição espanhola para a democracia repercutiu profundamente em nosso Continente. Inspirou os democratas latino-americanos em suas lutas pela liberdade.

A decisão do governo espanhol de sediar esta Cúpula na Universidade de Salamanca possui significado particular. Antes mesmo dos descobrimentos, esta cidade simbolizava o encontro harmônico de culturas. Nela conviveram árabes, cristãos e judeus. Esta Universidade foi responsável por uma das primeiras reflexões humanistas sobre a colonização e suas conseqüências. Aqui prevaleceu a coragem de pensar livremente e de desafiar interesses estabelecidos.

Nossa Cúpula coincide, também, com o lançamento da Secretaria-Geral Ibero-Americana. Essa iniciativa confirma o compromisso de fortalecer nossa coordenação. Favorece e amplia nossa voz coletiva.

Estou certo de que meu amigo Enrique Iglesias trará à Secretaria a competência e a capacidade de trabalho que marcaram sua gestão no BID. Na pessoa da embaixadora Maria Elisa Berenguer, o Brasil terá a honra de ocupar a Secretaria-Adjunta e colaborar para dar estrutura à nossa Organização.

Senhoras e senhores,

A Comunidade valoriza nossa presença coletiva num mundo em profunda transformação.

Aqui podemos discutir sobre os desafios contemporâneos com que se defrontam nossos países. Aumentam as possibilidades de coordenarmos posições. Estamos unidos pelos ideais ibero-americanos. É uma rica experiência política e cultural, em que convivem a latinidade com os valores e culturas de nossas populações pré-colombianas e dos afro-descendentes.

Debatemos, há pouco, a realidade sócio-econômica de nossos países. Avaliamos como podemos unir capacidades para atender aos legítimos anseios de nossos cidadãos. Estaremos, assim, nos habilitando a contribuir para um objetivo ainda maior, a luta contra a fome em escala mundial.

É essa a razão que levou meu governo a propor uma série de iniciativas dentro e fora de nossas fronteiras. São ações que buscam promover o desenvolvimento com dignidade e distribuição de renda.

Nossa Comunidade não está partindo do zero. Vários projetos em curso entre nossos países testemunham o potencial dessa cooperação. Ressalto, em particular, a iniciativa para identificar fontes inovadoras de financiamento para o combate à pobreza extrema que lançamos em setembro passado, em Nova Iorque. Esse movimento, com forte participação ibero-americana, recebeu amplo apoio da comunidade internacional.

Isso nos estimula a continuar amadurecendo estudos e propondo medidas concretas. Estamos contribuindo, assim, para o cumprimento de várias das metas adotadas na Cúpula do Milênio.

O debate ibero-americano, no entanto, pode e deve ser mais ambicioso. Nossa diversidade nos permite uma visão mais abrangente e, sobretudo, mais solidária, da complexa relação entre pobreza, desesperança e violência.

Foi também sob o signo da solidariedade que abordamos o tema da migração. Entre nós, o fluxo de gente em busca de um novo lar e de novas oportunidades não constituiu, historicamente, um problema. Contribuiu, seguramente, para a diversificação da paisagem humana de uma região marcada pelo “encontro de civilizações”.

Fiquei feliz que, em nosso debate anterior, fossem apresentadas soluções criativas, permitindo que o tema migratório em nossos países possa ser resolvido de forma justa e democrática. Penso, sobretudo, na necessidade de garantir condições dignas aos trabalhadores, independente de seu status migratório.

Senhoras e senhores,

Há um fio condutor que vincula nossos países e distingue nossa atuação internacional. É a “afinidade na diversidade”. Ela se alimenta da riqueza de nossas diferenças e nos permite dar resposta eloqüente às ameaças do mundo contemporâneo. O nome dessa resposta é tolerância.

Promover a paz, democratizar o sistema internacional, lutar contra o terrorismo, impulsionar o desenvolvimento sustentável, o combate à fome e à pobreza. Só venceremos esses desafios se soubermos derrotar preconceitos e desconfianças. É essa a maior contribuição que nós, ibero-americanos, podemos prestar. Somos exemplo de que as fronteiras entre Norte e Sul, entre ricos e pobres, entre religiões, culturas e civilizações, podem e devem ser superadas pelo diálogo e conhecimento mútuo. Nossa história de lutas também foi escrita em momentos de convívio e de conciliação.

Senhoras e senhores,

Já estamos mostrando o que podemos fazer nas áreas da cultura e da educação. Trabalhamos na preservação de nossa herança comum e na valorização de nossas individualidades. Esse é o objetivo da Carta Cultural, cujas bases estamos adotando.

Investimos em nosso futuro coletivo. Vários dos projetos que estamos implementando dirigem-se às nossas crianças e jovens.

O crescimento sustentável deve ser nosso legado para essa nova geração. Dele, dependem nossas esperanças de paz, democracia e segurança para todos.

Por essa razão, apoiamos com entusiasmo a iniciativa do governo espanhol de converter dívidas de países mais pobres em investimentos em educação. Recursos desse programa poderão ajudar na expansão do ensino do castelhano em nossas escolas públicas, onde a oferta já é obrigatória no ensino médio. Como credor, o Brasil somou-se a essa idéia dispondo-se a perdoar a dívida de Cabo Verde em troca da constituição da primeira universidade pública daquele país.

As instituições financeiras internacionais têm um papel insubstituível no financiamento do desenvolvimento, dentro do espírito das decisões de Monterrey. Devemos exigir delas, mais firmemente, compromissos com o financiamento de programas de infra-estrutura indispensáveis à distribuição de renda e ao crescimento.

Por sua vez, gastos com educação, saúde e infra-estrutura devem ser, em realidade, caracterizados como investimentos. Somente assim asseguraremos nível adequado de bem-estar e de prosperidade para todos os povos ibero-americanos.

A trajetória recente de nossos parceiros ibéricos, no seio da União Européia, nos serve de estímulo e inspiração. Vemos, com muita confiança, as parcerias econômicas que estamos desenvolvendo no âmbito da Comunidade.

Com nossos vizinhos do Mercosul, da América do Sul e com o conjunto da América Latina, estamos engajados em um processo de integração sem precedentes. Assim como os homens de negócios, toda a sociedade civil é chamada a participar de nosso esforço de concertação.

Queridos amigos,

A solidariedade que inspira nossa Comunidade Ibero-Americana leva a marca da inclusão. Queremos fazer valer nossa visão participativa no cenário internacional, seja nas discussões sobre a democratização da ONU, seja em favor de negociações comerciais mais justas e equilibradas.

A luta contra os subsídios que países desenvolvidos dão à produção e às suas exportações agrícolas deve fazer parte de nossa agenda. Não podemos perder a oportunidade que nos oferece a Rodada de Doha para construir um mundo mais justo e equilibrado.

A atuação conjunta de vários de nossos países no Haiti é emblemática do que podemos realizar. Deve e pode tornar-se paradigma de um novo modelo de resolução de conflitos e de apoio a países em grave crise econômica e social. Sem truculência ou hegemonismos, queremos contribuir para a paz e a reconstrução econômica e social do Haiti.

Nossa ambição e nossa vontade política condicionarão nossa projeção na cena internacional. E o alcance de nossos projetos estará sempre determinado por nossa capacidade de conciliar afinidades e diferenças.

Nossa Comunidade deve ampliar seu diálogo internacional, em particular com a África. Poderíamos começar pelos países de língua portuguesa e pela Guiné Equatorial, de expressão castelhana, que já manifestaram esse interesse.

Nossa proximidade não é medida apenas em valores e aspirações. Nessa jornada, estou seguro de que saberemos utilizar, a nosso favor, as maiores virtudes que possuímos: a riqueza inesgotável de nossa gente e a certeza de que compartilhamos uma história e um destino comuns.

Muito obrigado.

Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim.